

Ocupação urbana

(...) O clima saudável de montanha e a terra fértil começaram a atrair os forasteiros, e, com o andar do tempo, armou-se um lindo presépio de casario branco nas encostas entremeadas de cafezais e vinhedos. (...).

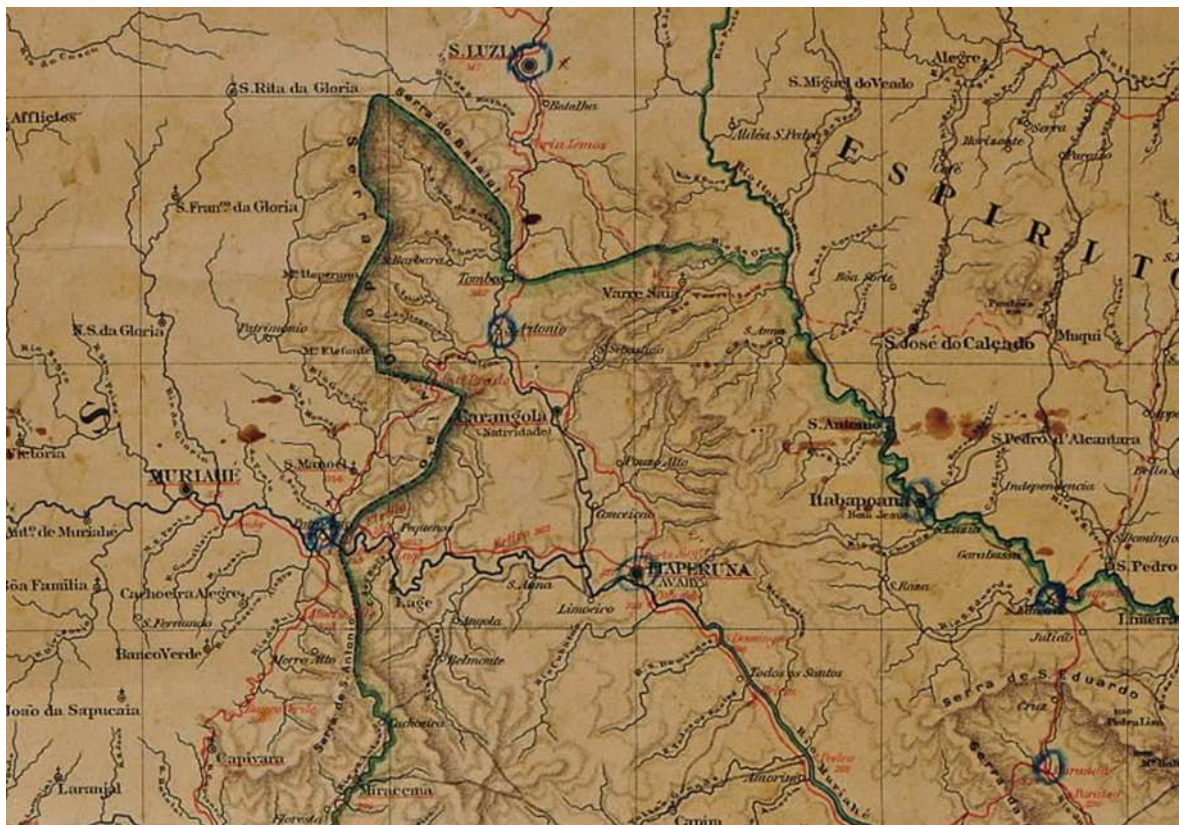
(Trecho da carta de Luiz Gonzaga Monnerat, SJ, enviada a SAVS, por ocasião da criação do município de Varre-Sai).

O início da ocupação

Varre-Sai integra a região noroeste fluminense, da qual ainda fazem parte os municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antonio de Pádua e São José de Ubá.

De acordo com Rosane Aparecida Bartholazzi de Carvalho, (...) *A história “oficial” da região revela que até o início do século XIX, a área conhecida, hoje, como noroeste fluminense constituía uma vasta extensão de terras pertencentes, administrativamente à Capitania de Paraíba do Sul e tinha como município polarizador Campos dos Goytacazes.*

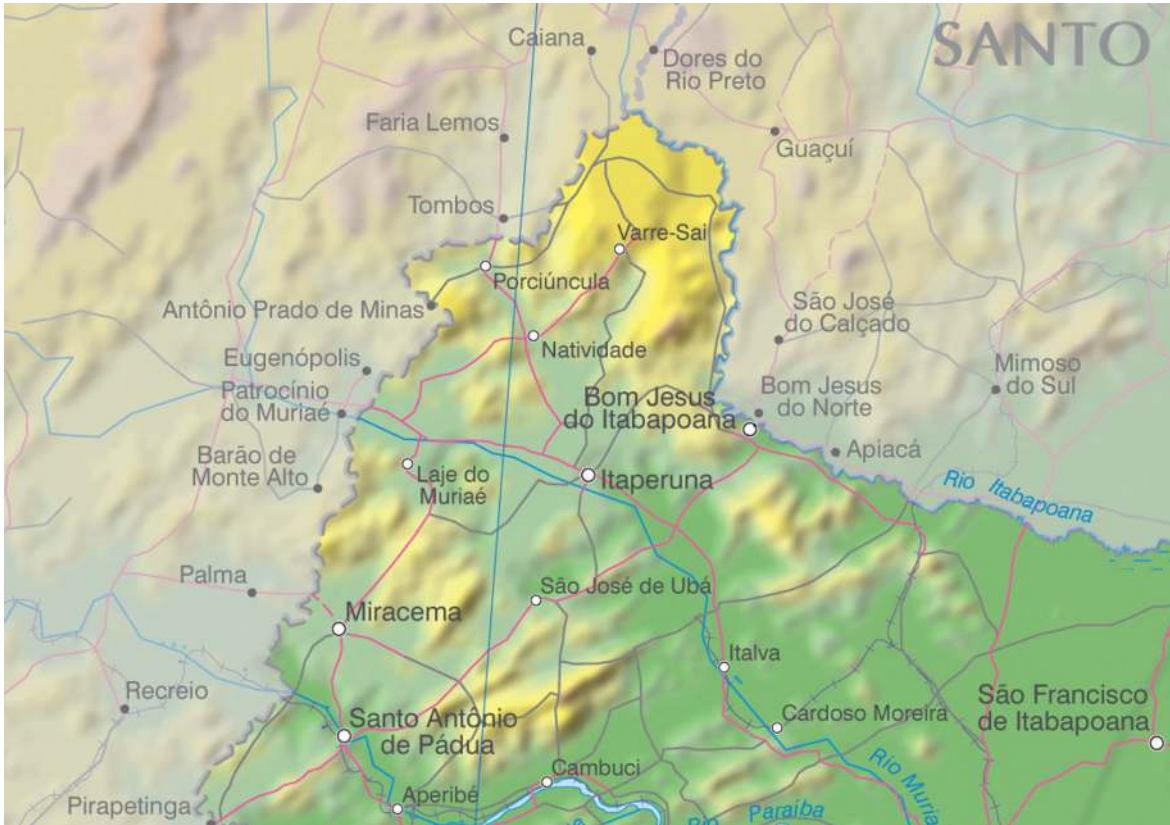
Posteriormente, com a evolução do seu entorno, a área pertencente a Campos, foi desmembrada em 1889, surgindo assim, o município de Itaperuna, composto por onze distritos, dentre eles Santa Clara e Varre-Sai. (...). (1).



Mapa do Estado do Rio de Janeiro. APERJ. 1892.

*Mapa completo na pasta MAPAS do DVD deste Inventário.

(1) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social (1897-1950)*. Niterói, 2009. p.115.



Mapa do Estado do Rio de Janeiro. IBGE.
*Mapa completo na pasta MAPAS do DVD deste Inventário.

O surto cafeeiro da região noroeste fez surgir vilas e povoados a partir da segunda metade do século XIX. Itaperuna que agrupava grande parte dos atuais municípios da região alcançou seu apogeu em 1920, quando atingiu a classificação de maior produtor de café do Brasil com uma produção de 277.355 sacas.

A cidade de Varre-Sai teve início por volta de 1850 quando o fazendeiro Felicíssimo Faria Salgado, proprietário da Fazenda do Cigarro (2), adquiriu um terreno na área onde nasce o Ribeirão Varre-Sai e construiu uma casa para sua morada. Segundo consta, a cidade de Varre-Sai foi erguida, mais tarde, numa área desse terreno. De acordo com a tradição oral, Felicíssimo não chegou a residir na casa devido a problemas de saúde que o impediam de subir a colina onde edificou o casarão. Conforme informações de seus descendentes, Felicíssimo residiu numa casa que fica, exatamente, na esquina da rua que leva o seu nome com a Rua José Tupini.

Esse núcleo estruturou-se a partir da doação que Felicíssimo teria feito à Igreja Católica para a construção de uma Capela dedicada ao culto de São Sebastião, em agradecimento a uma graça recebida, fato que teria dado origem ao vilarejo de São Sebastião do Varre-Sahe.

Em 1890, com a criação do município de Natividade do Carangola, Varre-Sai ficou ligado a este. O Conselho possuía uma Intendência Geral, um Fiscal em cada arraial e um Inspetor do Cemitério. Foram Fiscais de Varre-Sai: Felisbino José de Figueiredo (1890), Elias José Ribeiro, Celestino Luiz da Silva Guimarães, Joaquim Albino Dias (1891). Inspetor do Cemitério: José Joaquim Luiz da Silva (1891).

(2) JÚNIOR, Dr. Leopoldo Muylaert (org.) *Álbum do Município de Itaperuna*, 1910.

O Conselho de Intendência propôs que continuassem, provisoriamente, utilizando o Código de Posturas de Itaperuna. Na sessão de 1/08/1890, foi proposto ao Fiscal da Vila que, no prazo de 90 dias rebocasse e caiasse os prédios. Apesar de não citar as demais freguesias, acredita-se que essas medidas também tenham sido adotadas nas mesmas. Ainda nessa mesma sessão, foi determinado aos Fiscais que (...) *com a possível urgência remetam ao Secretário desta Intendência as medições das testadas nas ruas e praças das povoações deste município, das quais trata o § 6º do Art. 29 do Código de Posturas pelo qual se rege esta Intendência.* (...). (3). Observamos que nesse período houve uma preocupação de legalizar as construções e de se fazer cumprir a legislação em vigor. Nessa mesma sessão, o Conselho ordenou ao Fiscal da Vila para que intimasse o cidadão Raphael Zambrotti para demolir a sua casa, localizada a Rua 13 de Maio, (...) *por achar-se em completa ruína e servindo de depósito de imundícies, tornando-se prejudicial à salubridade pública.* (...). (4) Outro registro interessante lançado na mesma sessão foi a nova denominação dada aos logradouros públicos da Vila de Natividade. Todas as ruas possuíam nomes de datas: 13 de Maio, XV de Novembro, 14 de Julho, 21 de Abril, 10 de Maio, 7 de Setembro, 27 de Junho, etc... No parágrafo seguinte justificaram o significado das datas que nomearam as ruas e praças da Vila.

Na sessão de 15/08/1890, foi feito um requerimento pelo Sr. João Rodrigues dos Reis solicitando alinhamento para uma casa que pretendia construir na Rua do Brejo na povoação de São Sebastião de Varre-Sai.

Na sessão de 02/03/1891, foi proposta a nomeação de uma comissão em cada localidade, a fim de indicar à Intendência o serviço ou serviços públicos em que deveriam ser empregados os impostos de testada. Assim sendo, foram nomeados para a Comissão de Varre-Sai, os senhores: Malvino Malveiro da Motta, Francisco Albino Dias e José Soares de Rezende. Na sessão de 15/04/1891, a Comissão de Varre-Sai apresentou sem, contudo citar, as obras urgentes a serem feitas com a quota produzida pelo imposto de testada da importância de 198\$000. Ficou resolvido ainda que as obras seriam executadas por quem oferecesse melhores vantagens por força do orçamento disponível. Na sessão de 15/08/1891, a referida Comissão declarou ter concluído tais serviços.

Na sessão de 1/07/1891, foi proposto que os proprietários das casas sem cimalha, na Rua Municipal, em Natividade, fossem obrigados a colocar a referida cimalha ou tábua de cutello, dentro do prazo de quatro meses ou estariam sujeitos a multa. Cimalha é um arremate com ondulações ou saliências, de madeira ou massa, usada no alto de paredes externas, abaixo de beirais ou sobre platibandas. Na sessão de 15/08/1891, foi proposta a prorrogação até 15 de Novembro para os proprietários das casas da Rua Municipal para o calçamento dos passeios de suas testadas.

A Intendência determinava e aprovava, ainda, a abertura de bueiros, a construção de pontes, a manutenção dos cemitérios municipais, o aterramento e/ou a remoção de terras para abertura de ruas, a fixação de impostos, aquisição de material para o serviço de iluminação pública (lâmpioes e querosene), etc.

(3) Livro de Atas do Conselho de Intendência da Vila de Natividade do Carangola, 1890.

(4) Ibidem. 1890.

Na sessão de 02/01/1892, os comerciantes João da Costa Campos Guimarães (negociante), Manoel Vieira de Carvalho (negociante) e Malvino Malveiro da Motta (com casa de negócio e padaria), solicitaram baixa de suas licenças no corrente ano. Nessa mesma sessão, o Intendente Feliciano de Sá Vianna propôs e foi aprovado o prazo de 90 dias (...) *para que todas as pessoas que tem posses nos povoados em terrenos de patrimônio neste município marcados com esteios darem começo as edificações, e que expirado o prazo perderão o direito de testada até que seja requerido o alinhamento por outro.* (5).

Na sessão de 15/02/1892, foi proposta e aprovada pela Intendência, a desobstrução do Ribeirão de Varre-Sai em frente ao arraial, (...) *isto é, em todo o traçado do Patrimônio.* (...). (6).

Na sessão de 1/04/1892, foi requerido pelo Sr. Domingos José de Souza Campos, terreno para edificar residência e pelo Sr. João da Costa Campos Guimarães, baixa de seu hotel, ambos em Varre-Sai. (7).

No dia 12 de janeiro de 1894 foi instalada a Junta Distrital do 7º Distrito de Varre-Sahe, município de Itaperuna, cuja sede era a residência do Sr. João Damasceno de Figueiredo. Essa Junta era composta pelos srs: João Carlos Machado – Vereador Distrital e Presidente, o Major Alexandre Ignácio da Silveira – 1º Juiz de Paz, o Alferes Francisco Lopes da Silva – 1º suplente a Juiz de Paz e de João Damasceno de Figueiredo - Escrivão do Juízo de Paz, servindo de Secretário. Nessa primeira reunião, encarregaram ao Alferes Francisco Lopes da Silva de realizar um orçamento dos serviços mais urgentes do distrito. (8).

Na sessão de 12/02/1894 foi apresentado pelo Alferes Francisco Lopes da Silva e aprovado por todos o seguinte orçamento: canalização da água para o Largo da Matriz, inclusive caixas e acessórios orçados em três contos de réis; a desobstrução das águas estagnadas na margem ribeirão e a limpeza do mesmo, orçado em seiscentos mil réis e bueiro e aterro na Rua 15 de Novembro, orçado em seiscentos mil réis. (9).

Na sessão de 12 de maio de 1894 foi deliberado pela Junta, que se oficiasse a Câmara Municipal solicitando esclarecimentos necessários para aferição e a liberação da importância gasta com a limpeza do Ribeirão Varre-Sai e esgoto de águas estagnadas. (10).

Em 05/12/1895, foi comunicado durante a sessão ordinária da Junta Distrital, pelo Sr. Fiscal, que o cidadão José Meyber da Silva havia (...) *tapado o Beco da Pendência, onde se conserva o esgoto do Correguinho d'este arraial. A Junta resolveu que de novo se avisasse ao infrator para no prazo de oito dias retirar a cerca e madeiras sob as penas da lei. Foi proposto pelo Major Alexandre Ignácio da Silveira que se comunique ao Fiscal para continuar o referido Beco com a mesma largura de trinta e cinco palmos até encontrar a Rua do Theatro.* (...). (11).

(5) Ibidem. 1892.

(6) Ibidem. 1892.

(7) Ibidem. 1892.

(8) Livro nº 1 das Atas da Junta Distrital de Varre-Sai (1894-1903).

(9) Ibidem.

(10) Ibidem.

(11) Ibidem.

Em 05/01/1899 o Presidente da Junta Distrital comunicou a necessidade de reconstruir um pontilhão e de consertar alguns trechos das ruas da povoação, além de outros serviços nas estradas, o que foi aprovado por todos sob a recomendação de que os serviços não excedessem a importância de seiscentos mil réis. (12).

Em 25/11/1899 os comerciantes: Bento José Gonçalves, Carolino Pereira dos Santos, Delfino José Sobreiro, Antero José Nogueira, Camillo da Rosa Pereira e Luiz Vieira Lopes solicitaram baixa de suas casas de negócios. Miguel Ferreira da Costa Guimarães, requereu baixa de seu hotel. Ainda nessa sessão extraordinária, especialmente convocada pelo Presidente, foram tratados assuntos referentes ao lançamento do Imposto de Indústria e Profissões e Predial. (13).

Na sessão do dia 05/02/1900, foi requerido por João Antônio & Cia. baixa de sua padaria e aguardente. D. Maria Francisca da Silva solicitou baixa de sua taverna. Felipe José dos Santos solicitou transferência de seu nome, como contribuinte do imposto de indústria e profissões para o nome de Elias Antônio & Cia., por ter passado a este sua casa de negócios. Miguel Ferreira da Costa solicitou baixa de sua casa de negócio e lançamento para hotel, aprovados pela Câmara Municipal de Itaperuna. (14).

Verificamos que nessa época os problemas com o Ribeirão Varre-Sai eram constantes. Na sessão de 15/04/1900, o Presidente propôs, devido a necessidade e urgência, que fosse realizada a desobstrução do Ribeirão Varre-Sai e a reconstrução de uma ponte que atravessa o mesmo na Rua do Progresso, um bueiro no Largo da Matriz entre as casas de José Antunes de Faria Salgado e Domingos Caramelli. Na sessão seguinte foi proposto pelo Presidente que fossem feitos editais de concorrência para a realização das obras. Na sessão de 15/06/1900, como não foram aceitas as propostas apresentadas, foi deliberado que as obras seriam realizadas por administração da Junta, através de uma comissão nomeada para esse fim.(15).

Na sessão de 15/08/1903 (...) *O Presidente comunica a Junta que já havia dado começo aos trabalhos de nivelamento da Rua Affonso Penna pela dificuldade que tem encontrado compreendeu não chegar a quantia votada pela Câmara, vem por esta pedir a Junta maior verba. (...).* (16).

Na sessão ordinária, realizada no dia 15/10/1903 o Presidente comunicou que mandou consertar, estivar e aterrar um trecho da Rua Treze de Maio, por estar intransitável, por esse motivo considerado urgente. (17).

No início do século XX, Varre-Sai era um distrito bastante adiantado. (...) *De volta do Varre-Sai, aqui aportou no dia 1º do corrente o Sr. Dr. Tancredo Lopes, trazendo daquela localidade a mais lisonjeira perspectiva. Varre-Sai já é atualmente um centro grandemente habitado e comercial, rodeado por importantes fazendas que sustentam o seu mercado dos gêneros necessários, exportando em grande escala para as praças de Campos e Rio. (...)* O Dr. Tancredo retornou tão impressionado com o progresso de Varre-Sai, que prometeu estabelecer dias de consultas naquele lugar. (18).

(12) Ibidem.

(13) Ibidem.

(14) Ibidem.

(15) Ibidem.

(16) Ibidem.

(17) Ibidem.

(18) Jornal A Vedeia nº 3, Ano 4, de 04/06/1905, Órgão do Povo, editado em Natividade do Carangola, tendo como redator chefe o Sr. Antônio de Lannes Rabello.

Além dos mineiros que instalaram as primeiras fazendas da região, grande parte do desenvolvimento sócioeconômico de Varre-Sai deve-se aos imigrantes portugueses, italianos, sírios e libaneses. Os primeiros se destacaram como importantes proprietários de terras e comerciantes e os últimos sofreram grande perseguição pela competição econômica e acabaram deixando a Vila, sobretudo após uma família inteira ter sido chacinada em Santa Clara. Já os italianos, em número muito superior, trabalharam em média oito anos como colonos, economizaram e, muitos, em pouco tempo, já eram possuidores de sua própria terra e/ou imóvel.

Vejamos a tabela de distribuição dos registros de compra e venda de imóveis dos italianos quanto ao tipo de propriedade:

PERÍODO	CASA	SÍTIO	TOTAL
1912-1914	01	07	08
1915-1918	03	04	07
1919-1920	05	09	14
1921-1923	09	09	18
1924-1926	03	04	07
1927-1930	05	21	26
TOTAL	26	54	80

(19).

(...) Normalmente, as casas estavam localizadas nas principais ruas do povoado de Varre-Sai, onde hoje está situado o centro do município. As descrições destes imóveis são referentes ao seu uso como moradia e como comércio. (...) Algumas chegavam a ser um sobrado, como a que comprou Pergente Giovanini em 1913. Este sobrado estava localizado no Largo da Matriz, com todas as benfeitorias e pertences como um paiol, um pasto cercado de arame, quintal cercado e canalizado para água, no valor de 1:000:000 (um conto de réis). Interessante é que esse sobrado foi vendido em 1919 para o Padre José Simões, pelo mesmo valor e em 1926 comprado novamente por Geovanini pela quantia de 5:000:000 (cinco contos de réis), equivalente ao valor de seis alqueires de terra na época. Geralmente os preços das casas variavam entre 1:000:000 a 6:000:000 (um conto a seis contos de réis). Dentre essas casas, algumas tinham armação para negócio, outras possuíam forno e utensílios para padaria. Observamos que, grande parte dos que compravam casas constava como profissão: comerciantes, homens de negócio e industrial.



Inauguração da Estrada Tombos a Varre-Sai em 27/04/1927.

(19) Fonte: Cartório de Varre-Sai – Livro de Notas de números 11 a 18 – apud CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Vassouras, 2001. p. 106.

Às vezes estes comerciantes ou industriais como eram denominados, tornavam-se sócios no comércio e quando uma das partes adquiria recursos comprava a parte do outro. Em setembro de 1921, por exemplo, José Tippini compra a parte de seus sócios Aristides Dalleolle e sua esposa Hermínia Dalleolle, constante de 03 casas, sendo que uma delas servia como oficina de ferreiro, por 1:200:000 (um conto e duzentos mil réis), à vista. Dessa forma desfez a sociedade Dalliolle & Tuppini. Outro exemplo de sociedade era uma padaria localizada no centro de Varre-Sai, pertencente a três irmãos, denominada Firma Righetti e Irmãos. Dois dos irmãos compraram em dezembro de 1925, a parte do terceiro pela quantia de 3:000:000 (três contos de réis). (...). (20).

Das três casas adquiridas pelos sócios Guiseppe Tuppini e Aristides Daleolle, duas delas serviam, supostamente, como moradias das referidas famílias na Rua do Progresso.

Rosane Aparecida Bartholazzi de Carvalho teve oportunidade de entrevistar o Sr. Torino Fabri, descendente da primeira geração, que, na época, contava com 92 anos. Sr. Nego como era mais conhecido, contou que o pai, Jácomo Fabri, teve muitas dificuldades, mas que, após trabalhar dois anos como colono, resolveu continuar no ramo do comércio, como na Itália. Disse ainda que, quando os italianos chegaram Varre-Sai era um povoado muito pequeno. Que os italianos é que foram desmatando e desenvolvendo o lugar.

Meu pai veio para Varre-Sai em 1897. A família na Itália mexia com padaria, então meu pai montou uma padaria. Mas naquela ocasião não tinha máquina pra nada, tudo era a mão. Forno era queimado a lenha, então tinha que comprar carro de boi com lenha pra queimar no forno, cilindro tocado a mão, tudo era a mão. (21).

Os imigrantes italianos formaram uma nova classe social na região. Com as economias do trabalho da lavoura passaram da condição de colonos para a de proprietários de terras ou de estabelecimentos comerciais. Vejamos o importante depoimento de D. Elza Gorini e uma tabela de transações imobiliárias envolvendo italianos no período 1889-1950: (...) *Noventa por cento conseguiram comprar terra e outros vieram para o comércio. Sr. Demétrio Pellegrini comprou um sítio que está com a família dele até hoje. Os Grillo compraram terra. Os Pulitini vieram para o comércio. Meu avô Ludovico Gorini comprou terra e um hotel onde hoje é a casa do neto dele. Onde é a Prefeitura era uma grande loja dos Giovanini. A casa onde é a Casa da Cultura foi, também, do Sr. Pergente Giovanini. Outras lojas como a casa Itália-Brasil, que era dos Pulitini e a máquina de café dos Pellegrini. (Os Italianos no Noroeste Fluminense –p.144) Alguns desses imóveis, além de morada serviam como adegas para estocar o vinho produzido pelas famílias Tuppini, Pirozzi, Bendia e Ridolohi. (22).*

(20) Ibidem, CARVALHO. 2001. p.106/107.

(21) Ibidem, CARVALHO. 2001. p. 108.

(22) Ibidem, Carvalho. 2009. p. 144.

PERÍODO	IMÓVEIS URBANOS	IMÓVEIS RURAIS	TOTAL
1899	01	-	01
1904	-	01	01
1908-1910	-	03	03
1911-1913	01	07	08
1914-1916	02	15	17
1917-1919	08	10	18
1920-1922	14	14	28
1923-1925	03	03	06
1926-1928	03	21	24
1929-1931	02	08	10
1932-1934	03	10	13
1935-1937	04	10	14
1938-1940	03	07	10
1941-1943	01	02	03
1944-1946	04	09	13
1947-1949	02	06	08
1950	54	133	187

(23).

Os italianos, quando deixavam de ser colonos nas fazendas, ocupavam a sede da vila de Varre-Sai (...) *não se dispersaram, buscaram a proximidade espacial, seja no centro da vila ou no campo. Para constituí-lo mapeamos os imóveis adquiridos pelos italianos apresentando a quantidade e a localização com seus respectivos proprietários, desde os primeiros anos de aquisição até sua ampliação. A tabela a seguir demonstra a ocorrência do fato na compra de imóveis na sede do distrito.* (23)

FAMÍLIAS	IMÓVEL	QUANT.	LOCALIZAÇÃO
GORINI	Casa para Negócio Hotel	01	Largo do Cruzeiro – Esquina com a Rua 13 de Maio
RIDOLFI	Casa de Moradia	01	Largo do Cruzeiro – Esquina com a Rua 13 de Maio
PIROZZI	Casa de Moradia	01	Rua XV de Novembro
PELLEGRINI	Casa de Moradia	01	Rua Afonso Pena

(24).

A pesquisadora constatou através da documentação cartorária analisada que o primeiro registro de imóvel encontrado envolvendo imigrante italiano foi realizado em 1899. Trata-se de uma casa adquirida pela família Pulitini, na Rua XV de Novembro, a principal da vila, pelo valor de quatrocentos mil réis.

(...) *Os imóveis urbanos eram constituídos de casas e ou sobrados localizados nas principais ruas do povoado de Varre-Sai, onde, hoje, está situado o centro do município. As descrições destes imóveis são referentes ao seu uso como moradia e para o comércio.*

(23) Fonte: Cartório de Registro Civil e Notas de Varre-Sai. Livro de Notas – 1899 – 1950 – apud CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos do Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social (1897-1950)*. Niterói, 2009. p. 145.

(24) Ibidem, CARVALHO. 2009, p. 148/149.

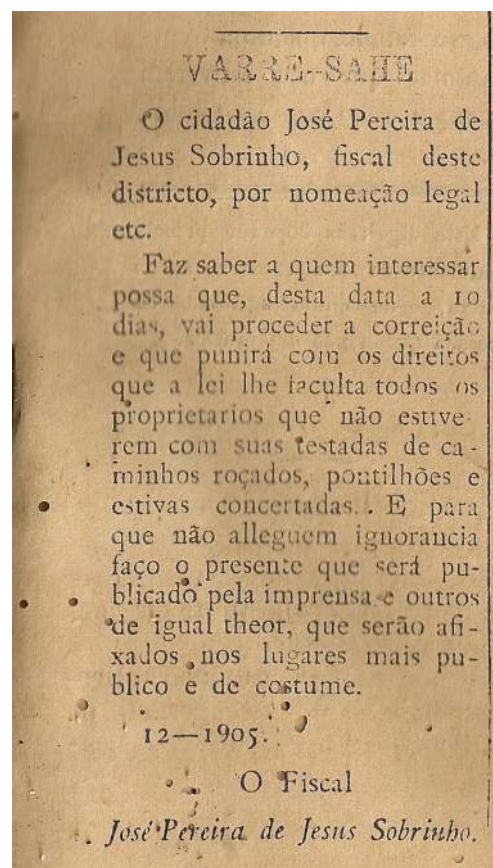
Em sua maioria, as casas eram assoalhadas, cobertas de telhas, paiol e quintal cercado de arame ou muro. Quando se destinavam à instalação de um estabelecimento comercial eram descritas nos registros como armação para negócio. O Largo da Matriz, esquina com a rua XV de Novembro, e Largo do Cruzeiro esquina com a Rua 13 de Maio, eram os locais de maior movimento no povoado, concentrando as casas de morada e a maior parte das casas de negócios.

Algumas casas chegavam a ser um sobrado, como a que comprou Jacomo Fabbri por um conto e quinhentos mil réis, em 1907. Este sobrado possuía armação para negócio e utensílios de padaria contendo forno, cilindro, balança, mesa com estufa e outros. Destacamos que essa foi a primeira padaria instalada em Varre-Sai. (...) Além da padaria, a família Fabbri comprou mais duas casas situadas na Rua XV de Novembro, em 1915. (25).

Essa área logo foi sendo ampliada, sempre seguindo o curso do Ribeirão Varre-Sai, onde mais tarde foram abertas, além da atual Avenida Felicíssimo Faria Salgado (antiga Rua 15 de Novembro), que é a principal da cidade, a Praça Antonio Camilo, o Largo Santa Filomena (antigo Largo do Cruzeiro), a Rua José Vargas de Figueiredo (antiga Rua Affonso Penna), a Rua José Tupini (antiga Rua do Progresso) e a Rua Bernardino de Oliveira Santos (antigo beco da Pendência) com a construção de imóveis residenciais e comerciais.

Enquanto Varre-Sai permaneceu como distrito, primeiro de Itaperuna, depois de Natividade, ambas as administrações mantiveram na sede distrital um Fiscal que era responsável pela limpeza urbana, coleta do lixo, execução de pequenos reparos e execução das leis vigentes. Vejamos essa nota publicada pelo Fiscal do distrito, no *Jornal A Vedeta* nº 32, Ano 4, de 24/12/1905.

Esses serviços sempre deixavam a desejar. Primeiro por que eram insuficientes, segundo porque a arrecadação realizada nem sempre retornava a Vila em forma de investimentos e de obras. Do *Jornal O Norte Fluminense*, nº 263, de 24/08/1952 encontramos do correspondente a seguinte notícia: (...) *Está de parabéns a nossa Prefeitura Municipal, exigindo o cumprimento da Lei para os horários do comércio. Esperamos, no entanto, que o nosso digno Prefeito, ainda em cumprimento das leis, volva as suas vistas para: animais soltos nas ruas, cães vadios, engordas de porcos no perímetro urbano, esgotos inclusive despejos das janelas para as vias públicas, etc. Isto feito, não apenas cumprirá sua Excia. as leis e posturas municipais, como dará gigantesco passo para urbanização de nossa Vila. E, se a polícia contribuir proibindo o futebol nas ruas, podemos dizer que aqui é o Paraíso Terrestre.*



Comunicado do Fiscal do Distrito.

(25) Ibidem, CARVALHO. 2009, p. 150.

No Censo demográfico e agrícola de 1920, foram recenseados 7.206 habitantes e 979 prédios. Dez anos antes, em 1910 esse número era de 336 eleitores e 330 propriedades. Em 1945, o *Jornal Brasil Novo* divulgava que a população era de 6.000 habitantes e que a zona urbana era constituída de uns 130 prédios, havendo nada menos de 16 casas comerciais e 4 ou 5 indústrias. Na zona rural, o número de propriedades aproximava-se de 450.

Em Varre-Sai, fica difícil estabelecer o limite entre o rural e o urbano. A paisagem urbana está interligada com a paisagem rural. O entorno do centro urbano é cercado de um lado, por áreas remanescentes de Mata Atlântica e, por outro, de plantações de café que ocupam o município desde a segunda metade do século XIX, quando uma leva de desbravadores se deslocou para a zona da mata mineira e, conseqüentemente, motivados pela fertilidade das terras ocuparam a região noroeste do Estado do Rio de Janeiro, onde se estabeleceram e formaram suas fazendas. Anos depois, por volta de 1897, famílias de imigrantes italianos foram introduzidas nas lavouras de café das principais propriedades da região, em substituição à mão de obra escrava. Alguns, posteriormente, transferiram-se para Varre-Sai, onde montaram estabelecimentos comerciais ou adquiriram suas próprias terras para o cultivo do café.



Vista parcial da cidade.

A parte central da cidade é servida por uma larga faixa de mata secundária, denominada Mata da Esperta. É intenção da Paróquia de São Sebastião de Varre-Sai, transformar essa área do Morro do Calvário, localizado acima da Igreja Matriz, numa Reserva de Patrimônio Particular Natural – RPPN. (26).

Além de espécimes vegetais como o ipê amarelo, a quaresminha, o angico vermelho, ipê tabaco, jacaré, cabiúna, esperta, coco catano, canela parda e garapa, essa área possui uma variedade de animais silvestres como o mico, o tatu, o lagarto, a paca e uma infinidade de pássaros como jacu, canário da terra, coleiro, sabiá, tico-tico, tiziu, maritacas e araçaris.



Vista parcial da cidade.

Varre-Sai é o primeiro município fluminense a criar uma legislação específica para permitir o repasse do ICMS Ecológico a propriedades particulares, que irá vigorar a partir de 2012. Essa medida visa estimular proprietários locais a criarem áreas de proteção permanente.

(26) Entrevista com Maria Letícia Ramos de Oliveira, Secretária Municipal de Educação. 2011.

Através de registros fotográficos parciais, realizados em 1904, 1910, 1969 e 1997, é possível comparar a evolução da ocupação urbana e o adensamento do núcleo inicial de Varre-Sai.



Vista parcial de Varre-Sai em 1904.



Vista parcial de Varre-Sai em 1910.



Vista parcial de Varre-Sai em 1969.



Vista parcial de Varre-Sai em 1997.

O traçado urbano atual

O traçado urbano a partir do qual a cidade originalmente se desenvolveu é constituído, hoje, por um conjunto de ruas e praças que possuem uma arborização, com corte peculiar, dividida entre Oitis, que é uma espécie típica da flora brasileira, comum em áreas de Mata Atlântica e muito usada no paisagismo urbano, principalmente para arborização de calçadas por sua copa frondosa que dá boa sombra e aceita podas regulares; Murtas, gênero botânico arbustivo, da família das Myrtaceae, originária do sudoeste da Europa e do norte da África. (...) *Passei pela árvore mais antiga da casa da Amália e do Luiz Sobreira e me lembrei de D. Chiquinha, mulher do Sr. Bernardino, que foi quem plantou há muitas décadas, esta murta. Ela se multiplicou por muitas outras murtas que povoam Varre-Sai;* (...). (27) e o *Ficus benjamina*, que é uma espécie de figueira originária da Índia e que alcançou grande popularidade, sobretudo no Brasil, por causa de suas folhas lisas e brilhosas, além de se adaptar à poda ornamental. Infelizmente tem se tornado prejudicial a muitas cidades que a tem plantado em locais impróprios como calçadas, ruas, próximas de construções e muros. Com o crescimento, as raízes vão ficando agressivas e acabam provocando danos às tubulações subterrâneas e construções em geral. Em algumas cidades seu plantio é proibido em calçadas e nos logradouros públicos.



Oitis da Rua José Tupinni.



Murta da Avenida Felicíssimo de Faria Salgado.



Ficus benjamina da Avenida Felicíssimo de Faria Salgado.

(27) VARGAS, Nazira Abib Oliveira, artigo publicado no Jornal *Tribuna Varre-Sai*, Ano 2, nº 014, de janeiro de 2010.

Mantendo a antiga morfologia urbana, a cidade conserva o calçamento em paralelepípedo.



Trecho da Avenida Felicíssimo de Faria Salgado.

O centro é formado pelos seguintes logradouros: Rua Américo Pirozzi, Rua Antônio Jácomo Celebrini, Rua Jácomo Fabri, Travessa José E. de Almeida, Travessa M. Ramos, Rua Mário B. Catarina, Rua Inês Capacio Fabri, Rua Alcedina Fratejani Fabbri, Rua Teobaldo, Beco da Prefeitura, Rua Túlio Righetti, Praça Pe. Abaeté Cordeiro, Rua José Tupini, Av. Felicíssimo Faria Salgado, Praça A. Camilo, Rua Bernardino de Oliveira Santos, Largo Santa Filomena e Rua Sebastião A. Figueira, Rua José Vargas de Figueiredo, Rua João Ramos Pereira, Rua Prefeito Sebastião Alves Figueira, Rua José Ramos Vieira, Rua Lindolpho Nunes Vieira, Rua Francelino Bastos França, Rua Teobaldo Pelegrini, Rua Vereador Frilson Mateus Vieira, Travessa Manoel Ramos, Travessa José Evangelista de Almeida, Rua Adalgisa Machado Tuppini, Rua João Ramos Pereira, Rua Mário Boechat Catarina, Rua Octávio Monnerat, Rua Eliazar Gomes Primo, Rua João de Oliveira Vargas e Rua Francisco Lopes da Silva.



Vista parcial da parte central da cidade.

Para acessar a Rua Francisco Lopes da Silva antigamente, os moradores passavam por pontes de madeira. Inicialmente, essa parte do centro era conhecida como Chácara, depois como Rua Capitão Lopes, em homenagem ao Cap. Francisco Lopes, proprietário do terreno. A Rua Capitão Chico Francisco Lopes da Silva é também conhecida como Rua do Oriente, segundo consta, devido à posição do sol.

Observamos durante nosso trabalho que a Rua Octávio Monnerat, antiga Rua do Teatro, onde fica a saída para o município de Guaçuí - ES possui remanescentes de construções do final do século XIX e do início do século XX, provavelmente, construídas em função do antigo caminho para o Estado do Espírito Santo.

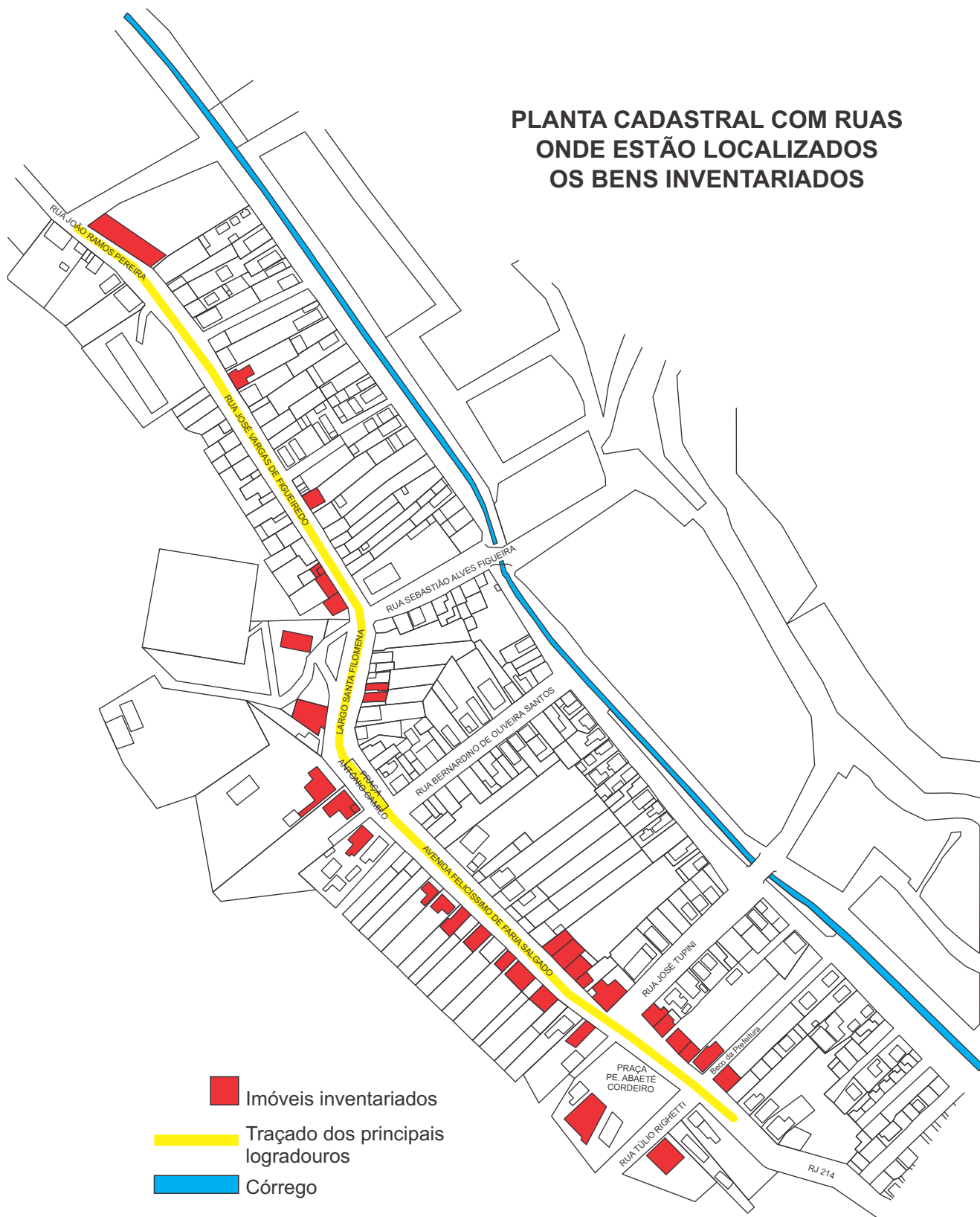


Imóvel do final do século XIX da Rua Octávio Monnerat.

Também integra o centro, o loteamento Vereador Sebastião Abib Oliveira Vargas, conhecido como antigo IBC, composto pelos seguintes logradouros: Rua Joaquina Almeida de Moraes, Rua Sebastião Oliveira Vargas, Rua Silvio José Sobreira e Rua Quirina Vargas.

Nosso trabalho se fixou no núcleo inicial, formado ainda durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, compreendido entre a Avenida Felicíssimo Faria Salgado e a Rua José Ramos Pereira. Esse trecho da parte central da cidade é denominado pela administração municipal e conhecido pela comunidade como Corredor Cultural de Varre-Sai, que tem início na Prefeitura Municipal e termina no Colégio Estadual Dr. Miguel Couto Filho.

PLANTA CADASTRAL COM RUAS ONDE ESTÃO LOCALIZADOS OS BENS INVENTARIADOS



Com a emancipação política e administrativa de Varre-Sai do município de Natividade em 1991, novos bairros surgiram nas margens do Ribeirão Varre-Sai e em terrenos onde antes estiveram instaladas algumas propriedades rurais.

O Bairro Nossa Senhora Aparecida, foi formado por terras adquiridas do Sr. Carlinhos do Jesuíno pelo Padre Antônio, da igreja tradicionalista, que fez um loteamento. Quando completou sessenta famílias, os moradores se organizaram através de uma associação. Por ser dia de Nossa Senhora Aparecida deram esse nome ao bairro. A partir daí, o bairro passou a contar com rede de água e de esgoto, em substituição às primitivas cacimbas e fossas usadas anteriormente.



Bairro Nossa Senhora Aparecida.

O Bairro Santa Lúcia, que é formado pelas ruas Marcos Moura Martins, José Duarte dos Santos, João Grillo, José Vargas de Assis, Godofredo Fabri, Osório Assis Vargas, João Valentim Leal e Duílio Salvador Bendia, anteriormente era conhecido como Bairro do Sr. Joaquim, pelo fato de ter sido esse senhor o primeiro a se instalar no local com um ponto comercial que logo virou referência. Esses terrenos que pertenceram aos herdeiros do Sr. Jesuíno Veloso Martins eram utilizados como pasto para animais e no plantio da lavoura de café. Atualmente já dispõe de infra-estrutura básica como saneamento, calçamento e iluminação elétrica que substituiu as antigas lam-parinas, velas e lampiões.



Bairro Santa Lúcia.

O Bairro Parque da Confiança anteriormente era utilizado como área de pastagem do Sítio Confiança, de propriedade do Sr. João Ramos Filho. A propriedade foi loteada e, em seu lugar, surgiu o Bairro Confiança composto pelas ruas: Salomão Rodrigues de Figueiredo, Dalva Garcia Martins, Professor Walter Vieira, Maestro Sebastião Ferreira de Assis, Aracy Giovanini, João Pereira Junior, Antonio Jácomo Celebrini, Américo Pirozzi, Odithes José da Silva, Alair Coimbra Ramos e João Coimbra Ramos.



Bairro Parque Confiança.

O Bairro Santa Teresinha formou-se a partir da vinda das mães do Instituto Santa Teresinha que, em 1981, se estabeleceram em Varre-Sai. Esse Instituto, proprietário dos terrenos, organizou o loteamento da área, que, naquela época, contava com 50 casas populares. O projeto de lei que deu o nome de Santa Teresinha à rua principal do bairro data de 1983. O bairro sediou o Seminário Diocesano Maria Imaculada, transferido para a cidade de Campos na década de 70. Na sede do Instituto Santa Teresinha, também desativado, funciona a Secretaria Municipal de Obras e Saneamento. Esse bairro engloba os seguintes loteamentos: Santa Cruz, São Miguel Arcanjo, Santa Cecília, Santa Rita de Cássia, São Francisco de Assis e Lauria Vicenzo. É formado além da Rua Santa Teresinha, pelas ruas: Padre Antonio do Rosário, Demétrio Pelegrini, Orlando Tupini, Gentil José de Oliveira, José Antônio Fabbri, Vereador Luiz Antônio Pirozzi, José de Menezes, Antônia Delseti Ridolphi, João Fernando de Menezes, Manoel Machado de Souza e José Moreira da Silva.



Bairro Santa Teresinha.



Bairro Santa Teresinha.



Loteamento Nossa Senhora das Graças.

O terreno onde se formou o Bairro Santo Antônio era de propriedade do Sr. Fiorello Pirozzi. Esse sítio mais tarde foi vendido ao Dr. Silvestre José Gorini que, inicialmente, cultivou videiras, passando em seguida para o plantio de café. Tempos depois foi adquirido pelo Padre Antonio que com ajuda dos fiéis, construiu a Igreja de Nossa Senhora das Graças. O restante do terreno foi loteado e muitas casas foram construídas. No início, recebeu o nome de Buraco Quente, um bairro muito simples, com casas cobertas de sapé e sem iluminação elétrica. A água para consumo era retirada de uma cacimba onde hoje se encontra a Cabana do Canela. Nesse mesmo local, as mulheres lavavam suas roupas. Atualmente é composto pelas ruas: Pedro Ramos de Oliveira, Fiorello Pirozzi, Nivardo Pelegrini, José Veloso Martins, Clara Alves de Assis, Domingos Jannotti Neto, Jesuíno Veloso Martins, Luis Amitti, Angelo Ridholphi, Prefeito Altair Alves Ribeiro, Ilton Alves Moreira e Olímpio Siqueira.



Bairro Santo Antônio.



Bairro Santo Antônio



Parte do Centro,
Bairro Santo Antônio e
Loteamento Nossa Senhora
das Graças.



Parte do Centro,
Rua Chico Lopes e início do
Bairro Parque Confiança.



Bairro Parque Confiança,
Bairro Santo Antônio e
Loteamento Nossa Senhora
das Graças.

Personagens de Varre-Sai que viraram nome de rua e entraram para história

Avenida Felicíssimo de Faria Salgado

O fazendeiro português Felicíssimo Faria Salgado nasceu por volta do ano de 1807. Era filho de Teodoro de Faria Salgado e de Francisca Maria da Silva, moradores da Vila de Remédios – MG. Segundo consta, teria adquirido, provavelmente, no ano de 1848 terras nas nascentes do Ribeirão Varre e Sahe. Por volta de 1850 criou o povoado de São Sebastião de Varre Sahe doando à Igreja uma área de terras como forma de agradecimento por uma graça recebida de São Sebastião. Nessas terras que ele registrou em 1854 no Livro de Registro de Terras de Santo Antônio de Guarulhos, sob o nº 430, em observância ao artigo 91 do Decreto Provincial nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, foi construída uma capela dedicada ao santo a partir da qual se estruturou a vila. (28). A denominação de Avenida foi dada pela Câmara Municipal de Natividade, em 1980, por ser esta a principal artéria de Varre-Sai.



Avenida Felicíssimo de Faria Salgado.



Avenida Felicíssimo de Faria Salgado.

(28) Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas e Origem da Família de Felicíssimo Faria Salgado, de autor desconhecido.

Praça Padre Abaeté Cordeiro

A Praça Pe. Abaeté Cordeiro, antigo Largo da Matriz, recebeu esta denominação porque a Igreja Matriz de São Sebastião de Varre-Sai foi erguida no alto da colina. Tempos depois, recebeu o nome de Padre Abaeté Cordeiro, que nasceu em Murici, Estado de Alagoas, em 28/09/1923, filho de Gerônimo Cordeiro e Aracy de Barros Cordeiro. Foi ordenado sacerdote em 28/09/1948 e como tal atuou na cidade entre 1953 e 1956. Nesse período, construiu o Seminário Maria Imaculada. Primeiro funcionou como Seminário Menor atuando no sistema de internato para aqueles que pretendiam se tornar padres e de semi-internato para os demais alunos da comunidade. A partir de 1967 tornou-se Seminário Maior. Entre 1961 e 1963 Padre Abaeté se afastou de Varre-Sai por motivo de saúde. Nesse período serviu à Diocese de Diamantina, como Vigário de Dores de Guanhões. Quando se aposentou retornou a Varre-Sai onde construiu um sítio. Nessa propriedade, quando recebia a visita de seus irmãos militares era saudado pelos mesmos, ainda na porteira, com diversos tiros, igualmente respondidos do outro lado pelo Padre Abaeté. Faleceu no Rio de Janeiro em 07/01/1997. (29).



Praça Padre Abaeté Cordeiro.

Rua Túlio Righetti

Essa é uma pequena rua que faz a ligação entre a Avenida Felicíssimo de Faria Salgado e a Igreja Matriz de São Sebastião de Varre-Sai. Possui apenas três residências, destacando-se o Casarão do Felicíssimo, construído na segunda metade do século XIX que, atualmente, sedia o Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Atullio Righetti, que no Brasil passou a ser Túlio Righetti, nascido no dia 6/08/1891, na Itália, era filho de João Righetti e Josephina Christofanelli. No Brasil, casou-se na Fazenda da Onça, no lugar denominado Lajinha, no dia 14/04/1917 com Magdalena Bandoli, nascida no dia 02/07/1894, filha de Luiz Bandoli e Mengue Josepha, com quem teve dez filhos: João, Antônio, Tancredo, José, Ana, Josefina, Luzia, Luiz, Ariosto e Maria. Faleceu em 31/05/1971. (30).

(29) SOARES, Gilson Mateus, *O Catolicismo em Dores de Guanhões*. Retrospecto Histórico 1816/2010.

(30) Acervo da Família Righetti.

Segundo o testemunho da Agente Cultural Teresa Cristina Coutinho, Sr. Túlio era um homem muito engraçado. Certa ocasião passei por ele e perguntei porque estava mancando. Ele respondeu que era porque havia arrancado um dente. Foi lavrador, proprietário de uma máquina de arroz, nunca se naturalizou e gostava de jogar víspera. (31).



Rua Túlio Righetti.

Rua José Tuppini

Seu nome correto era Giuseppe Tuppini. Italiano de Monte San Giusto, província de Maorata na Itália, filho de Tuppini Nicola e Biondi Maria, nasceu no dia 02/05/1868. Chegou ao Brasil no Porto de Santos pelo Vapor Colombo, em 03/04/1896.

Casou-se com Rita Moscaroli Tuppini. Do matrimônio nasceram: Marieta, Orlando, Cândido, Assumpta, Saladino e Norival.

Em Varre-Sai, primeiramente residiu na povoação de Cruz da Ana. Foi ferreiro, lavrador, carpinteiro e proprietário de terras.

Fundou uma banda de música que deu origem a *Lira Santa Cecília*, foi proprietário do *Cine Ideal*, que a partir de 1950 passou a ser denominado de *Cine Brasil*. Foi um dos primeiros italianos a fabricar vinho na *Adega Tuppini*. (32).



Rua José Tuppini na década de 20 do século XX.

(31) Entrevista com a Agente Cultural Teresa Cristina Coutinho, 2011.

(32) Trabalho de Pesquisa, realizado em 1992, pelas turmas 1301/1302 do Curso de Formação de Professores do Colégio Estadual Dr. Miguel Couto Filho, sob orientação da Professora de Metodologia dos Estudos Sociais – Edilma Fontes Vargas Martins.



Rua José Tuppini.

Rua Bernardino de Oliveira Santos

Antigamente denominada Beco da Pendência. Essa rua transversal, parte do encontro entre a Avenida Felicíssimo de Faria Salgado e a Praça Antônio Camilo e segue até a Avenida Francelino Bastos França.

Bernardino de Oliveira Santos nasceu em Portugal, em 03/05/1868, era filho de João de Oliveira e Rosa Ribeiro Santos. Naturalizou-se brasileiro, residindo em Varre-Sai, onde constituiu família casando-se com Francisca Maria Cândida, viúva e mãe de duas filhas: Joventina e Rosália. Dessa união nasceram seus quatro filhos: Romeu, Romário, Mário e Maria José. Exerceu por trinta e cinco anos o cargo de Juiz de Paz.

Foi comerciante, proprietário do *Armazém Dois Irmãos*, posteriormente vendido aos irmãos João Perilo e Sebastião Oliveira Vargas (Bituta). Foi proprietário em sociedade com o irmão Antonio de Oliveira Santos, da primeira máquina de beneficiar café, fundada em 1905. De acordo com informações prestadas por seu neto Francisco Bernardino de Oliveira Poli, o avô ainda manteve em sociedade com o irmão, no Rio de Janeiro, uma casa de negócios, que vendia malas para viagens, baús e artigos de couro. Exerceu por trinta e cinco anos o cargo de Juiz de Paz. Foi agraciado com o título de Capitão, mas abominava essa patente. (...) *Foi um homem muito respeitado. Aquelas confusões de propriedade iam lá para ele resolver. Ele era um tipo de conciliador. (...) Certa ocasião um camarada roubou o chapéu dele. Aí ele mandou chamar o camarada e perguntou: mas porque é que o Sr. fez isso? E o camarada respondeu: Sr. Bernardino o Sr. vai me desculpar, eu perdi a cabeça. Se o Sr. perdeu a cabeça porque queria o chapéu?*

(...) *Meu avô foi um dos fundadores do Hospital de Varre-Sai. Eu era criança, mas o acompanhava sempre. Lembro-me muito quando nós fomos lá para ver onde ia tirar água, pelo sistema de gravidade, para começar a construção. Logo que começou a terraplanagem ele morreu. O enterro dele teve banda de música, políticos discursando, essas coisas. (33).*

(33) Ibidem, Trabalho de Pesquisa da Escola E. Dr. Miguel Couto Filho. 1992 e entrevista com Francisco Bernardino Oliveira Poli. 2011.



Rua Bernardino de Oliveira Santos.

Rua José Vargas de Figueiredo

Essa Rua tem início no Largo Santa Filomena e termina exatamente onde começa a Rua João Ramos Pereira. Nesta rua estão localizados o extinto Clube dos Treze, a Casa do Pão e a antiga residência do Sr. Lindolpho Nunes Vieira.

José Vargas de Figueiredo, mais conhecido como Juquinha, nasceu em Varre-Sai, em 17 de dezembro de 1901. Filho de João Damasceno Figueiredo e de Amélia Vargas. Teve seis irmãos: Durval, Oswaldo, Lucília, Sebastião, Philomena e Maria da Conceição. Casou-se com Odete Figueiredo com quem teve quatro filhos: Amélia, João, Getúlio e Yeda.

Foi Escrivão de Paz, da Polícia e do Registro Civil. Muito católico e devoto de São Sebastião, secretariou a Liga Católica Jesus, Maria e José por vinte anos. Foi um dos fundadores da Sociedade de Amigos de Varre-Sai – SAVS e da Associação Hospitalar de Varre-Sai. Presidiu a Lira Santa Cecília por diversos anos e foi um dos fundadores do Serrano Esporte Clube.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 2 de maio de 1955. (34).



Rua José Vargas de Figueiredo.

(34) Ibidem, Trabalho de Pesquisa da Escola E. Dr. Miguel Couto Filho. 1992.

Rua Sebastião Alves Figueira

Sebastião Alves Figueira era filho de Manoel Joaquim Alves Figueira e de Virgínia Alves da Costa. Nasceu em Santa Clara, distrito de Itaperuna, em 27 de julho de 1896. Casou-se com Francisca Salles Figueira com quem teve os filhos: Maria Eny, Elcy, Ernandy, Edicy e Sebastião Erly.

Em 1936 representou o distrito de Varre-Sai como vereador da Câmara de Itaperuna.

Participou da criação do Hospital São Sebastião de Varre-Sai

Em 1950 foi eleito primeiro prefeito do recém-criado município de Natividade, tendo falecido antes de concluir seu mandato.

(...) Dotado de grande inteligência e impulsionado por um desejo ardente de vencer, superou todas as dificuldades com ânimo forte e inquebrantável. Embora não tenha tido oportunidade de cursar uma escola primária regular, era um autodidata, tendo exercido cargos públicos com destaque, impondo-se pela sua lealdade, honestidade, firmeza de atitudes e probidade. Como líder autêntico que era, a sua influência se fazia sentir tanto no meio social como no meio político, desempenhando papel de conciliador entre os adversários. (...). (35).



Rua Sebastião Alves Figueira.

Rua João Ramos Pereira

Esta Rua é um prolongamento da Rua José Vargas de Figueiredo onde existem algumas construções remanescentes da antiga Vila de Varre-Sai e o Colégio Estadual Dr. Miguel Couto Filho, exemplar arquitetônico de estilo contemporâneo.

João Ramos (* 02/05/1877 + 14/11/1966) casou-se duas vezes e teve dezenove filhos. Em primeiras núpcias com D. Antônia, teve onze filhos. No segundo casamento, aos cinquenta e dois anos com D. Aydée, teve mais oito. Quando sua última filha nasceu Sr. João estava com 72 anos e D. Aydée com 46 anos de idade.

Foi Capitão da Guarda Nacional, lavrador e proprietário da Fazenda Azul que adquiriu do Sr. Joaquim Ladislau. Foi o doador das terras do Seminário Maria Imaculada. (36).

(35) Ibidem, Trabalho de Pesquisa da Escola E. Dr. Miguel Couto Filho. 1992, texto de autor desconhecido fornecido para o referido trabalho.

(36) Ibidem, Trabalho de Pesquisa da Escola E. Dr. Miguel Couto Filho. 1992.



Rua João Ramos Pereira.

Rua Cap. Francisco Lopes da Silva (Chico Lopes)

Francisco Lopes da Silva, mais conhecido como Capitão Chico Lopes casou-se com Ana Angélica de Faria, mais conhecida como Sinhazinha, filha de José Antunes de Faria Salgado e de D. Maria Antônia de Faria. José Antunes de Faria Salgado era sobrinho de Felicíssimo de Faria Salgado, filho de seu irmão Venâncio de Faria Salgado.

De acordo com informações prestadas por Lúcia Maria Sobreira Lopes, Chico Lopes era comerciante, proprietário de uma grande casa comercial onde hoje é a residência da Olneida. Possuía uma chácara, provavelmente, recebida por conta da herança de sua esposa, que ia do sobrado onde hoje está instalado o Bar do Fei até a Serraria do Juquinha Ladeira.

Foi Capitão da Guarda Nacional, nomeado pelo Presidente Prudente de Moraes, através do Decreto de 3/01/1893 e Alferes da 3ª Companhia do 37º Batalhão da Guarda Nacional, em 4/4/1895. Foi vereador em Natividade de 19/10/1894 a 7/05/1897 e de 1/06/1897 a 30/09/1897, Juiz de Paz e membro do Grêmio Dramático de Varre-Sai.

Ainda segundo o testemunho de Lúcia Maria, baseada em informações repassadas pela filha de Chico Lopes, Sra. Antônia, carinhosamente conhecida por Tonica, Chico Lopes tinha o hábito de servir um cálice de vinho do Porto a todos antes das refeições e só comia alho quando havia carne de porco. Ficou tão feliz quando nasceu o primeiro filho que comprou uma cadeira de balanço para a esposa e uma garrafa de vinho do Porto para comemorar. Tinha piano em casa e professora particular para as filhas. D. Sinhazinha tratava a família e todos que a procuravam com homeopatia. D. Tonica tinha horror à política. Dizia ter sido por causa da política que o pai havia perdido tudo. D. Sinhazinha com suas filhas eram hábeis artesãs e confeccionavam coroas para defuntos, usadas para homenagear os entes por ocasião de seu falecimento e no dia de Finados. (37).

(37) Acervo da Família Lopes. Entrevista com Sebastião Odithes Lopes e Lúcia Maria Sobreira Lopes.



Inauguração da Rua Cap. Francisco Lopes da Silva.

Rua Octávio Monnerat

Octávio Monnerat nasceu no dia 21/06/1885, na Fazenda do Jequitibá, situada a quatro quilômetros de Bom Jardim – RJ. Filho do Coronel Antônio José Maria Monnerat e Júlia Wermelinger Monnerat.

Após ter frequentado o Curso Elementar do afamado Colégio Anchieta em Nova Friburgo, Octávio retorna a Fazenda Jequitibá onde continuou seus estudos numa escola montada por seu pai. A partir dessa época, passa a ajudar o pai na administração da Fazenda com o cultivo de café e com o engenho de serra, de onde saíam grandes quantidades de madeiras.

Em 22 de outubro de 1913, casou-se com Marietta Mercedes Reis, com quem teve os filhos: Geraldo Magela, Luís Gonzaga, Maria de Lourdes, Carlos Henrique, Rita de Cássia, Joel, Brás e José de Anchieta.

Com a morte do pai, muda-se com a família para Bom Jardim. Em 1934 é nomeado funcionário do Departamento Nacional do Café e foi designado para um lugar muito distante chamado Varre-Sai, situado na divisa com o Estado do Espírito Santo, onde residiu até 1953.

Em 1954 mudou-se para Três Rios. Faleceu no dia 30 de outubro de 1956.

Em 1963, a Câmara Municipal de Natividade do Carangola, aprovou por unanimidade, a denominação de Octávio Monnerat para a antiga Rua do Teatro no distrito de Varre-Sai. (38).



Rua Octávio Monnerat.

(38) MONNERAT, Carlos Henrique. *Histórico de Octávio Monnerat (1885-1956)*. 2001. Datilografado. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Construções, técnicas e alguns artífices da arquitetura varressaense

(...) Se a casa foi a primeira, nas obras de construção, nela já se empregou madeira, os próprios troncos de árvores, apenas desbastados, para sustentar a terra amassada e um teto frágil. Mas logo também surgiu a necessidade da madeira trabalhada e se fizeram carpinteiros dois Padres [Jesuítas], Antônio Pires e Afonso Bráz; e aprendeu o Ir. (depois Padre) Diogo Jácome a arte de torneiro, em que se tornou mestre. Movimento espontâneo como tantos outros exigidos pelas necessidades da terra, onde a civilização ocidental dava os primeiros passos firmes; e que foi o humilde princípio das oficinas de carpintaria, marcenaria, escultura, que atingiram o apogeu na segunda metade do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, período principal das grandes construções jesuíticas do Brasil. (...)

Serafim Leite, Artes e Ofícios, 44.

Os colonizadores mineiros que se estabeleceram na região a partir da primeira metade do século XIX trouxeram também os primeiros oficiais, mestres carpinteiros, mestres de obras, carapinas e pedreiros para construir as sedes de suas fazendas. A Província de Minas Gerais, por causa do ouro, produziu expressivo número de igrejas. Em Minas, está concentrada a maior parte desse patrimônio sacro do Brasil. A concorrência entre as irmandades, fez trazer de Portugal artistas renomados. Nos canteiros de obras se formavam novos artífices, fazendo nascer, nas minas, uma arte barroca genuinamente brasileira. Dessa maneira, os profissionais foram se multiplicando e à medida que os desbravadores abriam suas fazendas, levavam consigo alguns desses artífices que acompanharam os fluxos migratórios e, em determinados casos, fixaram residência na região.

Exemplo disso é a família Rodrigues França, que mandou vir de Minas Gerais os irmãos Francisco e Siqueira Gomes de Azevedo, que trabalharam nas Fazendas do Palmital e Três Barras, ambas pertencentes ao antigo município de Itaperuna. (...) *Reconstruíram rapidamente um pequeno trecho da ala sul do complexo colonial e o casal pode instalar-se nele mais confortavelmente. Terminada a primeira etapa da recuperação do casarão, nosso pai, dispondo de poucos recursos para tocar a obra, pensou primeiro nas lavouras para obter renda. A total restauração da sede colonial ficaria para mais tarde quando as lavouras estivessem produzindo e o lucro aparecendo. Convidados por nosso pai, os irmãos Gomes de Azevedo trouxeram as famílias e ficaram residindo na fazenda. Francisco, o Chico Carapina, um mulato trigueiro de voz pastosa, gutural, tornou-se pela sua ação, figura de proa da administração da fazenda assumindo a capatazia geral. Seu irmão, Siqueira, comprido e magro como um pinguelo, conduzindo uma barba islâmica parecendo Antônio Conselheiro sem o camisolão, ficou morando na lavoura como chefe de turmas. (...). (...) Dissemos linhas atrás que os irmãos Azevedo, depois de restaurarem um trecho da ala sul para habitação confortável da família, foram contratados e ficaram responsáveis pela formação e administração das lavouras. Com dote de 10 contos de réis e uma vaca, recebido por nossa mãe de nosso avô, tradição que o velho seguia quando*

casava uma filha, nosso pai pode reiniciar a obra de restauração do casarão e iniciar sua criação de gado leiteiro.

Para, iniciar a grande jornada de recuperação, nosso pai chama seu compadre e amigo Dô Costa, parente de nossa mãe, homem inteligente, habilidoso e trabalhador, um autêntico “faz tudo”, para acompanhar os árduos trabalhos de recuperação da grande construção (...). (1).

(...) Foi preciso um exercício de imaginação muito forte e muito engenho para por de pé aquele gigante em ruína acelerada. Inúmeras minúcias tinham que ser respeitadas para fortalecerem a obra e não quebrarem sua característica arquitetônica primitiva e tradicional. Meticuloso e detalhista não foi difícil para nosso pai refazer toda infra-estrutura enfraquecida levando nisto uma década de operosas e pacientes reparações, até porque ele não fazia obra de fancaria. (...) (2).

Com o surgimento dos povoados esses mestres, carpinteiros e artífices mineiros passaram a construir também, as primeiras casas das vilas. (...) *Para o meio rústico e hostil, trouxeram aqueles pioneiros a tecnologia da construção arquitetônica colonial da época áurea das minas. Esta tecnologia, nas novas áreas devassadas, sofreria uma adaptação com os recursos materiais locais disponíveis, mas manteria grande parte dos elementos da arquitetura de origem, à exceção dos ornamentos, inserindo em nossa história um modelo de construção mais simplificado nas formas, embora não destituído de sua essência consagrada no colonial barroco mineiro. Até hoje, nas construções modernas, muitos elementos surgidos no período colonial ainda são usados sem que as pessoas se dêem conta do fato. Assim, o estilo do casario antigo de Varre-Sai é marcadamente colonial, autêntico, oriundo da arquitetura civil do barroco mineiro, embora destituído das peças ornamentais que caracterizam aquela escola artística. Basta uma visita rápida ao Casarão do Felicíssimo para identificar lá o forro no estilo saia e camisa, o beiral de cimalha, as pontas dos guieiros do telhado, a estrutura de taipa de sebe (pau-a-pique), os baldrames, as sapatas vigorosas de pedra, as seteiras, as janelas de guilhotina, os barrotes, os barrotinhos, a tesoura, o sistema de telhado com 3 águas e com rincão, as ferragens, os lintéis, a alvenaria de pedra, e muitos outros elementos amplamente empregados no colonial mineiro, transportados e adaptados para o ambiente das matas mineiras e noroeste do estado, ocupadas no século XIX. (3).*

Os primeiros registros que encontramos sobre construções na Vila, após o Casarão do Felicíssimo, foi um pedido de alinhamento, feito por Antônio Augusto da Silva que queria construir um prédio no arraial de Varre-Sai, conforme sessão da Intendência da Cidade de Natividade do Carangola, realizada no dia 15 de setembro de 1891. Na mesma sessão, Hygino Antunes de Faria Salgado, solicitou arbitramento para sua casa de negócio próximo ao arraial de Varre-Sai. (4).

Na sessão de 02/01/1892, o Sr. Antônio Augusto da Silva declarou ter acabado com sua olaria em Varre-Sai e solicitava sua exclusão da lista de contribuintes. Quer dizer que telhas e tijolos de alguns prédios construídos até esta data foram, provavelmente, confeccionados em Varre-Sai. (5).

(1) FRANÇA, Balbino Bastos. *A Última Colheita*. Quickgrafic Editora, 2003, p. 83.

(2) *Ibidem*, p. 92.

(3) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. Discurso pronunciado como representante oficial da SAVS na inauguração da Tribuna Popular da Câmara Municipal de Varre-Sai, no dia 03/03/1998.

(4) Livro de Atas do Conselho de Intendência da Vila de Natividade do Carangola, 1891.

(5) *Ibidem*, 1892.



Casarão do Felicíssimo.

Outro testemunho importante sobre a construção de casas na povoação durante as primeiras décadas do século XX foi o do Sr. Torino Fabri, filho de imigrante italiano, que veio para Varre-Sai em 1897: (...) *Para fazer casa naquela ocasião não gastava tijolo, ia no mato, nesse alto aqui tudo era mata, tirava aquilo lavrava, e para serrar tinha uma serraria aqui defronte à igreja e ficava serrando até fazer as casas.... era muito difícil naquela época (...).* (6).

Localizamos em nossa pesquisa o nome de Genario Senisse, descrito pelo Jornal *A Vedeta* de agosto de 1908, como hábil marceneiro residente em Varre-Sai, contratado pela senhorita Amélia Galvêas para construir um altar na Igreja para a imagem de Nossa Senhora do Rosário.

Em Natividade do Carangola, o carpinteiro Bartholomeu Fusco, garantia a perfeição de seus trabalhos, conforme noticiou o Jornal *O Independente*, nº 29, Ano 1, de 13/08/1908.



Anúncio do carpinteiro Bartholomeu Fusco. Natividade do Carangola.

(6) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001.

Do Jornal *O Independente*, nº 20, Ano 1, de 11/06/1908, extraímos o anúncio ao lado:

De acordo com os registros fotográficos, existia no antigo Largo da Matriz, atual Praça Padre Abaeté Cordeiro, na parte baixa da praça, um cruzeiro de madeira. Conforme informações de Dom Mauro Fragoso, Diretor de Patrimônio do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, *Os cruzeiros remontam as peregrinações medievais, quando foram instalados junto as encruzilhadas para marcar a tomada de uma nova direção e nova etapa no caminho a ser percorrido pelos peregrinos. Junto ao cruzeiro os peregrinos rezavam e deixavam seus ex-votos. Esse foi um dos costumes trazidos da Europa pelos portugueses. Anteriormente, os cruzeiros eram também instalados ao lado das igrejas. Enquanto a utilização dos cruzeiros nas encruzilhadas foi desaparecendo, permaneceu a sua utilização ao lado das igrejas para deposição de ex-votos pelos fiéis.*

Conforme depoimento de D. Philomena de Sá Vieira, o cruzeiro da Matriz tinha todos os atributos usados na crucificação de Cristo, alguns dos quais, podemos verificar nesse registro fotográfico feito em 1927 como os cravos usados para prender as mãos e os pés de Jesus, a escada, o manto, o torquês, o galo e outros instrumentos ligados a essa cerimônia. (...) *As miniaturas eram de madeira e muito bem feitas. Eu via esse cruzeiro lá perto da Matriz quando eu era criança. Nos pés do cruzeiro tinha um monte de vintém, que era uma moeda que não valia mais nada e ficava ali não sei porque. Com o tempo as peças foram se desprendendo aos poucos, mas ele mesmo (o cruzeiro) custou a cair. (...)* Infelizmente não conseguimos descobrir seu autor.



Anúncio de F. Calabria - Pintor decorador. Natividade do Carangola.



Cruzeiro na antiga Praça da Matriz, atual Praça Pe. Abaeté Cordeiro.

Na oficina de Valdir de Faria Lima, o Valdir Tupini, existe uma mão de madeira pendurada em meio a outros objetos, muito bem entalhada. Perguntamos qual sua origem e ele nos disse que ganhou da mãe D. Ana Machado Tupini, mais conhecida como D. Neguinha, esposa do Sr. Norival Tupini. (...) *Essa mão minha mãe dizia que pertenceu a um cruzeiro que existia próximo da Matriz de São Sebastião. Ela a guardou por muitos anos e um dia, antes de morrer me deu e disse: Meu filho, toda vez que você for fazer vinho ou for trabalhar, leva essa mão que nada vai te faltar.*(...). Muito embora a mão não seja um dos objetos representados nos cruzeiros tradicionais, essa com toda certeza representava a mão de Jesus e foi reunida nessa cruz com os demais instrumentos da paixão, o que pode ser comprovado pela presença de parte do cravo que se encontra fixado na escultura.



Escultura em madeira proveniente do antigo cruzeiro do Largo da Matriz.

No acervo de Chico Lopes, encontramos uma fotografia da construção de uma casa e em seu verso as seguintes referências: data- 1925 - Pedreiro Luiz Victorino de Souza. No desenvolver de nossas pesquisas não encontramos informações que confirmassem a existência de Victorino em Varre-Sai.



Registro fotográfico de uma construção residencial em 1925.

Família de Joaquim Ladislau Oliveira

Joaquim Ladislau Oliveira foi um abastado proprietário de terras da região como a Fazenda Azul, Fazenda Santa Cruz e das propriedades conhecidas como Arataca, Malacacheta e de outra propriedade que, tempos depois, ficou conhecida como Fazenda do Sr. Jesuíno. Sr. Joaquim Ladislau tinha ascendência portuguesa. Mineiro de Cataguases casou-se com Maria Celestina Dias em 5 de setembro de 1891, com quem teve dezoito filhos. Foi Capitão da Guarda Nacional e homem de grande prestígio social na região. Foi membro da Maçonaria em Natividade. Doou a imagem de Nosso Senhor dos Passos e da via sacra da Igreja Matriz de São Sebastião. *Minha mãe contava que meu avô era um homem muito severo com as filhas. Mas todas eram muito educadas, tinham jóias e na época das festas trazia toda a família para a vila. Todas tocavam um instrumento musical. Gostava de plantar árvores frutíferas no meio da mata. Toda a família trabalhava da lavoura ao serviço de carpintaria das casas para os colonos da propriedade. Tia Alice e as irmãs fizeram todo o engradamento da primitiva capela de Santa Filomena. (7).*



Família de Joaquim Ladislau.



Família de Joaquim Ladislau preparada para o trabalho.

(7) Entrevistas concedidas por Marlene Ramos e Nair Amite Baptista. Varre-Sai. 2011.

Em 1923 colocou a venda a Fazenda Santa Cruz, conforme noticiou o Jornal *A Vedeta* nº 1, Ano 22, de 27/05/1923. Com seu falecimento a Fazenda Azul foi vendida ao Sr. Manoel Ramos Pereira, mais conhecido por Manduca.

Interessantíssimo esse registro sobre o trabalho das filhas do Sr. Ladislau que exerciam essa função de carpinteiras, especialistas em engradamentos de telhados, tarefa exclusivamente masculina para a época. Infelizmente nos faltaram elementos que pudessem elucidar se esse tipo de trabalho era desenvolvido por suas filhas por falta de braços ou por imposição do pai. Tudo nos leva a crer que seja pela disponibilidade de braços em sua própria casa, devido ao elevado número de filhos do sexo feminino, ou seja, onze mulheres e sete homens.

D. Philomena de Sá Vieira nos contou uma passagem bastante interessante. (...) *Uma ocasião elas estavam construindo uma coisa alta lá na propriedade deles, eu não sei o que era, mas era alto. E ele, o Sr. Ladislau estava sempre por perto, de modo que os homens queriam passar e ficavam sem jeito porque as filhas dele estavam penduradas lá em cima. Então ele dizia assim: pode passar! Vocês são de casa. Elas trabalhavam de saia, mas com uma calça comprida por baixo. Outro fato engraçado é quando ele comprava tecido para fazer vestido para elas. Nessa ocasião ele adquiria uma peça de tecido inteira. Era aquela porção de moças todas de vestido igual. Ele colocava a mulher dele na frente e as filhas todas enfileiradas para vir para a Igreja. Elas com vergonha arranjaram logo um jeito de combinarem entre si: duas usavam vestidos mais antigos, outras duas, do lote mais recente, as menores usavam os vestidos feitos com outra peça de tecido, e assim ficavam diferentes umas das outras. Ele não deixava elas andarem sozinhas de jeito nenhum! Se era para virem a Igreja vinham todas juntas e com a mãe na frente. (...).*

Varre-Sai após a chegada dos imigrantes italianos

Os italianos eram bons construtores, marceneiros, pedreiros, carpinteiros e ferreiros. Construíram além de suas casas de morada, moinhos para beneficiar o milho e o café; engenhos para fabricar açúcar e os monjolos para beneficiar o arroz que conheceram no Brasil. Uma vez instalados souberam unir ao seu conhecimento e a sua herança cultural, o legado e técnicas aqui já experimentadas pelos negros e pelos portugueses.

A madeira retirada das florestas virgens era lavrada no machado, a mão e com ajuda de poucos instrumentos de trabalho como as serras. Com elas eram feitas as traves, os esteios, as madres, os barrotes e os baldrames. Delas ainda faziam as escândulas, que eram uma espécie de lâminas, arranjadas em camadas para a cobertura das casas, popularmente conhecidas como taboinhas.



Detalhe de telhado coberto por escândulas, popularmente conhecidas como taboinhas.

Com essa madeira também preparavam as tesouras, as terças, os pontaletes, os pendurais, os frechais, os espigões, os caibros e todo o ripamento utilizado na confecção dos telhados, as esquadrias, as portas, as janelas e os móveis de suas casas.



Armário. Acervo da Fazenda do Céu - Porciúncula.



Toilete. Acervo da Fazenda do Céu - Porciúncula.



Malões. Acervo da Fazenda Córrego do Ouro - Porciúncula.

As paredes eram feitas de pau a pique, que é uma técnica estrutural, muito utilizada na zona rural, por meio da qual se obtém um tipo de vedação feita do enchimento da trama de madeira ou bambu com barro. Essa técnica é também conhecida como taipa de sopapo, taipa de mão ou taipa de sebe.



Fazenda Córrego do Ouro - Varre-Sai.

A madeira, que era o principal material das construções, estava presente nas fundações, nas estruturas, nas paredes, nos pisos e, sobretudo, nas coberturas. A madeira servia, também, para a confecção de mata-burro, tronqueiras, zig-zag e porteiras usadas, respectivamente como cancelas e bifurcações que impedem a circulação de animais.



Mata-burro. Fazenda do Céu - Porciúncula.



Tronqueira. Zona rural - Varre-Sai.



Zig-zag. Zona rural - Varre-Sai.

As cozinhas, geralmente compostas de um único cômodo, podiam, em alguns casos, ter um anexo para despensa, onde guardavam os víveres. No início, utilizavam o fogão tradicional italiano, conhecido como *focolaro*, que era confeccionado com quatro estacas de aproximadamente um metro, fincadas no chão (8). Ao redor dessas estacas pregavam tábuas por toda volta. Depois preenchiam com terra. Tempos depois, aderiram aos fogões feitos de tijolos com trempes de ferro e acabamento em barro, ainda utilizados atualmente. Em casas mais abastadas recebiam revestimento de cimento queimado e, em alguns casos, de ladrilhos hidráulicos.

Segundo D. Geralda Ridolphi, D. Antônia Delceti, avó de seu marido (...) *era uma mulher muito forte. Quando me casei fui morar com D. Antônia. Ela carregava um saco de farinha na cabeça, da Padaria do Sr. Nego até a casa dela, que era uma propriedade que ficava onde hoje é o Seminário Maria Imaculada. Fazia pão e macarrão na mão. Todo sábado preparava dez quilos de macarrão e de pão. Abastecia a família inteira e ainda distribuía para os amigos. Era muito farta para comida. Quando fui pra lá tive que me adaptar. Eu mal conseguia alcançar o fogão. Já entrei cozinhando para muita gente. As famílias eram muito numerosas antigamente, conclui.* (9).

Não menos interessante é o depoimento de Filomena Ridolphi: *Minha mãe fazia macarrão abria a massa com um rolo do tamanho de uma roda de carro. Era muito gostoso o que minha mãe fazia. Fazia inhoque e pão italiano no forno de tijolo grandão. Até hoje faço esse pão e meus filhos também. Minha mãe fazia 22 pães por semana. No Natal fazia broa e muitas outras coisas e juntava a família toda.* (10).

Os fornos eram construídos externamente, geralmente instalados numa cobertura anexa, uma meia água. Quando construídos mais distantes das casas possuíam cobertura de duas águas, que o protegia da exposição direta dos períodos de chuvas. O pão, como o vinho, eram alimentos essenciais no cardápio dos italianos. Esses fornos serviam para os pães e para os assados de maneira geral. Construído em formato de abóboda de tijolos ou barro. Quando maiores partiam do chão. Menores eram construídos em cima de uma base de madeira, uma espécie de mesa.



Forno. Zona rural de Varre-Sai.



Forno. Fazenda dos Pirozzi.

(8) POSENATO, Júlio. *Arquitetura da Imigração Italiana no Espírito Santo*. 1988.

(9) Entrevista concedida por D. Geralda Ridolphi. Varre-Sai. 2011.

(10) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009, p.177.

Nas residências mais abastadas eram encontradas, com certa frequência a *credensa*, uma espécie de guarda louça brasileiro, muito presente nas residências urbanas e nas casas-sedes das fazendas. Esse móvel é composto por duas partes: uma inferior, fechada com duas portas, geralmente, utilizada para guardar algum tipo de alimento em latas, caixas ou potes de vidro, duas gavetas para toalhas ou talheres e uma superior para louças.

Usavam também, uma espécie de caixa de madeira com pés, geralmente na cozinha ou despensa, onde guardavam algum tipo de mantimento como a farinha, o sal e as carnes salgadas ou em conservas.

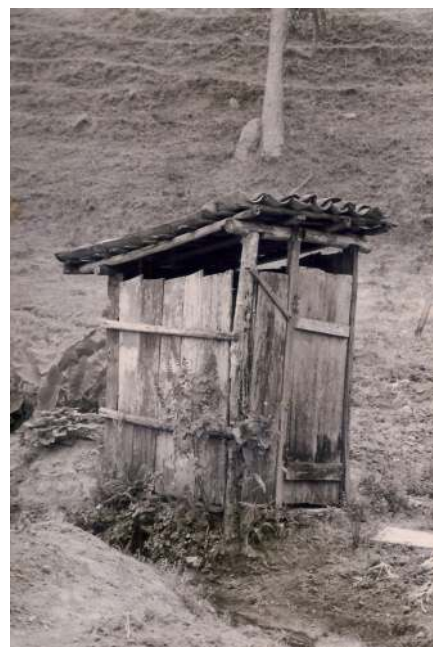
As instalações sanitárias nessa época eram inexistentes, sobretudo na zona rural. No quarto de dormir utilizavam para a higiene pessoal o jarro e a bacia, geralmente de louça, faiança ou ágata, dependia do poder aquisitivo do proprietário. Para as necessidades fisiológicas durante a noite valiam-se dos urinóis. As latrinas foram implantadas, posteriormente, sobre um curso d'água afastado da casa.



Credensa. Acervo da Fazenda do Céu - Porciúncula.



Caixa de madeira. Acervo da Fazenda Córrego do Ouro - Varre-Sai.



Latrina. Fazenda Bela Vista Natividade/Varre-Sai.

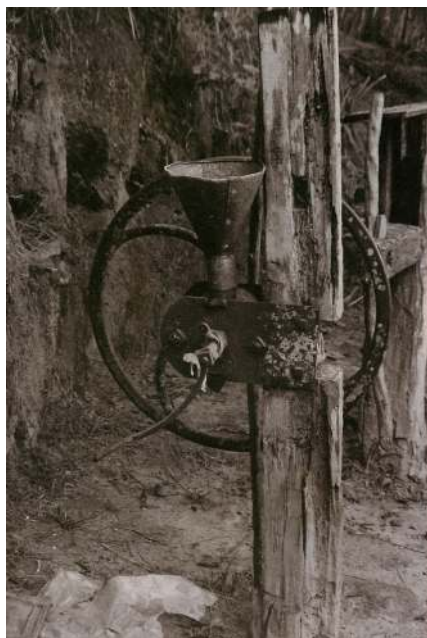
Os banheiros surgiram muito tempo depois. Nas antigas residências foram edificadas anexos as casas de moradia, motivo pelo qual, eram nesse tempo, os últimos cômodos da casa.

Não podemos deixar de registrar outras instalações complementares, tão importantes quanto as instalações domésticas como o paiol ou tulha, geralmente toda confeccionada de madeira, inclusive as paredes. Essa construção servia para depositar a produção da propriedade e guardar as ferramentas agrícolas utilizadas no trabalho.



Paiol/Tulha. Fazenda do Céu - Porciúncula.

Na sequência, vem os moinhos: de canjiquinha, de fubá, construídos sob um curso d'água, que faz girar a roda hidráulica que movimenta o equipamento de moagem, denominado de mó, que são discos de pedras, por meio dos quais, se obtém a trituração do milho e sua transformação em fubá; de açúcar, utilizados para moagem da cana, para confecção do açúcar, rapadura, melado e aguardente. Nesse processo utilizavam diversos utensílios e equipamentos específicos como moendas, tachas e conchas de cobre.



Moinho de canjiquinha. Fazenda Bela Vista - Natividade / Varre-Sai.



Moinho de fubá. Sítio Velho Moinho - Varre-Sai.



Mó. Fazenda dos Pirozzi - Varre-Sai.



Engenho de cana movido por tração animal. Fazenda Vargem Alegre - Varre-Sai.



Detalhe do engenho de cana da Fazenda Vargem Alegre.



Fornalha com tachas de cobre. Fazenda dos Pirozzi - Varre-Sai.



Engenho de cana manual. Fazenda Bela Vista - Natividade/Varre-Sai.



Detalhe da fornalha da Fazenda dos Pirozzi.



Detalhe do engenho de cana manual da Fazenda Bela Vista.



Utensílios de cobre para fabricação de açúcar. Fazenda dos Pirozzi.



Utensílios de cobre para fabricação de açúcar. Fazenda do Céu - Porciúncula.



Chaminé do engenho de açúcar.
Fazenda Vargem Alegre - Varre-Sai.



Galinheiro.
Zona rural - Varre-Sai.



Chiqueiro. Fazenda Bela Vista -
Natividade / Varre-Sai.

Uma série de acomodações para os animais eram encontradas com frequência nas propriedades rurais. Os animais, além de fornecer a carne, a banha e os ovos, como o boi, o porco e a galinha, eram utilizados como único meio de transporte e tração para implementos agrícolas. Os bois puxavam arados e os burros movimentavam moinhos e transportavam mercadorias. Assim sendo, currais, chiqueiros e galinheiros não faltavam nas pequenas, médias e grandes propriedades.



Sal para bovinos. Fazenda Bela Vista - Natividade / Varre-Sai.

Alguns artífices italianos

Família Poli: Francisco, Pedro e Romeu Poli

Francisco de Poli chegou ao Brasil, provavelmente no final do século XIX, radicando-se inicialmente no arraial de Frecheiras, localizado entre os municípios de Santo Antonio de Pádua e Cambuci. Tempos depois, já no início do século XX, se mudou para Miracema. Lá, sua primeira obra foi a etapa final da construção da Fiação e Tecelagem São Martino, inaugurada com a presença de Nilo Peçanha, em 1906 e onde também estão concentrados o maior número de seus projetos e de seu filho Maximiliano que produziu considerável número de edificações em Miracema, Pádua e São Fidélis. Francisco iniciou a construção da Matriz de São Sebastião de Varre-Sai em 1922. Realizou diversas obras na região noroeste do Estado como a Igreja Matriz de Natividade e de Santo Antonio de Pádua. Suas construções se destacavam pela imponência, monumentalidade e também por utilizar elementos decorativos presentes na arquitetura italiana. Dez anos depois, seu filho Pedro Poli, já radicado em Varre-Sai, construiu o altar-mor, conforme planta encomendada da Itália pelo Sr. Antônio Giovanini. De acordo com o depoimento do Dr. Luiz Ronaldo Fabri Poli, o engenheiro Dr. Rugiero Daniele teria ficado espantado com os cálculos da planta da ferragem executada por Maximiliano para a Igreja Matriz de Natividade.



Família de Francisco de Poli.

De acordo com Nazira Abib Oliveira Vargas, Pedro Poli foi quem construiu a primeira casa sem esteios e sem colunas de concreto de Varre-Sai. Era conhecido como *sobradinho* ou *esteirinha* e ficava localizado na Av. Felicíssimo de Faria Salgado, onde atualmente está surgindo uma nova construção, quase em frente ao posto de gasolina que fica localizado na esquina com a Rua Bernardino de Oliveira Santos. Segundo Francisco Bernardino de Oliveira Poli, seu pai, Pedro Poli, construiu essa e outras casas com a técnica denominada *canto virado*. Nas construções de canto virado utilizava-se apenas o tijolo maciço que era cruzado. (...) *Na época todo mundo dizia: vai cair! E acabou que durou até agora, há pouco tempo atrás. Nesse sobradinho eram realizados bailes de carnaval. Então balançava porque o assoalho era de madeira e o pessoal achava que ia cair. Da mesma maneira que o nosso túmulo lá em Varre-Sai foi construído. Ele será perpétuo, a base dele tem tanta pedra, que não vai cair nunca. Creio que irá durar muito tempo.* Ainda segundo Nazira, o sobrado possuía forro de esteirinha, feito de bambu. Esse tipo de forro é muito comum em nossa região, pode ser de bambu ou taquara, recurso muito utilizado antigamente, sobretudo na zona rural. Era mais barato que a madeira, a matéria-prima não precisava

passar por nenhum processo de industrialização, só exigia mão-de-obra qualificada, porque nas fazendas sempre havia um bom cesteiro. Além de promover a ventilação entre os cômodos, durava por muitos anos, isso se o bambu fosse colhido na época certa, obedecendo as técnicas tradicionais de manejo.

Papai construiu também o prédio do Instituto Brasileiro do Café – IBC. Dizia o papai que os carros de boi vinham com as pedras para os alicerces, as rodas saíam e ficava só a mesa, porque aquilo atolava. Então papai teve que primeiro secar aqueles terrenos, fazer os drenos. Depois o engenheiro queria saber como é que o papai conseguiu secar aquele terreno para fazer uma obra pesada daquelas, que durou até hoje. A única coisa que caiu lá, por causa de uma faísca, foi o telhado da casa de máquinas.

Além do altar mor da Igreja de Varre-Sai, papai fez obras nas Igrejas de Santa Clara e de Querendo. Ele tinha um desenho que ele deixava nos cantos das torres, era uma espécie de marca. Tanto na de Santa Clara quanto na de Querendo tem essas marcas. Vovô Chico Poli deixava suas iniciais FP. As casas que ele fez lá em Miracema possuem essas iniciais. Segundo contavam papai era um artista. Você já viu o altar mor da Igreja de Varre-Sai? Aquilo tudo feito a mão, perfeito. Dizem que dos irmãos o papai era o mais perfeito. A nossa casa tinha três salas grandes. Todas as paredes eram pintadas com uns desenhos feitos com formas vazadas e a tinta era colocada numas bombas que iam sendo apertadas para preencher os desenhos. Estava se referindo as pinturas do tipo estêncil, muito comuns nessa época.

De acordo com informações prestadas pelo Dr. Luiz Ronaldo Fabri Poli, seu pai, Romeu Poli, construiu a atual Igreja de Santa Filomena, o Hospital São Sebastião, o Grupo Escolar Dr. Miguel Couto Filho, o Seminário Maria Imaculada e algumas casas residenciais como a do Primo Sobreira, Hércio Faria e comerciais como a *Casa do Careca*, tradicional estabelecimento de Varre-Sai.



Igreja de Santa Filomena. 10/08/1980.

Segundo as lembranças de Francisco Bernardino de Oliveira Poli, seu tio Romeu deixou o Seminário em ponto de arremate, provavelmente porque o dinheiro na época não deu para terminar. *Eu me lembro bem porque eu cheguei a estudar lá. O Seminário funcionava no sistema de internato para aqueles que queriam ser padre e de externato para os demais.*

Da Igreja de Santa Filomena a única coisa tio Romeu fez de diferente da planta foi a cebola (cúpula) da torre, que era meio quadrada. Depois eles resolveram desmanchar e fizeram a cebola (cúpula) conforme a planta.

Outros italianos que exerceram a profissão de pedreiro, de carpinteiro e de ferreiro

Miguel Paolante

Eu aprendi várias profissões na minha vida. Com 16 anos eu fiz um moinho de moer fubá. Fiz no terreiro do sítio que meu pai herdou da minha avó. Ele voltou do Rio depois que recebeu essa herança (o pai foi para o Rio porque a situação em Varre-Sai tava difícil). Fomos ajeitando o sítio, plantando café, plantando bananeira. Trabalhei, também, muitos anos de pedreiro e carpinteiro. (...). (11).

Tancredo Righetti

Tancredo Righetti foi mecânico, pedreiro, proprietário de uma máquina de arroz e hábil artesão. D. Philomena de Sá Vieira em seu depoimento nos disse que ele mesmo se auto-referia como *o homem que fez muitas casas e não tinha casa para morar*.

De acordo com sua filha Vera Righetti Glória a reforma e a construção da fachada em estilo *déco* do imóvel nº 24 da Praça Pe. Abaeté Cordeiro foi realizada por ele, além das duas residências existentes na Rua Túlio Righetti, próximas ao Casarão do Felicíssimo.

Tupini Giuseppe de Nicola

Tupini Giuseppe de Nicola, que em Varre-Sai virou José Tupini, era ferreiro. Profissão também exercida pelo filho Norival Tupini. A eles são atribuídos todos os serviços de serralheria das residências de Varre-Sai, além de inúmeros trabalhos executados em moinhos, engenhos, máquinas de beneficiar café e ferramentas diversas utilizadas pelos agricultores na zona rural. Sr. Giuseppe parece ter exercido a profissão até a década de 60 do século XX, quando faleceu e seu filho Norival atuou na cidade até a década de 70 do século XX, também quando faleceu.



Bigorna que pertenceu a Ferraria do Sr. Giuseppe Tupini.

A importância da Preservação do Patrimônio Ambiental e Urbano de Varre-Sai

O presente inventário tem como um de seus objetivos despertar na comunidade a necessidade “de fazer valer” os instrumentos de preservação cultural previstos na Lei Orgânica do Município, sancionada em 1995, relativos ao assunto. E, mais do que isto, chamar atenção para necessidade de se instituir mecanismos mais detalhados e promover ações que visem à salvaguarda desse precioso patrimônio cultural edificado que, aos poucos, devido à ausência de políticas mais eficazes e práticas públicas de preservação, vem sendo demolido, para dar lugar a construções que reproduzem equivocadamente “novas” arquiteturas, que não se identificam com a cidade e com as características de Varre-Sai.

(11) Ibidem, p. 252.

No texto da Lei Orgânica, encontram-se garantidas dentre outras medidas: o tombamento do prédio da Rua Túlio Righetti nº 3 (Seção II – DACULTURA, Art. 242 - § 1º); que constitui patrimônio cultural do povo varressaense as obras, documentos, bens de natureza material, conjunto urbano, paisagens naturais notáveis e outros definidos em lei; a institucionalização do tombamento dos prédios de arquitetura que tenham identidade com seu povo, sua cultura e costume. (Art.243); que o poder público juntamente com o Conselho Municipal de Cultura e a comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do município, por meio de inventários, registros, tombamentos, vigilância, desapropriação e de outras formas de preservação. (Art. 247).

Assim sendo, acreditamos que as informações produzidas e sistematizadas no presente estudo, constituem-se matéria-prima com potencial para dar substância às ações governamentais de proteção e valorização do patrimônio histórico-cultural local, nos termos do que é preconizado na legislação municipal.

Para ilustrar, escolhemos cinco imóveis que tiveram uma representatividade muito grande (observada durante nossa pesquisa) nas vidas dos varressaenses, alguns dos quais, foram lembrados com saudosismo e tristeza por parte de alguns integrantes das famílias que até hoje não entendem como deixaram isso acontecer. O imóvel onde funcionava o Esteirinha, também conhecido como *Sobradinho*, que era um Clube onde eram realizados bailes de carnaval, tinha esse nome porque o teto era todo forrado com esteira de bambu trançada, que é um recurso decorativo muito utilizado em toda a região. No Esteirinha, propriedade de Silvio José Sobreira também funcionou um comitê durante a Campanha da Emancipação; a casa da Praça Antônio Camilo esquina com a Rua Bernardino de Oliveira Santos, que foi residência do Sr. Bento Machado Vieira, pai de D. Philomena de Sá Vieira, onde por muitos anos funcionou a Agência do Correio, construção de frente de rua, de pequenas dimensões, que marcou por seu estilo simples, livre de ornamentos, que contracenava com os imponentes sobrados do entorno, residências da aristocracia cafeeira; o *Hotel Gorini*, localizado na Rua José Vargas de Figueiredo esquina com a Rua Sebastião Alves Figueira, adquirido em 1919, pelo imigrante italiano Ludovico Gorini, avô de D.Elza e do Dr. Silvestre Gorini; a casa do maestro e abolicionista Thomaz de Aquino, pai de Tic e avô daquele que se tornaria, tempos depois, o músico e o compositor Baden Powell e, finalmente, a casa de Giuseppe Tupini, que além de residência, possuía adega e ferraria. Nessa casa surgiram grupos musicais e uma banda que deu origem à Lira Santa Cecília. Giuseppe foi proprietário do cinema. Seus filhos eram músicos, sendo que dois chegaram a maestros da Lira Santa Cecília.



Prédio do antigo Sobradinho também conhecido como Clube Esteirinha.



Local onde esteve edificado o antigo sobradinho.

Construções, técnicas e alguns artífices da arquitetura varressaense



Residência do Sr. Bento Machado Vieira.



Local onde esteve edificada a residência do Sr. Bento Machado Vieira.



Hotel Gorini.



Local onde esteve edificado o Hotel Gorini.



Casa do Sr. Thomaz de Aquino (avô de Baden Powell).



Local onde esteve edificada a Casa do Sr. Thomaz de Aquino.



Casa de Giuseppe Tupini.



Local onde esteve edificada a casa de Giuseppe Tupini.

Esse conjunto de prédios antigos é a alma da cidade, portanto, é um marco fundamental de sua identidade. Os problemas de ocupação desordenada das encostas dos morros, a verticalidade das construções e a execução de projetos que não levam em consideração a preservação desse patrimônio, contribuem para acelerar a descaracterização e acabam por comprometer os remanescentes arquitetônicos e urbanísticos que compõem o Centro Histórico de Varre-Sai.

Outro problema que já começa a dar sinais de deterioração desse patrimônio cultural edificado é o tráfego pesado da rodovia que liga Varre-Sai ao município de Guaçuí, no Estado do Espírito Santo, que corta todo o centro da cidade. Algumas construções que datam do século XIX, situadas na Avenida Felicíssimo de Faria Salgado e na Rua José Vargas de Figueiredo já apresentam sinais de deslocamento da estrutura e de remoção do emboço.



Detalhe interno da Casa do Bituta.



Detalhe interno da casa do Sr. Lindolpho.

O casario de Varre-Sai, as tradições locais, a cultura popular, o café, o vinho de jabuticaba, a cultura italiana e outras manifestações culturais são o grande diferencial da cidade, com enorme potencial para se transformar, inclusive, em valiosa riqueza na promoção do desenvolvimento sócio-econômico da comunidade.

Preservar esses prédios de valor histórico de grande significado para a memória social e histórica de Varre-Sai e do Estado do Rio de Janeiro deve ser, antes de tudo, um compromisso conjunto da população e do governo.

Ao analisarmos a documentação disponível, verificamos que a preocupação de garantir a preservação desse patrimônio teve início com uma ação da Sociedade Amigos de Varre-Sai, por volta de 1988. Segundo consta, a SAVS teria conseguido reunir 2500 assinaturas de varressaenses, em 1990, solicitando a Prefeitura de Natividade o tombamento e a realização de obras emergenciais de escoramento a fim de manter o imóvel de pé. Nesse período, foi encaminhada documentação ao INEPAC, que teria respondido com sinais de interesse positivo sobre a questão.

(...) A Campanha não teve prosseguimento frente às intransponíveis dificuldades colocadas naquele momento pelo então Vigário da Paróquia de São Sebastião de Varre-Sai, Padre Alberto Luiz Halben. A SAVS aguardou novos tempos de Paróquia e Mitra. Os novos tempos chegaram, com a receptividade doas atuais Bispo Diocesano e Pároco de Varre-Sai, que se demonstraram acessíveis a interesses e lutas históricas de nossa gente, e com a determinação, percepção e sensibilidade do governo atual para com o mesmo tema.

Hoje, a SAVS inaugura a Tribuna Livre desta Casa Legislativa para expor aos vereadores e demais ouvintes a retomada da Campanha “Vamos Salvar o Casarão do Centenário”. Neste sentido, durante os dois últimos meses, a SAVS conclamou, com adesão imediata, os varressaenses para a continuação desta luta pela preservação de uma das mais importantes peças arquitetônicas históricas de nossa terra. Entregou, também, a todos os vereadores, Memorial com amplo leque de considerações objetivando incitá-los ao apoio para esta magnífica causa. Cópia do Memorial foi exposta nos murais da SAVS espalhados pela cidade e publicado em jornal de grande circulação da região, para que os varressaenses tivessem acesso ao teor do documento, posto se tratar de importantes e fundamentadas argumentações favoráveis à compra do “Casarão do Centenário” pela Prefeitura Municipal de Varre-Sai, sob compromisso de sua restauração arquitetônica obediente ao trabalho original, uma vez que é desejo da Mitra e Paróquia entrar em negociação sobre o assinalado imóvel, um patrimônio portador de referências à identidade e à Memória Histórica do povo varressaense.

Para reafirmarmos as considerações contidas no Memorial, faremos uma releitura dos pontos essenciais do mesmo:

(...) a- Considerando que Varre-Sai é um dos raros lugares que contam com o privilégio de ainda ter, de pé, algumas das casas que remontam às origens do lugar;

b- Considerando que entre essas casas destacam-se algumas que por seu valor arquitetônico e sua história de vida ligada à nossa História, transbordam o apego que à elas têm seus donos particulares, constituindo-se em casas respeitadas e queridas por todos quanto desejamos preservar nossas raízes;

c- Considerando que entre aquelas que mais se ligam à História coletiva, um casarão há que, segundo a memória oral, remonta aos tempos da fundação do povoado, impondo-se, portanto, a necessidade um bem de valor histórico-cultural para Varre-Sai. Fala-se aqui do famoso Casarão da Matriz, o Histórico Pombal, há mais de um século compondo o cenário da colina, marco zero de Varre-Sai, ao lado da destruída Igreja Matriz de madeira, dos tempos primeiros;

d- Considerando a urgência de preservar bens históricos ameaçados de destruição e/ou descaracterização de suas formas arquitetônicas;

e- Considerando as características de arquitetura do referido casarão, protótipo do sobrado rural de nossa região, em processo de extinção;

f- Considerando ter sido o Casarão do Pombal o símbolo escolhido para o Primeiro Centenário de Varre-Sai enquanto distrito (1879-1979) por ser a Casa-Mãe de Varre-Sai, e por se constituir o prédio o local onde se realizaram as mais diversificadas ocorrências relacionadas à vida coletiva do lugar, tendo sido por várias vezes casa de morada, escola, farmácia, clube, local de reunião, casa paroquial, centro catequético e oficina;

g- Considerando o fato de ser o Casarão do Centenário, segundo informações da família de Felicíssimo de Faria Salgado, obra arquitetônica construída pelo mesmo Felicíssimo tendo em vista ser a Casa Sede da Freguesia de São Sebastião do Varre-Sahe, para a qual doou porções de terra de sua fazenda visando constituir o patrimônio do povoado;

h- Considerando o dado fundamental de ser Varre-Sai fronteira do extremo norte do Estado do Rio de Janeiro, área de confluência das correntes migratórias mineiras, capixabas e fluminenses no período das Frentes de Expansão tendo em vista a implantação da lavoura cafeeira, além de ser lócus de colonização italiana a partir de fins do século passado, sendo o Casarão em análise o protótipo da singeleza do Sobrado Rural, memória arquitetônica que registra um importante ciclo histórico do Estado no povoamento de suas fronteiras;

i- Considerando a necessidade de criar em Varre-Sai local onde se possa instalar serviços públicos essenciais ao bem de toda a coletividade, havendo, no momento, por parte da Mitra Diocesana e da Paróquia de São Sebastião abertura visando negociação tendo em vista a utilização do Casarão do Centenário para serviços de interesse dos cidadãos varressaenses;

j- Considerando que o referido prédio histórico está presente no Brasão Municipal, significando sua importância como marco inicial do povoamento, além de ser o Casarão inspiração e motivo para diversas obras de artes plásticas, artigos de jornais, designers de camisetas e pôsteres, e uma das imagens mais veiculadas pelas reportagens de TV, por sua nítida evocação histórica e simbólica de nossa coletividade;

k- Considerando que, no processo de elaboração da Lei Orgânica do nosso Município, a Primeira Câmara instalada, tendo como Presidente o Vereador Sebastião Abib de Oliveira Vargas, apoiou, por unanimidade, a proposição tendo em vista o tombamento do Prédio da Rua Túlio Righetti, nº 3, pertencente à Mitra Diocesana, no inequívoco reconhecimento da necessidade de sua preservação enquanto Marco Histórico do lugar,

Encaminhamos este Memorial a Vossa Senhoria na certeza de contar com sua plena e irrestrita adesão à Proposta de Compra do Casarão do Centenário, fato que coroará onze anos de luta do povo varressaense , através da Sociedade Amigos de Varre-Sai, objetivando a preservação deste Patrimônio Histórico identificado conosco enquanto Povo, Cultura, Memória Viva do Passado, subsolo no qual queremos semear nosso Presente e nosso Futuro.

Por fim, faz-se imperioso abordar ainda dois pontos esclarecedores sobre o assunto. O primeiro refere-se ao amadurecimento e visibilidade da população para a preservação de nossa arquitetura colonial. O segundo trata-se da fixação de Varre-Sai no repertório vivencial e histórico-cultural de nossa terra, região, estado e país.

Sobre o primeiro item, as 2500 assinaturas do início da Campanha, em 1990, são um atestado da preocupação popular, já aquela época, com as características de uma identidade própria para Varre-Sai, uma vez que a História é insubstituível. E hoje, com a recuperação da Casa da Dilina, é voz geral que a decisão foi acertada, posto que também esta última é uma das grandes peças arquitetônicas de nossa terra.

Sobre o segundo item, é do conhecimento de todos aqueles que se debruçam sobre a história local, que, com o fim do ciclo do ouro das Minas Gerais do século XVIII, uma leva humana se deslocou para a zona da mata mineira e, na sequência, veio ocupar o noroeste do estado do Rio de Janeiro, buscando terra agricultáveis e estabelecendo a ocupação do solo. (...) E prossegue: É preciso reencontrar a verdadeira face da cidade, sob a perspectiva histórica, que abrange o passado, conecta os fatos de ontem com os de hoje e com o que se está gerando no ventre presente para a construção do futuro. Para isto, é preciso que tenhamos nossa memória viva, nítida e conservada. Oferecemos, assim, às gerações vindouras, a visão da totalidade histórica para que nossos descendentes tenham

sua realização plena como pessoa. Além de que ampliaremos os conceitos de fruição da cultura, deixando crescer jovens sintonizados com o presente, mas que aprenderam as lições culturais do passado e, assim, melhor possam planejar para o futuro. Não podemos desperdiçar este grande momento. Senhores vereadores, vamos salvar o Casarão! (...). (12).

A transcrição de parte desse discurso, proferido pelo Dr. José Antônio Abreu de Oliveira, representando a SAVS, natural do distrito de Santa Clara, em Porciúncula, que veio passear e logo se encantou com a beleza exótica e tradicional dos casarões de Varre-Sai se faz necessária para que todos possam ter conhecimento daquela que foi uma das mais importantes e representativas campanhas de preservação levada a efeito em nossa região, quiçá do Estado do Rio de Janeiro, numa época em que esse tipo de mobilização caminhava a passos lentos em nossa região, isso sem considerarmos que Varre-Sai era, naquela época, um lugar pequeno e distante da capital do Estado. O trabalho realizado para a preservação do Casarão inaugurou ainda, a Tribuna Popular da Câmara de Vereadores de Varre-Sai. Que a *Campanha Vamos Salvar o Casarão do Centenário*, instituída pela SAVS, sirva de exemplo, continue sensibilizando e inspirando associações, grupos de pessoas e cidadãos a lutarem pela preservação de sua memória e a salvaguardarem seu patrimônio histórico, artístico e cultural.

Numa carta aberta aos varressaenses publicada no Jornal O Noroeste, em plena campanha da Sociedade de Amigos de Varre-Sai, Nazira Abib Oliveira Vargas perguntou: (...) *O que é o Progresso? No pensamento da SAVS, progresso é a conquista de uma vida melhor para todos. Progresso é a defesa da terra e do ser humano. O progresso não se ganha. Progresso se conquista.*

Progresso é a luta dos cidadãos. É prática comprometida de homens, mulheres e crianças que lutam pelos direitos do povo. É prática responsável dos que se elegeram, com o voto do povo, para lutar pela felicidade de todos.

O presente e o futuro são construídos, com segurança, se forem semeados no subsolo da história daquele povo. Um povo sem raízes no seu passado é como uma árvore fraca que cai com facilidade. Um povo sem memória é um povo sem capacidade de criar um presente e um futuro que tenha seu jeito de ser. Lutemos por nosso presente. Lutemos por nosso futuro.

Progresso sim! Negação de nossa memória, nosso jeito de ser, não!!! (...). (13).

Parafraseando Nazira Vargas, o Progresso, no momento, é preservar o Centro Histórico de Varre-Sai, precioso testemunho da ocupação da região noroeste fluminense durante a segunda metade do século XIX.

(12) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. Discurso pronunciado como representante oficial da SAVS na inauguração da Tribuna Popular da Câmara Municipal de Varre-Sai, no dia 03/03/1998.

(13) VARGAS, Nazira Abib Oliveira. *Carta Aberta aos Varressaenses*. Jornal O Noroeste, 18/02/1998, p.7.

Histórico

Histórico

Desbravamento da Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro

Os índios Puris e a extração de poaia na região noroeste do estado

De acordo com Matoso Maia em sua obra História do Estado do Rio de Janeiro, páginas 15 a 17, descrita por Heitor de Bustamante:

Os puris vagueavam pela serra da Mantiqueira e pelo alto Paraíba e iam até o rio Doce; os coroados viviam na região banhada pelo curso inferior deste rio. Os puris atacados pelos coroados, e muito dizimados, tornaram-se nômades. Restos dessa horda fixaram-se, no começo do século passado, nos sertões que hoje são terras dos municípios de Santo Antônio de Pádua e Itaperuna. (...)

Ainda no século passado, restos de coropós, coroados e puris, catequizados por missionários estiveram aldeados em Santo Antônio de Pádua, S. Fidélis e Itaocara. (1).

José de Lannes Dantas Brandão quando penetrou o interior fluminense, mais precisamente, onde, atualmente, estão fixados os municípios de Natividade, Itaperuna, Porciúncula e Varre-Sai já encontrou os índios Puris, confirmando as informações descritas por Matoso Maia.

Os Puris foram considerados índios genuinamente brasileiros. Eram ligados ao grupo JÊ e considerados perigosos. Eram baixos, musculosos, cabelos longos, lisos e pretos e exímios flecheiros. Alimentavam-se de frutas, raízes, sementes, peixes, caças e mel.

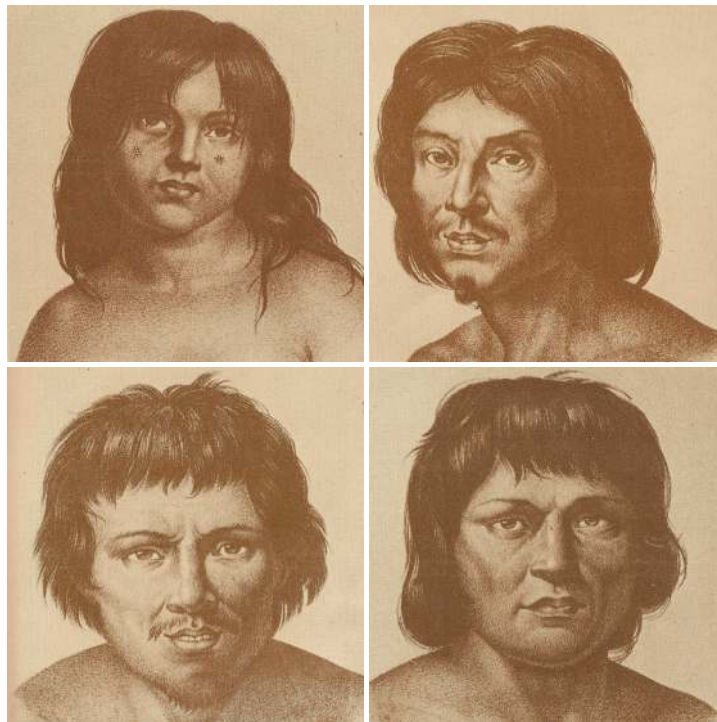
Pesquisa de grande importância sobre os índios puris foi realizada por José Antônio Abreu de Oliveira, de onde extraímos alguns trechos: (...) *Os Puris eram remanescentes da nação Goitacá, que sofrera intenso combate dos portugueses e de tribos inimigas depois da “Confederação dos Tamoios”. A Confederação foi uma liga indígena que atacava a portugueses e jesuítas que invadiam suas terras. Eram índios do Rio e de São Paulo.*

Fugiram para a Zona da Mata Mineira em migrações sucessivas formando tribos com características próprias.

A nação Goitacá subdividiu-se em Puri, Coroado (ou Coroato) e Coropó (ou Cropó). Não são conhecidas tribos – até os dias de hoje – diferentes dos Puris que habitavam Varre-Sai. Os Goitacás nos primeiros tempos da chegada dos portugueses, formavam uma exceção no litoral brasileiro, já que toda costa era ocupada pelos Tupis-Guaranis. (...). E prossegue: (...) Por ocasião da Confederação dos Tamoios os portugueses ligados a grupos indígenas inimigos submeteram o povo Goitacá a uma severa perseguição, que os dizimou ou os fez fugir em sucessivas migrações, para o interior das matas.

Várias expedições e bandeiras foram organizadas contra os Goitacás em sua rota de migração. Estes estavam no século XVI entre Macaé e o Espírito Santo. Muitos que permaneciam com os colonizadores sofreriam ainda uma epidemia de varíola que dizimou uma grande parte deles.

(1) BUSTAMANTE, Heitor de. *Sertões dos Puris*. Casa do Homem do Amanhã. Niterói. RJ. 1985, p. 20.



Índios Puris. MASSARANI, Emanuel Von Lauenstein (Coordenação Geral e Texto). Rugendas. Imprensa oficial do Estado S.A. São Paulo 1982 páginas 48 a 51.

Os Puris nas suas migrações deixaram o litoral Capixaba e as baixadas de Campos dos Goytacazes em direção a terras ricas em caça, pesca e frutas da Zona da Mata Mineira.

Seu curso foi o Rio Paraíba do Sul. Foram para a Zona da Mata, para o Noroeste Fluminense e para o sul do Espírito Santo. (...) (...) Durante as migrações adquiriram as características do ambiente dos sertões florestados, formando as nações Puris, Coroados e Coropós.

Em Varre-Sai, dos descendentes dos Goitacás destacam-se os Puris e Coroados. Segundo consta, os Coroados receberam esse nome pelo fato de que quando expulsos para as matas, cortaram eles os longos cabelos – já que estes se emaranhavam nas florestas – e deixaram restos em forma de coroa no alto da cabeça.

Os coroados são responsáveis pelo nome Puri dado aos índios da última tribo. Puri é um termo depreciativo e significa “bandido”. Já os Puris devolviam o epíteto aos Coroados, chamando-os de “puri”. As tribos eram rivais e lutavam por áreas de caça e pesca.

Diversos cronistas dão relatos da presença dos Puris nessa região durante os séculos XVII e XVIII. (...). (2). Maximiliano descreveu-os de cabeça grande, rosto largo, maçãs quase sempre salientes. (...) É quase certo que todos faziam parte das antigas populações que ocupavam a costa brasileira. Expulsos pelos portugueses, por 1630, dos campos abeirados da foz do Paraíba, internaram-se dispartidos nas florestas do Estado do Rio de Janeiro. (...). (3).

(...) A floresta era o único e precioso lar dos índios Puris. Viviam harmoniosamente com ela. Não derrubavam árvores, não praticavam a agricultura, não criavam animais domésticos e sobreviviam apenas com o que a floresta lhes oferecia: os frutos, as raízes, as sementes e a caça de animais selvagens, mas, de tal forma, que se serviam somente do que lhes bastasse para a sobrevivência.

(2) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. *Índios Puri*. Cabral 2000. TurisRio. Varre-Sai – 1998.

(3) MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973, p.28.

Para tanto, não sacrificavam as fêmeas com filhotes e nem admitiam a caça por esporte. Neste sentido, os Puris eram radicais defensores da ecologia. Estavam ligados à natureza e conheciam profundamente seus segredos, advindos da observação direta e das experiências milenares de seus ancestrais. (...). (4). (...) Quanto aos costumes, utilizavam-se do fogo (tatã) obtido pelo atrito de pedaços de pedras. Viviam da caça e da pesca, mostrando-se violentos na guerra. Alimentavam-se de carne, milho, mandioca, preparados em panela de barro. Da farinha de milho aprontavam as mulheres uma bebida, o eivir ou vir. (...). (5). Obtinham esta bebida pisoteando o milho em cochos feitos em toros de madeira abertos a fogo. A farinha era torrada, depois mastigada e colocada, novamente, em fermentação. Com essa farinha é que fabricavam essa bebida intoxicante, embriagante.

(...) Viviam nus, algumas tribos desconheciam a rede, outras a usavam. Construía o leito na própria terra. Não possuíam “tabas”. Suas habitações eram pequenos ranchos de duas forquilhas fincadas, um pau atravessado entre as forquilhas e alguns caibros. Sobre estes colocavam folhas de palmito. As folhas também lhes serviam como cobertores.

Para a pequena pesca faziam uso do anzol, tendo por iscas algumas minhocas amarradas. Para peixes maiores, recorriam às redes de fio de tucum ou embira de embaúba branca.



A Cabana dos Puris. M. G. Eichler, after Maximilian Zu Wied – Newwied. 1822. Col. Brasileira da Pinacoteca de São Paulo.

Apreciavam o mel e o sabiam localizar com precisão. Especialmente gostavam das raízes da caratinga, um cará mais consistente que o comum. As longas flechas eram feitas de taquara, quicé e ubá. Quando caçavam, andavam agachados. Geralmente nas caças, procuravam antas, pacas, jacus e porcos-do-mato e o macaco barbado.

Furavam a orelha e os lábios, mas não usavam botoques. Pintavam o corpo tinta azul e vermelha (tiradas do jenipapo e urucum). Nas caminhadas e marchas as mulheres carregavam os filhos pequenos em saco de fibra vegetal.

A sapucaia era a árvore mais importante para os Puris, porque prenunciava água, dava coités com frutos, fornecia sombra e atraía pássaros e animais. Eles sabiam imitar perfeitamente a maioria dos pássaros canoros.

Acreditavam em vida posterior à morte e num paraíso que era uma grande mata de sapucaias, pássaros e animais, para onde iam seus ancestrais mortos.

Tinham rituais e danças. A música “Na Jô há, há há há” (que poderia ser traduzida como “Viemos colher flores”) era uma dança que explicava a perda do paraíso, o aparecimento dos homens na Terra Há e o nome Puri para o fruto e a flor da sapucaia. Na música os índios diziam que quando vieram colher flores da sapucaia, o galho se quebrara e eles caíram na Terra, perdendo o caminho de volta para seus lares.

Admitiam um líder na tribo e tinham seus feiticeiros. Acreditavam em muitas lendas e segundo Alexandre Bréthel, o nome do Rio Carangola tem origem numa lenda Puri.

(4) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. *Índios Puri*. Cabral 2000. TurisRio. Varre-Sai – 1998.

(5) MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973, p.32.



Dança dos Puris. MASSARANI, Emanuel Von Lauenstein (Coord. Geral e Texto).
Rugendas. Imprensa oficial do Estado S.A. São Paulo. 1982. Página 34.

A vida nômade e a cultura material simples não permitiram registros sistemáticos da vida desta grande nação indígena. Os vestígios arqueológicos são raros ou inexistentes. (6).

De acordo com Eugenia Del Carmen Quilodrán Briones Monteiro, em sua dissertação – *Experiências Instituintes no Sistema Público de Ensino: O Caso de Natividade*: Mesmo considerando que antes da chegada dos Lannes, essas terras não apresentavam “desenvolvimento”, como assinala Diniz, (...) nos relatos de viajantes estrangeiros, memórias dos habitantes locais e historiadores da região aparecem marcas de extermínio dos remanescentes da nação Goitacá – os índios Puris – por um lado e sinais do extermínio da riqueza ecológica da “Zona da Mata” por outro.

Os aborígenes da nação Goitacá chegaram em migrações sucessivas através do rio Paraíba do Sul e rio Muriaé, empurrados pelos portugueses e índios tamoios, desde a investida que fizera Martim Correia de Sá em 1599. Posteriormente – por volta de 1672 – aldeados configuram o agrupamento formado pelos frades Paulo e Jacques.

O aldeamento foi praticamente dizimado pela epidemia de varíola e seus habitantes se espalharam pelo leste dessa região, se adentrando na floresta ou “zona da mata”, que passou a ser chamada de “sertões pestíferos” (em razão da peste da qual fugiram os aborígenes), e ainda “áreas proibidas”, em decorrência de constituir mais uma barreira ao contrabando de ouro repellido pelo Governo Imperial.

Segundo registros do município de Cardoso Moreira (ex Cachoeiro do Muriaé), em fins de 1700 havia mais de 20 engenhos para moagem, beneficiamento de açúcar e aguardente nas planícies goitacás, o que sinaliza para o forte incremento povoador nas margens do rio Paraíba desde a segunda metade do século XVII. No entanto, essa tendência se deteve nas margens do rio Muriaé, deixando as áreas do noroeste do Estado do Rio de Janeiro atual, indevassáveis.

(6) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. *Usos e Costumes dos Índios Puri*. Cabral 2000. TurisRio. Varre-Sai – 1998.

Posteriormente, no século XVIII, aqueles sertões começaram a ser penetrados por expedições particulares, influenciando a posterior configuração de vilas e fazendas. Essa região fluvial, formada pelo noroeste fluminense, matas do leste mineiro e matas do Espírito Santo, vinha sendo explorada de forma cautelosa desde a segunda metade do século XVII – por se encontrar nos “Sertões Pestíferos”.

A bandeira de Bartolomeu Carcunda, “o velho”, em 1676, como também as bandeiras paulistas de Francisco Bicudo de Brito (em 1711), Salvador Esteves Lemes e Antônio Prado exploraram os ribeirões da região, sem encontrar ouro, mas capturando índios para servirem como escravos. No entanto, essa área permaneceu pouco conhecida até início do século XIX devido, por um lado, à densidade da mata, à presença dos índios – Puris, Coroados e Coropos -, que dificultavam sua penetração; por outro as causas políticas, que proibiam seu desbravamento, no intuito de impedir o contrabando do ouro desde as jazidas mineiras.

O rio Muriaé e a barra Carangolense tornaram-se conhecidos posteriormente pela ação de aldeamento e fixação dos índios em Manuel Burgos, atual cidade de Muriaé – empreendida pelo Capitão Guido Thomaz Marlière.

O militar francês, contratado para dar conta da política indigenista adotada por Dom João VI, veio ao Rio de Janeiro em 1807, começando sua ação em 1811. Falando várias línguas (francês, alemão, inglês, português e o tupi – a linguagem dos tapuias), costumava escrever nos jornais de Vila Rica – “Abelha do Itacolomi” e “Universal” – sobre costumes e lendas dos aborígenes. Marlière conseguiu a pacificação e aldeamento dos Botocudos, conhecidos na época como ferozes e devoradores de carne humana.

Entre 1813 e 1829 o militar, exerceu altos cargos de direção relativos a questões indígenas, na medida em que implementava os projetos de aldeamento de aborígenes e integração territorial no leste da capitania – Província de Minas Gerais. Foi visitado na sua fazenda “Guido-Wald” por viajantes como Eschwege, Sain't-Hilaire, Spix e Martius, dentre outros, que contribuíram com diversas informações acerca da fauna, da flora e dos hábitos culturais indígenas.

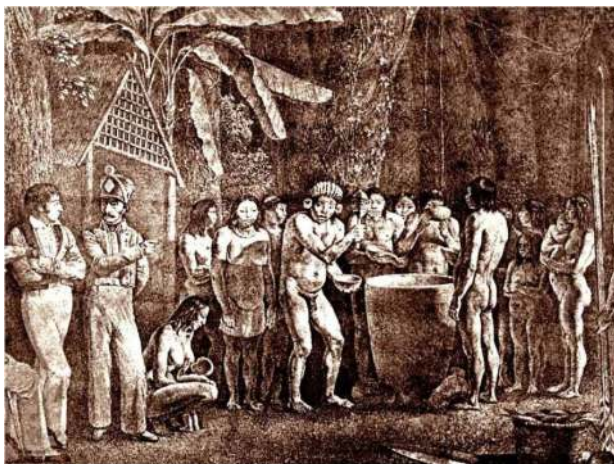
Marlière, compartilhava um ideal de civilização identificado com as luzes por esses estudiosos da natureza e passou a ser referência deles nos trabalhos que publicaram.

Por sua vez, a autonomia dos índios na época e suas estratégias de resistência foram analisadas pelo ministro José O. Aguiar na dissertação de mestrado que abrange concepções de estratégia, poderes dispersos, e criação histórica. O método de Marlière de dar alimentos e ferragens aos índios, ensinar-lhes a agricultura, aprender-lhes a língua, os atraía aos distritos que demarcou – na mesma data do aldeamento de Manoel Burgo (hoje Muriaé), objetivando evitar confrontos entre os silvícolas que habitavam a região e os colonos brancos.

Ora, tais aldeamentos em núcleos artificiais, como bem observou José A. de A. Oliveira (1991) – implicavam retirar os indígenas das matas e confiná-los em aldeias rústicas, domesticá-los e melhor controlá-los para facilitar a ocupação das terras indígenas pelos colonos brancos.

Segundo os biógrafos de Marlière, este conseguiu, pelo espírito de retidão e justiça, pela mansidão e amizade, o que outros falharam, pelas armas. Ora, o “caráter humanitário” de sua obra visava evitar o morticídio dos nativos pelas armas de fogo dos colonos brancos. Para tanto pretendia subjugá-los ou pacificá-los com a distribuição de dez espigas de milho em sinal de proposta de paz.

Todavia, ao serem aldeados, os aborígenes passavam a trabalhar na agricultura e como poaeiros na extração da poaia – raiz da “ipecacuanha”. Os serviços prestados eram pagos, em geral, com alimentos cozidos, porções de sal ou gordura, roupas e aguardente. Inicialmente esses produtos eram utilizados pelos aborígenes por curiosidade, com o tempo se converteram em fator de dependência do homem branco para obter novas remessas.



Indígenas processando a poaia.
Site www.asminasgerais.com.br

A população indígena das florestas era tanta, segundo os relatos de Marlière, quanto formigas no formigueiro e a principal atividade que o homem nativo (aldeado ou não) mantinha com o homem branco, era a comercialização de pele de animais selvagens, da quina e da ipecacuanha – também conhecida como ipeca ou poaia.

Ipecacuanha, vocabulário proveniente da palavra nativa i-pe-kaa-guène significa planta do doente da estrada. Na atualidade, a raiz existe no município de Cáceres.

Os carregamentos desta planta abasteceram, desde o século XVII, primeiro as boticas e posteriormente os laboratórios farmacológicos. No estado do Rio de Janeiro, onde a planta foi praticamente extinta, a comercialização se fazia pela navegabilidade viabilizada pelo Rio Carangola nos períodos de cheia entre outubro e março. Os barcos que atravessavam o rio transportando mercadorias tinham até 30m de comprimento por 1m de largura. Do Carangola desciam para o Muriaé e logo para o Rio Paraíba do Sul, atingindo a atual cidade de Campos dos Goytacazes, onde os produtos eram escoados em pequenos portos, a cuja frente ficavam os trapiches responsáveis pelas compras de mercadorias. Os produtos eram adquiridos dos fazendeiros que se servindo da mão-de-obra indígena conseguiam grandes quantidades desses produtos.

A planta, com o nome de ipecacuanha ou ipeca, não se conhece em Natividade. Preciosa para a farmácia e a homeopatia mundial, é pelo nome de sua raiz que está marcada na memória popular: poaia. A zona da mata do noroeste fluminense fôra, desde o século XVII, uma dentre as localidades brasileiras que, até o início do ciclo do café, abastecera o mercado europeu com opulência. (7).

Seu valor está em dois alcalóides presentes na raiz: a emetina, um poderoso emético sintetizado atualmente nos EUA e obrigatório em uma extensa lista de remédios de lá e a cefalina, um potente antibiótico. (8).

(7) MONTEIRO, Eugenia Del Carmen Quilodrán Briones Monteiro. *Experiências Instituintes no Sistema Público de Ensino: O Caso de Natividade*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói. 2005, p. 71, 77, 78, 79 e 80).

(8) GONÇALVES, Maria Inês Tederiche Micichelli. Trabalho de Conclusão de Curso. *Coleções Didáticas de Plantas de Ensino Fundamental e Médio no contexto do ambiente não formal de ensino*, 2006/2007.

A Rubiaceae *Psychotria Ipecacuanha*, popularmente conhecida como “poaia” é originária da Mata Atlântica, foi introduzida na Europa em 1672 por Legros, um viajante que esteve na América do Sul. Foi muito difundida no uso da disenteria e vendida pelo médico francês Claude Adrien Helvétius, sob licença do Rei Luis XIV. Ainda hoje, a cefaelina e a emetina, princípios ativos da Ipecacuanha são usados como antieméticos. A emetina é usada também contra amebíase. Em 1930, foi sintetizado a dehidroemetina que possui menos efeitos colaterais. (9). A planta estava dada por desaparecida da região noroeste fluminense desde 1870. Foi redescoberta e encontrada nas matas das Fazendas Monte Alegre e São Vicente, localizadas, respectivamente, nos municípios de Natividade e de Itaperuna.



Gravura da Poaia ou Ipeca. Site <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ipecacuanha>

A título de registro, em 1890, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Diretoria de Agricultura e Indústria, solicitou a Intendência de Natividade do Carangola, para que fossem remetidas ao Jardim Botânico da Capital Federal, exemplares de todas as plantas originárias deste município e lá aclimatadas. Foi nomeada uma comissão composta pelos Srs. Intendentes Domingos Caramelli, Antônio Porphírio Tinoco e Augusto Marques Guimarães para aquisição das plantas.

Alexandre Bréthel, um fazendeiro de origem francesa, que residiu durante o século XIX em Santo Antônio do Carangola, atual município de Porciúncula, já alertava naquela época que a nação Puri desaparecia e as pessoas do futuro nem saberiam que ela existira. (...) *Hoje, os índios que ainda sobrevivem, ao menos neste recanto do Brasil, tornaram-se inofensivos. Embriagam-se sempre que podem. A bebida, a cada dia, faz um claro entre eles; e dentro de poucos anos, pelo menos uma tribo – a dos Puris ou “Adoradores do Fogo” – desaparecerá totalmente. Em vão a história tentará contar as raças desaparecidas e sondar os mistérios do passado. E terá, em resposta, o silêncio dos túmulos! Assim, é o mundo...*” (10).

(...) *Ontem, um índio veio presentear-me com um porco selvagem, trazendo no pé um profundo ferimento. – “Patrão, disse-me ele, veja o meu pé que está muito doente!” Sim, respondi-lhe, mas eu o curarei. Fique aqui comigo. Dar-lhe-ei os medicamentos necessários e você colherá o meu café, além de três francos diários e um copo de cachaça! Meu índio ficou. Ele se chama Serafim e é um intrépido caçador. Ainda que venha a morrer, irá para o paraíso dos caçadores. E é assim que os nossos pobres índios irão todos para esse paraíso, e a sua raça desaparecerá. Dentro dos próximos vinte anos, não se encontrará mais, no Carangola, um único índio de raça pura!”* (...). (11).

O contato dos indígenas com o europeu interferiu de maneira drástica na relação existente entre índios e florestas, contribuindo para sua dizimação. Além do alcoolismo (a cachaça foi largamente utilizada para seduzir e essa prática acabou se generalizando), uma forte epidemia de sarampo e de varíola causou uma devastação enorme, conforme registrou Von Martius, em 1844, em seu livro *Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios*

(9) Site: <http://pt.wikipedia.org>

(10) TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenrz, França (1834-1901)*, Tradução de Dario de Campos Barros. Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1972, p. 60/61.

(11) TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenrz, França (1834-1901)*, Tradução de Dario de Campos Barros. Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1972, p. 108.

Brasileiros. O médico, botânico e antropólogo alemão narrou o que estava acontecendo nas matas do norte fluminense, desde o Rio Paraíba, Muriaé, Carangola e Itabapoana até os Rios Doce e Belmonte. Dizia que a causa podia estar não só no clima instável, como no fato de se locomoverem cada vez menos livremente, contrariando assim sua natureza e seus hábitos primitivos, comprimidos pela população dos brancos, cada vez mais difundida. A chegada dos fazendeiros mineiros, a ocupação e a derrubada das matas e a sua exploração como força de trabalho, foram decisivas para sua extinção. (...) *Esse processo de semi-assimilação, que não é acompanhado por nenhuma tentativa de adaptação progressiva, por nenhuma ajuda ponderada, equivale a curto prazo, ao desaparecimento desses indivíduos acuados, sem defesa suficiente para resistir à pressão dos brancos.* (...). (12).

Trinta e um anos após a chegada da família Lannes na região, os índios já estavam nesse penoso estado de decadência física.

Em 1875, Alexandre Bréthel ainda recebeu em sua fazenda uma família indígena que o procurou pedindo abrigo em sua propriedade. De acordo com seus relatos, essa família chegou em profundo estado de pobreza, sem roupas, sem alimentos e pedindo trabalho. (...) *Ela se compõe de um robusto velho de sessenta anos, três filhos e de uma avó idosa. Talvez esse velho seja um grande guerreiro diante de Maniton e terá, na sua cabeleira, uma pena de falcão, quando das caçadas do eterno...* (...) (13).

No ano seguinte, essa família de índios não estaria mais na fazenda, como nos relata mais uma carta de Alexandre Bréthel enviada à França. A família foi dispensada devido ao estado de embriaguês de seu chefe, que a essa altura já caracterizava um caso de alcoolismo crônico que aliado aos problemas de adaptação dos indígenas às práticas agrícolas, impedia que o índio e sua família permanecessem por mais tempo em sua fazenda. O caso do índio Manoé, que veremos a seguir, exemplifica como foi o processo de aculturação e de alcoolismo entre os povos indígenas que não mais eram aceitos nas propriedades e não podiam retornar para as florestas porque essas não mais existiam. Haviam dado lugar às fazendas que se formaram a partir de 1830 na região. (...) *Não tenho mais aqui a família de índios. Tive que dispensá-la para que não permanecesse por mais tempo sob o sapé da choupana, porque o fogo sagrado do trabalho, que ela cuidadosamente alimentava, apagou-se e ameaçava esconder-se sob as cinzas da preguiça. Chamei o chefe índio e lhe disse: “Manoé, és um valente guerreiro aos olhos de Deus; teus mocassins pisam, prudentemente, sobre a estrada da vida; tua mão é firme; tua vista penetrante; e o teu coração, calmo; mas o Grande Espírito desviou de ti o sopro divino. Tua cabana não tem milho, feijão, arroz nem toucinho. Somente a tua carcaça está cheia de água-de-fogo! Mudando-se, talvez, de residência, abrandarás nossos demônios familiares e os maus espíritos que estraçalham de fome os nossos estômagos, e com frio os nossos pobres membros! Vai, Manoé, acender a tua lareira ao abrigo de outras palmeiras, e que o Grande Espírito te abençoe, a ti e a todos os teus!” Manoé, que é um velho dono de duas mulheres, três filhos, três cabras, seis cachorros e um jumento, inclinou-se diante de mim, cruzou os braços sobre o largo peito e respondeu-me: “Eu sei, senhor, que o espírito mau está comigo: as mulheres estão sempre doentes; sinto grande fraqueza no estômago, que não posso curar senão bebendo duas garrafas de aguardente, pois, quando bebo menos, o mal aumenta; e, quando bebo mais, ele passa. Por isso, vou fazer a minha cabana na*

(12) MAURO, Frédéric. *O Brasil no Tempo de D. Pedro II: 1831-1889*. São Paulo. Cia das Letras: Círculo do Livro, 1991, p.91.

(13) TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenrz, França (1834-1901)*, Tradução de Dario de Campos Barros. Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1972, p. 111.

floresta, mas perto daqui, a fim de fumar convosco o cachimbo da paz. Pois meu pai, minha mãe, e meus filhos vos devem a vida. Além do mais, meu coração é vosso; e, no ano que vem, quando chegar o mês das flores, virei colher o vosso café. Mas, com o vosso perdão, senhor, enchei, por favor, a minha garganta de aguardente. Sinto sempre da maldita dor de estômago. Na última lua cheia, numa sexta-feira, à meia-noite, saltei três vezes sobre um cipó, mas nada adiantou. Para curar-me, não há como a cachaça!” Enchi-lhe a cabaça. Quinze dias mais tarde, esta família mudou-se. Veio trazer-me o adeus da despedida, um adeus simples, apresentando-me as mãos em súplica e dizendo: “Dai-nos a benção do Grande Espírito.” Estendi, então a mão direita sobre tal família, dizendo: “Que ele esteja convosco, e para sempre!” Meus índios foram morar ao norte da minha fazenda. Manoé, de tempos em tempos, vem pedir-me aguardente para acalmar a sua neurose alcoólica do estômago...” (14).

Em 1877, Bréthel fez o seguinte registro sobre seu índio Manoé: (...) Há muito tempo não vejo Manoé, mas a sua mulher Verdiana, com seus familiares, vieram visitar-me na semana passada. Perguntei-lhe: “Onde está o Manoé? Teria partido para a planície dos grandes caçadores? – “Ainda não” – respondeu-me sua mulher, “mas ele carrega o espírito mau nos rins e não pode mexer-se na rede.” Mas, então é preciso curá-lo! – “Oh! Já procuramos o feiticeiro que, como pagamento pelo seu trabalho, levou a nossa vaca. Disse-me ele que Manoé não se pode curar por causa da lua. Estamos à procura do que comer”.

Verdiana levou provisões e medicamentos, mas nem um pingo de aguardente que acabou. Imagina o desespero de Manoé ao voltar a família sem trazer-lhe uma gota de cachaça!

Entretanto, como Verdiana lhe levou uma garrafa de cachaça – canforada, o nosso Manoé será bem capaz de enganar-se e fazer com ela uma fricção interna, em vez de externa!...” (15).

Nesse mesmo ano, Alexandre Bréthel volta a lembra-se do índio Manoé e de sua família: “Posteriormente, a índia Verdiana veio à nossa casa por duas vezes, e eu não sei se fiquei satisfeito ao vê-la ajudar-nos, com a família, na colheita do café. Quanto a Manoé, também veio, mas só e uma vez única, pois sabe que não tenho mais aguardente e o seu preço anda alto. Está curado. Bebeu toda a garrafa de cachaça-canforada que lhe mandara para fricções.” – “Bem que as mulheres me disseram que era para fricções” – disse-me Manoé, mas essas mulheres são muito simples e ingênuas. “Percebi que era uma aguardente perfumada, e disse: Se ela faz bem cá fora, melhor fará cá dentro, e a bebi! O Grande Espírito desceu sobre mim. Dormi um dia e uma noite. E, ao acordar, os mil demônios do inferno, que tanto me torturavam, tinham deixado o meu corpo! Estou são. Bendito seja o Grande Espírito” Como já informei, quem me disse isto foi Manoé, um velho índio de sessenta e tantos anos, rude e forte, pele pergaminhada, da cor do bronze, com cinco e meio pés de altura. Portava um velho chapéu de feltro sem fundo, camisa aos pedaços, e calças esburacadas que iam até aos joelhos. Seu olhar era triste, muito triste, e talvez dissesse: “Mais cachaça, mais cachaça!...” (16).

Em 1886 Bréthel fez o último registro sobre os índios existentes na região de sua fazenda, localizada, atualmente, no município de Porciúncula. (...) A tribo de índios de nossas matas quase desapareceu. Restam-lhe apenas cinco ou seis elementos. Dois destes últimos infelizes encontram-se na floresta, e os outros foram devorados pelos animais ferozes. (...) (17).

(14) Ibidem, p. 113/114.

(15) Ibidem, p. 122/123.

(16) Ibidem, p. 127/128.

(17) Ibidem, p. 185.

No final do ano de 1886, Alexandre diz ter ouvido, novamente, o apito da locomotiva da Leopoldina ao passar a dois mil metros de sua casa. Mais a frente, refere-se novamente a Estrada de Ferro da Leopoldina: *Esta estrada de ferro atrai muita gente: lavradores, médicos, farmacêuticos, comerciantes, engenheiros, mecânicos e operários de toda espécie, além dos aventureiros – que são eméritos ladrões. Por isso, o Carangola perde, dia a dia, suas características primitivas, com suas florestas desaparecendo sob o machado dos lenhadores. Por exemplo: continua a queima das árvores abatidas, o que é maneira fácil de preparar as terras para o plantio e cultivo do cafeeiro... (...).* (18).

A construção da estrada de ferro foi o tiro de misericórdia que faltava para exterminar de vez com os puris da região. Aculturados como estavam, sem as florestas seu habitat natural, dependentes cada vez mais do álcool, sujeitos a todo tipo de doenças epidêmicas, devido o contato com o branco, sucumbiriam definitivamente.

Graças à preservação dessa correspondência enviada por Alexandre Bréthel a sua família na França, foi possível conhecermos um pouco mais sobre os índios puris que habitaram a região noroeste de nosso estado. O caso de Manoé, com toda certeza não foi uma exceção. Quantos Manoés não ficaram perdidos, dependentes do álcool, sem suas matas, privados de seus costumes? O que lhes restava senão a extinção?

José Antônio Abreu de Oliveira em seu trabalho registrou que no final do século XIX os Puris já haviam desaparecido completamente. (...) *Seus genes sobreviveram nas índias, bisavós dos habitantes de hoje, caçadas à laço pelos brancos, que deixaram seus traços em pelo menos um terço ou metade da população que compõem a Zona Mineira da Mata e o Noroeste Fluminense. (...) Meu bisavô, Domingos Campos, era português da região de Valdevez. Por volta de 1880 veio parar aqui nessa região que já havia sido posseada pela família de Lannes. Veio parar em Sant'Ana do Rosal, atual Rosal, distrito de Bom Jesus do Itabapoana. Dizem que lá ele conheceu uma índia, numa tribo, uma das últimas remanescentes de índio puri. Os índios Puris, depois do devassamento da região morreram. Não aguentaram. Mas, sobreviveram pela linhagem materna. As mulheres puris aceitavam a dominação do homem branco. O índio puri (o homem), não deixou linhagem. Todos os descendentes que encontramos dessa época são filhos de mulheres puris. Dificilmente encontraremos um descendente de índio puri com mulher branca. Aqui estava esse rebotalho dos últimos índios puris, que habitavam essa região de Purilândia, Rosal, Varre-Sai e Vala dos Índios. Esse rapaz, Domingos Campos, chega à Rosal e encontra essa tribo, num local em que já havia povoamento branco. Na tradição familiar, ele pegou a índia a laço. Uma vez capturada, a fez sua esposa. Nós não sabemos se isso foi verdade. Pode ser que ela tenha sido pega mesmo a laço, ou ter sido parte de alguma negociação, vendida ou trocada por cachaça. Ela era muito bonita e ele se apaixonou por ela. Comprou uma enorme quantidade de terras que ia quase de Varre-Sai a Santa Clara, distrito de Porciúncula, para plantar café. Fez uma casa dessas antigas, um curral e comprou bois. O café nessa época está no auge e as pessoas daqui se enriquecem e eles se tornaram uma família muito prestigiosa pelo poder econômico. Com ela, teve duas filhas, Júlia e Maria. Júlia é a minha avó, mãe de meu pai. A índia, minha bisavó, chamava-se Zeferina. Ela era uma mulher que aceitava o jogo do poder, mas quando ficava muito chateada ela fugia pro mato. Lá no mato ela passava três, quatro dias, depois voltava. Ele ia lá tentar pegá-la e não conseguia. Ele colocava gente atrás dela, mas eles não conseguiam pegá-la. Ela tinha uma habilidade muito grande de entrar no mato e só voltava quando queria. As músicas de ninar da minha avó Júlia eram canções indígenas que ela cantava, ninando a filha no alpendre da*

(18) Ibidem, p.185.

casa. Ela adorava os animais, conversava com lagartixas, respeitava as lagartixas. Ela não queria que matassem os sapos. Ela tinha um grande carinho pelos animais, passarinhos e criações. Observando a foto dela, (isso é minha interpretação), vemos que a condição da mulher era muito dura, tinha muito pouca autonomia. Ela tem uma face de pessoa submissa. Vestido negro, mangas compridas, coque, mas você identifica os traços indígenas. Ela teve cabelo preto até os 90 anos. É possível verificar que ela pertencia a uma etnia diferente, porque ela trazia as orelhas perfuradas, cortadas. Realmente era uma fenda e se vê o lóbulo separado. Ela era uma índia de tribo, foi apanhada dentro dos costumes indígenas, que já estavam se aculturando mas ainda bem presentes. Ela viveu se não me engano até os 90 anos. Morreu bem velhinha, mas a tempo de ter participado do casamento da filha, quando tirou essa fotografia. Seu nome civil era Zeferina de Souza Campos. Meu bisavô a recebeu como esposa, pois foram casados no civil e no religioso. Essa foto é de 1914. Minha mãe contava que, quando criança, ouvia as pessoas contarem sobre ela. Dizia sobre esse amor dela pelos animais, das canções indígenas que cantava para suas filhas e que gostava de coletar frutas silvestres nas matas. (...). (19).



Zeferina de Souza Campos (índia Puri). 1914.
Acervo de Kleber Velozo Campos.

(19) Entrevista concedida pelo Dr. José Antônio Abreu de Oliveira. Varre-Sai. 2011.

(20) JOSÉ, Oiliam. *Indígenas de Minas Gerais. Aspectos Sociais, Políticos e Etnológicos*. Belo Horizonte. 1965, p. 36.



Casamento de Júlia de Souza Campos, filha de Zeferina de Souza Campos. 1914.
Acervo de Kleber Vellozo Campos.

No Estado de Minas Gerais, ao sul do Rio Doce e já nas margens do Ribeirão São Manuel, na fronteira com o Estado do Espírito Santo, residiram pequenos lotes de índios puris. Há registros de que ali ainda estavam até 1920 (...) *viviam ali na chamada Aldeia dos Puris, cerca de 40 indígenas dessa tribo, todos civilizados e cultivando mandioca, milho e feijão, numa área de 120 alqueires que lhes deixaram. Nenhum conforto usufruíam, além de permanecerem dominados ora por um, ora por outro aventureiro.* (20).

(20) JOSÉ, Oiliam. *Indígenas de Minas Gerais. Aspectos Sociais, Políticos e Etnológicos*. Belo Horizonte. 1965, p. 36.

José de Lannes Dantas Brandão e o desbravamento da região

A origem de Varre-Sai está ligada à história dos municípios de Natividade e de Itaperuna. Natividade foi até 1947, o quinto distrito de Itaperuna e Varre-Sai, o sétimo, sendo desanexado deste município para se tornar o segundo distrito do município de Natividade do Carangola, onde esteve ligado até 1991, quando se emancipou.

Tudo tem início por volta do ano de 1834, quando José de Lannes (ou de Lanna) Dantas Brandão que, rumando Rio Carangola acima, foi fixar-se à margem direita, em terras entre os municípios de Natividade e Porciúncula, onde viveu até 1852, época em que foi assassinado por seus próprios escravos, apesar de Dulce Diniz, afirmar em sua obra que, antes da chegada de José de Lannes Dantas Brandão, outros homens já possuíam terras nessa região. (...) *Estas pessoas eram proprietários legais de algumas sesmarias nesta área, sem contudo habitá-las e nem fazê-las prosperar. Daí a razão porque se refere apenas aos reais povoadores dessa localidade. O primeiro ato referente a essa região foi a Provisão Episcopal de 30 de janeiro de 1759 criando a Freguesia de Santo Antonio de Guarulhos, cujo território se estendia para o centro até os limites da província de Minas Gerais e margem direita do rio Itabapoana. (...).* (21).

Ao chegar, José de Lannes encontrou o Vale do Carangola habitado pelos índios Puris, que eram remanescentes da nação Goitacá, que foram combatidos por portugueses e tribos inimigas após a Confederação dos Tamoios. Após a expulsão do vale do Rio Paraíba do Sul, os Goitacás migraram para as matas denominadas Áreas Proibidas. Desta maneira, chegaram a zona da mata mineira e à região noroeste fluminense, à procura de novas áreas com florestas para habitação e fornecimento de alimentos.

Segundo Dr. Leopoldo Muylaert Junior, em seu *Álbum do Município de Itaperuna*, editado em 1910, por volta de 1831, (...) *depois de se ter feito voluntário da polícia de Ponte Nova, Minas, José de Lanes Dantas Brandão desertou das fileiras e refugiou-se em Campos. Com receio de ser descoberto, atravessou ele o Parahyba e subindo o Muriaé e depois o Carangola, se dirigiu ao arraial de Arrepiados, hoje distrito de Araponga, município de Viçosa. Daí regressou mais tarde acompanhado de índios e foi se estabelecer em S. Matheus, hoje Faria Lemos, onde pouco se demorou, vindo se apossar das terras que fora o primeiro a pisar, as quais começavam em Santo Antonio do Carangola e terminavam no Bambuhy (...).* (22).

Entretanto, as regiões banhadas pelos rios Carangola e Muriaé, já eram, desde o início do século XIX, visitadas por bandeirantes, sobretudo, oriundos das Minas Gerais, (estado onde nasciam os dois importantes rios, que atravessavam e banhavam várias cidades da região noroeste do Estado do Rio de Janeiro) inclusive pelo pai de José de Lannes, o Capitão João Fernandes de Lana, que organizou bandeiras e que tão bem conhecia a zona da mata mineira. O Cap. João Fernandes, natural de Pilar de Vila Rica, Minas Gerais, foi voluntário da Companhia de Cavalaria de Milícias de Mariana. Tempos depois, essa Companhia foi destacada para se juntar aos combatentes que lutavam pela retomada da

(21) DINIZ, Dulce. *O Desenvolver de Um Município – Itaperuna – Do Germinar à Frutificação*. Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda, 1985, p. 23.

(22) JÚNIOR, Leopoldo Muylaert Dr (org.). *Álbum do Município de Itaperuna*. 1910, p.3.

ilha de Santa Catarina, no sul do país. (...) Assim, João Fernandes de Lana, com as despesas de vestuários às suas custas, integrou-se às milícias e, no dia 29 de março de 1777 partiu, à pé de Mariana, no rumo do sul do país. (...) Ao chegarem a Capitania de São Paulo, os voluntários receberam ordens do Governador para retrocederem porque não havia soldos. Como João Fernandes se recusou a abandonar a tropa, (...)“se armou soldado de cavalo” com farda e armamento que ele mesmo comprou. Feito isto, alistou-se miliciano na dita Companhia do Capitão Agostinho Pereira Braga, descendo com ela para a Vila de Laguna (...). Tempos depois as tropas foram desmobilizadas por haver cessado o conflito. Em 1796, casou-se com Maria Joaquina Polidora e teve diversos filhos. Desses filhos, tiveram destacada atuação José, Antonio, Francisco e Joaquim, por terem povoado o vale do Rio Carangola. (...) João Fernandes de Lana foi administrador do Registro de Areias, comarca de Pitangui, cargo que ocupou por três anos e sete meses. Foi nesta época (por volta de 1805), que ele armou, organizou e sustentou duas bandeiras contra os índios que assediavam a vila de São Miguel dos Arrepiados, hoje Arapongas, Minas. O professor Rogério Carelli afirma que foram três as bandeiras. Em uma delas, João Fernandes de Lana fazia uma penetração profunda nas matas e atingiria o rio Carangola, onde acampou, com sua tropa, na atual praça Coronel Maximiano da cidade de Carangola. Neste lugar iniciaria ele um comércio de trocas com os índios encontrados: objetos por poaia (arbusto de alto valor na época). Este fato significa que João Fernandes conheceu o rio Carangola pelo seu lado mineiro antes mesmo que seu filho José de Lannes. (...). Tempos depois se tornaria miliciano de Guido Tomaz Marlière. Depois que o seu filho José de Lannes se estabeleceu na região onde atualmente se acham os municípios de Natividade, Porciúncula e Itaperuna, o Cap. João Fernandes passa a residir na Fazenda da Conceição, onde faleceu e está sepultado num cemitério, atualmente encoberto por vegetação nativa na margem do Rio Carangola. (23).

José de Lannes fixou-se no local onde esteve instalada a Fazenda Porto Alegre. Ali, derrubou matas para cultivar suas terras que hoje correspondem à parte do centro de Itaperuna, mais precisamente onde esteve instalado o sanatório da cidade. Retornando a Arrepiados, hoje Rio Branco, onde viveu, José de Lannes trouxe, ocultamente, cerca de vinte escravos fazendo, em seguida, a doação de parte de suas terras a um indivíduo de nome Bambuí, na região exata do córrego que tomou esse nome, além da Cachoeira do Cubatão ao Tenente Cel. Geraldo Rodrigues de Aguiar, no ano de 1854.

Em 1842, chegou ao conhecimento do Presidente da Província de Minas Gerais o paradeiro do desertor das tropas, José de Lannes. Em seguida, determinou a um contingente da força policial que o capturasse. (...) À aproximação dessa força, José de Lannes reuniu o seu pessoal e preparou-se para repeli-la. Entretanto, vendo o aludido tenente a superioridade numérica dos adversários e o modo por que se achavam municados, procurou dissuadi-los de qualquer violência que porventura tivesse de empregar para colimar o seu fim, fazendo regressar os policiais que o acompanhavam. À vista disso, José de Lannes entregou-se à prisão e seguiu com o comandante, comparecendo perante o presidente da Província, que o perdoou atendendo aos serviços prestados a estas regiões inóspitas; levou esse ato: deu-lhe o título de guarada-mor, regressando José de Lannes em companhia de sua mulher e filhos. (...). (24).

O site: www.ferias.tur/informacoes/7020/porciuncula-rj.html divulga as informações seguintes:

(23) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. *Os Lannes*. Informe N'Atividade, Ano I, nº 13, de 15 a 29/02/1992, p.3.

(24) JÚNIOR, Leopoldo Muyaert Dr (org.). *Álbum do Município de Itaperuna*. 1910, p.4.

Em documentos históricos recentes, esta versão está sendo revista, constando que sua prisão estava relacionada com o movimento liberal acontecido em 1842 do qual José de Lannes era participante. A anistia aos revoltosos foi concedida em 1844 e todos foram perdoados. O portão existente na Fazenda São José, localizada no município de Natividade foi mandado construir como mostra de perdão a José de Lannes por D. Pedro II, que enviou especialmente um arquiteto francês para esse fim.

Em 1852, José de Lannes foi assassinado por seus próprios escravos Francisco Calafate, José e Miguel, que haviam se revoltado contra seu senhor. Os escravos assassinaram, ainda, o Sr. Manoel José Ribeiro, genro de José de Lannes. Em 1853 os assassinos foram julgados em Campos e condenados à pena de morte. É provável que os escravos tenham se refugiado em Natividade, no local denominado Cruzeiro de Cima, onde teriam formado um quilombo.

Há ainda outra versão, disponível na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE, relatando (...) *que José de Lannes, por volta de 1820, teria chegado à cidade do Rio de Janeiro acompanhado de uma “tropa” carregado de mercadorias originárias da fazenda que seu progenitor possuía naquela província. Rezam as crônicas que, desde menino José Lannes manifestava vivo interesse pela carreira das armas e que chegando à Metrópole, pode concretizar seus ideais alistando-se na Milícia de D. João VI, por atos de bravura, ascendeu rapidamente, ao posto de sargento. Apesar de tão rápido êxito, as ambições militares do jovem sargento estavam fadadas ao insucesso. Proveniente de Portugal, chegara, logo após a promoção da Milícia, um alferes que atendia pelo nome de Manoel de Souza, designado, também, para servir na tropa a que José Lannes pertencia.*

Certo dia, estando essa tropa aquartelada em Niterói, verificou-se, entre o alferes português e o sargento brasileiro, um incidente cujas consequências vieram ligar o nome de Lannes Brandão à história de três dos atuais municípios fluminenses. Incumbido pelo oficial lusitano de levar cartas e presentes para sua namorada, José Lannes recusou, revoltado, essa incumbência, o que provocou no oficial um arrebatamento colérico. Erguendo o rebenque que trazia nas mãos tentou o oficial fustigar com ele a face do sargento, só não conseguindo realizar seu intento, devido à destreza com que o inferior se esquivou. Perdendo o controle, ferido profundamente em seu brio, José Lannes arrebatou o chicote do superior e vibrou-o em plena face do oficial, que acovardado, se refugiou correndo, no quartel da corporação. Voltando a si, compreendeu José Lannes a gravidade da situação melindrosa em que se vira envolvido e, temeroso das consequências, sem dúvida alguma funestas, que forçosamente adviriam de seu gesto, resolveu desertar imediatamente.

Contornando o litoral fluminense chegou ele às margens do Rio Paraíba, cujo curso subiu até o local onde as águas desse rio se juntam com as do Rio Muriaé. Abandonando então, o Paraíba, subiu pelo Muriaé até a primeira morada dos índios puris, na hoje Fazenda da Conceição. Depois de um breve descanso nesse local, José Lannes prosseguiu viagem, já agora servido por uma escolta dos índios puris, por ter caído nas boas graças dos chefes aborígenes. Chegando ao Rio Carangola, enveredou-se por ele atingindo a cachoeira de Tombos, de onde retornou pelo caminho percorrido na ida assinalando, então na sua passagem, os locais de Porciúncula e Natividade.

No decorrer de sua jornada, atravessando a Serra do Gramma, chegou José Lannes à Fazenda São Domingos, vizinha da de São Miguel, onde recebeu as gratas notícias de que D. Pedro I proclamara a Independência do Brasil e que a Milícia Portuguesa fora dissolvida

e seus componentes lusitanos repatriados. Devido a esses acontecimentos, José Lannes se sentiu à vontade para retornar à fazenda paterna, de onde voltou, em 1831, acompanhado de sua noiva e dois escravos, para tomar posse das terras que demarcara no Carangola. (25).

Há, porém, no livro *Alexandre Bréthel, um francês da Província da Bretanha*, estudante de medicina e mais tarde farmacêutico licenciado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que após ter sido roubado na França, veio a convite do Sr. Saint-Edmé Monlevade, administrar uma fazenda em Santo Antonio do Carangola, atual município de Porciúncula, outra versão para a fundação das terras onde hoje está instalado o atual município de Porciúncula. O livro escrito por Yves Tanneau, com a colaboração do Dr. Dario de Campos Barros, descendente de Alexandre Bréthel, só se tornou possível graças a preciosa correspondência, riquíssima em detalhes, sobretudo no que se refere às matas, aos índios, aos escravos, aos assassinatos, aos costumes, à vida da fazenda, à cultura do café e à evolução do então arraial de Santo Antonio do Carangola. Através de uma dessas cartas, ficamos conhecendo outra versão para o desbravamento da região. Segundo Alexandre Bréthel o seu sogro Joaquim de Lannes teria sido (...) *o primeiro homem branco a atravessar as florestas do Carangola. Conhecia melhor a sua espingarda do que o rosário. Era um homem primitivo, desbravador de florestas, como nos conta Féminore Cooper, de origem francesa, pois seu avô era francês da família Lannes, duque de Montebello, desde Napoleão I. (26).*

De acordo com o Livro *Velhos Troncos Ouropretanos*, do Cônego Raymundo Trindade, João (Jean) de Lana, de quem descendem os Lanas, os Costas Santos, os Vieira de Sousa e ainda os Lanes (do Estado do Rio), era francês, natural de Baiona (Bayonne), nos Baixos Pirineus, filho de outro João (Jean) de Lana, mestre ourives da referida cidade e de Marta de Tratas (Marie Tartau). Consta que veio para o Brasil no final do século XVII. O certo é que, em 1696, casou-se na Igreja de São José, no Rio de Janeiro com Maria de Jesus, transferindo-se para Vila Rica - Minas Gerais. (...) *Tão logo chegou, Jean de Lannes mudou a grafia do seu nome passando a assinar João de Lana. Este personagem e seus filhos vivenciaram diretamente todo o processo histórico conhecido como o “Ciclo do Ouro” no Brasil. Tiveram uma importante fazenda chamada “Capão do Lana” onde existia uma fabulosa mina de topázio. Jean de Lannes (agora João de Lana) teve sua filha Mariana, casada com Pantaleão da Costa Dantas, que era da nobre família dos Brandões. Pantaleão e Mariana tiveram diversos filhos. Mas para nosso estudo registraremos apenas o nome de Antônia Tereza, casada com Domingos Fernandes Barroso. Antônia e Domingos foram os pais do capitão João Fernandes de Lana, que vem a ser o genitor de José e Antônio de Lannes Dantas Brandão, respectivamente o desbravador do Vale do Rio Carangola e o povoador de nosso município. (...) (27).*

Joaquim de Lannes Dantas Brandão nasceu no dia 21 de novembro de 1805 no povoado de Descoberto, na Província de Minas Gerais. Sua ascendência é de origem francesa, tendo o seu avô emigrado para o Brasil. O sobrenome de Joaquim adveio-lhe de alguns casamentos aqui realizados por seus ascendentes. Joaquim de Lannes Dantas Brandão era oriundo de família pobre. Não obstante, seu pai recebera alguma instrução primária, falava sempre, com orgulho, de seus antepassados franceses. (...) (28).

(25) FERREIRA, Jurandyr Pires (org). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* – IBGE - Volume XXII. 1959, p.307.

(26) TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenrz, França (1834-1901)*. Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1971, p.56.

(27) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. *Memória de Natividade começa com os Lannes*. Informe N'Atividade, Ano 1, nº 12, de 1 a 30/01/1992.

(28) *Ibidem*, p.76.

(...) Em 1832, Joaquim abandona a carreira militar e se estabelece nas terras do Carangola, acompanhado por outro amigo chamado Bambuy. Reunindo cerca de 200 índios pacíficos, habitantes dessa região, plantou milho, mandioca e cana de açúcar para a manutenção de todos que ainda tinham a caça como complemento alimentício. Para conseguir algum dinheiro, arrancava poaia (planta medicinal da qual se retira a ipeca), que abundava nessas matas. Pouco tempo depois, seus irmãos José, Antônio e Francisco vieram juntar-se a ele aqui, no Carangola, dada a fama desta região. (...) Também doou a um santo (Santo Antônio do Carangola) algumas de suas terras para a fundação de um povoado, tendo reservado, para si próprio, junto desse povoado, cerca de 600 alqueires, os quais deveriam dar origem à atual fazenda que se chama Algodão.

Em 1848, Joaquim casou-se com D. Francisca Leopoldina Martins de Oliveira Paes Leme, com quem teve uma filha (Guilhermina), que se tornaria, mais tarde, mulher de Alexandre Bréthel. (29).

Joaquim plantou algodão e uma pequena lavoura de café na Fazenda do Algodão, de onde também extraía madeiras de valor comercial como a caviúna, o jacarandá, a peroba, dentre outras. Como não possuía muita experiência para os negócios, acabou se endividando e vendendo a fazenda e foi se estabelecer em cinqüenta alqueires nas margens do Rio Perdição, empreendendo novas culturas. Anos depois, ao herdar a Fazenda da Perdição, Alexandre Bréthel muda o seu nome para Fazenda São Joaquim, a fim de perpetuar a memória de seu sogro Joaquim de Lannes Dantas Brandão, falecido em 4 de janeiro de 1870, aos sessenta e cinco anos.

De acordo com José Antônio Abreu de Oliveira, é atribuído aos irmãos de Lannes, José, Joaquim, Antônio e Francisco o processo de desbravamento e de povoamento do Vale do Carangola, mesmo que ainda existam fatos obscuros e desconhecidos, essa versão é aceita pela maioria dos historiadores. (...) Os irmãos Lannes abriram fazendas nas matas desta região, construíram casas e trouxeram amigos e parentes para os quais distribuíram outras tantas áreas de terra. (...). (30).

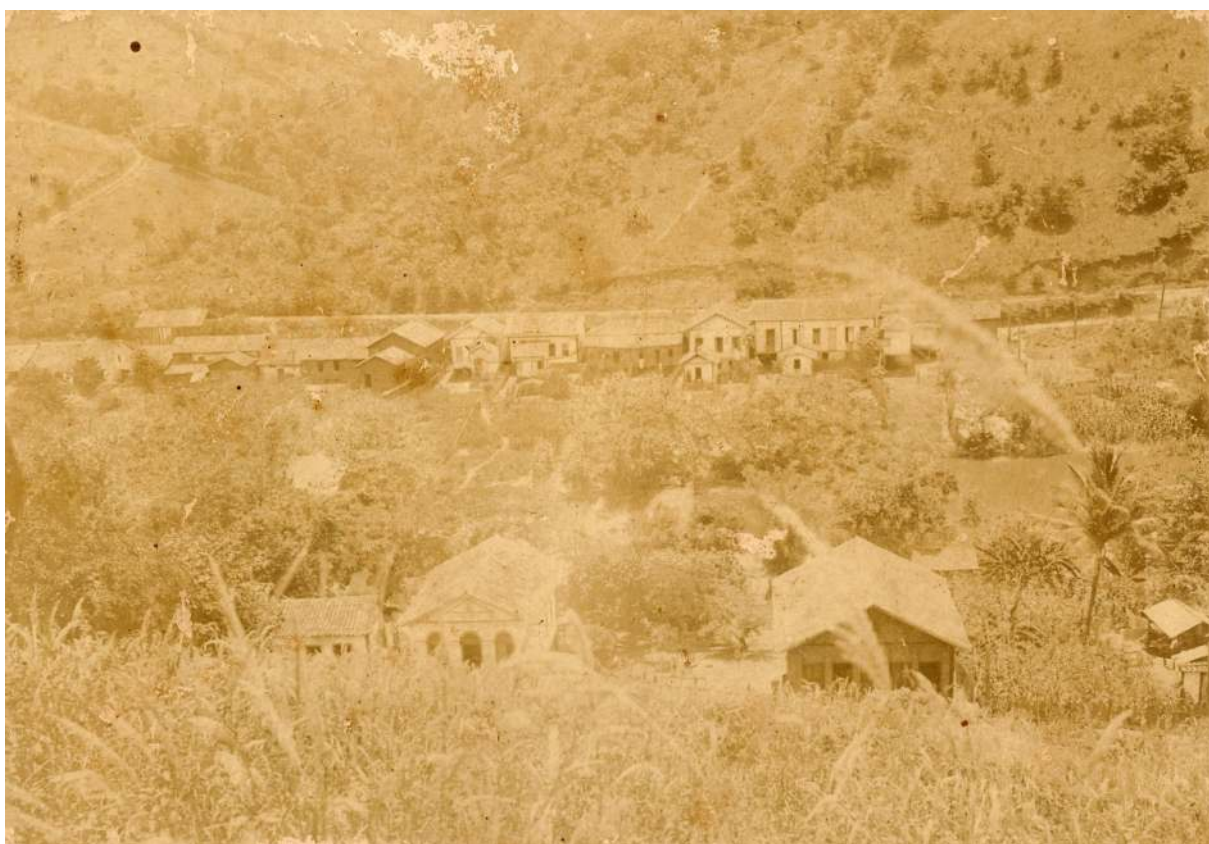
O progresso econômico e social verificado nessa região logo chamou atenção das autoridades civis e eclesiásticas, pois a população que crescia a cada dia, começava a reclamar assistência material e religiosa. Assim, em 1853, foi criada em Natividade, a mais antiga freguesia da zona de florestas do extremo norte fluminense. Em 1890, foi criado o município de Natividade do Carangola, que teve como sede a povoação do mesmo nome, então elevada à categoria de vila, cuja instalação aconteceu no mesmo ano de 1890. Esse município durou dez meses, pois, em maio de 1891, por força de um decreto, o município de Natividade do Carangola foi extinto e anexado, novamente, ao município de Itaperuna e, a partir de 1947, foi elevado, definitivamente, à categoria de município, através da Constituição Estadual, promulgada em 20 de junho.

(29) *Ibidem*, p. 76/77.

(30) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. *Memória de Natividade começa com os Lannes*. Informe N'Atividade, Ano 1, nº 12, de 1 a 30/01/1992.



Atual Avenida Amarel Peixoto. Natividade do Carangola no início do século XX. Acervo do Museu de Natividade.



Vista parcial de Natividade de Carangola no início do século XX. Acervo do Museu de Natividade.



Vista parcial de Natividade de Carangola no início do século XX. Acervo do Museu de Natividade.

No ano de 1879, foi criada a freguesia de Santo Antônio do Carangola, (com dez alqueires de terras doadas por José Lannes, em 1846), ainda em terras do município de Campos dos Goytacazes, das quais se separou em 1885, passando a fazer parte do então município de Itaperuna. Em 1938, a Freguesia teve seu nome mudado para Porciúncula, e, em 1947, foi criado o município do mesmo nome, desligando-se definitivamente, do território de Itaperuna.

Segundo Alberto Lamego, a penetração de José de Lannes Dantas Brandão em 1831 é que originou Natividade e Porciúncula (11). E, posteriormente, com a instalação da estrada de ferro que, com suas respectivas estações, se transformaram em importantes centros de exportação de café.

O governo provincial, na proporção que os núcleos populacionais formados as margens dos rios Carangola, Muriaé e Itabapoana se desenvolviam, ia transformando-os em novos distritos de paz, demarcando os respectivos limites, provendo-os de subdelegacias de polícia e declarando-os outras tantas freguesias. Assim, surgiram, entre 1884 e 1885, Bom Jesus do Itabapoana, Laje do Muriaé, Penha, Natividade do Carangola, Varre-Sai e Santo Antonio do Carangola.

Na década de 20 do século XX, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai ainda estavam ligados ao município de Itaperuna, respectivamente quinto, sexto e sétimo distritos. Segundo consta, oficialmente, Itaperuna era nessa época, o maior produtor de café do Brasil. Grande parte dessa produção saiu das fazendas que atualmente estão vinculadas administrativamente ao município de Varre-Sai.

(31) LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, volume 4. IBGE. Edição Fac-Similar. 2007, p.290.

História Administrativa da formação do povoado à emancipação

Bela Serrana

*“Petrópolis do Norte Fluminense”
Dos cafezais em neve ou rubis;
Estupendo legado dos Puris,
Voltada ao ideal, trabalha e vence!*

*Quem a visite, logo se convence
Que aquele povo, perto do céu gris
É acolhedor porque vive feliz...
É privilégio ser varresaiense.*

*Flores, café e o saboroso vinho;
Rico berço do Baden - “Rei do Pinho”.
Eis os tesouros que orgulhosa encerra.*

*Confirma a impressão de quem lá vai:
Quem curte o belo, ama Varre-Sai
- Jóia engastada no apogeu da serra!*

Francisco de Assis Pereira

O fluxo migratório desencadeado por José de Lannes Dantas Brandão, por volta de 1831, deu origem a formação de diversos povoados na região. (...) *Com o advento da cultura cafeeira, o Vale do Rio Carangola sofreria; a partir de 1840, um verdadeiro assédio de migrantes, principalmente da Zona da Mata Mineira, onde já não mais existiam terras a serem ocupadas. Estes migrantes, que fixaram residência nesta região, foram, ao lado dos Lannes, dos indígenas locais e do elemento negro trazido como escravo, as nossas primeiras raízes. (...).* (32).

Provavelmente, foi nesse contexto que, por volta de 1848, o português Felicíssimo Faria Salgado, teria adquirido terras próximas às nascentes do Ribeirão Varre-Sai. Aproximadamente em 1850 teria criado o povoado de São Sebastião de Varre-Sai doando à igreja, aproximadamente 20 alqueires de terras como forma de agradecimento por uma graça recebida de São Sebastião. Nessas terras, que ele registrou em 1854, em Santo Antônio dos Garulhos, foi construída uma capela dedicada ao santo. Anos mais tarde, por volta de 1913, a capela foi demolida e, em seu lugar, foi erguida a Igreja Matriz de São Sebastião. Essa doação foi confirmada muitos anos depois pelo Capitão Francisco Lopes da Silva, mais conhecido como Chico Lopes, casado com Ana Angélica de Faria, filha de José Antunes de Faria Salgado e de D. Maria Antonia de Faria (...) *Herdeiro que é de Felicíssimo de Faria Salgado, reconheceu e confirmou a doação pelo mesmo feita dos terrenos para o patrimônio de São Sebastião. (...).* (33).

(32) OLIVEIRA, José Antônio Abreu. *Memória de Natividade começa com os Lannes*, Informe N'Atividade, Ano 1, nº 2, de 1 a 30/01/1992.

(33) Notícias de Varre-Sai. *Jornal A Voz do Povo*, nº 785, de 21/01/1950.



Primitiva Capela de São Sebastião. Desenho de Francisco Bendia. 2011. Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.



Imagem de São Sebastião. Madeira. Século XIX. Igreja Matriz de Santo Antonio.

Outra testemunha sobre a doação das terras do Patrimônio de São Sebastião por Felicíssimo de Faria Salgado, é o Sr. José Leão Teixeira de Faria que, através de uma matéria assinada, publicada no Jornal O Norte Fluminense, nº 244, de 23 de março de 1952, informa, baseado num depoimento de sua mãe que o seu tio Felicíssimo havia doado o terreno para São Sebastião de Varre-Sai. (...) *Foi ele o primeiro povoador naquele cantinho do norte fluminense. Viera do Estado de Minas. Trouxe consigo muitos escravos e parentes. Minha mãe falava-me sempre em tio Felicíssimo, porém ele era tio em 1º grau de meu avô Juca Faria. Meu avô tinha muitos irmãos. Antônio, Augusto, Sebastião, Higinio e Ana, todos chefes de numerosas proles. Foram os primeiros emigrantes mineiros que ali aportaram, por conseguinte os primeiros na colonização da terra onde nasci, o meu meigo berço... Naquele arraial, em uma esquina da rua principal, está ainda desafiando os anos, um velho prédio, onde por muitos anos residiu meu avô Juca Faria. Ali está enterrado o meu umbigo. Ali naquele arraial passei os primeiros anos de minha infância descuidada e feliz. (...).*

Pela Deliberação de 15 de junho de 1878, o Presidente da Província do Rio de Janeiro dividiu em dois distritos policiais a freguesia de Bom Jesus de Itabapoana, no município de Campos, (...) *tendo o novo distrito por limites: - todo o território do ribeirão d'Água Limpa para cima até os limites da mesma freguesia do Bom Jesus com a Província de Minas Gerais, compreendendo todos os habitantes, que moram no pequeno Serrote que divide as águas daquele ribeirão d'Água Limpa com as de Santo Antônio para cima; observando-se, quanto ao mais, as mesmas divisas antigas, pelo lado esquerdo com a Província do Espírito Santo, e pelo direito com a freguesia de Natividade do Carangola, sendo o arraial do Varre Sai a sede do novo distrito. (34).*

Em 20 de novembro de 1879, através do Decreto Provincial nº 2389, foi criada a Freguesia de São Sebastião, (...) *tendo por sede a povoação de Varre-Sai e por limites os do mesmo 2º distrito, que são: - partindo do ribeirão da Água Limpa na sua barra, no ribeirão do Rio Preto ou Itabapoana, que divide a Província do Rio de Janeiro da do Espírito Santo, e seguindo por ele até encontrar as divisas da Província de Minas Gerais e da freguesia de*

(34) HENRIQUES, Major Porfírio. *A Terra da Promissão – História de Itaperuna*. Editora Aurora. RJ. 1956, p. 87.

Nossa Senhora da Natividade do Carangola, ficando desligada destas para a nova freguesia as fazendas do “Cigarro”, de Felicíssimo Faria Salgado, do “Monte Verde”, de Antônio Teixeira de Siqueira e do “Pouso Alto”, de Francisco Vicente Domingos. (35).

Através da Deliberação de 20 de abril de 1882 foi criado um Distrito de Paz, na Freguesia de Varre-Sai, no município de Campos, tendo esse distrito o território e divisas que compõem o distrito policial ali criado pela Deliberação de 15 de junho de 1878.

Em 1885, por força do Decreto nº 2810, de 24 de novembro, a Freguesia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de Itaperuna. Ficaram pertencendo ao novo município as freguesias de Santo Antônio do Carangola, São Sebastião do Varre-Sai e Bom Jesus do Itabapoana.

Pela Deliberação de 4 de julho de 1889, Varre-Sai passa a ser o quarto distrito policial da Vila de Itaperuna.

Em 1890, através do Decreto nº 101, de 27 de junho, foi criado o município de Natividade do Carangola. Por esse decreto, Varre-Sai foi desmembrado do município de Itaperuna. Através do artigo 3º, foram alterados os limites da freguesia de Varre-Sai, (...) *pertencendo à mesma as vertentes do Ribeirão da Conceição, a partir das cabeceiras até a barra do córrego Bandeira, na fazenda denominada Correnteza, e bem assim as vertentes do córrego do Candonga até a barra do córrego da Matinada, inclusive as vertentes deste na fazenda denominada Paciência, e mais as vertentes do ribeirão do Pouso Alto a partir das cabeceiras, compreendendo o terreno convergente até as contra vertentes do Córrego das Perobas, nas imediações de sua foz, excluindo este; ficando a freguesia de Natividade limitada com a do Varre-Sai na barra dos córregos Bandeira e Matinada, cabeceiras do ribeirão da Conceição e no ribeirão do Pouso Alto, na divisa de águas do córrego das Perobas, o qual continua a fazer parte da freguesia de Natividade. Artigo 4º- Ficam também alterados os limites da freguesia de S. José do Avahy com a da Natividade, os quais começarão no espigão, sito à margem esquerda do Rio Carangola e que separa a fazenda denominada Divisa da fazenda Conceição, pertencendo a freguesia de Natividade, desde o mesmo espigão, todo o território convergente à margem do mesmo rio, e assim também todas as vertentes do Ribeirão da Conceição até a barra dos Córregos Bandeira e Matinada, limites do Varre-Sai. (...).* (36).

Na ata da primeira Sessão Ordinária do Conselho da Intendência de Natividade do Carangola, realizada no dia 15 de julho de 1890, foi nomeado Fiscal da Freguesia de Varre-Sai o Sr. Felismino José de Figueredo e para Inspetor do Cemitério da povoação, o Sr. José Joaquim Luiz da Silva.

Por Deliberação de 1º de agosto de 1890, a freguesia do Varre Sai foi dividida em dois distritos policiais, tendo o 1º como sede a povoação de Varre-Sai e o segundo, a povoação de Sant'Ana.

Em 4 de maio de 1891, através do artigo 3º, do Decreto nº 212, os limites entre as freguesias de Varre-Sai e de Natividade, ambas no município de Natividade do Carangola, (...) *passam de novo a ser a serra, divisa de águas entre os rios Preto e Carangola, pertencendo à freguesia da Natividade todas as vertentes dos ribeirões São Sebastião e Conceição, compreendidas as do córrego Cigarro -, excetuando-se apenas as cabeceiras do ribeirão Conceição, a partir da barra do córrego Bandeira, na fazenda denominada –*

(35) Ibidem, p.87.

(36) Ibidem, p. 91/92.

Correnteza – para cima, terreno este que continua a fazer parte da freguesia de Varre-Sai. (...). (37).

Através da Deliberação de 31 de outubro de 1891, Varre-Sai passa ser o terceiro distrito, subsistindo os mesmos limites, sendo respeitadas as alterações do artigo 3º do Decreto nº 212, de 4/05/1891, o artigo único do Decreto nº 215, que criou o distrito de Santa Clara e a Deliberação de 30 de junho de 1890, que criou o distrito de Paz de Sant'Ana.

Através dos Decretos nº 1 e 1-A, de 8 de maio e 3 de junho de 1892, respectivamente, ficaram suprimidos os municípios de Itabapoana, Monte Verde e Natividade do Carangola. Ao mesmo tempo em que foi formado o município de Itaperuna, pelo município do mesmo nome e pelos de Natividade do Carangola e de Bom Jesus do Itabapoana. Através do mesmo decreto, Varre-Sai passa a ser o sétimo distrito de Itaperuna, permanecendo assim, nas divisões territoriais de 31/12/1936 e de 31/12/1937.

Em 1903, a Lei nº 595, de 4 de setembro, criou o 12º distrito de Itaperuna, Ouro Fino, desmembrado do 5º distrito (Natividade). O Art. 2º, item III, determinou as novas divisas do sétimo distrito (Varre-Sai), a saber: (...) III- *As novas divisas do 7º distrito (Varre-Sai) com o 5º distrito (Natividade) serão da Cachoeira Matizada para cima até as cabeceiras da fazenda do mesmo nome, Córrego do Ignacio e suas vertentes, divisa da Boa Vista, Córrego Perobas, das vertentes até a barra, daí para cima pelo espigão que divide a fazenda do Socego até Bom-Sucesso e deste ponto a encontrar as divisas das terras de Manoel José Moreira e Maximiliano Alves Ribeiro, até a junção dos terrenos de José Pereira Neves e Hippolyto Pereira Neves; deste ponto servirá de divisa a linha corrida pelo engenheiro Annibal até a estrada que segue para Tombos.*

A partir desta estrada servirão de divisa as da fazenda da Cachoeira até o Ribeirão Bom-Sucesso e dali por uma reta até o alto a encontrar os limites do Estado de Minas Gerais (Tombos). Em seguida, sempre pelas vertentes que confinam com o referido Estado a encontrar divisas do 8º distrito (Santa Clara), cabeceira do Bom-Sucesso e Ribeirão da Onça; por ele abaixo até o Córrego Jacutinga, compreendendo todos os seus afluentes, e deste ponto a barra do mesmo ribeirão, toda a margem direita pertencente ao 7º distrito (Varre-Sai). (38).

Da barra do ribeirão da Onça prevalecem as divisas atuais com o 9º distrito (Sant'Anna), fazendas Criciuma e Mundo Novo, 5º (Natividade), que divide pelos altos com as fazendas do Bandeira, Ventania, Correnteza, Candonga e terrenos de Manuel Joaquim Henriques, a fechar perímetro por uma linha divisória da mesma Cachoeira Matizada.

Os terrenos que constituem o patrimônio deste distrito foram doados por Felicíssimo Faria Salgado. (39).

Por ato das disposições constitucionais transitórias deste Estado, promulgado em 20/06/1947, o distrito de Varre-Sai foi desanexado do município de Itaperuna para constituir o novo município de Natividade do Carangola, disposições essas mantidas pela lei estadual nº 6, de 11/08/1947.

Na divisão territorial de 1/07/1960, Varre-Sai permanece como segundo distrito de Natividade do Carangola, permanecendo assim até a divisão territorial de 17/01/1991.

Através da lei estadual nº 1390, de 12/01/1991, Varre-Sai foi desmembrado de Natividade e elevado a categoria de município, constituído, apenas, do distrito sede.

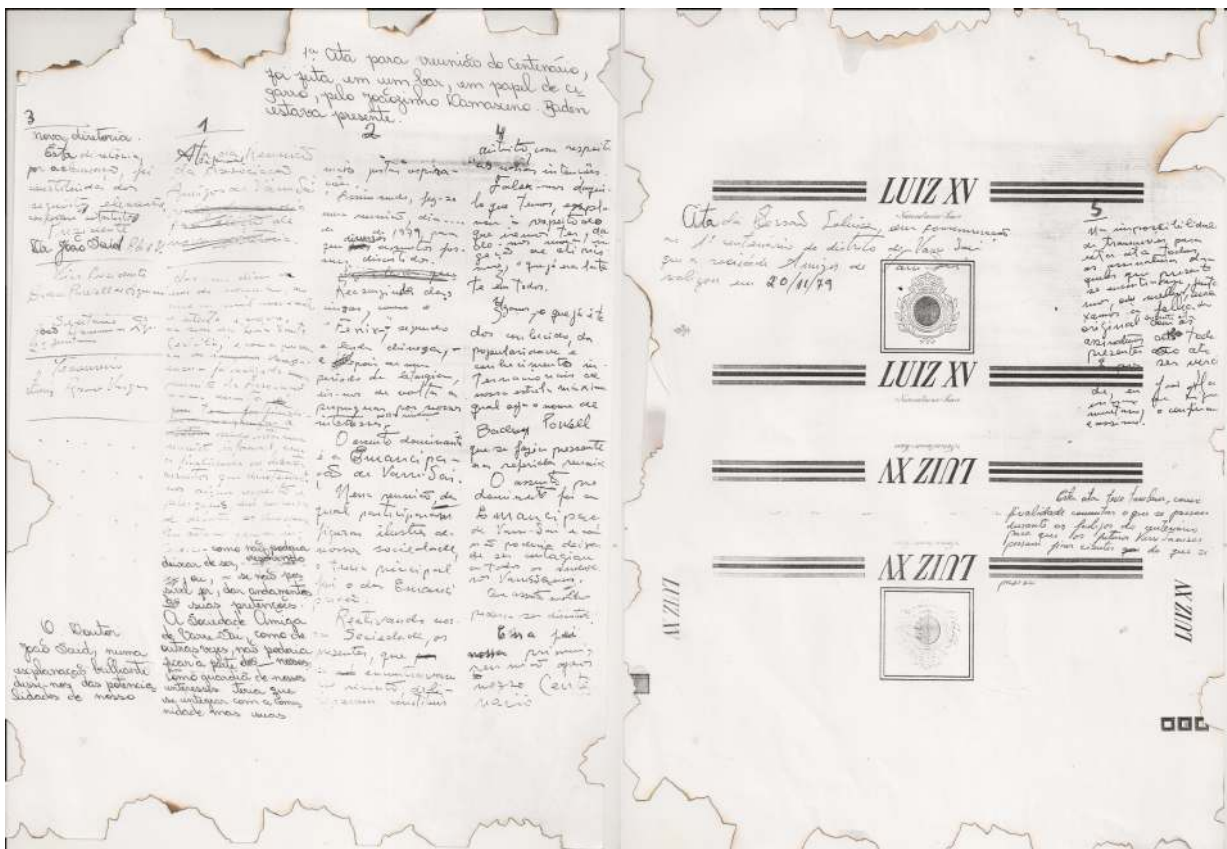
(37) Ibidem, p.92.

(38) Ibidem, p.95.

(39) Ibidem, p.95.

A comemoração do Centenário

Em 1979, os varressaenses comemoraram o centenário de sua elevação a distrito. A primeira reunião para organização do histórico e significativo evento comemorado no dia 19/11, foi realizada no dia 11 de outubro de 1979, na sede da Lira Santa Cecília, oportunidade em que foram apresentadas diversas sugestões: o Sr. João Damasceno de Figueiredo assumiu a responsabilidade sobre a participação da Lira Santa Cecília na festa, a Diretora da Escola Estadual Dr. Miguel Couto Filho, Marlene Abib de Oliveira Fabbri, sugeriu uma exposição de objetos antigos pertencentes às famílias tradicionais de Varre-Sai, uma hora de arte fazendo uma retrospectiva da história de Varre-Sai e desfile da Banda Marcial da Escola. Em seguida, foram discutidas as seguintes propostas: ao Serrano Esporte Clube foi entregue o programa esportivo da festa, confecção de chaveiros, camisas e flâmulas, concerto de música semi-clássica e confecção de convites para os varressaenses ausentes, conclamando a participarem do evento com palavras cativantes e hospitaleiras: (...) *Venha dar um abraço a sua terra, rever os amigos, recordar as coisas boas que marcaram sua existência. Já preparamos o banquete. Venha saboreá-lo. Nossa casa é grande. Há lugar para todos os filhos.* (...). (40). A comissão festeira ficou assim composta: Domingos Jannotti Netto, Odithes José da Silva, Antônio Said de Oliveira, Sebastião Abib Vargas, Elza Gorini, José Geraldo Fabri, Pedro de Assis Moraes, João Damasceno de Figueiredo, Cleto Vespasiano Borges, Hélio Tupini, Carlos dos Santos Batista, Elson Braga Filho, José Humberto Fabri, Amélia Vargas de Oliveira e Marlene Abib de Oliveira Fabri.



Rascunhos da ata da reunião de preparação do centenário. 1979. Acervo de Amélia Vargas de Oliveira.

(40) Carta encaminhada aos Varressaenses. 1979. Acervo Edilma.



Flâmula assinada por Baden Powell e adesivo comemorativos do Centenário. Acervo de Edilma fontes Vargas Martins.

A Escola Estadual Dr. Miguel Couto Filho realizou um desfile cívico retratando os fatos e os vultos históricos de Varre-Sai.



Aspecto do Desfile Cívico. Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

A renda arrecadada com a Festa do Centenário foi suficiente para cobrir as despesas, como ainda foi possível repassar o excedente, que foi dividido em partes iguais entre as seguintes entidades: Asilo dos Velhos, Instituto Estadual João XXIII, Hospital São Sebastião, Lira Santa Cecília, Serrano Esporte Clube e Associação dos Amigos de Varre-Sai.



Aspecto da Sessão Solene do centenário e detalhe do Museu do Centenário. Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

Essas comemorações fizeram despertar na alma dos varressaenses um sentimento de amor à sua terra, traduzidos nas palavras nostálgicas, empolgantes, comoventes e apaixonadas de Nazira Abib Oliveira Vargas por sua terra querida e que a viu nascer: (...) *Aqui em nossa terrinha-mãe, comemorar o seu centenário, é chamar à nossa presença, as histórias dos nossos tempos de meninice contadas por nossos avós. É falar nos lugares e nas pessoas que amamos. É lembrar e deixar bem viva a lição de suas e nossas lutas, fraquezas e esperanças. Falar de Varre-Sai em seu primeiro centenário, é falar da vida vivida não apenas no decorrer deste século, mas em todos os anos que antecederam à sua criação como distrito. É trazer à luz, o esforço, as lutas aqui travadas, é relembrar que por aqui ecoou o canto guerreiro e a alegria da sociedade indígena primitiva; a coragem dos escravos, que aqui sofreram e aqui entoaram seu grito de liberdade. É trazer à luz, a voz da Sá Augustinha e o canto de escrava liberta, canto de todo um povo. Canto belo e forte que se espalhou pelos terreiros das fazendas e pelas carreiras de cafezais e que assim dizia:*

*A lei de ouro
que a rainha assinou
nêgo não é mais lacaio
nêgo não tem mais sinhô*

*Pisei na pedra
a pedra balanciô
o Brasil era torto
e a rainha ideiretô*

Sim, amigos, falar do centenário de Varre-Sai é trazer nos nossos ouvidos o tilintar dos cincerros das madrinhas das tropas, e o papo ruidoso dos tropeiros. É tentar sentir o cansaço de horas e dias pelos sucos das estradas a saborear o fantástico gosto de chegar no rancho limpo, de água fresca e boa, o rancho do “Varre-Sai”.

Falar em Varre-Sai, no seu primeiro século, é lembrar as centenas de homens e mulheres que desbastaram seus morros e matas; enfrentaram o desafio do desconhecido, das terras não possuídas, e aqui fincaram seus cafezais. É falar naqueles que vieram de Minas, dos chamados “Puris”, que se tornaram os nossos maravilhosos tocadores de caxambu e cantadores de calango.

Falar no Varre-Sai centenário é falar nos mineiros que aqui chegaram, vindos de Tebas, Leopoldina, Bicas, Mar de Espanha, e de tantos outros lugares, para aqui plantar suas vidas. É falar na alegria ruidosa, clara e sadia da italianada que trouxe consigo, em seu sangue e em suas mãos, duas das coisas mais preciosas desta terra, a música e o vinho. É falar da pequena colônia síria, que aqui se plantou, fincou suas vidas, fazendo-se gente nossa, gente brasileira.

Falar de Varre-Sai centenário, é falar das noitadas do mês de maio, das coroações de Nossa Senhora, é falar das mil e umas fofocas contadas nos Pasquins dos sábados de Aleluia. É lembrar a alegria barulhenta da garotada atrás dos Judas incendiado, é ouvir a campanha grotesca do cinema a dizer que a hora é chegada, que o filme vai começar. É falar nos palhaços pelas ruas, nos circos e touradas. É falar nos nossos bravos times de futebol.

Falar em Varre-Sai, em seu primeiro século como Distrito, é trazer à memória as festas coloridas de Santa Filomena e São Sebastião. É ouvir, de novo, o pipocar dos seus fogos, e maravilhar-se com as bandeirinhas coloridas pelas ruas e com a beleza dos arcos de bambu. É ouvir a banda em alvorada luminosa a nos chamar para o gozo da festa e ao encontro da alegria. É deleitar-se com os leilões e leiloeiros de graça sem igual. É sentir saudade dos coretos que não existem mais.

Falar desta terra secular é falar na Festa da Cruz da Ana, das centenas de carros trazendo milhares de romeiros, e a alegria curiosa de uma festa onde todos se reuniam aos pés da cruz de uma mulher por todos conhecida: a Ana Milagrosa.

Falar nestes cem anos, é lembrar os primeiros ônibus, carros e caminhões a vencer as nossas estradas. É sentir a espera ansiosa pela chegada da correspondência trazida muitas e muitas vezes a pé de Natividade, pelo estafeta. É lembrar as andanças gostosas atrás de barro branco para pintar os fogões à lenha, é ir de novo apanhar água fresca na Raposinha. Falar nestes cem anos, é também lembrar a água do chafariz, a doce e boa água que nasce em nossos grotões, é falar também na água conquistada junto ao Estado.

Falar neste momento, é falar na mais antiga organização, símbolo da luta e persistência de nossa gente, a nossa Lira Santa Cecília. É falar em cada um dos seus maestros amigos, nossos ídolos. É falar em cada um dos seus músicos, e do agradecimento e carinho imenso que lhes temos.

Falar de Varre-Sai centenário, é cantar as glórias dos nossos sanfoneiros famosos que encheram de sons os bailes dos “Cavadeiras” e do “Esteirinha”. É falar na alegria do bloco “Capacete de Aço”. É falar nas fogueiras de D. Madalena do Caboclo e na travessia à meia-noite, com pés descalços, na fogueira em brasa viva.

É falar nos casamentos festivos e nos carnavais fabulosos em que blocos e clubes disputavam o primeiro lugar na alegria. É falar também nas noites de Natal e no badalar festivo dos sinos a chamar para a Missa do Galo.

Falar da vida de Varre-Sai em seu primeiro século é falar nos Festivais do Vinho e nas lutas vitoriosas pela implantação de estradas, construção do hospital, do grupo escolar, do ginásio, do campo de futebol, da sede da Banda, e pela instalação da telefônica e da TV. Quantas viagens e esforços representam cada conquista desta, quanta luta e quanta raça exigem a sua manutenção!

Falar de Varre-Sai, é falar da árvore do cemitério que se manteve viva e lançou semente perpetuando-se numa nova árvore para o século que vem. É falar na grande árvore do pasto do Bituta que marcou tantas chuvas pelo balançar de suas “barbas” e que atingida em cheio pelo tempo, manteve-se em pé, apesar de seca, a fim de estar conosco no alvorecer desta manhã festiva. É falar na figueira acolhedora da beira da estrada, no sítio do “Dendê”. É falar na árvore redonda do morro da televisão. É exaltar as árvores plantadas e mantidas às vezes com tanta teimosia, e é lembrar doce escoar do nosso ribeirão.

Falar de Varre-Sai no seu centenário, é invocar o canto alegre de todos os nossos sabiás e bem-te-vis; a dança em revoada das nossas andorinhas; o canto matutino e vespéral de todos os nossos pássaros; a alegria barulhenta das crianças de hoje e de ontem em suas brincadeiras de rua, e na saída em bando das escolas. É lembrar também as vozes de todas as professoras que por aqui passaram e que semearam no coração de cada criança o desejo de ser bom.

E é ao som da orquestra maravilhosa das crianças que fomos e que somos, do embalo das tropas pelas estradas, do cavar do chão pelas enxadas, do barulho dos martelos e do tropéu das boiadas que desejo plantar no amanhecer deste 1º centenário, a semente de um sonho sempre novo. O sonho pela construção de uma terra onde seus filhos sejam cada vez mais solidários, terra onde ninguém explore o outro. Terra onde não haja necessidade de pão e trabalho insatisfeito, e onde acima das divisões e pontos de vista de cada um, reine o desejo ardente de construir um lugar onde os homens sejam dignos da beleza de seus morros, do canto de seus pássaros, da doçura de seu clima, da vitalidade de seu chão, da pureza de suas águas, da claridade de suas manhãs e do segredo de suas noites e madrugadas!!!

QUE SEJA ASSIM! (41).

Noutro artigo, Nazira Abib Oliveira Vargas, relembra um ano depois a grande comemoração que foi o Centenário de Varre-Sai e de como esse evento marcou a vida de cada varressaense que dele participou.

SARAVÁ A VARRE-SAI (Primeiro Aniversário de seu Centenário).

O que é “Varre-Sai”? Varre-Sai é um lugar pequenino, um doce lugar pequenino do Estado do Rio. Varre-Sai comemorou em novembro de 1979 o seu primeiro centenário de criação como distrito.

CADA homem tem que viver pelo menos uma vez em sua totalidade, a imensa alegria de existir, de participar.

IMAGINE a profundidade do sentimento de fazer parte, quando se pertence a um lugar construído pelas dores e alegrias, erros e acertos, lutas vitoriosas e vencidas de gente conhecida, gente que o viu crescer.

IMAGINE o que é, de repente, todo um povo sair da dimensão do tempo vivido em horas, dias, meses ou ano, e pensá-lo na dimensão de um século.

IMAGINE o que é deixar de pensar apenas nos que conhecemos, estejam eles vivos ou não, digo, mortos, e entrar no mais remoto tempo, para lá encontrar a comunidade indígena primitiva; sofrimentos e anseios de liberdade dos escravos; a saudade e o trabalho duro das colônias de imigrantes; as levas de negros recém libertos vindos a pé das bandas de Petrópolis, Rio Bonito, Campos, à procura de novas formas de sobreviver, as procissões de mineiros descidos de Faria Lemos, Santo Antônio do Aventureiro, Tebas, Leopoldina, várzeas do Carangola além de outros, para trabalhar em terras onde o trabalho era muito e a comida sempre a mesma, o angu... Imagine o que é entrar na vida dos ranchos do início do povoado, na faina das primeiras construções, nas alegrias das primeiras ladainhas, festas de Santa Filomena e São Sebastião!...

IMAGINE a imensa ternura e curiosidade com que se olha as paisagens, as árvores, os morros, as matas, as casas e lugares antigos, quando se adquire a dimensão de que eles foram testemunhos e cenários de um tempo que gerou o tempo em que vivemos.

EM síntese – Imagine a estupenda descoberta que é saber-se gente construída, gente que se explica em outras gentes, gente que tem raízes.

FELIZ um povo que pode descobrir isto!...

FOI isto o que nos trouxe como prazer mais profundo, como significado maior, o Centenário de Varre-Sai.

(41) VARGAS, Nazira Abib Oliveira. O Centenário de Varre-Sai. Artigo publicado no Jornal O Norte Fluminense, nº 1430, Ano XXXIII, de 25/12/1979. Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

VARRE-SAI, terra adubada com o suor e o sofrimento de escravos e seus descendentes que aqui plantaram a tradição do café.

VARRE-SAI das mulheres carregadas de filhos subindo os morros atrás de lenha para cozinhar a comida simples e, quantas vezes pouca.

VARRE-SAI regado das saudades e lutas dos colonos sérios e italianos que aqui chegaram sem nenhum plano de colonização para imigrantes!

VARRE-SAI, onde destemidos portugueses construíram alguns de seus alegres e aconchegantes casarões, movimentaram seu comércio, sua primeira máquina de café, iniciaram a ladainha de Santa Filomena e promoveram a vinda de Thomaz de Aquino, maestro famoso, avô de Baden Powell.

VARRE-SAI, o rancho de água boa e fresca que a todos acolhia com a condição de ao sair deixar tudo limpo: Varre e sai...

VARRE-SAI, a doce terra do vinho, cujas primeiras mudas de uva foram trazidas num cestinho de Portugal, no porão do navio por Alexandre Ignácio da Silveira, pai da D. Albertina.

VARRE-SAI, a mágica terra da música, que já em seus princípios contava com duas Bandas, a da Rua de Cima e a da Rua de Baixo... E isto sem falar na Banda da Barra Funda e na Bandinha de Instrumentos de Bambu.

VARRE-SAI dos tropeiros, carreiros e candeeiros, dos cinceros, das madrinhas das tropas e do doce gemido dos carros-de-boi.

VARRE-SAI do batido vibrante das ferraduras dos cavalos nos paralelepípedos, e do deslizar macio das charretes coloridas.

VARRE-SAI dos forrós, do Boi Pintadinho, das fogueiras de São João, das Folias de Reis, das cantigas de roda, dos casamentos na roça, da meninada solta pela rua, terra de São Sebastião e Santa Filomena!

POIS bem, foi este Varre-Sai que nos dias 17 e 18 de novembro de 1979 convocou todos os seus filhos para o seu primeiro centenário. E os convocou assim:

CHEGUE! Aconchegue-se! Sinta-se outra vez menino nesta terra que o viu crescer!

E Varre-Sai se vestiu de roupa antiga. Assim, em cada casa de hoje colocou-se uma placa lembrando o que de expressivo nela ocorrera no passado. E foi bonito ver filhos, netos, bisnetos de gente que já se foi correr ao lugar de ontem pra saborear a certeza de que continuam presentes pela vida aqui vivida.

CENTENAS de varressaenses que estavam longe aqui chegaram. Os que aqui residem olhavam com discreto carinho, as caras não cotidianas para nelas reconhecer o antigo morador, seu neto ou bisneto.

ENTRE os varressaenses que acolheram ao chamado do reencontro, veio alguém que reuniu, em torno de seu VIOLÃO, a imensa alegria coletiva. Foi Baden Powell, filho do “Tique”, o violinista sapateiro, o contador de piadas, o homem de riso aberto rodeado de meninos escoteiros.

BADEN chegou e ficou do jeito bom de quem chega em casa. A sua volta e de sua gente, maior do que a admiração por seu gênio musical, estava o carinho pelo que a família do velho Thomaz de Aquino e Dona Nicolina aqui representa: a capacidade de gerar alegria, de congregar bem-querer. “A casa de D. Nicolina era a casa de todo mundo...”

E foi com todo mundo que Baden e sua gente caminhou pelas ruas na alvorada luminosa da Banda Santa Cecília. Foi rodeado por todo mundo que ele recebeu a homenagem do lugar. E foi também junto com uma multidão que se espriava ao longo da rua em festa, que ele tocou e cantou o “Samba da Benção”.

NAQUELE instante, era mais verdade do que nunca, o canto: “Mas para fazer um samba com beleza é preciso um bocado de tristeza...!”

AH! quanta luta e quanta dor forjara esta terra... Para a festa do centenário, quanto trabalho de professoras e alunos para nos dar a beleza da reconstituição histórica de nossas origens expressa no Museu do Centenário, na Hora de Arte, no Desfile, que com suas alegorias mostrou a formação do nosso povo, a vida nos ranchos primitivos, as viagens das tropas, dos carros de boi, a alegria dos antigos carnavais.

QUANTO empenho da Comissão da Festa, quanto carinho de cada pessoa no oferecer sua contribuição, seja em dinheiro, em trabalho, em produtos, animais, em peças para o Museu, no pintar das casas, no fazer prendas para o leilão! E quanto garbo na Bandinha Marcial da garotada, que estreando neste dia acelerou o ritmo de todos os corações!

E... cada varressaense estava bem ciente disto: “Fazer samba não é contar piada, um bom samba é uma forma de oração...”

E o Samba da Benção prolongou-se numa interminável evocação. E Baden deixou o coração espriar numa imensa ternura por sua gente e cantou:

-A benção de vocês todos ... porque eu vou ter que partir, vou ter que dizer adeus...

- Um Saravá muito especial a Varre-Sai, minha querida terra natal!...

- Saravá a este povo, a esta humildade, a esta gente tão bonita de que me orgulho tanto!... Saravá!

-Saravá à Banda Santa Cecília!

-Saravá à Igreja Santa Filomena!

-Saravá ao nosso Centenário!

Que Varre-Sai tenha muitos centenários de vida! Saravá!

- Saravá a todos os amigos, a esta gente toda que trabalhou nesta festa tão bonita!

- Saravá a estes meninos guitarristas que vão continuar o que a gente plantou...

Saravá!

E no meio da imensa ternura coletiva, Baden lançou sua mensagem:

Se todos os tristes quiserem juntos, toda a tristeza vai se acabar.

E aí, no meio da multidão, nasceu um canto:

Quem parte leva saudade de alguém

Que fica chorando de dor...

E um embalo gostoso, saudoso, a todos contaminou. Não era possível deixar a praça. Alguém começou então o “Hino de Varre-Sai”: “Varre-Sai quem te conhece, não esquece o teu povo nunca mais...”

E Baden ao violão, e o povo a cantar e a dançar... E um carnaval maravilhoso irrompeu pelas ruas. E o céu foi invadido por milhares de fogos do jeito antigo. E as caras da multidão foram iluminadas pelas explosões em festas das estrelinhas coloridas.

Já era madrugada. Uma doce e clara madrugada onde cada varressaense entoou em nome dos presentes e dos ausentes, dos vivos, dos mortos e de todos aqueles que não de vir, um imenso e maravilhoso Hino de Amor à Vida, um glorioso SARAVÁ! (42).

Segundo Nazira Vargas, as comemorações do Centenário, sobretudo pelo trabalho desenvolvido na época, envolvendo todos os seguimentos da comunidade como escolas, Lira Santa Cecília, SAVS e a população, somado a presença de Baden Powell, o filho de projeção internacional, o desfile cívico, a exposição Museu do Centenário, que trabalhou com a parte da memória afetiva dos habitantes e a sessão solene, despertou, novamente, o sonho de libertar-se política e administrativamente do município de Natividade.

A Emancipação Político-Administrativa

Em 1947, Natividade emancipou-se do município de Itaperuna. A partir desta época, Varre-Sai passou a ser o segundo distrito do recém criado município. A emancipação de Natividade mexeu com os sentimentos dos varressaenses que se organizaram em 23/05/1948 numa entidade civil que deram o nome de *Sociedade Amigos de Varre-Sai – SAVS*, que tinha por objetivo lutar no futuro pela emancipação político-administrativa e por melhores condições de vida para a população de Varre-Sai, incluindo nessa última, a criação de um hospital local. Seu lema era: *Unidos Pró-Emancipação e Progresso de Varre-Sai*. A SAVS, inicialmente, foi composta pelos seguintes cidadãos: Dr. José Soares, Sebastião Alves Figueira, José Vargas de Figueiredo, Domingos Janotti Neto, José Rosa de Souza, Erotides Pires de Souza, Sebastião de Oliveira Vargas, José Tupini, Bernardino de Oliveira Santos, João Ramos Pereira, João de Oliveira Vargas, Walter Vieira, Acyr de Salles Abreu, Álvaro de Abreu Rangel e Ademar Bandoli.



Representantes dos sócios fundadores da SAVS.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

(42) VARGAS, Nazira Abib Oliveira. *Saravá a Varre-Sai*, artigo publicado no Jornal O Norte Fluminense, nº 1471, Ano XXXIV, de 16/11/1980.

Em 1950, a SAVS, sob a liderança de Sebastião Vargas de Oliveira e de José Vargas de Figueiredo, conseguiu que o Deputado Rubens Tinoco Ferraz, propusesse através de projeto, a emancipação de Varre-Sai na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Porém, o movimento foi sufocado por chefes políticos contrários à justa aspiração dos varressaenses.

De sua fundação até 1960, a SAVS, dentro dessa proposta de lutar por melhores condições de vida, foi porta voz de muitas conquistas para Varre-Sai, das quais destacamos: construção do Hospital São Sebastião e extensão da linha telefônica em 1949.

A partir daí, a SAVS passa por um período de quietude como definiu Nazira Vargas, aguardando outra oportunidade para prosseguirem com seu intento emancipacionista. Em 1961, os varressaenses voltam a se reunir no Clube dos 13 e reativam a SAVS. Participaram desse movimento os senhores: Dr. Jácomo José Fabbri, Sebastião Oliveira Vargas, Orlando Tupini, Professor Elson Campos e vereador José Ramos Vieira. Nessa época, Laje do Muriaé estava pleiteando sua emancipação de Itaperuna, o que efetivamente se deu em 1962.

As principais realizações desse período foram: instalação de um posto repetidor para instalação do Canal 6, iniciativa através da qual a televisão chegou em 1961 a Varre-Sai; instalação de mais um posto repetidor de TV para o Canal 2, TV Excelsior e Canal 13 – TV Rio de Janeiro, em 1964; construção do Estádio dos Eucaliptos para o Serrano Esporte Clube, em 1969. Entre 1970 e 1979, a SAVS passa por um período de inatividade, mas não extinta.

Em 1979, ano da comemoração do Centenário de Varre-Sai, foi realizada uma reunião da SAVS na sede da Lira Santa Cecília, cujo tema principal voltou a ser a emancipação. Nessa oportunidade foi eleita uma nova diretoria que ficou assim constituída: Presidente: Dr. João Said Abib Vargas, Vice-Presidente: Baden Pawell de Aquino, Secretário: João Damasceno de Figueiredo e Tesoureiro: Luiz Ramos Vargas.

Em 1986, o Deputado Estadual Paulo Duque visita Varre-Sai à procura de apoio político. Nesta oportunidade, conversa com Cicéia Nunes Vieira de Menezes, Vereadora em Natividade, que se compromete politicamente com ele, desde que o mesmo, caso fosse eleito, se empenhasse com o projeto da emancipação de Varre-Sai.

(...) Com a eleição Varre-Sai deu a ele (Dep. Paulo Duque) apenas, mais ou menos, 750 votos, o que o levou a uma suplência, logo após assumiu o mandato na Assembléia Legislativa. (...). (43).

Paulo Duque ao perceber que o lugar reunia as condições necessárias para se tornar uma cidade, firmou um compromisso com Cicéia de lutar pela criação do município e passou a orientá-la a fim de que o distrito cumprisse com as exigências legais. (...) *O Distrito de Varre-Sai é o maior produtor de café do Estado do Rio de Janeiro, sendo este produto a base de sua sustentação econômica. Estes fatores e mais alguns que seria fastigioso enumerar, mas sobretudo o idealismo daquela gente, a aspiração popular que preside e irá presidir os destinos daquela localidade é que me faz afirmar aqui, neste pronunciamento de final de tarde, que Varre-Sai brevemente será um novo município do Estado do Rio de Janeiro. Estou convencido disto. (...). E prossegue: (...) o que eu desejava mesmo era homenagear o povo de Varre-Sai, aquele povo tão consciente, tão responsável, tão esforçado, tão brasileiro, aquele povo que sabe o que quer, tão idealista, aquele povo que*

(43) Depoimento do Sr. Luiz Ramos (Lula). Trabalho sobre a Emancipação realizado pela Professora Edilma Fontes Vargas Martins, em 1991/2005.

tem consciência do seu destino, aquele povo que acredita na sua vitória, aquele povo que vai à urna sabendo que está decidindo quase que o seu futuro em termos de emancipação. É essa homenagem que desejo fazer ao povo de Varre-sai, que me deixou muito impressionado. (...). (44).

A partir daí, foi criada a Comissão da Emancipação, formada e coordenada por Cicéia Nunes Vieira de Menezes, Dr. Silvestre José Gorini, Nazira Abib Oliveira Vargas, Luiz Ramos Vieira, José Antônio, Miguel Paulante e Dr. Alan Carlos Vieira Chagas.



Comissão de emancipação. Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

O primeiro passo foi a realização de um abaixo-assinado reunindo o número exigido de eleitores pela legislação em vigor, solicitando a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a realização de um plebiscito. Assinaram 239 eleitores de Varre-Sai (122) e de Santa Rita do Prata (117). Esse abaixo-assinado encaminhado ao Deputado Eduardo Chuahy, então Presidente da Assembléia Legislativa, informava, ainda, que (...) *a região abrangida pelo distrito de Varre-Sai e pela localidade de Santa Rita da Prata ocupa uma área aproximadamente de 280 km² onde vivem cerca de 7.500 habitantes e a separação do município de origem não ocasionará descontinuidade do mesmo. Trata-se de região com vida própria, dotada hoje de comércio independente, ampla rede escolar municipal e estadual, hospital, posto de saúde, banco, delegacia e amplos meios de transportes; possui ainda órgãos estaduais em pleno funcionamento tais como a, CERJ, CEDAE, SIAGRO, EMATER, FUNDAÇÃO LEÃO XIII; funcionam ainda 2 postos de gasolina, 4 supermercados, clubes e aproximadamente 100 casas de comércio as mais variadas; no campo urbanístico possui 10 ruas de grande extensão, todas calçadas e cerca de 1.800 residências.*

(44) DUQUE, Paulo. *Homenagem a Varre-Sai e outros assuntos* – Discurso pronunciado pelo Deputado na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 19/12/1986.

MORADORES DE VARRE-SAI

OS ABAIXO-ASSINADOS, ELEITORES DO DISTRITO DE VARRE SAI E DA LOCALIDADE DE Sã Rita/Anita, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE, SOLICITAM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO, DE ACÓRDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, SEJA VOTADO E APROVADO UM PLEBISCITO PARA A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VARRE SAI, CONSISTITUIDO PELAS LOCALIDADES ACIMA CITADAS:

	NOME DO ELEITOR	Nº TÍTULO	SECÇÃO	ZONA
1.	Luiza Nunes Vieira de Menezes	4.467	4ª	43ª
2.	Adalgisa Righetti Tupini	12.422	8ª	43ª
3.	Luclia Righetti Tupini	8.506	4ª	43ª
4.	João Augusto da Silva Ramos	22020	3ª	43ª
5.	João Renato da Silva Ramos	11.308	5ª	43ª
6.	João Ramos	36.38	3ª	43ª
7.	Delairde Gonçalves dos Santos	2.665	2ª	43ª
8.	Frete Helena B. de Oliveira	11.129	5ª	43ª
9.	Antonio Luiz da Silva	2.626	2ª	43ª
10.	João Rogue Sobreira	5671	2ª	43ª
11.	Adelia de Souza Larios Paiva	12.840	6ª	43ª
12.	Sebastião Clementina da Silva	9804	8ª	43ª
13.	Madalena Nazier Alves	11.290	2ª	43ª
14.	Maria Medeiros Vicente	9932	3ª	43ª
15.	Maria de Souza Soares	11.713	2ª	43ª
16.	João da Silva Soares	8.759	4ª	43ª
17.	Alto Gabriel Ramos de Moraes	11.959	1ª	43ª
18.	Rebeca Gomes da Luz	11.764	6ª	43ª
19.	Maria Silvana de Freitas	14.150	9ª	43ª
20.	Sebastião Baente de Menezes	10.882	7ª	43ª
21.	Maria das Graças Vicente	10.937	7ª	43ª
22.	Maria da Conceição Vicente	9.784	8ª	43ª
23.	João Márcio de Menezes	15.776	1ª	43ª
24.	Daquimar de Menezes	8.448	5ª	43ª
25.	Maria das Graças Baeba	10.658	2ª	43ª
26.	Paulo Antonio Silva de Freitas	16.820	2ª	43ª

de 1a
26
eleitor

Primeira página do abaixo-assinado encaminhado à ALERJ.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

Acham-se edificadas na região 3 igrejas católicas (Santa Filomena, São Sebastião e Santa Teresinha) além de templos da Igreja Batista, Presbiteriana e Assembléia de Deus. A população é assistida no Hospital São Sebastião, com 40 leitos, no Posto de Saúde e nos Sub-postos. No campo de lazer, destaca-se pela sua importância o VILLAGE CLUBE VARRE-SAI; constitui motivo de permanente atração turística a fabricação artesanal do vinho, famoso em todo o Estado e os festivais musicais. A economia de Varre-Sai fundamenta-se na agropecuária sendo a região que se pretende emancipar a maior produtora de café de nosso estado.

O sistema de transporte rodoviário faz ligação com os estados vizinhos e cidades limítrofes e permanente intercâmbio com os municípios próximos do Espírito Santo.

As atividades ligadas à agricultura e à pecuária, além de serem fundamentais na economia da região ocasionam grande desenvolvimento no transporte rodoviário, no comércio de implementos agrícolas e na geração de empregos. (...).

O texto prossegue justificando a necessidade da autonomia política e administrativa da região a fim de que se possa investir mais em turismo, educação, saúde e agricultura. Assinaram o documento os membros da Comissão de Emancipação.

Em julho, foi publicado no Diário Oficial do Estado a entrada do processo na Assembléia. Em setembro, a Assembléia foi informada sobre a renda e o número de eleitores do distrito.

Após dois anos, o Deputado Paulo Duque consegue a aprovação da Emenda Parlamentar para a realização, dentro do prazo de 180 dias, de um plebiscito, alegando que outros municípios haviam sido criados, como Rio das Flores com apenas 6.000 habitantes.

Em setembro de 1986, após ampla convocação, a comunidade se reuniu na sede da Lira Santa Cecília, oportunidade em que foi deliberada a retomada dos trabalhos da SAVS e iniciada uma grande mobilização popular para a salvação do Casarão do Felicíssimo que ameaçava ruir. Nessa reunião foi eleita a diretoria da entidade, composta por: Nazira Abib Oliveira Vargas – Presidente, Alan Carlos Vieira Vargas – Vice-Presidente, João Damasceno Figueiredo – 1º Secretário, Regina Abib Vargas Braga – 2º Secretário, Tarcísio Espósito Gonçalves – 1º Tesoureiro e Nelson Purificati Filho – 2º Tesoureiro. A partir dessa data, a SAVS também passou a coordenar a campanha emancipatória de Varre-Sai.

(...) Do princípio de março de 1990 até novembro Varre-Sai experimentou uma inédita campanha. Eclodiram diversos tipos de manifestações populares. Os varressaenses deixaram de lado seus afazeres e lançaram-se na campanha. A criatividade se generalizou. Todos contribuíram de diferentes formas. Neste momento, a Sociedade de Amigos de Varre-Sai passou a ter um fundamental papel de catalisadora de todas as manifestações populares, fosse promovendo debates ou ampliando a campanha pró-emancipação, fosse colaborando com as manifestações independentes. A SAVS demonstrou extrema competência na articulação e educação de caráter de cidadania ensinando a comunidade a importância da união em busca de seus sonhos coletivos.(...). (45).

(...) Sábado, 17/03/1990. Muito bonito o movimento pro emancipação de Varre-Sai. Durante o dia músicas no som do palanque e a noite uma grande passeata que estava programada para as 17:00 horas, mas devido a uma chuva forte só saiu as 20:00 horas, passando por todas as ruas, com carro de som e uma orquestra com o povo cantando os hinos da emancipação. No palanque mais tarde um bingo em benefício das despesas, que são muitas (...). (46).

(...) A zona rural precisava ser visitada para que o plebiscito fosse debatido por aqueles que sustentam nossa economia, ou seja, os trabalhadores e proprietários rurais. A SAVS propôs, então, a realização das caravanas da Emancipação que percorreriam toda a zona rural. Grupos de pessoas, com carros de som, vídeo e TV dirigiam-se aos mais distantes núcleos rurais do distrito para ampliar a campanha. As caravanas se constituíram num dos mais bonitos eventos já vividos: lavradores, após um dia de trabalho, lá estavam a estudar e debater o porquê emancipar. Passava-se o vídeo “Diga Sim a Nossa Terra” e ao mesmo tempo registrava-se a reunião em outros vídeos-filme. As caravanas funcionavam pela

(45) Texto da SAVS – Um pouco da História do Movimento de Emancipação de Varre-Sai.

(46) OLIVEIRA, Amélia Vargas de. Anotações. 1990.

dedicação dos líderes locais, agricultores, professores, catequistas e caravaneiros.(...). (47).

Domingo, 18/03/1990. Saíram para diversas áreas da zona rural caravanas de pessoas para ensinar os eleitores a votar SIM. (...) Na Jacutinga foi passado o filme do trabalho para emancipação e, sem aviso com antecedência, havia umas 200 pessoas, algumas até chorando de alegria. Durante toda a semana foi grande a movimentação do professorado com a finalidade de organizar uma seresta com músicos antigos e que moram fora. Também estão sendo vendidos cartões para o bingo de uma leitoa assada, para o dia da seresta e o Baile do Sim, no dia 24/06/1990. (48).



Comício do SIM. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Semana de 18 a 24/03/1990 – Estão sendo distribuídas cartas convites para uma manifestação no Palanque da Emancipação de familiares dos primeiros fundadores da Sociedade Amigos de Varre-Sai. (49).

Em Nova Iguaçu conseguiram localizar a família do maestro Ernestino Faria ou Cafunchinho como era mais conhecido entre a população de Varre-Sai, para participarem do movimento. Fizeram uma serenata em praça pública, durante um evento denominado Noite das Origens e em seguida se apresentaram no Baile do Sim.



Baile do SIM e Familiares do maestro Ernestino Faria. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

(47) Ata Histórica da SAVS: Asas da Liberdade: Emancipação de Varre-Sai.

(48) OLIVEIRA, Amélia Vargas de. Anotações. 1990.

(49) OLIVEIRA, Amélia Vargas de. Anotações. 1990.

24/03/1990 - Muito concorrida, a noite, a festa no Palanque da Emancipação, com passeata, boi pintadinho, conjuntos e muita alegria. A satisfação foi geral com o conjunto trazido pelos descendentes de Ernestino Faria e a apresentação dos representantes dos fundadores da Sociedade Amigos de Varre-Sai. Muito bonita mesmo a festa, que foi terminar com o Baile do Sim, na sede da Copercanol (Cooperativa de Café), sendo o baile muito animado. (50).



Apresentação do Boi Pintadinho.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

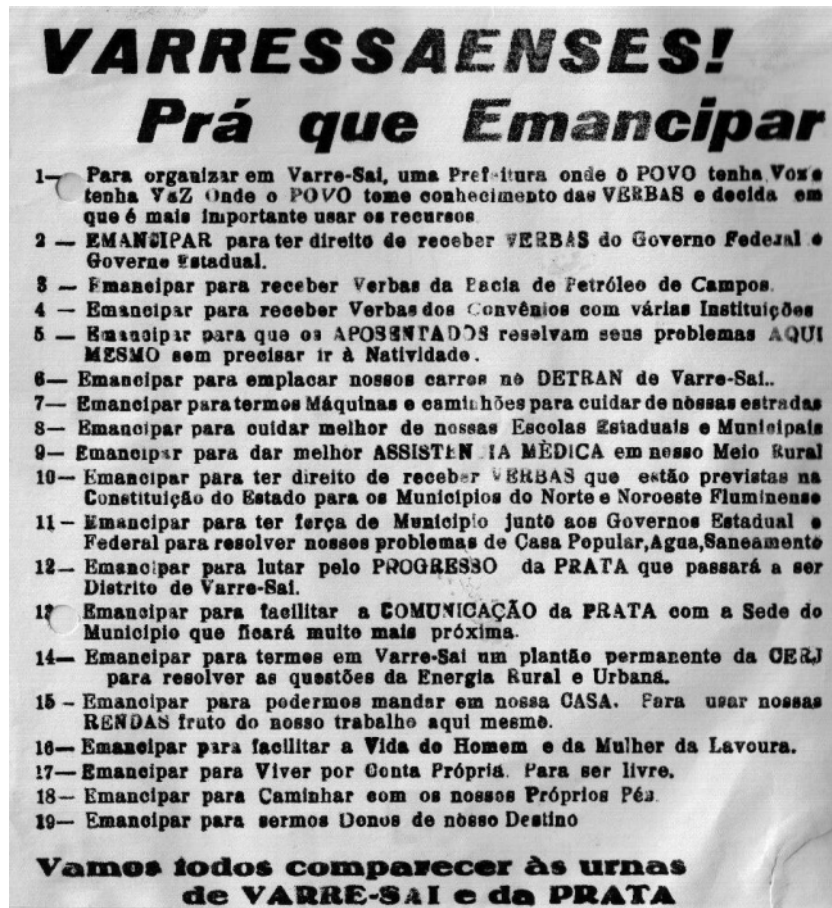
A partir daí, a campanha se intensificava cada vez mais. Bingos eram realizados pelos professores do Instituto de Educação João XXIII, Colégio Estadual Miguel Couto Filho e Instituto Santa Terezinha, além de doações em espécie realizada de forma espontânea por diversos varressaenses e que permitiram cobrir as despesas com impressos, cédulas, faixas e instalação da TV Emancipação. A família Vieira e a de Sílvio José Sobreira emprestaram dois imóveis onde foram montados comitês que auxiliavam na divulgação da campanha e orientava eleitores. O tradicional prédio do Esteirinha dos famosos e inesquecíveis bailes de carnaval serviu, também, à causa mais justa da terra, sua emancipação. (...) *Um bonito trabalho do professorado e alunos do Colégio João XXIII, Grupo Escolar Dr. Miguel Couto Filho, Jardim de Infância Carlos Magno, escolas da zona rural. Também em trabalho na zona rural estão os catequistas, padres, pastores protestantes, prestando grande serviço.* (51).



Impresso da campanha. Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

(50) Ibidem.

(51) Ibidem.



Impresso da campanha. Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

Antônio José Ramos (Veio) atuou na TV Emancipação Canal Sim ao lado do Dr. José Antônio Abreu de Oliveira, preparando as filmagens que entravam no ar, nas TVs locais, comunicando, informando acontecimentos, incentivando e orientando a população da importância da emancipação de Varre-Sai.

A TV Emancipação Canal Sim foi uma importante ferramenta de divulgação da campanha de emancipação. A equipe que a coordenava chegou a produzir na época, mais de trinta vídeos entre documentários, educativos e informativos. Essa TV apresentava seus programas na zona urbana e rural de Varre-Sai e transmitiu a apuração do plebiscito diretamente da Lira Santa Cecília. Para o povo de Varre-Sai, um feito inédito e emocionante. (...)26/03/1990 - Inaugurada a TV Emancipação, pegando no Canal 5 (TV Manchete) com grande sucesso. Esta realização de Jalex Vídeos, foi demais mesmo, passamos acompanhar todas as notícias da Emancipação pela nossa TV. (52).

Aguel Batista Rampazio compõe o Hino à Emancipação

**VARRE-SAI! TE DEDICO ESTA CANÇÃO.
MINHA TERRA QUERIDA,
MINHA GENTE TÃO AMIGA,
MEU LUAR, MEU VIOLÃO.**

(52) Ibidem.

**VARRE-SAI! TE DEDICO ESTA CANÇÃO
VENDO A NOSSA MOCIDADE,
A CANTAR PELA CIDADE,
NOSSA EMANCIPAÇÃO.**

**SALVE! A TERRA.
TERRA SANTA DE SÃO SEBASTIÃO.
SALVE! A LIRA!
DESTA TERRA A MAIOR TRADIÇÃO
SALVE! O SONHO,
DE UM POVO QUE REALIZOU.
SÓ RESTA CANTAR,
CANTANDO NUM SÓ CORAÇÃO,
HOJE O SONHO É REALIDADE,
VIVA A NOSSA CIDADE!
NOSSA EMANCIPAÇÃO!**



Passeata das escolas do município. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Marcado para primeiro de abril o plebiscito, porém não acontece devido a uma exigência legal referente ao número de habitantes, nessa época inferior ao estabelecido pela lei.

(...) O Tribunal Regional Eleitoral fez a convocação plebiscitária e marcou para 1º de abril de 1990 a data da realização do plebiscito. Agora, o palco da luta pela liberdade deixava a Assembléia e se deslocava para as ruas de Varre-Sai, para as ruas da Prata e toda a zona rural do distrito. (...). (53).

Marcado para o dia primeiro de abril, juntamente com outros dez municípios fluminenses o plebiscito, porém não aconteceu. *(...) Dia 03/03/1990 - Sábado à tardinha. Marcado o plebiscito para 1º de abril de 1990. Foi uma alegria geral em Varre-Sai. A notícia chegou por telefone, em casa de Dr. Silvestre, sendo logo passada para o povo que logo comemorou com foguetório. Na mesma noite estava na rua um carro de som e foi passado um vídeo. (54).*

No dia 11 de março de 1990, alunos e professores do Instituto Educacional João XXIII e do Colégio Estadual Dr. Miguel Couto Filho, *(...) detonam a campanha de rua, promovendo passeatas com cartazes, cantos e palavras de ordem. Neste mesmo dia, contando com a presença do Deputado Paulo Duque, realizou-se a primeira grande carreato, seguida de uma histórica concentração popular. Milhares de pessoas encheram as ruas de Varre-Sai deslocando-se da Praça da Matriz até o Largo do Armazém São Sebastião. Iniciava-se ali, a série de grandes concentrações populares. (...). (55).*

Suspenso pelo Supremo Tribunal Federal, a pedido do prefeito de Cabo Frio, que entendeu que a autonomia de Búzios romperia com a continuidade territorial, o STF decidiu transferir o ato para o dia 25 de novembro. *(...) 29/03/1990 – Estoura como uma bomba, a notícia, as 7:00 horas da manhã, de que não mais haveria plebiscitos no dia 1º em todo o Estado, tudo*

(53) Ata Histórica: Asas da Liberdade: Emancipação de Varre-Sai.

(54) OLIVEIRA, Amélia Vargas de. Anotações. 1990.

(55) Ata Histórica: Asas da Liberdade: Emancipação de Varre-Sai.

suspenso, a desolação foi geral, mas logo veio outra notícia de que os Deputados estavam se reunindo na Assembléia. (56).

Devido a lamentável notícia, que deixou indignada a população varressaense, a presidente da SAVS Nazira Abib Vargas, publicou no Jornal O Fluminense e Brasil Novo, de Itaperuna, uma Carta Aberta ao Supremo Tribunal Federal, expondo (...) *o ponto de vista da comunidade revoltada contra uma legislação que dava a possibilidade de, a menos de 24 horas de expediente dos órgãos públicos envolvidos, alguém pudesse entrar com um recurso no Supremo Tribunal Eleitoral, frustrando nossa histórica manifestação popular.*(57).

Vote Sim, Vote Sim

Chegou a hora
Hora tão esperada
Sonho tão sonhado
Sonhado e conquistado
Venha Varre-Sai
Venha dizer sim
Chegou a hora
A hora da Emancipação

Vote Sim, vote sim
25 de Novembro
Vote Sim, vote sim
Prá Varre-Sai virar cidade

Vote Sim, vote Sim
25 de Novembro
Vote Sim, vote Sim
Diga Sim à Liberdade
(Jingle oficial da Campanha de Emancipação de Varre-Sai. Letra e música: Luiz Gonzaga Abib de Menezes).

No dia 15/06/1990, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, através da Resolução nº 577, determinou a realização do plebiscito em Varre-Sai. (...) *Uma vez definido o plebiscito para 25 de novembro, a população varressaense através da Sociedade Amigos de Varre-Sai, rearticulou todas as atividades que haviam sido eficientes na campanha de março a abril. Assim, durante o mês de novembro a SAVS voltou a aglutinar os movimentos populares. Desta vez, a campanha ganharia a rua com o lema “Vote firme, Vote Sim”. (...).* (58).

Nessa época, foram retomadas as Caravanas da Emancipação, foi criada a Rádio ZY SIM 25.11, passeatas tomam conta das ruas da cidade novamente. Novos bingos são organizados, as catequistas da Igreja Nossa Senhora das Graças se esforçam aos extremos, professores da zona urbana e rural deram tudo de si em benefício da campanha e os forrós da Cabana do Canela, no Bairro Santo Antônio contribuíram para agitar a noite e reanimar a comunidade.

(56) OLIVEIRA, Amélia Vargas de. Anotações. 1990.

(57) Ata Histórica: Asas da Liberdade: Emancipação de Varre-Sai.

(58) Ibidem.

Faz-se necessário registrar nesse segundo momento da Campanha, o trabalho de conscientização rural e de mobilização urbana realizado por Nazira Vargas, Miguel Paulante, Antônio Said, José Antônio Abreu de Oliveira, Luiz Gonzaga de Menezes e José Tiago (Grilo).

Nessa época, Varre-Sai recebe o Coral da UFF, regido magistralmente por um de seus filhos, Godofredo Fabbri Neto, especialmente para cantar pela liberdade.

O encerramento da Campanha aconteceu no dia 23 de junho. (...) Varre-Sai viveu naquele instante, o seu mais absoluto estado de graça. Era a certeza de que o sonho tão sonhado seria, enfim, realmente conquistado. Foram muitos os abraços e choro de alegria. Era impossível evitar aquele sentimento de se estar vivendo a nossa poesia coletiva, os nossos melhores tempos.

Na noite que antecedeu ao dia 25 de novembro, muitos jovens e adultos recusaram-se a dormir. Em pequenos grupos passaram a noite conversando, aguardando a madrugada e a alvorada prometida pela Lira Santa Cecília.

Ainda estava escuro quando apareceu Miguel Paulante e seu carro de som. Logo depois os componentes da Lira se perfilaram em frente a sede da Banda. Os músicos mal começaram a tocar e de todos os lados apareciam pessoas para a grande passeata no alvorecer daquele dia. Os mais idosos acorriam às janelas para assistir a passagem da Lira. Uma comissão de frente se formou com jovens do lugar e visitantes. Ensaiou-se um bailado espontâneo e pronto: estava formado o grande acompanhamento.

A comissão de frente, a banda, Miguel Paulante com seu carro e os populares percorriam todas as ruas de Varre-Sai e, em cada rua, novas adesões engrossavam o cortejo. Difícil descrever o sentimento que tomava conta dos varressaenses. Quem acompanhou a banda, quem viveu aquele momento, jamais esquecerá a beleza, a alegria, a força daquela alvorada. O dia nasceu tranquilo e aquela cor azul e rosa que tingia o céu misturava-se ao sentimento de ternura, com o gosto de liberdade, com os acordes da banda, e assim, mesclados no mesmo cenário percorrido por gerações de pessoas que lutavam pelo mesmo ideal, passou a se perceber o verdadeiro significado da palavra Aurora! E então os sinos da Matriz dobraram, dobraram e dobraram...

Quando as portas das seções eleitorais se abriram em muitas delas já se faziam pequenas filas. Ao mesmo tempo apareciam os eleitores do perímetro urbano, carros credenciados buscavam eleitores da zona rural. Durante o dia inteiro as ruas de Varre-Sai e Santa Rita do Prata experimentaram aquele fervilhar de gente comum aos dias de eleições. (...) (59).

Em 25 de novembro de 1990 o plebiscito foi realizado. O Cartório eleitoral de Natividade organizou 12 seções e a votação teve início às oito da manhã, tendo transcorrido na mais perfeita ordem. As dezessete horas foi encerrada a votação e os malotes com os votos levados até a sede da Lira Santa Cecília para apuração. Dos 3210 eleitores que compareceram às urnas, 3070 disseram SIM, 80 optaram pelo não, 25 votos foram em branco e 35 anulados. Em seguida, a população saiu percorreu as ruas dando Vivas a Varre-Sai e a emancipação.

(59) Ibidem.



Impresso da campanha.
Acervo de Edilma F. Vargas Martins.



Apuração do Plebiscito.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.



Apuração do Plebiscito.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.



Comemoração da vitória do SIM.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.



Comemoração da vitória do SIM.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

Em 12 de janeiro 1991 é sancionada pelo governador Wellington Moreira Franco a Lei nº 1790 que criou o município de Varre-Sai, publicada no DO de 15/01/1991.

Lei nº 1790, de 12 de janeiro de 1991

Cria o município de Varre-Sai, a ser desmembrado do município de Natividade.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica criado o Município de Varre-Sai, com sede na atual Vila do mesmo nome, formado do território do Distrito de Varre-Sai, desmembrado do Município de Natividade.

Art.2º - O território do Município de Varre-Sai, constituído de um único distrito, é compreendido dentro dos seguintes limites:

1- Com o município de Porciúncula:

Começa no Pico da Boa Vista, no ponto de convergência dos limites de Porciúncula, de Natividade e do Município ora criado, prosseguindo pelo espigão mais saliente que termina na margem do Córrego Tesouro, segue o curso deste córrego até o encontro da linha de vertentes de direita do córrego Matipó, prosseguindo até encontrar a linha de vertentes do córrego Providência, segue por este o divisor dos rios Carangola e Itabapoana, prosseguindo por este divisor até encontrar o do ribeirão da Onça e do córrego Jacutinga, desce por este divisor até a confluência do córrego Jacutinga no ribeirão do Onça, seguindo o curso deste ribeirão até sua confluência no rio Itabapoana.

2- Com o Estado do Espírito Santo:

Pelos limites estaduais.

3- Com o Município de Bom Jesus do Itabapoana:

Começa na confluência do ribeirão Varre-Sai no rio Itabapoana, sobe o curso deste ribeirão até sua confluência no córrego Grota Funda (ou Criciúma), seguindo o curso deste ribeirão até sua nascente principal e, galgando o respectivo grotão, alcança a linha de cumeada do divisor de águas dos rios Carangola e Itabapoana até um ponto onde convergem os limites dos Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, de Natividade e do Município ora criado.

4- Com o Município de Natividade:

Começa no divisor de águas dos rios Carangola e Itabapoana, no ponto de convergência dos limites dos Municípios ora criado, onde encontra a linha de vertentes até a pedra denominada Piteira, à margem esquerda do córrego Mundo Novo atravessando-o e seguindo o espigão da Paulista, indo atingir o córrego Boa Sorte, na cachoeira abaixo da estrada Santana, desce pelo referido córrego até sua confluência no córrego Ventania, subindo, a partir deste ponto, o espigão fronteira até o Monte Tabaco, seguindo, daí, pela linha de vertentes do córrego até a linha de vertentes de esquerda do córrego Candonga até o alto da pedra Monte Azul, daí, em linha reta, até a crista da cachoeira de baixo do córrego Providência até a interseção da linha de vertentes de direita do córrego Matizada, daí, seguindo o curso do córrego até um ponto em que encontra o espigão mais saliente que desce do Pico da Boa Vista, onde convergem os limites de Natividade, de Porciúncula e do Município ora criado.

Art. 3º- O Município de Varre-Sai será dotado de Comarca própria, nos termos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º - O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro designará a data em que serão realizadas as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, assim como a da posse dos Vereadores eleitos.

Art. 5º - O número de Vereadores da primeira legislatura será o mínimo previsto no artigo 29, IV, a da Constituição da República.

Art. 6º - A instalação do Município dar-se-á na forma prevista na Lei Complementar nº 59, de 22 de fevereiro de 1990.

Art. 7º - O Município de Varre-Sai, enquanto não contar com legislação própria, reger-se-á pela do Município de Natividade, obedecidas as disposições da Lei Complementar nº 59, de 22 de fevereiro de 1990.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1991.

Wellington Moreira Franco

Governador do Estado

(...) Brava gente na luta, com uma firme vontade de vencer, de voar, de gritar alto a nossa tão sonhada liberdade, leilões, rifas, caravanas, shows, comícios, etc., tudo feito com carinho, responsabilidade, onde o espírito da luta imperava. (...). (...) Vinte e cinco de novembro de 1990, foi o dia do "SIM" varressaense. O dia em que Varre-Sai voou, deu asas a sua liberdade. (...) O grande valor da luta não foi só a emancipação, mas também, o trabalho de cidadania, de respeito mútuo, mostrando que unidos somos fortes. (60).

Para o Dr. Silvestre Gorini, um dos integrantes da Comissão, a Campanha da Emancipação (...) foi um dos mais lindos movimentos de conscientização de luta por algo comum que participei.

Reconheço e valorizo o trabalho de todos, mas principalmente do incansável, do baluarte Deputado Paulo Duque, que não mediu esforços para tal. Chegou a fazer emendas constitucionais da emancipação, mas que estavam relacionadas a arrecadação e ao número de habitantes, num exaustivo trabalho de gabinete junto dos outros deputados, no sentido de conquistá-los para que ocorresse a aprovação da emancipação tão sonhada por todos.

Algumas pessoas, (pobres infelizes) não acreditavam, não queriam o acontecimento.

Mas uma grande maioria se uniu, foram à luta, não mediram esforços para o sonho emancipatório se fazer realidade.

Entre eles: Cicéia Nunes Vieira (incansável), Luiz Ramos (Lula), Nazirinha, Grilo, José Antônio (Careca), Dr. José Antônio Abreu, Dr. Jácomo José Fabbri, Rimão, Alan (força jovem), Áurea de Fátima e Agiel (falecidos), e outros.

Mas se não fosse a coragem, a perseverança do Deputado Paulo Duque não teria chegado a emancipação, pois a oposição contrária a emancipação se fazia forte, recebeu oferta de uma secretaria (agricultura) para abandonar, arquivar todo o processo emancipatório, recusando-a alegando que já havia assumido o compromisso com pessoas de bem, que realmente amava o Município e que o distrito já possuía critérios para voar e chegar ao grau de Município.

(60) Depoimento do Sr. José Antônio (Careca), comerciante. Trabalho sobre a Emancipação realizado pela Professora Edilma Fontes Vargas de Oliveira, em 1991/2005.

Acredito que se fosse hoje, 2005, Varre-Sai não conseguiria mais pois as exigências, para emancipar, são mais rigorosas.

De mãos dadas representamos uma força. Unidos em uma massa social fomos ouvidos. Com ações concretas, construímos, conquistamos, transformamos um grande sonho em realidade “Varre-Sai Município”. (61).

Vale lembrar que essa campanha movimentou Varre-Sai com as Caravanas da Emancipação, vídeos *Diga Sim a Nossa Terra*. E Vote Firme, Vote Sim. Noite das Origens, Baile do Sim, lançamento do jingle Vote Sim, colaboração da Rádio FM de Guaçuí, através do radialista Sérgio Lopes, carros de som de Miguel Paulante e Nazira Vargas, matérias da SAVS publicada em jornais de circulação nacional e regional como Jornal do Brasil, O Globo, O Fluminense, Folha da Manhã. Reportagens foram exibidas na TV Norte Fluminense (TV Globo) e extinta TV Manchete.

De acordo com a documentação consultada e com as entrevistas realizadas, percebemos que a população de Varre-Sai se manteve unida na conquista pela emancipação. A campanha pela independência política e administrativa de Varre-Sai conseguiu reunir num só movimento partidos políticos diversos, padres, católicos progressistas e tradicionalistas, pastores protestantes, idosos, jovens e crianças, provando que, com união e determinação, podemos ter um mundo mais justo, igualitário e participativo.

Não podemos deixar de destacar o papel importantíssimo desempenhado durante essa campanha por Nazira Abib Oliveira Vargas. Pela produção de seus textos, pelas entrevistas realizadas percebemos que ela, com sua experiência na região nordeste brasileira e com sua formação acadêmica contribuiu, definitivamente, para que o movimento tivesse a participação popular, que a campanha fosse legitimada pela comunidade. (...) *A Nazira é uma pessoa extremamente sensível. É uma escritora premiada pela FUNARTE e pela Fundação Joaquim Nabuco. Ela ganhou diversos prêmios pelo trabalho realizado no nordeste. Tem um cabedal imenso. Mais que o cabedal acadêmico ela tem uma sensibilidade muito grande. Ela saiu da classe social dela e compreendeu o humilde. Compreendeu na essência humana, fora de política burguesa, para além das religiões e filosofias. Ela não entrou nisso por caridade. Não! Ela desceu para compreender a alma do ser humano em dificuldade. Essa qualidade dela é uma coisa muito bonita. Ela tem uma percepção popular admirável. Ela fez trabalhos incríveis. A emancipação do município de Varre-Sai deve muito a ela. Claro, a participação de todos os emancipacionistas foi fundamental. Teve o trabalho de um Deputado lá na Assembléia. Mas aqui dentro quem organizou a população, preparando-a para a emancipação foi ela. E foi ela quem chegou mais intimamente no coração do povo, quem fez um trabalho imenso de educação popular, quem moveu todas as peças importantes de esclarecimento coletivo. Eu participei um tanto desse processo com ela, maravilhado de ver a força dessa mulher. Tenho uma admiração imensa por Nazira. (62).*

Reservamos para encerrar este capítulo um poema de Nazira Vargas:

Os pessimistas diriam: acabou-se a Emancipação. Mas nós dizemos: Só morrem as causas quando não tem quem lute por elas.

Os descrentes diriam: Fecharam nosso caminho. Mas nós dizemos: Quem sabe para onde quer ir, constrói novos caminhos.

(61) Depoimento do Dr. Silvestre José Gorini, médico e ex-prefeito de Varre-Sai. Trabalho sobre a Emancipação realizado pela Professora Edilma Fontes Vargas Martins, em 1991/2005.

(62) Entrevista concedida por José Antônio Abreu de Oliveira. 2011.

Os desanimados diriam: Cortaram nossas asas! Mas nós dizemos: Se cortarem nossas asas, conquistaremos nosso futuro construindo túneis no segredo do chão.

Os derrotados diriam: Não foi agora, não será mais nunca! Mas nós dizemos: Quem chegou até aqui, não pode voltar atrás!

Continuar! Continuar! Continuar até emancipar! E depois de emancipar, CONTINUAR!

CONTINUAR SEMPRE PARA FAZER DESTA TERRINHA, UM LUGAR DA IGUALDADE E DA ALEGRIA. (63).

As primeiras fazendas e seus proprietários

Com exceção de Santo Antonio de Pádua e de Itaocara que foram fundadas por frades que tinham por objetivo expandir os domínios da igreja católica, catequizar e aldear os indígenas, grande parte dos municípios que atualmente integram a região noroeste fluminense foram colonizados por mineiros que vieram em busca de terras férteis e produtivas, primeiro para coletar a poaia, extrair madeiras nobres e capturar animais, cujas peles tinham enorme valor comercial, depois, para o plantio do café, o que se deu a partir do segundo e terceiro decênios do século XIX. (...) *O avançamento sem fim para o Leste, rumo às terras fluminenses, prosseguia pelos vales dos afluentes do Paraíba, deixando pelo caminho gente fixada. Os braços da caminhada estendiam-se pelo sertão do Leste, no desbravamento e povoação da mata. (...).* (64).

José Antônio Abreu de Oliveira e José Luiz Teixeira, estudiosos da história regional, defendem a tese de que José de Lannes Dantas Brandão veio ocupar essa região, financiado pelo governo mineiro que pretendia ampliar seus domínios nessa área ainda desconhecida, intransponível devido as densas florestas, o que lhe valeu o título de Zona Proibida, pois a mata era um obstáculo natural que impedia a penetração humana e havia, além dos índios, animais perigosos, peçonhentos e plantas venenosas em profusão. José Luiz acredita que o governo mineiro tivesse conhecimento da existência de ouro na região, o que mais tarde foi confirmado por José de Lannes que manteve em seu poder pequenos frascos com amostras do ouro encontrado e que recebia o nome do local ou da propriedade onde havia sido retirado tais como: Bandeira, Bandeirinha, Candonga, etc. Desta maneira, José Luiz acredita que o nome Varre-Sai (corruptela de Vira-Saia, codinome de Antônio Francisco Alves, que em meados do século XVIII, chefiava uma quadrilha especializada em roubo de ouro e diamantes na Estrada Real) esteja mais ligado às atividades auríferas das Minas Gerais do que a história amplamente difundida pela tradição oral de que o mesmo surgiu devido a exigência de uma senhora algumas vezes citada como Inácia da Conceição em outras como Maria da Conceição, que deixava que tropeiros usassem seu rancho, desde que varressem ao saírem. Para José Antônio, o termo varrer o rio parece ter sido usado no sentido de explorar o rio, esgotá-lo, exauri-lo, ao procurar ouro e sair, ir embora, originando daí a corruptela Varre-Sai. Além disso, nessa região existem pequenos ribeirões e propriedades agrícolas com nomes ligados as atividades da mineração, dentre os quais citamos: Córrego do Ouro, Ribeirão do Varre-Sai, Baú, Fazenda do Tesouro, Ourânia, Ouro Fino, Córrego Baú da Esperança, Córrego Tesouro, etc...

O fato é que encontramos no início do século XX, em Natividade, uma associação de mineração, que comprava, inclusive, jazidas de ouro, dentre outros minerais, conforme anúncio publicado no Jornal Natividade Ano I, nº 4, de 24/05/1900.



Anúncio do jornal.

(64) MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma Região: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973, p. 47.

O pai de José de Lannes, o Capitão João Fernandes de Lanna e sua história contribuíram, definitivamente, para a consolidação das povoações da zona da mata mineira. (...) *A história da zona da mata é requisito para a compreensão de nossa própria história. Além disso, há algumas considerações que não podem ser deixadas de lado. O conhecimento militar que possuía nosso biografado, seu manejo com a linguagem indígena, seu preparo para a vida nas florestas, tudo isso nos faz acreditar que José de Lannes Dantas Brandão e seu filho, estava informado o suficiente para arriscar uma investida direta nas matas do rio Carangola. Ou seja, José de Lannes entendia também como era a sobrevivência nas florestas, dominava a linguagem indígena, e sabia negociar com eles. Tanto por sua formação militar quanto por sua condição de filho de um homem que organizou bandeiras que conhecia completamente a zona da mata mineira, e que já havia inclusive, atingido o rio Carangola numa de suas incursões pela selva. José de Lannes Dantas Brandão não foi um super-herói legendário que de uma hora para outra venceu a selva, submeteu os índios e dominou as feras. A realidade nos prova que enfrentar e sobreviver nas matas era coisa que ele conhecia muito bem. Por contingência familiar, de época e de ofício.* (65). Isso sem contarmos que seus antepassados eram ourives, tendo sido Jean de Lannes, contraste e ensaiador da Casa da Moeda de Vila Rica, fato este que muito contribui para esclarecer o interesse pelos Lannes nessa região com áreas ainda desconhecidas como veremos a seguir.

O certo é que havia um grande interesse por parte das Minas Gerais na região que, tempos depois, seria conhecida como noroeste fluminense.

Cambuci, por exemplo, teve seu desbravamento iniciado por volta de 1810, a partir da concessão de uma sesmaria doada à família Almeida Pereira.

Foi assim com Itaperuna, Natividade e Porciúncula, quando, em 1831, José de Lannes Dantas Brandão e sua família se estabeleceu formando diversas fazendas na região.

O mesmo processo se deu com Laje do Muriaé quando, em 1832, José Ferreira César, parente de José de Lannes, fundou a sua primeira fazenda a qual deu o nome de Angola.

Por volta de 1842 foi a vez de Miracema, com Dona Ermelinda Rodrigues Pereira e sua família que, vindos do arraial dos Remédios, próximo a Barbacena, se fixaram onde é hoje a sede urbana do município e fundaram uma fazenda e um povoado.

Nesse mesmo ano, Antonio José da Silva Neném chega em busca de terras agricultáveis e se estabelece onde hoje se acha edificada a cidade de Bom Jesus do Itabapoana.

Antes dessa época, os fluminenses haviam se estabelecido somente até a altura de Campos dos Goitacazes. Essas terras que formam nossa região, antes conhecidas como sertões, eram consideradas perigosas, pestíferas e improdutivas. Acredita-se que essas denominações surgiram com o objetivo de proteger a fronteira das Minas Gerais contra possíveis invasões como veremos um pouco mais adiante.

O fato é que Minas Gerais tentou expandir até o século XIX seus domínios por essa região. (...) *Há muito tempo que os mineiros, principalmente, lançam posses em território incontestavelmente da Província do Rio de Janeiro, compreendido nos municípios de S. Fidélis e Campos. Há muitas pessoas que pensam que a Freguesia da Glória, criada pela Assembléia Provincial de Minas, está situada em terras da Província do Rio de Janeiro. Todos estes terrenos dos dois nossos municípios, que referi, eram até pouco tempo, desertos e, portanto, cobertos de matos. A entrada de alguns agricultores, que para ali se*

(65) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. Os Lannes, artigo publicado no Informe N'Atividade, nº 13, de 15 a 29 de fevereiro de 1992, p.3.

foram estabelecer, deu o descobrimento de um solo riquíssimo e que se presta a toda a produção. Desde logo começou a ser habitado, como é, compreendido entre Santo Antonio de Pádua, Cachoeira do Poço Fundo, rios Muriaé, Itabapoana e Pomba. (...). (66). Como exemplos podemos citar Santa Clara, antigo distrito de Bom Jesus do Itabapoana, que durante longos anos deu obediência ao governo mineiro e de Miracema, antigo Santo Antônio dos Brotos, que foi, durante o século XIX, por diversas vezes, envolvida em conflitos de ordem policial, judicial e tributária, como a cobrança de impostos pelas autoridades de Palma, antiga Capivara – MG. Esses conflitos deram origem à célebre Questão de Limites entre os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que se arrastou de 1814 até 1943, quando foi finalmente concluído após solicitação do Presidente Getúlio Vargas aos Governadores Ernani do Amaral Peixoto do Rio de Janeiro e Milton Campos de Minas Gerais, consolidado através do Decreto Lei Estadual nº 1056, de 31 de dezembro do citado ano, que fixou de uma vez por todas, os limites entre os dois estados.

Todo o noroeste do Estado do Rio de Janeiro, Zona da Mata mineira e quase que o Estado do Espírito Santo por inteiro fazia parte das chamadas Áreas Proibidas. Essas Áreas Proibidas eram regiões de florestas que serviam de barreira natural para impedir o contrabando de ouro. Nesse sentido, foram proibidas aberturas de estradas e foi interdita a ocupação de terras durante todo o período do ciclo do ouro das Minas Gerais.

Para alguns historiadores, com o esgotamento aurífero, os mineiros se voltaram para as práticas agrícolas e o solo fértil das Áreas Proibidas passaram a ser ocupados. Primeiro ocuparam toda a região da Zona da Mata mineira, mais tarde a região dos Rios Muriaé e Carangola e daí a região noroeste fluminense.

Alberto Lamego confirma essa versão, dizendo que a expansão, por falta de braços, custou a ser realizada. (...) *Tanto assim que, em pleno apogeu dos “barões de café”, no Segundo Reinado, nenhum título nobiliárquico possuía a terra itaperunense, o que demonstra a ausência de grandes riquezas. Além disso, uma intensa imigração mineira através das várias diretrizes fluviais da bacia do Muriaé, proporcionou a Itaperuna uma rápida subdivisão do solo dos primitivos latifúndios, caracterizando-se atualmente o município pelo grande número de sítiantes de café. (...).* (67).

Rosane Aparecida Bartholazzi de Carvalho classificou as terras do município de Itaperuna por onde o café se estendeu em dois tipos: as que a tinham proprietário do ponto de vista jurídico e as chamadas terras devolutas. E explica: (...) *É importante esclarecer que as terras devolutas não correspondiam sempre a vazios demográficos. Significavam territórios não ocupados pelo colonizador no sentido de que seus habitantes não possuíam títulos de propriedade.* (68).

Em 1854, tornou-se obrigatório, através do Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, o registro de todos aqueles que possuíam título de propriedade ou posse de terras. Essa lei ficou mais conhecida como Lei de Terras. Esses registros paroquiais de terras eram realizados pelos vigários de cada freguesia que, além de lançarem as propriedades, possuíam pleno controle do livro.

É importante esclarecer que esse registro foi iniciado no mesmo ano em que o Império brasileiro extinguiu o tráfico negreiro. Havia, portanto, interesse do governo em exercer um

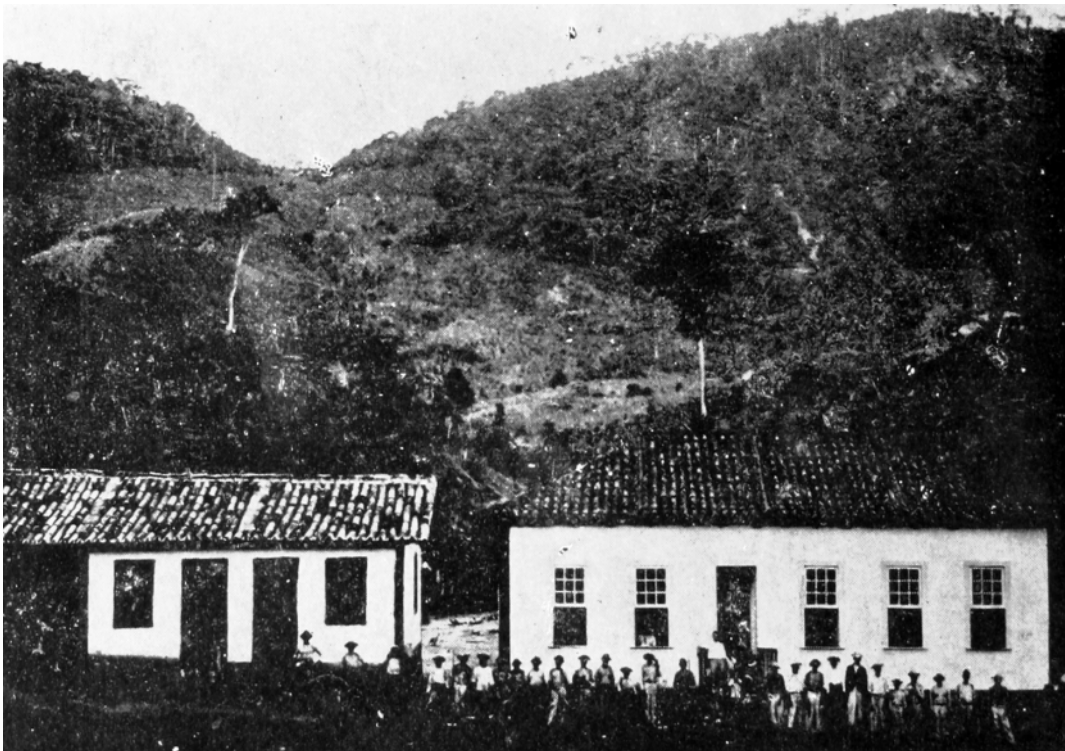
(66) FIGUEIREDO, Carlos Augusto de. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio de Janeiro. Comissionado para estudo e investigação dos títulos e documentos referentes aos limites entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Petrópolis. 1900.

(67) LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, volume 4. IBGE. Edição Fac-similiar. 2007, p.290.

(68) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p 120.

controle maior sobre as terras devolutas, impondo uma fiscalização maior e controlando a ocupação. (...) *A identificação de terras devolutas levaria o governo a estabelecer uma política consistente de colonização, fundação de povoações e controle das terras que deveriam ser vendidas.* (...). (69).

Em Varre-Sai, José de Lanes teria reservado a Fazenda do Candonga para seu filho. Desde que chegou na década de 30 do século XIX, José de Lanes doou e vendeu a terra que desbravou. Segundo consta, uma parte dessas terras teria vendido, por volta de 1848, a Felicíssimo Faria Salgado, que, em 1850, teria criado o povoado de Varre-Sahe com a construção de uma igreja dedicada ao culto de São Sebastião.



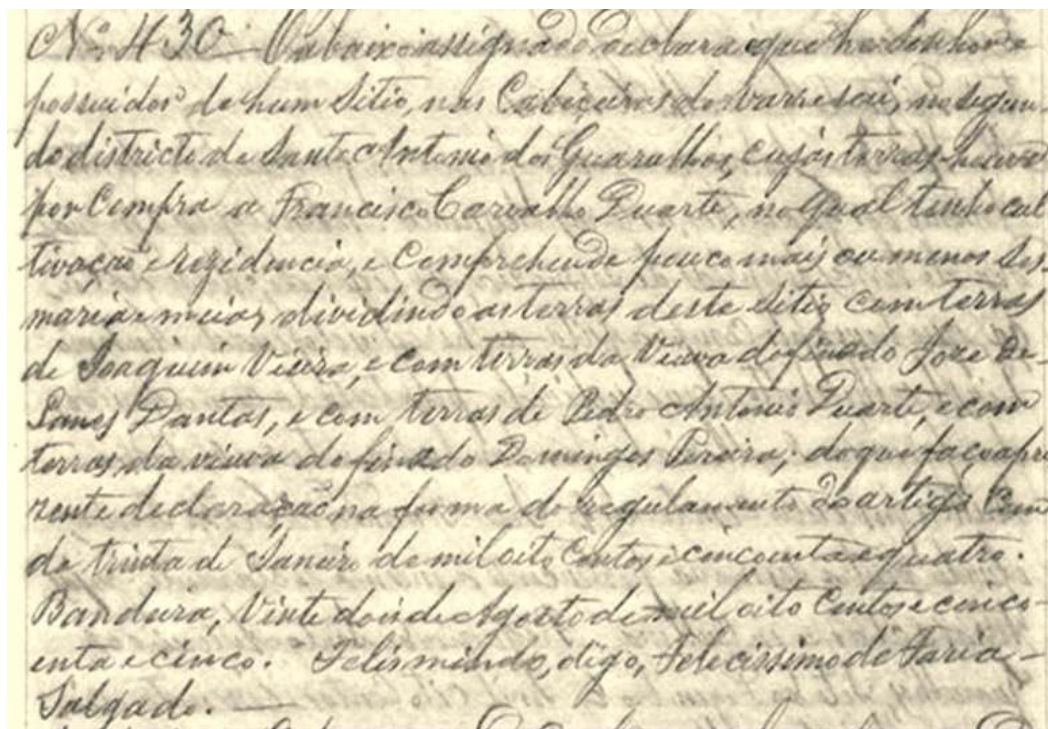
Fazenda Candonga. Álbum do Município de Itaperuna. 1910.

Porém, de acordo com o Livro de Registro de Terras de Santo Antonio de Guarulhos, sob o nº 430, registrada em observância ao artigo 91 do Decreto Provincial nº 1318, de 30/01/1854, Felicíssimo teria adquirido essas terras de Francisco Carvalho Duarte como abaixo se vê:

Nº 430 - O abaixo assinado declara que é possuidor de um sítio nas Cabeceiras do Varre-Sai 2º Distrito do Município de Guarulhos, cujas terras houveram por compra de Francisco Carvalho Duarte, na qual tenho cultura e residência e compreendem pouco mais ou menos sesmaria e meia, dividindo as terras deste sítio com terras de Joaquim Vieira e com terras da viúva do finado José de Lanes Dantas, e com terras de Pedro Antonio Duarte e com terras da viúva do finado Domingos Pereira, de que faço a presente declaração na forma do regulamento do artigo cem de trinta de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e quatro. Bandeira, vinte e dois de agosto de mil oitocentos e cinqüenta e cinco. Felismindo, digo, Felicíssimo Faria Salgado. (70).

(69) FREITAS, Carlos Roberto Bastos. Registros Paroquiais de Terras do Século XIX – Apresentação. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1998.

(70) Livro de Registro Paroquial de Terras de Santo Antônio dos Guarulhos, nº 20. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.



Registro Paroquial de Terras. Acervo APERJ.

Felicíssimo ainda declarou no mesmo dia (22/08/1855), ser possuidor de uma propriedade de nome Bandeira, registrada sob o nº 425 do Livro de Registro de Terras (...) *sita no segundo distrito de Santo Antônio dos Guarulhos, cujas terras houve por compra a José Rodrigues Chaves e na qual reside a três anos e compreende pouco mais ou menos uma sesmaria, dividindo as terras desta fazenda pelas cabeceiras com terras de José Pereira Borges e com terras de Antônio Dutra Nicácio e Diogo Guedes da Silva, e pelo norte com terras de Antônio Francisco de Assis e pelo este com Antônio Dutra Nicácio, do que faço a presente declaração na forma do regulamento do artigo cem, de trinta de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e quatro. Bandeira, vinte e dois de agosto de mil oitocentos e cinquenta e cinco. – Felicíssimo de Faria Salgado.* (71).

Além de Felicíssimo Faria Salgado, outros fazendeiros se estabeleceram na região, onde adquiriram terras. Aqui citamos alguns:

Antônio José dos Santos Lisboa, em 1886, declarou no Livro da Freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, sob o nº 620, ser possuidor de um (...) *terreno denominado Barre-Sai, que tem pouco mais ou menos meia sesmaria, que divide com José Barreiros e Jerônimo Dias da Silva e Antônio José Celestino, sito na margem esquerda do Rio Preto, que foram havidas por compra em trinta de maio de mil oitocentos e cinquenta. Barre-Sai, primeiro de janeiro de mil oitocentos e oitenta e seis – Antônio José dos Santos Lisboa.* (72).

Manoel Ignácio da Silva também registrou sob o nº 429, (...) *ser possuidor de uma sorte de terras às margens do Varre-Sai, sita no segundo distrito, freguesia de Santo Antônio dos Guarulhos, cujas terras houve por compra a José Venâncio da Silva, na qual o referido declarou compreender pouco mais ou menos três quartos de terras de planta de milho, dividindo as ditas com terras de Francisco José Diniz e Josué de tal, Manuel Antônio e Manoel Marcelino (...). Varre-Sai, 30/08/1855 – Manoel Ignácio da Silva.* (73).

(71) Ibidem.

(72) Ibidem.

(73) Ibidem.

Pedro Antônio Duarte registrou sob o nº 434 – *O abaixo assinado em virtude da lei de terras e seu regulamento, leva ao registro uma fazenda de terras de cultura, denominada Córrego do Cedro, situada no segundo distrito de Santo Antônio dos Guarulhos, município de Campos, possuída por compra feita a Antônio Dutra Nicácio, que terá de extensão oitenta alqueires de planta de milho pouco mais ou menos, e divide a dita fazenda com Francisco Antônio Brum, com Manuel Antunes de Siqueira, Manoel Vieira de Carvalho, Felicíssimo de Faria Salgado e Dona Joaquina Maria Rodrigues. Córrego do Cedro, dezoito de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco – Pedro Antônio Duarte. (74).*

Dessas propriedades, algumas permaneceram em poder da mesma família, outras, com o tempo foram sendo divididas entre herdeiros, vendidas, cedidas, transferidas para outros proprietários, formando novas fazendas e sítios. Aquelas mais próximas do centro urbano acabaram sendo loteadas dando origem aos atuais bairros Santa Teresinha, Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida, Santa Lúcia e Parque Confiança.

(74) Ibidem.

Outras histórias

Origem do nome Varre-Sai

A Serra da Sapucaia, que é um prolongamento da Serra do Caparaó, onde se estabeleceu o município de Varre-Sai, era, no século XIX, rota de tropeiros entre Minas Gerais e o Estado do Espírito Santo, transportando o café produzido na região e abastecendo-a de outros gêneros como o sal, querosene e tecidos.

Acreditamos que o nome Serra da Sapucaia tenha sido originado em virtude de haverem muitas dessa linda espécie, característica da floresta pluvial atlântica nessa região. Segundo a cientista social Nazira Abib Oliveira Vargas, (...) *antes de sermos FREGUESIA, de sermos distrito policial, a Serra da Sapucaia com suas flores e seus frutos, aí estava. E nela, a nação dos índios Puris que haviam se embrenhado pelas matas, para escaparem ao extermínio coletivo, que a chegada dos brancos provocava.*

Os índios vieram no caminho das águas. E muitos ficaram por aqui porque havia água farta, água dos ribeirões e minas, água boa que corria nas grotas de nossas serras e morros. (...). (75).

O fato é que a sapucaia é tão importante para a cidade que foi inserida no brasão da mesma.

De acordo com a tradição oral, o nome Varre-Sai, teve origem num aviso fixado num dos ranchos utilizados para o descanso dos tropeiros. O aviso rusticamente escrito a carvão dizia: Varre e sai. Ou seja, o proprietário do lugar deixava que os tropeiros usassem o local, desde que o varressem e o deixasse limpo ao saírem. Com o passar do tempo, o Rancho do Varre-Sahe, de Dona Inácia, passou a dar nome ao lugarejo que anos depois se transformou no município de Varre-Sai.

Conforme o Desembargador Dr. Antônio Izaías da Costa Abreu, (...) *O nome do município, segundo a tradição, advém da recomendação da sitiante D. Carlota, com relação a um rancho que mandara construir onde hoje se eleva a cidade. Aos tropeiros que dele se utilizavam, pedia ela que varressem o local ao de lá saírem, ocasionando assim a denominação popular de “Rancho do Varre-Sai” e, com o transpor dos anos simplesmente “Varre-Sai”. (...).* (76).

Essa questão de Varre-Sai também ter surgido por causa de um rancho é outro ponto levantado pelo Dr. José Luiz Teixeira em sua pesquisa. Segundo ele, de acordo com a literatura e a legislação da época, os ranchos não eram construídos a esmo. Eram determinados pela Província. Não eram construídos onde queriam e sim onde eram necessários. O Estado de Minas era o que mais fiscalizava a construção desses ranchos. Até o distanciamento de 40 km de um rancho para outro era observado.

Nazira Vargas em seu artigo já citado artigo, diz que todos que vieram para Varre-Sai permaneceram por causa de seu clima ameno e de suas águas fartas, e que uma dessas minas deu origem ao povoado. (...) *Era a mina que trazia água pura e farta que rolava pela*

(75) VARGAS, Nazira Abib Vargas. *Varre-Sai: no começo foi assim...* Artigo publicado no Jornal Tribuna do Noroeste, de 08/03/2000, p.7.

(76) ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses. Histórico e Memória.* Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. 1994, p. 120.

grotta situada entre os morros atualmente de propriedade de Luiz Sobreira e Sebastião Oliveira Vargas – o Bituta. A grotta, coberta por mata primitiva, guarda até hoje, em seu ventre, a água que, nascida um pouco acima, ia desembocar numa bica que alimentava a sede dos tropeiros, carreiros e candeeiros. Porque existia a mina, porque ela descia protegida no coração da grotta oferecendo-se, em forma de bica feita de palmito (palmito nativo, o melhor material para se fazer bicas), foi construído o Rancho. O famoso “Rancho do Varre-Sahe”.

Nascemos como um lugar de acolhidas dos que trabalhavam nas lavouras. Nascemos porque um Rancho de Tropeiros foi construído no desaguadouro de uma mina que vinha, em borbulhão, pela grotta. Grotta que acolhia a mina. Mina que deu origem a este rancho, o rancho mais famoso de nossa região.

A “Mina dos Tropeiros” aí está ainda viva. Correndo na grotta, alimentando até hoje algumas famílias do agora município de Varre-Sai. A grotta com seus silêncios, suas sapucaias, sua passarada, suas “quaresminhas”, seus “jacarandás”, suas “imbaúbas” (a árvore de “pau oco”, na linguagem indígena), e inúmeras árvores outras aí está. Na parte baixa da grotta, há bambuzais. Estes bambuzais, segundo uma senhora descendente de escravos, senhora com quem conversei longamente em 1979, moradora na época num recanto da “Cachoeira do Pedro Dutra”, pois bem, estes bambuzais existem de longa data. Eles rodeavam uma área encharcada na qual os tropeiros colhiam água que vinha da mina, formando a “Bica do Rancho”.

Esta mina, esta grotta são portanto, territórios históricos, culturalmente fundamentais para o lugar. (...). (77).

Nazira Vargas prossegue com seu artigo, fazendo um convite para um passeio, iniciado pelo Casarão do Felicíssimo, passando pelo Morro da Esperta, por onde se tem acesso ao pasto de propriedade do Sr. Luiz Sobreira. (...) Antes da tronqueira, alguns metros, desça uma trilha rodeada de bambuzinhos. Você está entrando no coração da grotta que deu origem, com suas águas, ao nosso Varre-Sai. Siga em frente e irá encontrar a caixa d'água construída por Romário de Oliveira, sobre uma pequena pedreira que formava uma cachoeirinha. Romário de Oliveira foi o nosso primeiro vereador eleito por voto direto. A caixa d'água ainda está lá, em ruínas, mas coletando água que redistribuí para casas da “Rua de Baixo” e da “Rua de Cima”. Se você for mais curioso, atravesse uma pequena cerca que há em cima da caixa e caminhe pela grotta. Você ouvirá a água rolando mansamente. Verá quaresmeiras, verá um belo pé de bandarria, verá uma centenária árvore “figueira” ou “mata-pau” que, com suas raízes, forma um poço, aconchegando a água da mina. Se você quiser ver a nascente da “Mina dos Tropeiros”, deixe a grotta, pegue a trilha já no pasto do Luiz Sobreira e, sempre a direita, perto da encosta que vira para o lado do Sr. Maneco, você encontrará a Mina. Lá está ela: A exigir preservação, carinho, respeito de todos nós.

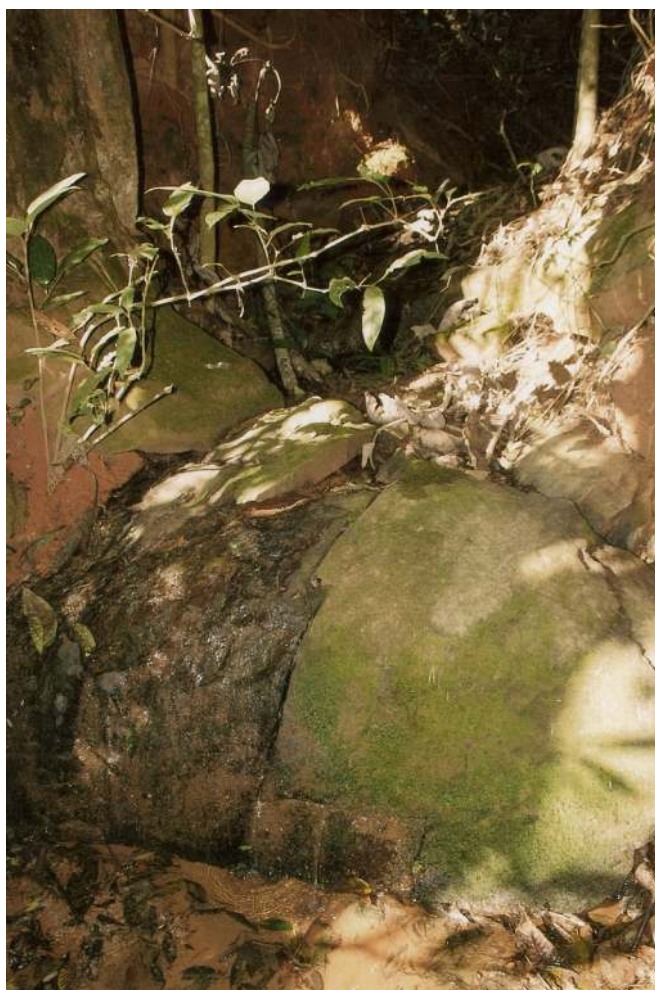
Importante dizer: se você não quiser entrar na grotta, atravesse a tronqueira a que me referi, siga à direita, e quase em linha reta, sem esforço físico, no recanto onde os morros se encontram, você encontrará a Mina.

Esta Mina, esta grotta, estas árvores e outras que um belo trabalho haverá de plantar, são TERRITÓRIOS SAGRADOS para cada um de e para todos os que amam este lugar. Sejam nascidos aqui, ou tenha escolhido ser amigo de Varre-Sai.

(77) VARGAS, Nazira Abib Vargas. *Varre-Sai: no começo foi assim...* Artigo publicado no Jornal Tribuna do Noroeste, de 08/03/2000, p.7.

Cada povo tem seus espaços históricos - culturais, locais onde a memória, a história viva alimenta os sonhos do presente e a luta por fazê-lo melhor apontando para um futuro onde a alegria e a solidariedade sejam a cara do lugar.

Neste mês de março, mês em que completamos nove anos e quatro meses do nosso Plebiscito, em que dissemos em coro, um SIM à nossa terra, iniciemos a discussão dos nossos territórios naturais – históricos. Entre eles, a “Mina de Tropeiros”, a ‘Grota” em cujo seio ela corre e, juntos, busquemos formas de preservá-los. (78).



Nascente da Mina dos Tropeiros.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.



Detalhe da nascente da Mina dos Tropeiros.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

(78) Ibidem.

Sobre tropas e tropeiros

Cada rancho era um núcleo de povoação e de comércio; e a vida circulava pelas estradas barrentas ou cheias de pó, conforme a estação, percorridas pelos lotes, palmilhadas pelos tocadores até o fundo dos sertões.

Afonso Arinos. (Histórias e Paisagens, p.111).

Segundo a tradição oral, Varre-Sai ficava localizada numa rota de tropeiros que faziam o transporte de café e de outros gêneros entre o interior de Minas e o litoral dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Assim era comum não só a existência de tropeiros como a de mercadores de escravos.

Do Jornal *A Vedeta*, nº 18, Ano 10, de 21 de setembro de 1911, extraímos o seguinte anúncio: *Tropa à Venda – Vendem-se, por preço cômodo, um lote de burros novos caprichosamente arreados para cargas. Quem pretender adquiri-lo dirija-se ao proprietário Manuel Joaquim Henriques, em sua Fazenda da Paciência. Varre-Sahe, 23/09/1911.*

Em 1878, Alexandre Bréthel contava ao tio através de uma de suas cartas enviadas a França que (...) *Ontem, um mercador de escravos pediu-me pousada. Levantou quatro barracas no terreiro. Veio da Bahia. Trouxe cinqüenta escravos, entre homens e mulheres, além de trinta mulas e cavalos com bagagem. Esta caravana já percorreu mais de trezentas léguas, e só vai parar quando vender o último dos homens. (...).* (79).

De acordo com Chiara Vangelista, o tropeiro foi o elo rudimentar mais eficiente de um processo que unia a fazenda ao mercado internacional e que transformava um sistema irracional e primitivo num protagonista do comércio mundial. No noroeste fluminense, os caminhos traçados pelos tropeiros e suas tropas contribuíram decisivamente para a articulação do comércio entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, alcançando lugar de destaque na expansão da economia cafeeira. (...). (80).

Mesmo com a chegada da Estrada de Ferro em Natividade em 1886, o abastecimento, bem como o escoamento da produção das lavouras de Varre-Sai, só se era possível graças às tropas que subiam e desciam a Serra da Sapucaia. Devido a sua localização no extremo noroeste fluminense, na divisa com o Estado do Espírito Santo a uma altitude de 682 metros, os tropeiros eram, senão o único, um dos poucos meios de comunicação entre Varre-Sai e o restante da Província. Levavam além de mercadorias, notícias, encomendas e cartas. (...) *como o Brasil poderia ter realizado o seu intercâmbio, sem o transporte pelo mar? Sem exportar a riqueza de seus centros auríferos, açucareiros e cafeeiros, sem importar o necessário para as suas populações interiores, o Brasil não teria podido viver.* (81).

Segundo Tom e Tereza Maia, autores de *O Folclore das Tropas, Tropeiros e Cargueiros no Vale do Paraíba*, a composição de uma tropa é feita do seguinte modo: (...) *A frente, o “madrinheiro”, menino de até 12 anos que guiava os demais; o terceiro e o quintos burros*

(79) TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenez, França (1834-1901)*, Tradução de Dario de Campos Barros. Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1972, p. 144.

(80) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social*. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2009, p, 118.

(81) GOULART, José Alípio. *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*. Editora Conquista. 1961, p. 167.

carregavam jacás, cestos usados para o transporte da carga; de pé, o “tocador” ou tropeiro, que ajudava a conduzir o grupo; em primeiro plano, o “arreador”, responsável por comercializar a carga; fechando a tropa; o “culatreiro”, burro preferido pelos salteadores.



Carvão. Aquarela s/papel. J.B. Debret. Rio de Janeiro. 1822.

Havia uma hierarquia tanto por parte das bestas quanto dos homens. O comando era feito pelo arrieiro, sempre montado à frente ou na retaguarda, acompanhando a movimentação de toda a tropa, ordenava o tocador e com ele determinava o roteiro da tropa. Ele é quem conhecia os caminhos, os animais, sabia cortar crina, tirar travagem, etc. Sua versatilidade era indispensável no governo da tropa. O dono, também chamado de tropeiro, raramente seguia a caminhada, porque a ele cabia outros afazeres que o faziam se distanciar ou se adiantar da tropa.

(...) Os burros eram amansados para a rude tarefa. Mister a resistência ao peso para as jornadas nas zonas mateiras, acidentadas e montanhosas. Longos e irregulares os percursos, subtendiam a jornada de pelo menos trinta quilômetros, suportando os animais, na maioria das vezes, a carga aproximada de quinze quilos. Impressionou-se Eschwege com o vigor dos muars, observando que julgara impossível, não raras vezes, atravessassem pântanos ou subissem e descessem escarpados rochedos.(...) . (82).



Escravo negro conduzindo tropas na Província do Rio Grande. Aquarela s/papel. J.B. Debret. Rio de Janeiro. 1823.

(82) MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973, p.63.

Organizar uma tropa exigia muito preparo e experiência com animais. Além da preocupação com a carga, às vezes muito valiosa, os animais necessitavam de cuidados especiais com as cavalgadas e de constante verificação a fim de que não ingerissem ervas venenosas.

Paravam apenas para descansar e repousar, oportunidade também em que se alimentavam. Na comitiva, o cozinheiro assumia papel importantíssimo, pois dele dependia a alimentação do grupo. Tinha que ter uma agilidade muito grande, porque mal a tropa arriava, procuravam por comida.

Havia um aparato enorme para as paradas. Muitos eram os apetrechos e utensílios a serem descarregados. (...) *“As sobrecargas e os arrochos, os bucais, a penca de ferraduras, espalhadas aos montes; o surrão do ferramento aberto e para fora, o martelo, o puxavante e a bigorna; os embornais dependurados, as bruacas abertas e o trem-de-cozinha em cima de um couro; a fila de cangalhas de suadouro para o ar, à beira do rancho”, denunciavam ao arriero que a descarga estava feita com a ordem do costume. (...).* (83).

A base da alimentação do tropeiro era o feijão, a farinha de mandioca, o toucinho, a carne-seca e o café. A cachaça só era permitida em ocasiões especiais e o angu de milho também era usado. A pimenta era tempero indispensável. Com o tempo essa comida acabou se transformando num dos mais apetitosos e apreciados pratos típicos brasileiros, a que deram o nome de feijão tropeiro. A sobremesa era rapadura com melado servido com café.

Terminado o jantar, tomado o café, era hora de se preparem para o descanso. Antes, porém, dedilhavam suas violas e executavam suas canções nostálgicas, pensando em seus amores que ficaram bem distante.

*Maria por caridade,
Não ama tropeiro, não.
Tropeiro é home bruto,
Bicho sem combinação.
Maria, escute o conselho,
Sossega seu coração.
Ou então como essa variante brejeira:
Morena pu caridade
Num ama tropêro, não;
Todo tropêro é tretêro,
Todo cigano é ladrão.
Tropêro compra fiado,
Deixa a conta pro patrão.
Morena, pu caridade,
Num ama tropêro, não.* (84).

Os ranchos eram o abrigo dos tropeiros e de suas cargas. Ali descansavam, dormiam e se alimentavam. As cangalhas eram retiradas e amontoadas umas sobre as outras do lado de fora, em ordem. Em seguida, as cilhas, que eram dependuradas. Por fim, as cangalhas. Tudo acomodado de maneira organizada com a finalidade de facilitar a partida no dia seguinte.

(83) Afonso Arinos, apud MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973, p.64.

(84) GOULART, José Alípio. *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*. Editora Conquista. 1961, p. 139.

.Durante a madrugada, enquanto o cozinheiro preparava a refeição matinal, a tropa era aparelhada. (...) o tocador puxava a madrinha para a frente e, ao cabo de algumas horas, novamente se encaminhava para as trilhas em busca de seu destino. Andava metade do percurso até o meio-dia e pela tarde até o crepúsculo, completando a média de cinco léguas. Para o repouso, desarreavam à beira de uma aguada, quando as energias eram outra vez refeitas. (...). (85).

João Dornas Filho descreveu brilhantemente em Tropas e Tropeiros, a chegada de uma tropa numa localidade. Essa passagem, a curiosidade dos moradores, o alvoroço das crianças, se assemelha ainda hoje, quando grupos ou pessoas desconhecidas adentram lugarejos ou pequenas povoações. (...) As povoações ou pequenos núcleos recebiam-na com alvoroço. Ao bimbilhar dos guizos e dindilhar dos cincerros, “as moças e os curiosos corriam para as janelas, a ver passar a comitiva, que avante desfilava, sacudindo em trote batido as canastras de couro tacheadas de latão.” (86).

(...) O tropeiro desempenhou na Mata um papel complexo de bandeirante, mercador, conselheiro e capitalista. Em regra, participava da elite da província. O negócio exigia, para o bom êxito, recursos e instrução, tino e boas relações. A circunstância do meio de vida possibilitava a imagem de um homem bem informado que, em suas andanças, conhecia todo o País. Passava naturalmente a conselheiro dos lavradores, pessoa de confiança para as compras na Corte. Era um mensageiro da civilização, no dizer de Calógeras. No tempo em que raros jornais circulavam, a tradição oral valia por meio quase único de contato com os acontecimentos do litoral. Coisa muito semelhante ao papel que, na Idade Média, desempenhavam mercadores ambulantes ou os trovadores. (87).

Varre-Sai recebeu influência direta dos tropeiros, sobretudo na linguagem utilizada pelo homem do campo, sendo algumas utilizadas até os dias de hoje. As principais são:

Ancorote: barril pequeno, usado para transporte de aguardente. Também conhecido como corote.

Arranchar: pousar, descansar no rancho.

Bruaca: bolsa de couro cru usada para transporte.

Cangalha: conjunto de peças de madeira e couro, colocadas sobre o burro para acomodação da carga.

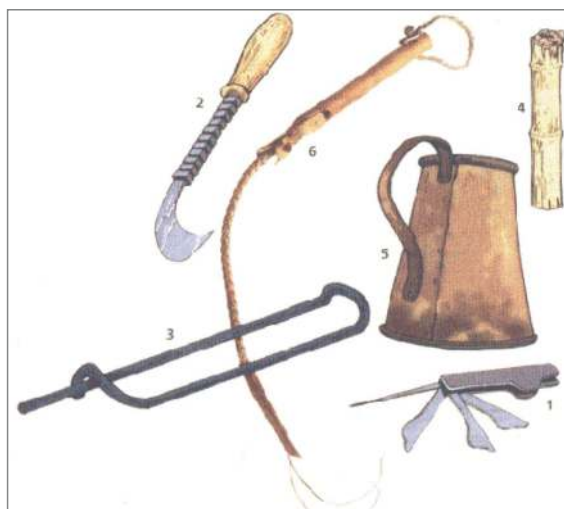
Enervar: armar com taquaras o couro para mantê-lo bem esticado.

Jacá: grande cesto sem tampa, medindo cerca de meio metro de diâmetro e 70 centímetros de altura. Podia ser trançado de taquaras ou couro de tatu.

Goitar: lutar entre amigos, empurrar e segurar de brincadeira.

Manta: prejuízo nos negócios. Passar uma manta é prejudicar o outro em uma barganha.

Picaço: cor rara nos burros: avermelhado com cabeça e pernas brancas.



Litografia de autor não identificado.

(85) MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973, p.66.

(86) João Dornas Filho, apud MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973, p.66.

(87) MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973, p.66.

Ralado: animal que manca. Sem ferradura, gasta o casco e fere o talão.

Rendidura: hérnia nos animais de carga.

Suador: almofada de macela ou palha, colocada debaixo da cangalha para não ferir o lombo do animal.

Tranca-fio: correias de couro torcido usadas para unir os jacás e evitar que balancem na viagem.

Zangar: estragar a carga de carne de porco por falta de sal ou atraso na viagem. (88).

Muitos dos tropeiros que passaram por Varre-Sai acabaram se estabelecendo e fixando residência, dentre os quais podemos citar o Sr. Sebastião de Oliveira Vargas, nascido em 19 de janeiro de 1888, filho de Custódio Vargas Correia Junior e Ana Marcelina de Oliveira. Tropeiro desde os dezesseis anos transportava café de Varre-Sai para o embarque na estação ferroviária de Natividade ou Faria Lemos. A viagem durava dias. Enfrentavam chuvas, atoleiros e todo tipo de intempéries da natureza. Segundo registros familiares, *tudo era compensado pela amizade, pela solidariedade e pela beleza da tropa arriada, principalmente o burro Horizonte e a égua madrinha Campolina que, com seu sincerro, puxava toda a tropa para o seu destino, levando café e trazendo farinha de trigo.*

Sebastião adquiriu, posteriormente, a Fazenda Fortaleza. Mais tarde adquiriu a máquina de beneficiar arroz e café, localizada na Rua Bernardino de Oliveira, no local onde, atualmente, se encontra instalada a firma Varre-Sai Material de Construção e de uma outra casa, onde eram realizadas reuniões partidárias, encontros para decidir o futuro do distrito e a mais importante de todas, que foi a realização do plebiscito da emancipação política e administrativa.

Sr. Sebastião era exímio dançarino, puxador de quadrilhas, carnavalesco, contador de piadas, gostava de uma roda de caxambu, sobretudo do tradicional Caxambu da Jove, ajudava nos leilões da tradicional Festa de São Sebastião. Foi, também, um dos fundadores do Baile dos Cavadeiros menção aos trabalhadores cavadores pela sobrevivência da vida.

Foi casado quatro vezes e três de suas esposas faleceram ao dar a luz. Faleceu no dia 4 de dezembro de 1984, deixando grande descendência.

A escravidão negra

(...) A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. Feias e fortes. Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. Refere uma tradição nortista que um senhor de engenho mais ansioso de perpetuidade não se conteve: mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que o da baleia ajudou a dar aos alicerces das casas grandes sua consciência quase de fortaleza.

Gilberto Freire, Casa Grande e Senzala. (89).

Os mineiros que aqui se estabeleceram e formaram suas fazendas não possuíam recursos suficientes para explorar suas propriedades em toda sua extensão e adquirir um número maior de escravos. Por terem se deslocado em função da escassez do ouro, se estabeleceram nas áreas dos Sertões do Leste e no noroeste fluminense, mesmo sabendo das condições inóspitas da região, com suas febres, doenças, animais ferozes e da existência de silvícolas.

Desta maneira, nesse período, poucas foram as fazendas instaladas na região que se tornaram grandes propriedades rurais, pois faltava mão de obra para tantas terras. Contudo, através do recenseamento do Brasil em 1872, verificamos que a população escrava de Varre-Sai contava de 1054 habitantes.

José de Lannes, seus parentes e os demais fazendeiros instalados na região não possuíam (...) *posses para aquisição de escravos para amplas lavouras. Por outro lado, os negros da planície campista, mesmo após a Abolição, com o seu pendor para a vida urbana, evitaram mergulhar em nova zona de matagais. (...).* (90).

Alexandre Bréthel, imigrante francês já citado, natural da Bretanha, antes de se estabelecer no lugar denominado Paiol, atual município de Carangola-MG, residiu na Fazenda de Santana, em Pati do Alferes, pertencente a família Monlevade, onde teve a oportunidade de iniciar sua experiência no cultivo agrícola do café, do arroz e da cana de açúcar.

Tempos depois, no dia 22 de setembro de 1864, casou-se com Guilhermina Leopoldina, filha de Joaquim de Lannes Dantas Brandão e de Francisca Leopoldina Martins de Oliveira Paes Leme, sobrinha de M. Monlevade, que conheceu por ocasião das visitas que ela fazia acompanhada de seus pais à fazenda.

Com o falecimento do sogro, ocorrido aos 14 de janeiro de 1870, além de exercer a profissão de farmacêutico, cuja licença foi concedida pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, passou a tocar a Fazenda Perdição que, a partir de então, passou a denominar-se Fazenda São Joaquim, a fim de perpetuar a memória de seu sogro, que foi um dos primeiros colonizadores mineiros a penetrar nas densas florestas da região. Essa Fazenda ficava localizada em Santo Antônio do Carangola, atual município de Porciúncula.

(89) Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala*, 1º volume, 8ª Ed., Livraria José Olympio Editora, Rio, p.26, apud MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973, p.66.

(90) LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, volume 4. IBGE. Edição Fac-Similar. 2007, p.290.

Alexandre Bréthel previu em uma de suas muitas cartas enviadas aos parentes na França, a dizimação dos índios Puris: (...) *No tempo em que os índios defendiam os túmulos de seus antepassados, valoroso chefe indígena governava estas florestas. Numerosas cabeleiras ornamentavam sua cabana, seu grito de guerra misturava-se com sangue em corajosas batalhas... Agora, uma nova voz ergue-se na mata. Já não é mais o grito de guerreiro índio... mas a civilização que substitui a barbaria, apesar de estar, pelo sangue, a esta ligada! Os índios, após se defenderem desesperadamente, massacravam suas mulheres e morriam sob as ruínas de suas cabanas. (...).* (91). E prossegue sua triste narrativa contando que os que ainda sobreviviam, ficaram inofensivos e tornaram-se dependentes do álcool.

Como não conseguiram escravizar os índios no trabalho agrícola, lançaram mão da escravidão negra. Sobre a violência cometida contra os negros descreveu Alexandre Bréthel em mais uma carta enviada ao tio, sobre um acontecimento ocorrido na fazenda de seu sogro: (...) *Numa bela noite, a brisa trazia nas asas o perfume das flores silvestres da mata virgem; e eu, como sempre, vagava pelo desconhecido, na embriaguez do sono. De repente, gritos: “Alerta! Alerta!” Vestir as minhas calças, calçar as botas, pegar as armas e correr até à senzala dos negros, foi coisa de cinco minutos. Era um negro que quis matar o feitor (administrador). O feitor, por milagre, não foi ferido, e o quase assassino desaparecera. Essa noite eu a passei, inteira, emboscado a um quarto de légua da fazenda, esperando pela passagem do fugitivo. A noite seguinte, passei-a escondido por trás das senzalas dos escravos, esperando ainda pelo fugitivo, que poderia voltar, no escuro da noite, à procura de alimento. Sim meu tio, o riacho cantarolava e eu também... mas uma outra canção! O negro fugira para umas 50 léguas daqui, mas conseguiram prendê-lo. Esse negro, como castigo, recebeu chicotadas durante quinze dias, e o chicote brasileiro faz o sangue jorrar em cada batida. Não se bate senão no peito e nas costas. Diariamente as feridas são limpas com uma faca e curadas com vinagre, aguardente, água e sal, ou suco de limão! Deverá permanecer no tronco por um ano; e, mais tarde, durante quatro anos, ou por toda a vida, levará argolas de ferro de peso leve, mas que tirarão toda a possibilidade de fugir novamente. Não preciso informar que este negro deverá trabalhar nas roças com os outros escravos, da mesma forma, acorrentado. Dos meus familiares daqui do Brasil, muitos foram assassinados por negros, sendo que as últimas vítimas foram o irmão e o genro de meu sogro. Também o padre que me casou traz na frente uma cicatriz causada por um escravo. Não sei como escapou da morte. No ano passado, outro padre foi morto a 20 léguas daqui. Não espanteis, pois os assassinatos são muito comuns por aqui, no meio da floresta.*

Lá pelo Rio está a civilização; mas aqui, é bom não esquecerdes, estamos em contato com a selvageria. Somos os pioneiros avançando para deixarmos limpo o caminho de nossos filhos.” (...). (92).

De acordo com Rosane Aparecida Bartholazzi de Carvalho, (...) *O fazendeiro retratava os maus tratos a que o negro estava sujeito. Por ser esta uma área de intensas florestas, serviu de abrigo para muitos que fugiram das senzalas, daí os inúmeros assassinatos cometidos entre brancos e negros. (...).* (93).

(91) TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenrz, França (1834-1901)*, Tradução de Dario de Campos Barros. Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1972, p. 60.

(92) *Ibidem*, p. 61/62.

(93) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.34.

Em 12 de agosto de 1853, foram enforcados em Campos, os negros Francisco Calafate, José e Miguel, condenados pelo assassinato do desbravador José de Lannes Dantas Brandão e de seu genro Manoel José Ribeiro.

Segundo matéria publicada na Revista Unidades, Ano 1, de junho de 2008, os escravos da Fazenda São José que mataram seu proprietário se refugiaram em Natividade, no local denominado Cruzeiro de Cima, onde formaram um Quilombo. Lá encontramos descendentes desses ex-escravos, que reivindicam a posse das terras que teriam sido doadas à igreja católica. Nesse sentido, tramita na Câmara Municipal de Natividade um projeto de lei, através do qual se pretende que a municipalidade reconheça aquela área como sendo de comunidade quilombola.

As histórias sobre a morte de José de Lannes Dantas Brandão e a formação do Quilombo de Natividade são narradas por pessoas como D. Taninha, de 79 anos, que guarda na memória o que o pai Alexandre Gomes Santana, primo de José de Lannes, lhe contava:

Um dia, os escravos se sentiram muito judiados e combinaram de acabar com a vida de José de Lannes. Armado de foices, foram até a localidade de Porteira Preta e mandaram um escravo buscar o dono da fazenda dizendo que outro tinha sido mordido por uma cobra e, quando chegou ao local, foi morto a foices. (94).

Na região, há ainda outros remanescentes da população quilombola como o srs. Geraldo Ribeiro da Silva e Jamir José Gonçalves, netos de escravos, de 71 e 65 anos de idade, respectivamente, que ouviam dos avós que (...) *a escravidão era apertada, os donos das fazendas trocavam um negro por outro, como coisa. Que tinha um salão para prender gente e dormiu amarrado no tronco. (95).*

Em julho de 1885, o Chefe de Polícia da Província registrou em seu relatório: (...) *50 escravos sublevaram-se na Fazenda Boa Vista da Freguesia de Natividade de Carangola, uma das mais agitadas do município. Armados com espingardas e foices, os negros reagem a investida de 200 cidadãos que, acompanhados por 16 praças, conseguem por fim a sublevação. (96).*

Alexandre Bréthel em mais um trecho de suas cartas nos dá uma noção de como era a vida na região nesse período do Império: *“Moramos num país difícil. Só se viaja com uma faca na cintura e uma espingarda no ombro. Tememos os animais selvagens, os ladrões e os escravos foragidos. Temos que temer os nossos próprios escravos, pois, de um momento para outro, podem rebelar-se contra nós. Num dos últimos dias de novembro, os escravos de uma fazenda, situada há três léguas daqui, assassinaram o seu dono. O velho pároco que batizou Joana e que, apesar de muito bom para com os escravos, quase morreu assassinado por eles há cinco ou seis meses, apresenta na fronte uma grande cicatriz, como lembrança de um ferimento recebido deles. Depois deste fato, ele carrega sempre na cintura um revólver. Aguardamos sempre revoltas generalizadas, em dez ou vinte dezenas de fazendas, ao mesmo tempo ... Não temos polícia na floresta – o que é até mesmo impossível; mas, como o interesse geral a todos une, estamos sempre solidários, quando as circunstâncias o exigem. Todavia, já estamos mais próximos da civilização, que vem chegando(...). (97).*

(94) TERRA, Silaine. *Quilombolas em Natividade*. Revista Unidades, Ano 1, Junho 2008, p.42.

(95) *Ibidem*, p.43.

(96) LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra & Abolicionismo*. Série Universidade, História 19. Achiamé. 1981, p. 112.

(97) TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenrz, França (1834-1901)*, Tradução de Dario de Campos Barros. Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1972, p. 67/68.

(...) “No vizinho distrito – conta o nosso bom amigo – houve, nestes últimos anos, cerca de 19 mortes de fazendeiros por seus escravos, ou de escravos por seus patrões, em legítima defesa. Por aqui, dá-se pouco valor à vida em si; matar, ou deixar-se matar, já não espanta ninguém. Brinca-se com uma faca ou com um revólver com extrema facilidade. Eu, doente que sou, durmo sempre com o meu revólver sobre a mesa; não por causa dos meus escravos, que são poucos, mas em razão dos que existem nas vizinhanças. Aliás, nós todos aqui vivemos de revólver em punho!” (98).

Além da região ser coberta por densas florestas, fato que favorecia o esconderijo de negros, (...) o número de escravos, se comparado à população livre, era significativo. Segundo o censo de 1872, na Província do Rio de Janeiro, a Paróquia de Nossa Senhora de Natividade do Carangola (atual Itaperuna), tinha uma população livre de 3.803 entre homens e mulheres. A população escrava na soma geral era de 1832. Já na Paróquia de São Sebastião de Varre-Sai de um total de 3.554 habitantes, 1054 eram escravos. É importante ressaltar que essa região não constituía uma unidade agroexportadora. Os proprietários não possuíam um grande número de escravos. A mão de obra era utilizada em diversas culturas, desde a plantação de mandioca, milho, arroz e o café que se expandia cada vez mais. (...). (99).

Havia uma grande incidência de fugas de escravos na região. Bréthel comenta em sua correspondência que recebeu em sua casa um de seus vizinhos, que procurava por um escravo fujão. (...) Confesso que não, respondi-lhe: “Esse velhaco”, - disse-me então – “foi comprado por mim há apenas cinco meses. Custou-me seis mil francos, e eis que me carrega a chave da mata! Mandeí servir-lhe a melancia com conhaque, já que não queria esperar pelo almoço; e, passada uma meia-hora, voltou ao cavalo à procura do seu escravo fugitivo. O empregado que o acompanhava, também a cavalo, astuto como parecia ser, talvez estivesse, murmurando: “Procura o negro, meu branco, que o encontrarás depressa”. (100).

Em maio de 1878, Bréthel escreveu mais uma carta que ficou inacabada, onde narra a passagem de um mercador de escravos, além de mulas e cavalos, o que contribui para afirmar que essa região era rota de tropeiros para as Minas Gerais. (...) Daqui a uns trinta anos este comércio desaparecerá, pois dentro de cinco os filhos dos escravos serão livres, sob a condição de servirem seus patrões até os vinte e um anos (...). (101).

Alexandre Bréthel oferece interessantes observações sobre a escravatura no Brasil: Este absurdo ainda sobrevive e ainda encontra ressonância em alguns países civilizados. O problema vai resolver-se por aqui – informa à sua sobrinha Pouldegart -, já que duas províncias brasileiras não tem mais escravos: Ceará e Amazonas. A de São Pedro do Rio Grande do Sul dentro em pouco estará libertada. Dias atrás, de uma só vez, foram libertados por lá cerca de dez mil escravos. As demais províncias, de acordo com suas condições econômicas, irão, gradativamente, libertando os seus. Os escravos não se encontram uniformemente distribuídos pelo solo brasileiro. Há províncias, talvez três ou quatro, que tem um número pequeno: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Estas, de poucos escravos, serão as primeiras a libertá-los. Depois, seguir-se-ão as outras, até que uma lei geral emancipe os remanescentes. O Brasil conta, atualmente,

(98) Ibidem, p. 82.

(99) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.34.

(100) TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenrz, França (1834-1901)*, Tradução de Dario de Campos Barros. Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1972, p. 140.

(101) Ibidem, p. 144.

cerca de oitocentos mil escravos. Creio que no dia 14 de julho de 1889, centenário da Queda da Bastilha e da tão falada Lei das Liberdades Humanas, aproveitarão as comemorações para insistir, no relógio do tempo, pela libertação dos infelizes ainda escravizados por aqui. Não imaginas como é triste a vida dos escravos brasileiros em algumas fazendas, onde são dignos de piedade. Em outras, são mais bem tratados, para que sejam enviados aos ricos de França... Nas cidades, e nas grandes propriedades, existem escravas domésticas que bem podem comparar-se, em roupas e jóias, às grandes damas de Douarnenez, e mesmo com as de Pouldegart! Aqui na fazenda, falando sobre os seis escravos que restaram após os casamentos de minhas duas filhas, morreriam de fome se eu os abandonasse. Estão sempre doentes e nada fazem, três deles não realizam o trabalho de dois lavradores franceses. Assim, a libertação dos escravos, se bem que diminua os meus bens, apenas me acarretará prejuízo relativo, pois há muito minhas culturas vem sendo trabalhadas com escravos livres que apresentam o mal de custarem muito caro e serem excessivamente preguiçosos! Viva! Viva a Liberdade! (102).

Em 1887, encontramos o último registro de Alexandre Bréthel sobre a escravidão negra do Brasil. Referia-se sobre a Lei dos Sexagenários, em 1885, que deu liberdade aos escravos com mais de sessenta anos. Os escravos anistiados por essa lei tinham, porém, a obrigação de prestar serviços, a título indenizatório ao seu senhor por um período de três anos. Isso onde a lei era cumprida. (...) *O Governo deu liberdade aos meus escravos. Dos 18.000 escravos que ainda existiam nesta região, uma lei acaba de libertar 14.000, sendo oito de minha propriedade. O trabalho nas minhas plantações desorganizou-se e parou. Perco um dinheirão. E se eu tivesse dívidas, ficaria arruinado, como aconteceu a quase mil dos 2.888 proprietários dessa zona. (...).* E prossegue: (...) *Nunca fui partidário da escravatura, se bem que me sobrasse crédito para comprar muitos escravos; não comprei um único! Tal coisa me repugnava! Aqueles que possuí me foram trazidos por minha mulher. Aliás, trabalhavam muito pouco! Eram escravos apenas em o nome, pois a maioria dos trabalhadores bretões não leva a vida que eles levam, nem mesmo (sem alusão ao significado da palavra) tem a liberdade que tinham!... (103).*

Com a abolição da escravatura as fazendas viraram um deserto. Balbino Bastos França, descendente de duas importantes e tradicionais famílias que colonizaram a região, narra uma passagem em sua obra - *A Última Colheita*, que exemplifica como foi o fim do regime escravocrata na região. Segundo o autor, até sua avó, uma mulher fina, teve que auxiliar o esposo na colheita de café da Fazenda do Tyrol, situada na divisa entre Laje do Muriaé e Miracema. A situação que se instalou no Brasil pode ser exemplificada, também, pela correspondência encaminhada no dia 16 de maio de 1888, por Joaquim Ignácio de Carvalho ao compadre Balbino Rodrigues França comunicando que não havia mais escravidão no Brasil e que após a colheita, ia pagar o que devia, arrendar o sítio e partir para Campos para educar os filhos.

Comp. Balbino
 Estão aqui... O Brasil está livre
 o dia 15 deste mês não há mais escravos no
 Brasil. Não fechos e não fechos...
 A Deus seja louva o seu
 Comp. e mto. Am. do
 J. Ignácio de Carvalho
 16 de maio de 88

Eu vou fazer a
 colheita quero pagar o q devo
 e a sendo o meu sítio e vou mi
 hora p^a Campos - vou educar os
 filhos com a mãe q produzir.
 diga si a Prova.....

Bilhete de Joaquim Ignácio da Silveira, de 16/05/1888. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

(102) Ibidem, p.169/170.

(103) Ibidem, p. 208/209.

Para Alberto Lamego, a extinção da escravatura em 1888 contribuiu para que Itaperuna, no dia 4 de julho de 1889, no final do império, antecedendo, exatamente, quatro meses e onze dias, a Proclamação da República, tivesse instalado a primeira Câmara republicana do Brasil. O autor explica que isso se deve aos seguintes fatos: (...) *Em 23 de agosto de 1853, Natividade era criada freguesia. Bom Jesus do Itabapoana é elevada ao mesmo título em 14 de novembro de 1862. Varre-Sai, em 20 de novembro de 1879, e Santo Antônio do Carangola a 27 do mesmo mês.*

Em 1884, quase nas vésperas da Abolição e da República, a única povoação ainda atrofiada era a futura Itaperuna. Era esta naquele tempo um minúsculo burgo então conhecido por arraial do Porto Alegre, ao sul da primitiva fazenda de José Lanes. Malgrado, porém, a sua insignificância, foi ele o escolhido para centralizar a administração de um novo município, criado em 29 de dezembro de 1887, com o nome de São José do Avaí. (...). (104). Isso explica porque os monarquistas locais insatisfeitos com a promulgação da Lei Áurea um ano antes, não contribuíram ou recusaram-se em concorrer com seu capital para a construção do Paço Municipal e acabaram se adiantando ao dia 15 de novembro de 1889.

Além desse fato, a presença do Dr. Francisco Portela, médico e político brasileiro, Deputado na Assembléia Legislativa, Presidente do Estado do Rio de Janeiro e tempos depois Senador, responsável pela instalação da Estrada de Ferro do Carangola, iniciada em 1875, que pretendia ligar Campos a Tombos do Carangola, contribuiu, efetivamente, para unir sob o ponto de vista ideológico e cultural essa região a Campos dos Goytacazes, ficando dessa maneira, bem mais próximos dos ideais abolicionistas e republicanos. Dr. Portela, como era mais conhecido na região, previu, naquela época um futuro promissor para o Vale do Carangola que estava em ritmo acelerado de enriquecimento com as lavouras de café.

A partir daí, o Dr. Portela, que já havia empreendido visitas à região como médico sanitaria de Campos a fim de debelar uma epidemia que ameaçava a população regional, passou a nutrir pela população de Natividade especial amizade, sobretudo agora, como primeiro Presidente da Estrada de Ferro do Carangola.

Por ocasião de uma dessas visitas, em 1880, teria o Dr. Francisco Portela participado de uma reunião com as lideranças locais que pleiteavam maior autonomia para a região através da criação de um novo município na região. (...) *Assim, em 16 de março de 1885, Portela apresentou o projeto de criação do novo município, chamado "Itaperuna", mas, observem bem, com sede em Natividade. (...). Ficaram pertencendo ao novo município as freguesias de Santo Antônio do Carangola, Bom Jesus do Itabapoana e Varre-Sai.* (105).

Esse município de Itaperuna, com sede em Natividade, durou pouco. É que a Assembléia Provincial, sabedora da disseminação de ideais republicanos na região pelo Dr. Portela, tratou logo de criar em 1887 o município de São José do Avaí, com sede no povoado de Porto Alegre. Assim sendo, o município de Itaperuna e a Vila de Itaperuna deixaram de existir e Natividade e Laje do Muriaé retornaram a freguesia, passando integrar o novo município criado em 1887.

Há, porém, quem afirme que o (...) *Dr. Portela, apesar de ter assumido o governo com entusiasmo e condições de excepcional prestígio, não fora feliz. Faltara-lhe a prática administrativa, não caminhava junto dos seus companheiros de propaganda, atendera*

(104) LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, volume 4. IBGE. Edição Fac-Similar. 2007, p.290.

(105) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. *A origem do nome de "Porciúncula" e a história das Estradas de Ferro em nosso Município*. *Jornal Porciúncula Notícias*. Ano III, nº 11, de abril de 1992.

com mais solicitude às sugestões pessoais do Marechal Deodoro, Chefe do Governo Provisório, do que as imposições do seu partido. Os republicanos observavam-no de perto e os conservadores como adversários vencidos; ambos os partidos o apoiavam mas não permitiam falhas. Na missão de reformista pouco se fez louvável, não empreendendo reforma de vulto. Solicitado por correligionários e atendendo a vaidades populares, criou vários municípios entre os quais o de Maxambomba, um lugarejo, com um único prédio de sobrado, nem rua calçada possuía. Numa rápida visita que fizera ao local elevou-a à vila. No mesmo dia, quando em festejos se achava a população, apresenta ao governo, que ainda se achava presente, uma comissão de moradores, solicitando que revogasse o ato e elevasse Maxambomba à cidade, no que, imediatamente, foram atendidos. (...). (106).

Em 1856, havia sido criada em Campos a *Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre*. Essa sociedade formada por membros da aristocracia como os fazendeiros, o barão de Itabapoana e o barão de Carapebus, muito embora não fosse uma entidade abolicionista, preconizava o uso da mão-de-obra livre. Em 1881, Luiz Carlos de Lacerda funda a *Sociedade Campista Libertadora*. Essas idéias chegam a nossa região, sobretudo a Natividade, trazidas por pessoas como o Dr. Portela. (107).

Como constatamos, Francisco Portela além de abolicionista se tornou republicano. Suas visitas à região se tornaram constantes devido à construção da Estrada de Ferro do Carangola. Segundo consta, influenciou a população local com suas idéias, ao mesmo tempo em que arregimentava simpatizantes à causa abolicionista.

No ano de 1884, foi fundado o Clube Dramático Literário Recreativo de Natividade. (...) *É necessário observar que o Club Dramático adquiriu apoio exatamente da elite e da classe média emergente! Farmacêuticos, donos de loja, professores, doutores, políticos, damas da sociedade, etc. (...).* (108).

Segundo consta, Nilo Peçanha e outros abolicionistas estiveram no Clube Dramático de Natividade, difundindo seus ideais, realizando reuniões e palestras.

No dia 18 de março de 1888, o Dr. Francisco Portela presidiu uma sessão, onde falaram, dentre outros, Carlos Lacerda e seu irmão Cândido de Lacerda e Nilo Peçanha. Nessa oportunidade, discutiram a proposta apresentada pelo Dr. Portela e a encaminharam ao Congresso Agrícola do Governo Imperial, onde a população de Campos solicitava ao Governo Imperial que decretasse, o quanto antes, a abolição da escravidão no Brasil. A partir daí, foi iniciada uma libertação em massa no município, repercutindo em toda a região. (109).

A escravidão negra foi a mais bárbara página da história brasileira. Por mais de três séculos, mais de três milhões de africanos entraram no Brasil sob a condição de escravos. Isso se não contabilizarmos outros tantos de milhões que morreram durante a travessia. Arrancados de suas terras, caçados como animais, separados de suas famílias e tribos, privados de seus costumes e de sua religião foram comercializados como mercadorias, trocados por alimentos e armas.

Não bastasse o trabalho forçado, eram castigados e covardemente submetidos ao açoite, imobilizados nos troncos ou presos em vira-mundos, uma variedade do tronco de madeira, confeccionado em ferro que tinha como finalidade a contenção do escravo. Nesse

(106) PEIXOTO, Dídima de Castro. *História Fluminense*. 1ª edição. 1964, p.89.

(107) O Açúcar no Norte Fluminense. SEBRAE-RJ.

(108) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. *O teatro tem sua história*. Informe N'Atividade, p.5, de 15 a30 de abril de 1992.

(109) PEIXOTO, Dídima de Castro. *História Fluminense*. 1ª edição. 1964, p.78.

instrumento de castigo, se prendia os tornozelos e os pulsos dos escravos. O vira-mundo abre-se em três partes que se fecham por meio de um parafuso ou chave. Existiam outras formas mais dolorosas e humilhantes a que eram submetidos os negros. Destacamos as gargalheiras, que consistiam em argolas de ferro usadas no pescoço e ligadas a outras colocadas noutros escravos por meio de correntes, que serviam para o transporte coletivo dos escravos; os anjinhos, o bridão e as máscaras de ferro que conseguiam ser ainda mais cruéis. O primeiro, uma espécie de pinça de ferro, era um instrumento de suplício usado para prender partes do corpo, que eram comprimidas, gradualmente, por meio de uma manivela, que movia um parafuso ligado às duas pontas em forma de pinças; o segundo, que também era um instrumento de aviltamento, consistia de pequena lâmina de ferro, ligada por duas correntes, que era colocada dentro da boca, a fim de prender a língua. Era utilizado como tortura e para impedir que o escravo comesse terra ou engolissem pequenos objetos. E o terceiro, as máscaras de ferro, também conhecidas como mordanças, usadas em escravos que furtavam ou que comiam terra. Por meio de orifícios, as vítimas respiravam sem, entretanto, poder beber ou se alimentar. Foi largamente utilizada nas áreas de mineração. Não bastassem essas atrocidades, inúmeros são os relatos em que eram punidos tendo partes do corpo mutiladas, quando não eram condenados à morte.



Viramundo do período da escravidão. Posteriormente foi utilizado na cadeia pública de Varre-Sai. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Mesmo os negros doentes, morféuticos, cegos ou aleijados, considerados a princípio, imprestáveis eram explorados. Joaquim Nabuco, divulgou que 1883, num leilão em Valença diversos negros foram leiloados com preços que variavam de oitocentos a cinquenta mil réis, valores bastante razoáveis para a época. Esses escravos, além de suportarem o sofrimento causado por suas doenças, com seus corpos pestilentos, leprosos e de olhos vazados eram explorados como pedintes. Adquiridos nos leilões por cidadãos da elite garantiam bons lucros aos seus patrões expostos à caridade pública.

O rol de atrocidades não para por aí. Senhoras da elite burguesa exploravam as negras bonitas em casas de prostituição. Senhores, proprietários de escravos, faziam filhos em suas escravas a fim de obterem negros mais claros, muito valorizados nos serviços domésticos; famílias eram separadas, mães de filhos, esposas de maridos. Alguns tinham o corpo besuntado de mel e eram colocados sobre formigueiros. Gestantes eram obrigadas ao aborto para não faltarem ao trabalho e quando pariam tinham seus filhos mortos para poderem amamentar os filhos de seus senhores. Se fossem pegas pelas Sinhás servindo aos caprichos sexuais de seus senhores eram barbaramente castigadas com mutilações que iam dos órgãos sexuais à face ou eram submetidas a queimaduras com ferro em brasa que, muitas vezes, atingiam os ossos. Essa abordagem faz-se necessária para lembrarmos sempre de como foi cruel a escravidão no Brasil.

No Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas, há uma cópia de um requerimento feito ao Sub-Delegado de Polícia de Varre-Sai, em 1884, pesquisado por Amélia Vargas de Oliveira, provavelmente nos arquivos cartoriais e transcrito da forma abaixo pela mesma em 16 de agosto de 2010, em que diz textualmente o seguinte:

Ilmo. Sr. Sub-Delegado de Polícia de Varre-Sahe. Diz o Sr. Domingues Rodrigues Carneiro, que sendo Senhor e possuidor de uma escrava de nome Luíza matriculada sob o número 11769 da matrícula geral e ... relação apresentada em 12 de junho de 1872 na Coletoria de Campos como ... com o documento junto, acontece por consentimento do suplicante, esteve a referida escrava ao serviços de Antônia Deolinda do Carmo, moradora do Arraial de Santa Ana deste distrito; porém mudando-se o suplicante para o município de Cataguazes na província de Minas Gerais, averbou na respectiva Coletoria a referida escrava em 18 de fevereiro de 1878.

Ultimamente, mudou-se novamente para este município, tornou a averbá-la na Coletoria de Campos como tudo ... como documento número 15668. E, pois, achando-se a referida escrava, refugiada em casa da mencionada Antônia Deolinda do Carmo que a se diz protestando ser sua senhora e que quer dar liberdade; e com isso o suplicante sem usar dos meios criminais contra,..... fazera escrava que lhe seja entregue pelo que ... se digne mandar passar mandando de ... contra a escrava ... do que.

(a) E. Rabelo

Passei mandado na forma requerida.

Varre-Sahe, 30 de junho de 1884.

(a)Ribeiro

(a)Domingos Ribeiro Carneiro. (110).

Esse documento apesar de possuir palavras que não foram decifradas por Memélia durante sua transcrição é um bom exemplo do negro de aluguel, também conhecido como negros de ganho, escravo de ganho ou ganhador que eram preparados para serem alugados a terceiros ou trabalharem como ambulantes. Geralmente o produto do trabalho era dividido com seu senhor, que quase sempre ficava com a parte maior. Os vendedores estavam mais livres de fiscalização, desde que apresentassem a soma estipulada ao fim de sua jornada diária. No caso acima, ao que tudo indica a escrava recusava-se a voltar para seu verdadeiro proprietário por motivos que não foram esclarecidos no documento. Além dos negros de aluguel, existiam os negros de carro que eram usados para puxar carros e os negros de ofício, que eram especialistas no preparo do açúcar, em trabalhos de olaria, construções, carpintaria, ferraria, etc.

O legado do negro africano no Brasil é imensurável. Está presente em centenas de manifestações que vão da religião à culinária; das danças e folguedos às técnicas construtivas; da medicina popular à arte.

Para solucionar o problema da abolição da escravatura, os cafeicultores passaram a reivindicar do governo brasileiro, a vinda de imigrantes para a região. Há registros, inclusive fotográficos, de que a Fazenda Bela Vista utilizou ex-escravos antes da chegada dos imigrantes italianos.



Fotografia de escravos libertos na Fazenda Bela Vista. Século XIX.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

No Jornal Itaperunense de 1893, o Presidente da Câmara de Itaperuna, divulgou uma nota solicitando que os agricultores apresentassem seus pedidos para receberem colonos asiáticos. (111). Alberto Lamego também fez o seguinte registro: (...) *Com a falta de braços para a lavoura na distante zona serrana, e não sendo mais possível adquirir escravos, o recurso era a crescente colonização.* (...). (112).

(111) HENRIQUES, Major Porphírio. *A Terra da Promissão – História de Itaperuna*. Editora Aurora. RJ. 1956, p. 156.
(112) LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, volume 4. IBGE. Edição Fac-Similar. 2007, p.292.

A imigração italiana

Com a abolição da escravatura surge o problema com a mão-de-obra para as lavouras de café, uma vez que grande parte dos escravos abandonaram as fazendas, rumo às cidades. Balbino Bastos França, em sua obra *A Última Colheita*, comenta que, após a abolição, sua avó materna, (...) *de luvas de pelica, punhos rendados, vestido de seda, acompanha o marido aos cafezais do Tirol para ajudá-lo na colheita da grande safra do ano. (...)*. (113). A solução foi reivindicar do governo brasileiro imigrantes italianos. Desta forma, em 1896, chegam os primeiros imigrantes italianos em Varre-Sai. (114). A tradição oral registra que Tupini Giuseppe de Nicola, casado com Rita Moscaroli Tupini, ambos da região de Monte San Giusto, que chegaram ao Brasil através do Porto de Santos no dia 03/04/1896, foram os primeiros italianos a pisarem em solo varressaense.

De acordo com entrevistas feitas aos descendentes de italianos em 1980, foi dito pelos mesmos que os pais deixaram seu país de origem devido aos seguintes fatores: a reduzida extensão territorial da Itália, o desemprego, a busca por melhores condições de vida e o clima muito frio, com grandes períodos de geada. Em contrapartida, o Brasil possuía grande extensão territorial, oferta de emprego, escassez de mão de obra, além de ampla campanha feita na Itália a favor do Brasil. (115).



A Fazenda Bela Vista entre o final do século XIX e o início do século XX.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

A adaptação dos italianos parece ter sido facilitada também, pelo clima, como registrou o Dr. Leopoldo Muylaert Junior em seu *Álbum do Município de Itaperuna*, (...) *lá se pode fazer a cultura de plantas da Europa, como já se faz da batata inglesa no Varre-Sahe, que já exportou esse gênero para o município de Campos. Varre-Sahe tem o clima mais ameno que se pode imaginar, é muito fértil, tem lugares magníficos para várias culturas e pastagens admiráveis que se pode comparar as belas pastagens mineiras.* (116).

(113) FRANÇA, Balbino Bastos. *A Última Colheita*. Quickgrafic Editora, 2003, p. 43.

(114) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.79.

(115) TUZZA, Maria Lúcia Coutinho e Outras. *Imigração Italiana*. Faculdade de Filosofia de Itaperuna, 1980.

(116) JUNIOR, Leopoldo Muylaert, *Álbum do Município de Itaperuna*, 1910.

Esse fato é confirmado por Balbino Bastos França, em sua obra: *A Última Colheita*, onde narra que Tolentino Rodrigues França, por volta de 1894 teria construído o imóvel onde, hoje, se encontra instalada a Prefeitura Municipal. (...) *Tolentino era pançudo, fleumático, calorento, aonde vai chega gotejante pedindo um fresco, tirando o paletó, sacando a bota de cano curto. No calor, para fugir de uma pertinaz, pachorrenta urticária prurida, manda construir em Varre-Sai num rude lugarejo no alto de uma montanha frígida, uma légua acima de sua fazenda, um belo prédio de três andares para refrescar-se com a família, nos caniculares meses do verão (...).* (117).

Um lote maior de imigrantes com suas respectivas famílias trazidos para Natividade e Varre-Sai embarcou em 1897, na terceira classe do navio ATIVITA, com 995 italianos, entre crianças, homens e mulheres, sem o mínimo conforto e com péssima alimentação, motivados pelas transformações socioeconômicas ocorridas, sobretudo no norte da Itália. Sobre a viagem vejamos o depoimento de Miguel Paolante: (...) *Me lembro muito das histórias que meu avô, por parte de mãe, Angelo Ridolphi contava. Ele dizia que levou quarenta dias para chegar aqui, que os padeiros do navio amassavam o pão nos pés, o cilindro do navio era tocado a mão. Apiaram no Rio e teve um transporte que levaram eles até o trem da Leopoldina, e o trem da Leopoldina que trouxe eles a Natividade. Vieram pra Fazenda Bela Vista. A Fazenda mandou burros que chamavam de tropa, para fazer a mudança deles, aí trouxe eles. Ficaram imigrados na Fazenda Bela Vista que é hoje do Francelino Bastos França.*(118). Elza Gorini, filha de imigrantes italianos, confirma essa passagem que também lhe foi contada pela mãe. (...) *Ela falava que os homens amassavam os pães com os pés, aí ela queria ver se era verdade e foi lá, nunca mais comeu pão. Ela contava isso pra gente. Ela falava que o navio balançava muito, ela passava mal, tava grávida até que nasceu na Fazenda Bela Vista o Brasilino, teve esse nome porque nasceu no Brasil.* (119).

Na Itália os lavradores ocupavam pequenos lotes e ainda pagavam aos proprietários uma taxa anual pelo uso dessas terras. As grandes propriedades estavam nas mãos de poucos. Juntando-se a isso, após a unificação da Itália, um número elevadíssimo de pequenas propriedades foram tomadas por falta de pagamento e uma superpopulação comprometia o desenvolvimento econômico do país. Esses foram os italianos que partiram para o Brasil: lavradores e pequenos proprietários de terras que haviam perdido suas propriedades para o governo italiano. Interessante foi a resposta dada por um imigrante a um Ministro Italiano naquela época:

Que coisa entendeis por uma nação senhor? Plantamos e ceifamos o trigo, mas nunca provamos pão branco. Cultivamos a videira, mas não bebemos o vinho. Criamos animais, mas não comemos a carne. Apesar disso, vós nos aconselhais a não abandonarmos a nossa pátria? Mas é uma pátria a terra em que não se consegue viver do próprio trabalho? (120).

Em sua bagagem, apenas roupas, as recordações dos parentes deixados na terra querida e a esperança de uma vida melhor. De acordo com o Sr. Luigi Pulitini, que chegou ao Brasil com cinco anos de idade, o governo italiano mandou divulgar nas praças das cidades e vilas italianas a solicitação de imigrantes por parte do governo brasileiro. (...) *Todos os dias*

(117) FRANÇA, Balbino Bastos. *A Última Colheita*. Quickgrafic Editora, 2003, p. 47.

(118) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009, p 131.

(119) Ibidem, p.132.

(120) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.63.

um fiscal pregava em público que aquele que quisesse vir para o Brasil encontraria todas as facilidades, isto é, transporte grátis, onde fixar residência. Encontrariam um país maravilhoso com muitas terras para cultivarem, muito dinheiro, grandes possibilidades de enriquecerem-se. Encontrariam uma segunda pátria, o verdadeiro paraíso. (...).(121). Influenciados pela propaganda e atraídos pelas vantagens divulgadas, centenas de famílias deixaram a terra e partiram para o Brasil. Ainda segundo o testemunho do Sr. Pulitini, o governo italiano usou as crianças para influenciarem seus pais a virem para o Brasil. (...) Diziam que o café era nativo (na Itália só as famílias muito ricas podiam tomar). A laranja, que na Itália era dividida com a família nas Festas Natalinas, perdia-se pelo chão. O ouro era encontrado nos riachos e até pelos caminhos, enfim era o verdadeiro Eldorado. (...). (122).

*Na América onde chegamos/ Não encontramos nem palha nem feno/
Dormíamos no chão, ao sereno,/ Como animais./ E com o engenho de
nossos italianos/ E com o esforço de nossos patrícios/ Em poucos anos/
Construímos países e cidades.* Trecho de uma canção italiana (123).

Do porto do Rio de Janeiro, depois de cumpridas as exigências legais, os imigrantes eram levados para a Ilha das Flores, onde ficavam em quarentena, enquanto eram aguardados por fazendeiros de todo o Estado.

Rosane Aparecida Bartholazzi de Carvalho em sua dissertação – Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social - 1897-1950 (124), diz não ter encontrado durante sua pesquisa nenhuma comprovação da passagem desses imigrantes na Ilha das Flores. Para ela o autor de *A Última Colheita* reproduziu o discurso, comumente, utilizado pela historiografia clássica, referente ao período de quarentena por que passavam os imigrantes naquela época. Carlos Righetti numa carta, enviada à prima Maria Bernadete, em 22/12/1983 refere-se a comentários feitos por sua avó Pacífica Aniceti que dizia ter viajado dentro d'água, talvez querendo dizer que vieram no porão do navio, portanto, abaixo do nível do mar. (...) *ao desembarcar no Rio de Janeiro, sob um sol causticante do dia 14.11.1897, dizia minha avó que aquela luz cegara-lhe momentaneamente. O brilho do sol feria-lhe as vistas e custou a se acostumar com a claridade, abrindo e fechando os olhos seguidamente várias vezes. Tudo isso, misturado à emoção, fez-lhe rolar lágrimas pelo seu rosto. Chorou na despedida. Chorou na chegada. Da sua viagem da Ilha das Flores, onde permaneceu por alguns dias, até o destino final, que era a Fazenda Bela Vista, em Varre-Sai, não tenho notícias. (...)* (125).

De Natividade e de Varre-Sai estavam os senhores Antonio Ferreira Rabelo, Tolentino Rodrigues França, Balbino Rodrigues França, Eloi Vieira, João Carlos Machado e Manoel Rodrigues de Moraes, que eram os maiores proprietários de terras e chefes políticos dos respectivos distritos, ávidos por braços para as suas lavouras de café. Segundo consta, só Sr. Balbino Rodrigues França trouxe para a Fazenda Bela Vista, quarenta famílias.

Da estação de Natividade, foram levados em tropas de burros para a Fazenda Bela Vista. Segundo depoimento da descendente D. Elza Gorini, as crianças eram transportadas em balaies presos aos burros. (...) *A primeira turma chegou em 14 de novembro de 1897 (...) Vieram na terceira classe, como cegos. Não é como hoje que você está na Itália e sabe o*

(121) Histórico da origem do vinho de Varre-Sai. Autor desconhecido.

(122) RIGHETTI, Carlos. *Minha vida faz parte da memória de um povo*, datilografado, 1999.

(123) Nosso Século 1910/1930 – Anos de Crise e Criação. Abril Cultural. São Paulo, 1981, p.52.

(124) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009, p 129.

(125) RIGHETTI, Carlos. *Minha vida faz parte da memória de um povo*, datilografado, 1999.

que está acontecendo aqui. Desembarcaram no Rio de Janeiro (...) De lá vieram de trem para Natividade (...). De Natividade até a Bela Vista um carro de boi e tropas de burro para trazer as mulheres e as crianças, o mais vinha a pé. (126). Na Bela Vista, foram instalados em casas numa situação denominada de Paraíso. Nessa época, a Bela Vista possuía casa-sede, igreja, armazém, casas para colonos, terreiro para secagem do café e máquina de beneficiar café a vapor. O Sr. Bendia, filho de imigrantes, contava que (...) quando chegaram a Natividade e esperavam para ser levados para a fazenda, um irmão de seu pai começou tocar sua harmônica e todo mundo parou para ver. (127). (...) A chegada dos italianos à Bela Vista foi um acontecimento emblemático para a região. Eram o “clímax” das conversas e da convivência na zona rural. Todos queriam saber quem eram aqueles estrangeiros com roupas coloridas, lembrando toalhas de praia ou colcha de retalhos, trabalhando nas lavouras como mouros festivos cantando uma bela canção que denominavam Tarantela. (128).

A Fazenda Bela Vista formava um grande complexo colonial. (...) composto de um casarão residencial, com uma pequena varanda, um grande corredor central separando os quartos, terminando numa larga cosinha e começando numa espaçosa sala de espera com acesso para amplo salão de visitas, tradição das mansões senhoriais do Império. Seguindo o agrupamento do conjunto na direção do montante da construção, estão geminados ao eito superior do casarão, um paiol para depósito do milho e uma tulha para cereais e ferramentas de trabalho. Do lado oposto do conjunto, seguindo uma linha reta em frente ao eito a jusante, existia um correr de pequenos quartos para empregados solteiros, cangalha da tropa, cocheira de animais de sela. (129).

Aqui, tentaram reconstituir um pouco de seu ambiente familiar, onde os parentes e conterrâneos, a língua, os alimentos e suas músicas, ora alegres, ora tristes e saudosas, lhes facilitasse a adaptação na nova terra.

Esses imigrantes vieram para trabalhar pelo Regime de Colonato, sendo as despesas da viagem até sua chegada às fazendas pagas pelo Governo Federal, que havia assinado um contrato com a Companhia Metropolitana prevendo a introdução de um milhão de imigrantes num período de vinte anos. Tempos depois, essa Companhia tenta repassar as responsabilidades do contrato para os Estados. Não conseguindo, o governo teve que rescindir o contrato com a Companhia. (...) Nesse regime, o colono e sua família eram contratados numa espécie de trabalho por tarefa, denominada empreitada. Um determinado número de cafeeiros era atribuído aos cuidados das famílias. Geralmente o cafezal já havia sido plantado. O colono e sua família incumbiam-se de manter limpas as arcas cafeeiras. Entre os cafezais novos era permitido a agricultura de subsistência com milho, feijão, etc. Havendo ou não a divisão desse produto com a venda do excedente. Além disso recebiam uma quantia em dinheiro correspondente a um número determinado de cafeeiros sob seu cuidado. O acordo incluía moradia, água, lenha e pasto para um ou dois animais. Em consequência, de modo algum pode o colonato ser definido como um regime de trabalho assalariado, como sendo feito por alguns autores. Seu aparecimento caracteriza a transição para o trabalho livre, mas não necessariamente para o trabalho assalariado. (...). (130). Vejamos o depoimento de Elza Gorini, filha de imigrantes italianos:

(126) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009, p. 130.

(127) TurisRio, História de Varre-Sai, 5/8/1998.

(128) FRANÇA, Balbino Bastos. *A Última Colheita*. Quickgrafic Editora, 2003, p. 57.

(129) *Ibidem*, p. 49.

(130) *Ibidem*, p. 58.

(...) Eles vieram para a Bela Vista. Tinham três dias para trabalhar pra eles e três dias para trabalhar para a turma. Depois de um ano que colheram café o fazendeiro dava liberdade para eles plantarem onde quisessem. Nesses três dias plantavam milho, feijão e outros.

(...) Os que vieram para Bela Vista encontraram muita honestidade, muitos não a encontraram em outras regiões. O dia em que ele (o fazendeiro) ia limpar o café do colono, ele exigia presença do mesmo. Quando fazia a partilha ele exigia testemunha. (131).

Rosane Aparecida Bartholazzi de Carvalho ao analisar os registros contábeis da Fazenda Bela Vista, em sua Dissertação de Mestrado, *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira*, verificou existir na citada Fazenda um sistema misto de trabalho. *(...) Trata-se de uma relação de trabalho que não podemos classificar puramente como parceria nem como colonato. Podemos incluir o colono nos dois sistemas funcionando simultaneamente na fazenda. (...).*

(...) Vieram, instalaram-se, amansaram o chão, com suas mãos operosas, encheram nossos morros de cafezais, misturaram ao som das ferramentas de trabalho, o vozeiro de sua língua nova, a alegria de suas músicas, o maravilhoso embalo de suas harmônicas e violões. (...). (132).

No início tiveram muita dificuldade para estabelecer uma comunicação com os brasileiros. Geralda Ridolphi nos contou que Antonia Delceti, mãe de sua sogra, queria comprar as coisas na venda, mas não entendia o português e nem o dono, que era brasileiro entendia o italiano. *Certa ocasião ela ficou tão nervosa que disse: Che diavolo porta via (Que o diabo a levasse de volta). (133).*

(...) A língua como veículo de comunicação era o demarcador da diferença transformando-se em obstáculos aos contatos pessoais na fazenda. Entre os italianos, como superação das dificuldades de compreensão considerando os vários dialetos falados entre os compatriotas recorria-se a língua oficial italiana, instituída após a unificação do país. Já a comunicação com os brasileiros, ou outros estrangeiros imigrados, se fazia muitas vezes, através dos sinais. Um descendente assim relatou a dificuldade encontrada na comunicação: “Minha avó dizia que vinham ao armazém da fazenda fazer compra, todos eles vinham com um porrete que servia para apontar o que queriam na prateleira, já que não entendiam nada de português e vice-versa”. (134).

Grande parte das famílias aqui aportadas vieram da região central da Itália, nas localidades da Toscana, Lazio e Úmbria. De acordo com um levantamento existente no Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas, a colônia italiana de Varre-Sai era formada pelas famílias: Adolpha, Ambrozini, Amitti, Angela, Angelini, Aniceta, Bada, Batisti, Bafico, Barçano, Beloto, Boni, Bertoloni, Berini, Benini, Biagio, Bianconi, Bandoli, Balbini, Balducci, Balduim, Boldrini, Bondi, Borchio, Bovi, Brevilato, Dimartini, Cardini, Cagnaci, Capacia, Capacho, Capuano, Capita, Caputo, Catarina, Cavalini, Celebrini, Calidoni, Constantino, Colombo, Chambella, Christofanelli, Chiano, Colônia, Dalbeni, Dálvara, Delceti, Denegri, Devico, Digenari, Dorpeth, Dominco, Engracia, Esposti, Espósito, Farge, Fratejani, Fratini, Fabri, Frangilli, Faloti, Ferrari, Ferrando, Fidélis, Fitaroni, Fiume, Franglio, Faloti, Fuzzi, Francisquini, Francillo, Garatti, Guarizi, Giovanini, Gorini, Gentil, Genari, Genaro, Grillo, Gripp, Gallo, Gidi, Gersandele, Gerasbeli, Guirilo, Gultiere, Guardanini, Janotti, Leone,

(131) *Ibidem*, p. 141.

(132) VARGAS, Nazira Abib Oliveira, *A doçura do vinho, a alegria da música e a força do café*. Artigo publicado no Jornal Dois Estados, de 1 a 15/09/1989.

(133) Entrevista concedida por D. Geraldina Ridolphi. 2011.

(134) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009, p 134.

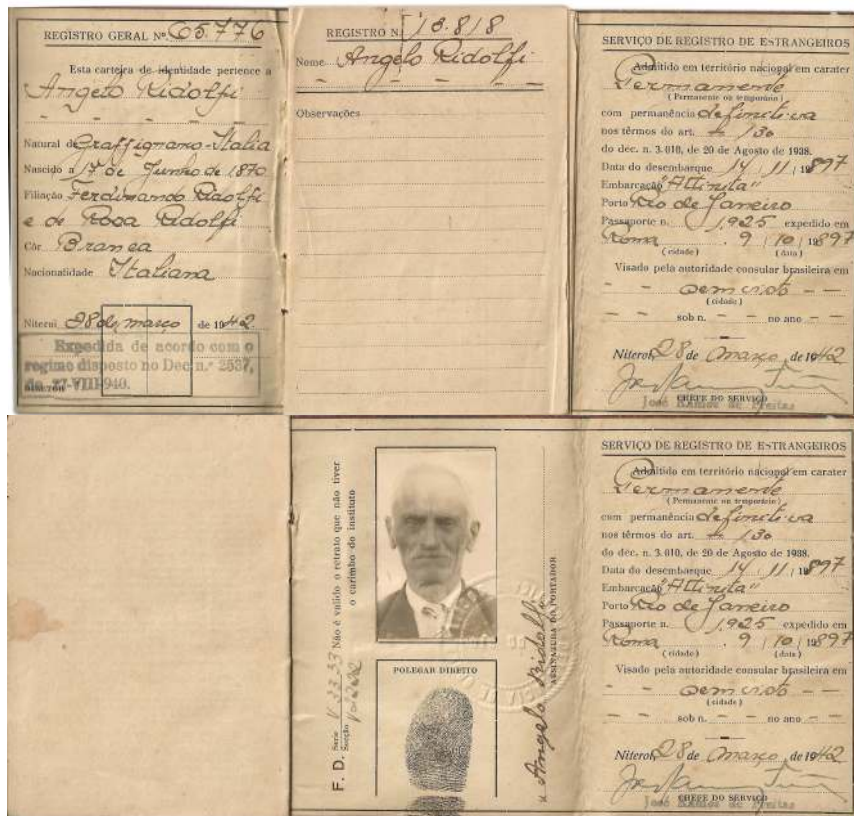
Levoni, Lichote, Loli, Luçarini, Masote, Macarroni, Madela, Magagma, Montani, Manganelli, Mascarolii, Mantence, Maris, Milato, Mengui, Mugnac, Mugnari, Moruci, Martelini, Mazelli, Morizzi, Molinari, Narduci, Novaga, Onibeni, Ortolon, Orni, Pani, Patrici, Panvinhaci, Paschoa, Potente, Polastrelli, Polsa, Pultini, Purificati, Pizano, Pani, Passari, Polastreli, Pirozzi, Padovam, Pelegrini, Pegorer, Peresi, Paulanti, Possodeli, Potente, Ponciana, Pavanelle, Privato, Pupo, Puddó, Quarto, Quirillo, Rabaquini, Ragni Rapete, Rampazzio, Regasso, Rigueti, Ridolphi, Rogai, Rosac, Sani, Salino, Santoro, Serem, Scharsi, Scasso, Spalla, Spindola, Sposti, Serri, Searca, Stephani, Suci, Tupini, Tuzzi, Usberti, Valle, Vegetim, Vioti, Victoni, Victori, Vissôza, Zalla, Zambrotti, Zamoni, Zaniratti e Zanganellie.



Família de Demétrio Pellegrini. Acervo da família.



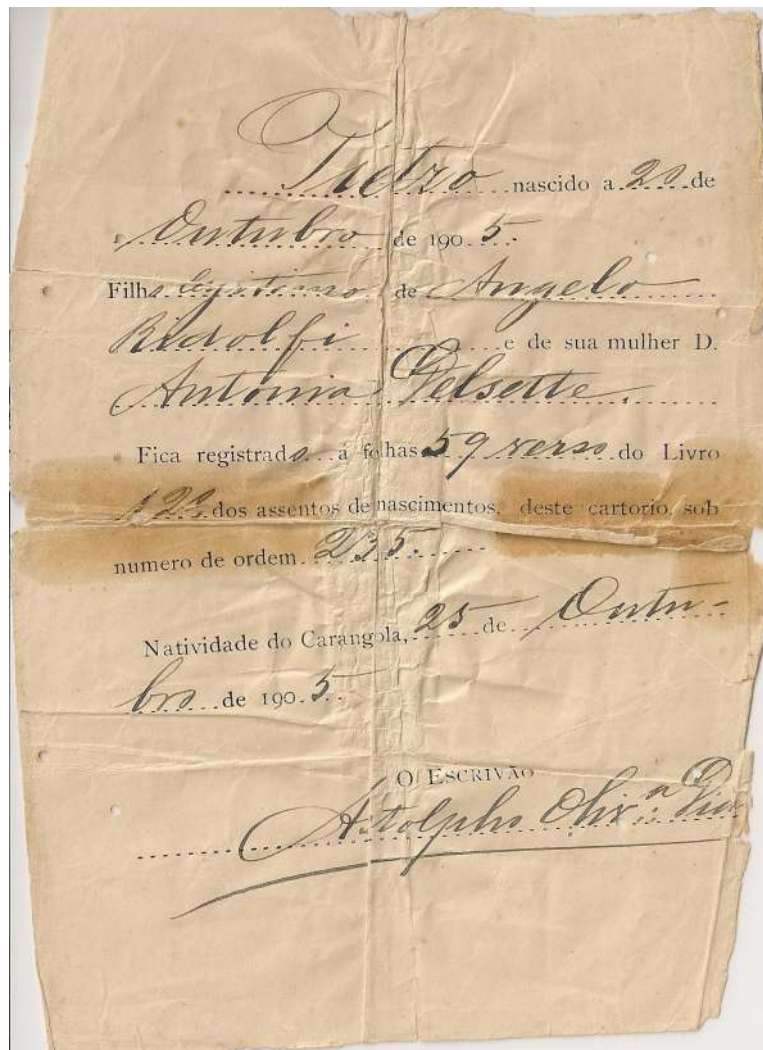
Pacífica Aniceti. Acervo de Maria Bernadete Ridolphi.



Carteira de Identidade Permanente de Angelo Ridolphi, emitida pelo governo brasileiro em 1942. Acervo de Maria Bernadete Ridolphi.



Angelo Ridolphi e família. Acervo de Maria Bernadete Ridolphi.



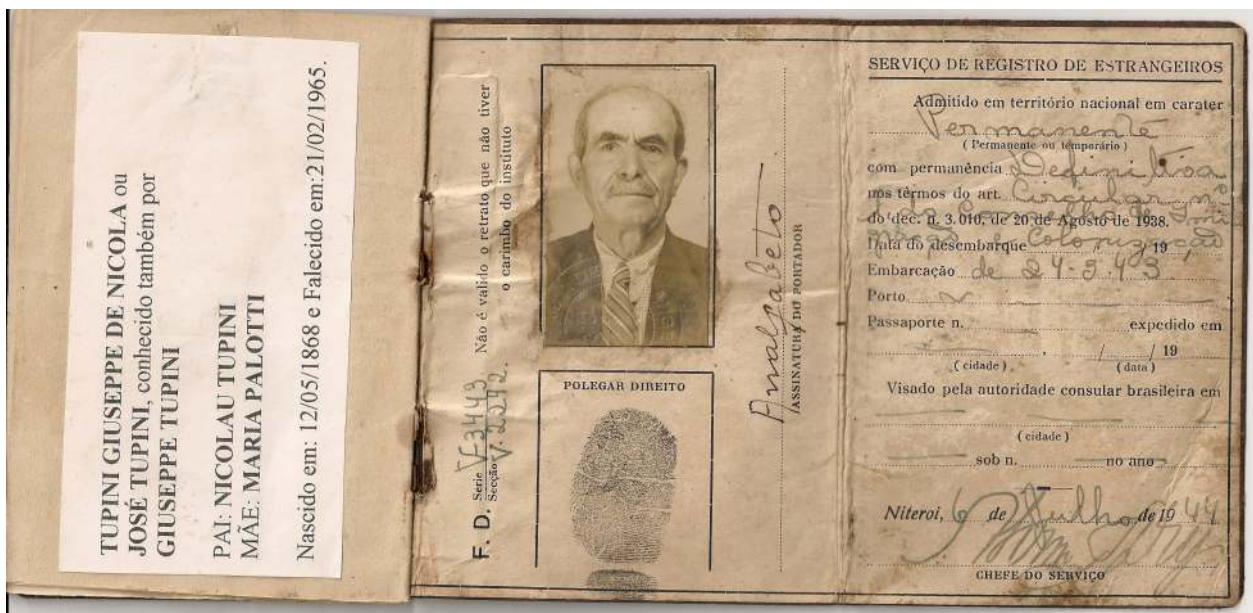
Exemplar de certidão de nascimento italiana. Pietro Ridolphi. 1905. Acervo de Maria Bernadete Ridolphi.



Tupini Giuseppe de Nicola (José Tupini).
Acervo de Nilce Augusta Machado Vieira Tupini.



Rita Moscaroli Tupini. Acervo de Nilce
Augusta Machado Vieira Tupini.



Carteira de Identidade de Estrangeiro de Tupini Giuseppe de Nicola, emitida pelo
governo brasileiro em 1944. Acervo de Nilce Augusta Machado Vieira Tupini.



Luigi Morucci e Raquel Fratejanni Morucci.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

Muitas dessas famílias levavam uma vida de muita simplicidade, economizaram, juntaram o produto de seu trabalho, adquiriram terras e tornaram-se pequenos proprietários. Nos balanços financeiros da Fazenda Bela Vista em 1906, não constava mais o nome de nenhum italiano.

Salvas as devidas exceções, os italianos que se dirigiram para o Brasil, (...) talvez tivessem níveis econômicos mais baixos dentre os que imigraram. Dos italianos que chegaram na região de Varre-Sai, poucos eram alfabetizados. Existia entre eles um que fazia toda a correspondência para a Itália. Encontramos também um que tinha alcançado a posição de prefeito na Comuna de Proceno (Itália). Fora essas exceções, a maioria trouxe consigo o analfabetismo e a pobreza. (...). (135).

Apesar de todo sofrimento que aqui passaram (distância dos familiares que permaneceram na Itália, doenças, as péssimas condições da viagem, a distância entre as fazendas, a dificuldade na comunicação, etc.) a maioria trabalhou pouco tempo como colono para transformarem-se em pequenos proprietários, enfrentaram obstáculos e acabaram se tornando a maior parte da população de Varre-Sai. Depoimento interessante, e que da idéia de como viviam no Brasil, deixou o Sr. Domingos Morucci, aquele que citamos há pouco e que, em 1969, escrevia a correspondência enviada a Itália e ao Consulado dando notícias da Colônia.

(135) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.101.

“Escrevo esta poca linha no fim da minha vida. Nasci em 17 de outubro de 1886, completo talvez em 17 de outubro de 1969, 83 anno. Trabalhei muito, soffri muito na minha vida. Durante o tempo que permaneci no Brasil, doença, trabalho e labuta... Mais contudo agradesso imençamente a Deus, Nossa Senhora e St. Antonio, por ter me protegido, a respeito o que eu pedi, na minhja preguiera, de quando eu estive doente dizenganado dos médicos, em 1915 até 1918 e por graça de Deus e N. Sinhô e Santo Antonio fique restabelesido da grave doença. Creio que compri os meus deveres para com Deus e o promisso, e pesso perdão de todos os meus pecados e assim morro alegre e satisfeito engraça de Deus”. (136).

Ainda em suas pesquisas, Rosane Aparecida Bertolazzi de Carvalho constatou que muitos haviam deixado pecúlios na Itália. De acordo com o livro de Procuções do Cartório de Varre-Sai, há um grande número de procuções feitas em nomes de imigrantes italianos em que autorizavam a um outorgado, na Itália a receber, pagar, arrendar, dividir, etc. tudo que possuíam lá possuíam. A pesquisadora citou as famílias Pirozzi, Murucci, Gorini, Bianconi, Mulinare, Grillo, Fabri, Giovanini, Panni, dentre outros, como as famílias que possuíam bens. A maioria desses bens estavam localizadas na Comuna de Granffigiano na Província de Roma, Roca Grimalda na Província de Alexandria, Provincia de Arezo, Província de Ancova e outras. Em Varre-Sai, contabilizou 80 lançamentos entre 337 registrados nos Livros de Notas, representando cerca de 24% do total, no período de 1912 a 1930. (137).

Com relação à aquisição de terras, a pesquisadora constatou que a compra realizada por outras etnias de imigrantes italianos representavam 55% do total. (...) *As transações imobiliárias na compra de sítios evidenciaram-se também entre italianos, correspondendo cerca de 16%, enquanto que de italiano para outras etnias 8%. Apesar da região ainda ter mata virgem, elementos nacionais ou de outras etnias faziam parte do povoado que se formava quando os italianos chegaram. Normalmente eram pessoas de pouco recurso. Como já foi dito esta nunca foi uma região de grandes proprietários. A terra sempre foi fragmentada entre pequenos e médios proprietários. (...). (...) Pela descrição dos imóveis inicialmente comprados, constatamos que 14% ultrapassavam 10 alqueires de terra e 96% ficavam entre 3 e 10 alqueires. (...).* (138).

Outro dado analisado pela pesquisadora foi referente ao pagamento. O imigrante italiano pagava sempre a vista, enquanto que para outros, havia facilidades, inclusive na compra a prazo. (...) *Como exemplo citamos a venda de um sítio com 34 alqueires de Pergente Giovanini constando na profissão proprietário e capitalista vendeu a Luiz Bandoli, lavarador, ambos italianos, em dezembro de 1922. Possuía o sítio três casas para colonos, tulha, rancho, moinho, pastos cercados e cafezais. A quantia estabelecida foi de 20:000:000 (vinte contos de réis), mas a forma de pagamento só podia mesmo ser feita entre italianos, confirmando a solidariedade existente entre eles. O pagamento foi fixado pelo prazo de quatro anos em duas prestações, vencendo a primeira em 07/12/1925 e a segunda um ano depois após o vencimento da primeira prestação, com juros de 1% ao mês. Observamos que, geralmente, os prazos para pagamento eram bem maiores quando eram feitos dentro do grupo. Se o negócio era feito entre brasileiro e italiano, esses prazos eram mais reduzidos e sempre era assegurada uma entrada. Atilio Gorini comprou de uma lavradora brasileira, 7 alqueires de terras contendo casa de morada, 03 casas de colonos, tulha para café, paiol e outras benfeitorias pó 15:000:000 (quinze contos de réis).*

(136) Ibidem, p.102.

(137) Ibidem, p.103.

(138) Ibidem, p.109.

Deu uma entrada de 1:000:000 (um conto de réis) ficando 14:000:000 para ser pago ao final de seis meses. Outra observação importante que fizemos, é no que diz respeito ao preço da terra. Estes eram relativamente maiores quando não eram feitos entre italianos. Comparando essa compra com a outra citada acima, verificamos que pagou o italiano por essa última 15:000:000 por 7 alqueires, enquanto que aquele pagou 20:000:000 por 34 alqueires. Ressaltamos que ambas as compras foram feitas no ano de 1922 e se localizavam em lugares não muito distantes uma da outra. Portanto, a questão não está na valoração ou desvalorização no preço da terra com relação a localização, e sim na forte ligação e ajuda mútua presente entre os italianos. (...). (139).

Outra observação feita pela pesquisadora foi que alguns imigrantes compravam pequenos lotes e ao longo dos anos iam adquirindo outras propriedades. Cita como exemplo a família Grillo, que se estabeleceu na localidade da Jacutinga. Biário Grillo adquiriu em 1927, um sítio de 22 alqueires com mata e benfeitoria pelo valor de vinte e cinco contos de réis. Três meses após, foi constatado mais três aquisições de lotes feitas pela família, no valor de dezesseis contos de réis. (...) *Um lote estava em capoeira, o outro tinha cafeeiros, uma casa de meeiro, uma casa de morada, tulha, engenho e pasto cercado. Acrescentamos que, os Grillo compraram posteriormente a maior parte da Jacutinga, deixando para seus herdeiros estas propriedades, ainda hoje cafeicultoras. (...). (140).*

A autora verificou ainda que os italianos preferiram adquirir terras vizinhas de seus conterrâneos, chegando, inclusive, a dividirem a mesma água. Esta era também, uma maneira de estreitar os laços de solidariedade entre os membros da colônia. *Aqui foi assim: a maior parte da Jacutinga é dos Grillo, já os Pellegrini, Berini, Ridolphi, Giovanini ficaram na “Fazenda Santa Cruz”; os Capaccia foram para “Fazenda Boa Sorte”, outros para a “Fazenda Barra Funda”. Tinha, também, os que compraram terra em “Santa Clara”; “Arrozal de Santana”. (141).*

Outra constatação foi que os italianos ao passarem de colonos para proprietários conseguiram uma projeção econômica. Mesmo aqueles que adquiriam pequenos lotes para a própria subsistência. (...) *Geralmente a descrição dos imóveis nestes lotes era precária: casas de taboinhas em mau estado, meia-água, capoeiras, inexistência de cafezais. Estes lotes não passavam de três alqueires. Assim mesmo, para esses italianos a situação talvez fosse melhor do que a que deixaram na Itália. A posse da terra foi possível devido ao trabalho árduo e muita determinação. (142).*

Muitos italianos que vieram para essa região não eram agricultores. Para continuarem exercendo suas atividades no Brasil se uniram, formando sociedades. Nesse sentido, podemos citar como exemplo a sociedade realizada entre Giuseppe Tuppini e Aristides Daleolle em uma ferraria e em um cinema mudo. A maior parte dos que se fixaram em Varre-Sai, porém se dedicaram à agricultura. Aristides Daleolle foi o único imigrante que constatamos ter voltado, definitivamente para a Itália.

A partir de 1902 foi institucionalizado pelo governo italiano o serviço de imigração. Na Itália, foi publicada em 1910 a Lei de Regulamentação e Normas Complementares sobre imigração. (...) *o papel exercido por estes representantes, na prática, serviu, muito mais, como ponto de apoio aos imigrados do que garantia de melhorias das condições de*

(139) Ibidem, p.109/110.

(140) Ibidem, p.111.

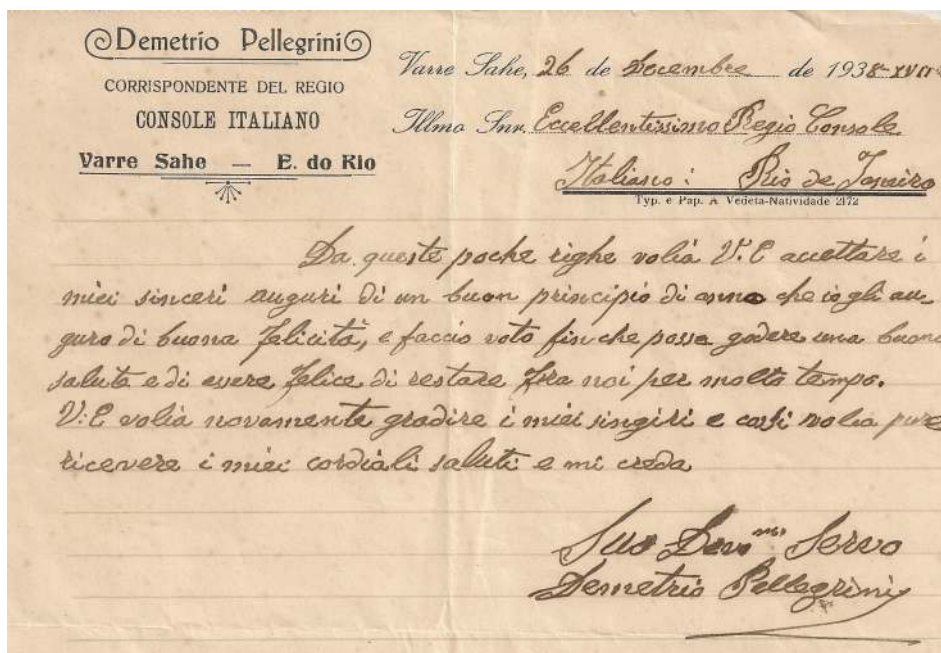
(141) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009, p 171.

(142) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.111/112.

trabalho impostas pelos fazendeiros nas grandes propriedades cafeicultoras (...). (143).

Esses representantes ou correspondentes consulares encontrados, principalmente, nas áreas rurais serviam mais (...) *para amenizar os sentimentos de incertezas, simbolizando o elo que parecia estreitar os laços entre dois mundos distantes, estando entre a colônia e o representante do governo italiano, uma vez que nessa região os registros de conflitos foram raros ou quase inexistentes.* (144).

Este representante passava a ser o portador entre o grupo e o governo italiano, a quem recorriam e a quem devotavam plena confiança. (...) *A figura do líder compatriota, que representava a união entre o Brasil e a Itália, funcionava como elemento que promovia a ordem, o equilíbrio interno e a unidade entre os imigrados, além de afirmação dos sentimentos de identidade.* (145). Em Varre-Sai esse correspondente foi o Sr. Demétrio Pellegrini. *Aqui tinha o culto ao Sr. Demétrio Pellegrini. Ele era o correspondente do Cônsul. Então se alguém quisesse fazer uma queixa do patrão fazia com o Sr. Demétrio. Quando eles tinham que dar uma ordem coletiva dava ao Sr. Demétrio.* (...) (146). Ou ainda através do depoimento do próprio neto: (...) *As pessoas iam lá na casa do meu avô para conversar... ele era como um conselheiro, um juiz de paz em Varre-Sai. Ele era do Cônsul.* (147).



Carta de Demétrio Pellegrini, correspondente oficial do Cônsul da Colônia Italiana de Varre-Sai. 1938. Acervo da família.

Os italianos ajudaram a construir o Brasil moderno. O Brasil que surgia através de pequenos povoados que brotavam no meio de nossas florestas.

Além do vastíssimo legado cultural (música, danças, vinho, culinária e idioma, dentre muitas outras), agrícola (técnica de trabalho), artesanal e construtiva (habilidade no uso da pedra, madeira e ferro), os italianos foram também, um dos maiores divulgadores da religião católica e da fé cristã.

(143) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os Italianos no Noroeste Fluminense: Estratégias Familiares e Mobilidade Social*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009, p.208.

(144) Ibidem, p. 209.

(145) Ibidem, p. 211.

(146) Ibidem, p.209.

(147) Ibidem, p.211.

Os mais antigos, em casa conversavam em italiano, desta maneira ensinavam aos mais novos. Miguel Paolante, neto de Angelo Ridolphi contou que aprendeu a conversar italiano com os avós.

Encerramos esse capítulo com algumas passagens pitorescas e curiosas contadas por Elza Gorini ao Sr. Carlos Righetti, que também servem para ilustrar a dificuldade que os italianos tiveram no início de sua chegada ao Brasil.

Casal Macarona – que sendo muito pobre, como de resto todos os imigrantes, possuía uma só cama. A do casal. Quando recebia uma visita para dormir, a cama servia aos 3. Se a visita fosse mulher, a visita dormia numa beirada, a mulher Macarona no meio e o marido do outro lado. Se a visita fosse de homem a ordem se invertia. O marido no meio, a Macarona de um lado e a visita do outro.

Negro – Nunca tinham visto. Um dia uma imigrante de nome Rachel, que era amiga da vovó, foi levar milho na fazenda para trocar por fubá. No caminho encontrou um negrinho que levava marmitas de comidas para os trabalhadores. Pensou que fosse o Saci e saiu correndo aos gritos dizendo ter visto o diabo, só se aclamando depois de terem os homens ido socorrê-la e esclarecer o assunto.

Farinha de mandioca- Foi de fato usada no macarrão nas primeiras refeições, pensando que fosse queijo ralado.

Carne seca- Não comiam, dizendo ser sola de sapato.

Quiabo- era repugnante.

Mandioca- comeram e gostaram. Mas um brasileiro gozador disse que se chamava vela e comprava-se no armazém. O primeiro maço que cozinham derreteu todo.

Cana- também gostaram. Mas cortaram muitos pés de bambus e jogaram fora, dizendo que estavam ocas e secas.

Benedura- Um dia uma italiana estava fazendo sabão. Quando já estava quase no ponto, passou uma pessoa e disse que estava bonito. Inexplicavelmente o sabão desandou (ficou ralo) e nada de engrossar, até que outra pessoa, sabendo do ocorrido, disse que era mau olhado. Chamou um preto velho para benzer e em seguida o sabão voltou ao normal e ficou pronto. No dia seguinte a italiana cortou os pedaços e levou para a pessoa que ensinou a simpatia, dizendo que aquele sabão estava enfeitado. (148).

O café

Os cais do Rio e de Santos desdobravam-se retilíneos e abarrotados de mercadorias (...) Tudo isso brotou de um grão de café: esses portos, essas cidades, esses homens que desembarcam todos os dias, esses navios hasteando bandeiras de 25 nações (...), tudo isso é obra direta do café.

Blaise Cendrars, escritor francês.

As terras que formam a região noroeste fluminense foram as últimas partes do estado a serem ocupadas por plantações cafeeiras. Do Rio de Janeiro passou para o Vale Paraíba, atingiu a região serrana e, finalmente, a parte noroeste do Estado.

O primeiro pé de café da região foi plantado por volta de 1834, pelos irmãos de José de Lannes Dantas Brandão, nas terras da atual Fazenda São José. Esses cafezais renderam grandes colheitas até 1860, época em que uma praga fez cair a produção e muitas plantações ficaram totalmente abandonadas. Anos mais tarde, os cafezais voltaram a ser a principal lavoura da região. Acredita-se que da Fazenda São José tenham saído as primeiras mudas plantadas nas fazendas próximas. (...) *A expansão do café em Itaperuna só começou a realizar-se em grande escala já quase no declínio do período imperial. (...).* (149).

Alberto Lamego em *O Homem e a Serra* registrou que a expansão cafeeira na região de Itaperuna exigiu uma maneira diferente de se fazer a escoação de suas safras. (...) *O porto de Cachoeiro no limite navegável do baixo Muriaé, atual Cardoso Moreira, foi esse escoadouro. (...).* Mais adiante registrou que o comércio desse porto, em 1888 era de tal importância que a inauguração da Estação de Cachoeiras da Estrada de Ferro Carangola contou com a presença dos Imperadores. (...) *Foi este o marco histórico definitivo para a evolução de Itaperuna. Atraídos pelo café, de Minas e de Campos afluem trabalhadores com as suas famílias para novas fazendas rapidamente adquiridas por elementos ativos da montanha e da planície. (...).* (150).

Esses trabalhadores vindos de outros municípios fluminenses e, até mesmo de outros estados, não eram suficientes para a derrubada das matas, preparação dos terrenos para o plantio do café e de sua posterior colheita. Ademais, os trabalhadores nacionais denominados caboclos ou caipiras foram considerados insuficientes e relegados pelos cafeicultores, conforme registrou Rosane Aparecida em sua já citada obra. Após a abolição da escravatura alguns fazendeiros da região tiveram que contar com o auxílio de toda a família a fim de colherem o café de suas propriedades. Há casos em que até as mulheres, acostumadas a reclusão de suas alcovas, com suas finas mãos se viram obrigadas a ajudarem seus maridos na difícil tarefa. Aqueles de maior poder aquisitivo se dirigiram, sobretudo para o Estado de Minas Gerais em busca de braços para suas lavouras.

(149) LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, volume 4. IBGE. Edição Fac-Similar. 2007, p.291.

(150) *Ibidem*, p. 291.



Trabalhadores da Fazenda Bela Vista. Final do século XIX ou início do século XX. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Como solução, os proprietários de fazendas da região reivindicaram do governo imigrantes italianos.

Os imigrantes italianos introduzidos na região em substituição ao braço escravo deram continuidade a esse trabalho. A técnica era a mesma adotada em outras regiões produtoras da rubiácea. (...) *Ateavam fogo na mata para proceder ao cultivo. Essa era a dinâmica da economia cafeeira, depois que o solo se desgastava, buscavam as melhores terras, seguindo assim seu itinerário. (...). (...)* De forma diferente, encontramos hoje em Varre-Sai, nas mesmas propriedades dos ancestrais dos italianos, a produção cafeeira, sendo considerado o município que mais produz café no Estado do Rio de Janeiro. Temos, portanto aí, um século de café. (...). (151).

Num curto período, os imigrantes italianos passaram de colonos a proprietários de terras e produtores de café. *A venda do café é que ajudou esses italianos a terem terra. É o café que dá condições de sobrevivência. Se não fosse o café você acha que o Dr. Francelino (o próprio proprietário) teria uma fazenda organizada assim, tudo direitinho e ganhar dinheiro? É por causa do café, se não fosse o café já tinha pulado fora. O valor do café é muito maior que qualquer outro produto plantado.* (152).

Não menos importante é o depoimento de Elza Gorini sobre o café: *A produção de café renasceu. Depois da chegada dos italianos, o café perdia porque não dava conta de colher. Eles colhiam esse café guardavam o dinheiro e compraram sítios, sendo que até hoje, 103 anos depois, os maiores produtores de café são descendentes de italianos, os maiores produtores de leite são italianos, 85% da população são descendentes de italianos. O comércio aqui hoje é fraco, mas o que tem é de descendente de italiano.* (153).

Na sessão da Junta Distrital de Varre-Sai, realizada no dia 25 de novembro de 1899, o Sr. João da Fonseca Lamego requereu modificação do imposto de sua máquina de preparar café. Essa foi a primeira notícia que encontramos sobre a instalação de máquinas de beneficiar café em Varre-Sai.

(151) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p112/113.

(152) Entrevista concedida por Francelino Bastos França, proprietário da Fazenda Bela Vista.

(153) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.164.

No dia 16 de setembro de 1905, foi inaugurada a máquina de beneficiar café dos Sr. Antônio de Oliveira Santos & irmãos. Muitas pessoas estiveram presentes na inauguração desse importante empreendimento. (...) *A banda de música local esteve presente executando diversas peças musicais, oportunidade em que foi realizada com grande êxito a primeira experiência. Terminada esta cerimônia o Sr. Oliveira & Irmãos (Bernardino e José de Oliveira Santos) ofereceram a todos os presentes lauto jantar acompanhado de delicioso vinho. Em seguida foram servidos finos e saborosos doces. Usou da palavra o Sr. José Cardoso Galvêas. Terminada esta cerimônia as 8 da noite deu-se início ao baile.* (154).



Bernardino de Oliveira Santos. Acervo de Francisco Bernardino de Oliveira Poli.

Em 1906, uma nova super safra de café, causa uma queda vertiginosa de preços. O Governo de São Paulo, numa nova investida, tenta intervir no mercado, aliando-se aos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, para em conjunto, elaborarem medidas em defesa do café. Nesse sentido, realizaram aquilo que ficou conhecido como o Convênio de Taubaté, estabelecendo as bases da política de valorização do café.

Em 1910, a produção de café no município de Itaperuna, que ainda era a principal fonte de riqueza, teve sua exportação calculada anualmente em 300 mil arrobas, sendo os maiores produtores os distritos de: Laje do Muriaé, Natividade, Santo Antonio do Carangola (Porciúncula), Santa Clara, Varre-Sai e Bom Jesus do Itabapoana. Muitos eram os estabelecimentos que beneficiavam o café no município de Itaperuna. Em Varre-Sai estavam instalados: Antonio Augusto da Silva, Joaquim Lamego da Fonseca, Manoel de Souza Vieira e Moreira & Neves e Monerat, Lutterbak & Companhia. (155). Varre-Sai possuía nessa época 330 propriedades rurais.

Em 1917, noticiou A Vedeta que o fazendeiro Ilídio Valentim de Moraes, remodelou sua máquina de beneficiar café, com aperfeiçoados aparelhos mandados vir dos Estados Unidos da América pelo Cel. Carlos A. Guimarães, também fazendeiro no vizinho distrito de Ouro Fino e sob cuja direção será feita a respectiva montagem. (...) *Os novos maquinismos terão a capacidade de 15 cavalos e prepararão diariamente 500 arrobas de café limpo, bom tipo. (...). E prossegue: (...)* estamos certos de que outros proprietários diante das vantagens advindas, procurarão imitar o exemplo do Sr. Moraes, firmando com o Cel. Guimarães idênticos contratos. (156).

No Censo agrícola de 1920, Varre-Sai, o sétimo distrito do município de Itaperuna, contava com (extensão em alqueires) 2.905 ½ em extensão cultivada; 2.049 ½ de extensão em matas, perfazendo um total de 4.954 ½, avaliadas em 3:434:500\$.

(154) Jornal A Vedeta, nº 19, Ano 4, de 24/09/1905.

(155) Junior, Leopoldo Muylaert. *Álbum do Município de Itaperuna* (Org). 1910, p. 26.

(156) Jornal A Vedeta, nº 16, Ano 6, de 24/06/1917.

Verificando, por esse mesmo Censo, o resultado da produção do café por municípios, constatamos que os dois primeiros colocados eram cidades do Estado do Rio de Janeiro. Itaperuna, com 227.355 sacas e Santo Antonio de Pádua, com 241.420 sacas. Há de se registrar que tanto Itaperuna (que foi o maior município produtor de café do Brasil), quanto Pádua, alcançaram as primeiras colocações graças aos distritos de Varre-Sai e de Miracema, respectivamente. Tendo sido esse último o maior distrito produtor de café do Brasil. (...) *Itaperuna, o caçula dos cafezais fluminenses, desdobrando as suas atividades por outros ramos da exploração da terra, tornou-se um dos mais poderosos contribuintes da economia estadual, onde figura em primeiro plano, ocupando a Serra um lugar incomparável. O seu exemplo é sobretudo precioso e necessário aos velhos municípios abatidos com o desaparecimento da nobreza imperial e que lentamente se reerguem dinamizados por novas possibilidades industriais. (...).* (157). Em sua crônica No País do Café, Lamego escreve novamente: (...) *Itaperuna, com suas pequenas lavouras, o maior produtor de café do mundo. Porque enquanto Ribeirão Preto, com muito maior população, levanta 32.000.000 de pés, a sua cifra ascende 52.000.000. (...).* (158).

(...) *A cultura do café no Estado do Rio de Janeiro foi introduzida em 1770 no Vale do Paraíba. E a sua evolução, do ponto de vista geográfico, obedeceu a uma diretriz semelhante à de São Paulo, embora naturalmente em sentido inverso, quanto ao curso do grande rio. É que lá se distanciou desse cada vez mais rumando a Noroeste, onde hoje se ostenta pujante, e no Rio de Janeiro, como que o acompanhou, seguindo para o Norte, onde também floresce exuberante. Por isso seus pontos extremos, no tempo e no espaço, dentro do território fluminense, são Rezende, o “habitat” primitivo, e Itaperuna, seu maior produtor. A trajetória no café no Estado do Rio foi esboçada em linhas acima, com variantes que não chegam a desfigurá-la na carta econômica. O café na sua marcha, através do século e meio pelo território fluminense, veio semeando núcleos populosos, que ainda subsistem, com raras exceções, deve-lhe o Rio de Janeiro, entre outros benefícios, o de ser o Estado mais densamente povoado. Com a transplantação para os municípios do Norte, houve o reerguimento de cultura cafeeira no Rio de Janeiro. (Trecho do discurso do Deputado Joaquim Mello, representante do Estado no Congresso Comemorativo do Segundo Centenário do Café no Brasil, em 1927).* (159).

Em 1923, a colheita de café em Varre-Sai deve ter sido maior que a do ano anterior. O correspondente de *A Vedeta*, nº 29, de 1923, chamava atenção para a grande movimentação no distrito.

Em 7 de setembro de 1927, foi comemorado em São Paulo o bicentenário do café no Brasil. Lá compareceram representações dos estados cafeeiros. De Itaperuna foram enviadas amostras (10 Kg) de cada propriedade interessada. A delegação fluminense foi chefiada pelo Deputado Dr. Joaquim de Mello. Na oportunidade, (...) *o deputado Dr. Joaquim de Mello pôs todo o seu esforço material e intelectual ao serviço do Estado do Rio de Janeiro e particularmente do município de Itaperuna, produzindo um relatório que com o poder irredutível dos algarismos ali suplantou tudo o que ilustrou a memorável exposição.(....) Mais adiante constata: (...) o que mais impressionou ao elevado auditório foi a revelação do valor produtor de café de Itaperuna(...).* Dando notícias de como havia sido sua apresentação no citado evento, o deputado Joaquim de Mello enviou o seguinte telegrama ao Prefeito de Itaperuna, Alfredo Portugal: *Tenho imenso prazer comunicar que*

(157) LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, volume 4. IBGE. Edição Fac-Similar. 2007, p.294.

(158) LAMEGO, Alberto Filho. *A Planície do Solar e da Senzala*. Imprensa Oficial do Estado. 1996, p.126.

(159) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001.

participações Estado do Rio na Exposição Café alcançou maior êxito sendo seu pavilhão um dos mais citados destacando-se Itaperuna todos aspectos (...) E prossegue: (...) cultura cafeeira arranca louvores unânimes, toda imprensa exalta Itaperuna como maior município produtor de café, publicando detalhes suas riquezas, sendo constante felicitado esse motivo e interrogado preços terras aí por fazendeiros e capitalistas que desejam comprá-las. Congratulo-me pessoa prezado amigo população Itaperunense relevo excepcional sua terra neste grande Estado. Abraços. Joaquim de Mello. (160).

Na última semana do mês de novembro de 1927 caiu grande chuva de granizo, causando enormes prejuízos à lavoura cafeeira. (161).

Em 1929 houve uma superprodução de café. Em consequência disso, os preços do café começaram cair. Os cafeicultores entraram em desespero, sobretudo, quando houve a queda da Bolsa de Nova York. Não havia compradores para o café brasileiro. Em nossa região, muitos proprietários de terras faliram porque adotavam o sistema de monocultura de café. Com eles, faliu também um número considerável de comerciantes, que entraram em concordata porque também sobreviviam do café. Muitos não aguentaram a pressão e faleceram. Em Natividade, o Jornal A Vedeta nº 62, Ano 28, estampa em sua primeira página: *VAE-TE, 1929!... Ano morto, ano posto. Acabamos de arrancar a última folha do calendário de 1929. E antes de lançá-la ao vento, perpassa na nossa mente, num retrospecto saudoso e tristonho, a um só tempo, o desenrolar dos fatos e acontecimentos que assinalaram este ano como um dos mais desastrosos de todos os tempos. (...) 1930! Seja bem vindo! São estas as exclamações de esperança que escapam de todas as bocas, insensivelmente, como que ungidas do fervor de mil preces, para que seja ele o advento dum período mais feliz e risonho, com o benefício de novas e úteis realizações para a humanidade em geral e especialmente para nós, brasileiros.* (162).

De fato, para os varrisaenses 1930 foi um ano especial, sobretudo para a lavoura, que teve o seu representante, Cap. Romário Alves de Oliveira eleito vereador na Câmara de Itaperuna, no pleito de oito de setembro. Segundo consta nos anais da cidade, Sr. Romário foi o primeiro vereador de Varre-Sai eleito com voto popular. No dia 31 de dezembro foi a posse em Itaperuna. No dia primeiro desembarcou em Varre-Sai, onde a população o esperava com festa abrilhantada pela Banda Tupini, dirigida pelo maestro Ernestino Antonio Faria. (...) *A noite houve animado baile que deixou ótima impressão a todos que a ele compareceu.* (163).

Em 1933, foi criado pelo Decreto nº 22452, de 10/02/1933 o Departamento Nacional do Café – DNC. Quatro anos depois, em 1937, Varre-Sai inaugurava sua unidade, cuja usina tem capacidade para mais de duzentas mil arrobas anuais. Em seu lugar, foi criado pelo Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 1779, de 22/12/1952, o Instituto Brasileiro do Café – IBC.

A unidade do DNC de Varre-Sai foi construída por Pedro Poli. Importante depoimento nos deu seu filho: *Dizia o papai que os carros de boi vinham com as pedras para os alicerces, as rodas saíam e ficava só a mesa, porque aquilo atolava. Então papai teve que primeiro secar aqueles terrenos, fazer os drenos. Depois o engenheiro queria saber como é que o papai conseguiu secar aquele terreno para fazer uma obra pesada daquelas, que está durando até hoje. A única coisa que caiu lá, por causa de uma faísca, foi o telhado da casa de máquinas.*

(160) Jornal A Vedeta, nº 19, Ano 26, de 23/10/1927.

(161) Jornal A Vedeta, nº 24, Ano 26, de 27/11/1927.

(162) Jornal A Vedeta, nº 62, Ano 28, de 05/01/1930.

(163) Jornal A Vedeta, nº 68, Ano 28, de 19/03/1930.



Departamento Nacional do Café. 1969. Acervo de Carlos Henrique Monnerat.

Conforme D.Philomena Nunes Vieira (...) *ali onde era o IBC era uma baixada. Quando nós viemos para Varre-Sai (década de 20, do século XX) meu pai plantou arroz, plantou muita coisa ali porque era de um tio dele. E morava na casa da esquina, que era propriedade do Tio Neca Nunes, pai do Tião Nunes. Na parte de baixo não havia casas. Depois que construíram o IBC é que começaram a construir algumas casas. Essas só existiam na parte de cima, onde hoje é a Rua Octávio Monnerat, que tinha casas até a altura, onde atualmente, está a residência da D. Geralda Ridolphi. Dalí para a frente era só pasto.*

A Usina de Varre-Sai foi instalada num terreno com 30.200 m², confrontando em sua extensão com a estrada para Santa Clara. Possuía as seguintes benfeitorias: Casa das máquinas, medindo 50,00 x 10,45 metros; Casa do Despoldador, medindo 12,80 x 8,20 metros. Ligados ao mesmo, encontram-se cinco tanques de fermentação, medindo 5,00 x 2,00 metros, com 1,15 de profundidade; Casa da Administração medindo 11,95 por 9,90 m; Casa dos Sanitários, medindo 4,60 x 2,95 metros; Casa da Palha, medindo 7,75 x 7,75 metros; Casa da Bomba, medindo 3,50 x 3,50 metros; Galpão para recebimento do café, medindo 7,80 x 4,80 metros, composto de três tanques, uma borboleta, uma moega de recebimento de café; Caixas d'água; oito tulhas de madeira; um terreiro de tijolos cimentado, medindo 60,00 x 40,00 metros.

Nas benfeitorias encontravam-se instaladas as seguintes maquinarias: um conjunto *Pinhalense*, tipo 800, RPM, 500 1963, sendo um catador, dois descascadores e um classificador com capacidade de 800 arrobas; um conjunto classificador marca *Penteado*, tipo 3, modelo 1932; um catador, tipo 3, modelo 1934; um descascador tipo 3, modelo 1933; um catador de Escolha, modelo 1935; dois secadores mecânicos marca *Penteado*; um despoldador marca *Lidgererwood*; um elevador gigante; uma bomba 1964; um transformador AEG; diversos motores, utensílios e ferramentas. (164). Em 1966, a Usina de Beneficiamento de Café do IBC foi vendida através de Edital de Concorrência Pública vencida por Sebastião Oliveira Vargas.

Segundo o Jornal *O Varressaense*, número extra, editado em 18 de novembro de 1979, pelo Grupo Comunitário Varressaense, por ocasião do Centenário da criação da Freguesia de São Sebastião, Varre-Sai, em 1957 foi considerado o maior produtor de café do Brasil.

(164) Diário Oficial Seção I – Parte II, Dezembro de 1966.

Em 1977, foi fundada a Cooperativa de Café do Norte Fluminense – COOPERCANOL, sendo seu primeiro presidente o Sr. Américo Dutra de Aguiar.

Atualmente, o município de Varre-Sai é o maior produtor de café do Estado do Rio de Janeiro, responsável por 30% da produção. O café produzido em Varre-Sai é do tipo Arábica com as seguintes variedades: Catuaí amarelo, Catuaí vermelho, Catucaí 785, que é mais resistente a doenças e Mundo Novo que possui os pés mais altos. É o tipo mais antigo e ainda encontrado em muitas fazendas de Varre-Sai. A cidade possui 420 propriedades que cultivam café, perfazendo uma área total de 4.500 hectares plantados. Emprega diretamente 3 mil pessoas e de 1.500 a 2.000 no período de colheita, que vai de maio a setembro, sendo os meses de junho e de julho, considerados de pico. O maior proprietário da atualidade é o Sr. José Ferreira Pinto, que possui várias propriedades, que juntas totalizam 4 mil sacas. A previsão para 2011 é de colher 75 mil sacas. O café representa 75% do agronegócio e 50% da economia local. O município possui três torrefações: Café Vargas, Café Forza e Café Patusco, que produz o Café Varre-Sai, o Ki-Sai e o Monte Azul. (165).

Colheita e beneficiamento

Estamos no mês de setembro. Neste período termina-se a colheita que pode ser manual, com o trabalhador correndo as mãos pelos galhos de café, antigamente conhecida como derriça, ou mecânica, realizada com equipamento próprio. Esse período do processo é chamado de apanha. Em seguida, é iniciada a espalha da lavoura, que consiste em fazer a leira na arruação, ou seja, retirar a terra dos caminhos e juntar em pequenos montes nos sulcos feitos entre uma fila e outra de pés de café; retirar o mato que ficou na plantação e as folhas secas. Esse trabalho é feito manualmente, na enxada. Em seguida, é colocado calcário para assim que chover iniciar a adubação. Quando chegar janeiro, os agricultores vão fazer o que aqui se chama de janeirar a lavoura, isto é, limpar a lavoura, retirar o mato que vai nascer entre a adubação e o mês de janeiro. Com a entrada do período de chuvas, o mato vai crescer. Antigamente esse trabalho era feito na enxada, atualmente quase não se usa mais. O serviço é quase todo feito na foice e na roçadeira. Na sequência, aplica-se um herbicida para matar esse mato e aguardar a próxima colheita que tem início entre o final do mês de abril e o início do mês de maio. Nesse meio tempo, entre janeiro e maio, é feita uma pulverização e nova adubação, preparando a lavoura para quando chegar a colheita. Antes se fazia a varrição, atualmente quase não se usa mais. Essa antiga técnica era usada para colher os grãos que caíam nos últimos períodos de maturação. Atualmente, o método mais usado é forrar um tecido no chão, de modo que os grãos ao caírem ficam depositados nesse tecido que foi esticado sobre os pés do café. Isso é feito para que os grãos não tenham contato direto com a terra, para o café não perder a qualidade, não perder o sabor. A arruação é feita em março mas, a maioria dos agricultores só fazem mesmo é a roçada de foice e a colheita dos grãos no tecido. De maio a setembro é o período da colheita. No início da safra usa-se o despoldador, que é ideal quando o café está maduro. Se ele secar no pé, perde a qualidade e não dá mais para ser despoldado. O despoldador é muito usado até os primeiros sessenta dias da colheita. Antes de ir para o despoldador, os grãos passam pelo lavador, onde são separados os grãos verdes dos maduros e o café bóia (café seco). Os grãos verdes e os maduros vão para o despoldador e ali são separados uns dos outros. O maduro é aquele que apresenta melhor qualidade. Ainda no despoldador é separada a polpa da pele interna, denominada pergaminho. Feito isso, os grãos vão para o secador ou

(165) Entrevista concedida por Melchior Ezequiel Coimbra Pelegrini – Secretário Municipal de Agricultura. 2011.

para o terreiro, onde são revolvidos constantemente. O secador é um processo mecânico utilizado para adiantar a seca. O café bóia, que são aqueles grãos secos que foram separados no início do processo, recebeu esse nome exatamente porque estão secos e ficam boiando n'água, é seco in natura. Terminada a seca, verificada a temperatura ideal, o café está pronto para ser beneficiado. Algumas máquinas já fazem a classificação, separando café para um lado e a escolha para outro. Isso depende do tipo de máquina. Na escolha ficam os grãos quebrados, escuros, resto de palha que por ventura tenha passado pelo processo, alguma impureza, etc. Finalmente o produto é ensacado e está pronto para a torrefação ou para a venda in natura. Aqui em Varre-Sai nós temos um laboratório que é uma parceria da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Agricultura com o Ministério da Agricultura. Nós fornecemos um técnico/degustador que analisa a qualidade da bebida, que vai determinar o preço do produto. (166).



Sulcos feitos com arado puxado por juntas de bois.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Gradeamento da terra preparando para o plantio do café.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



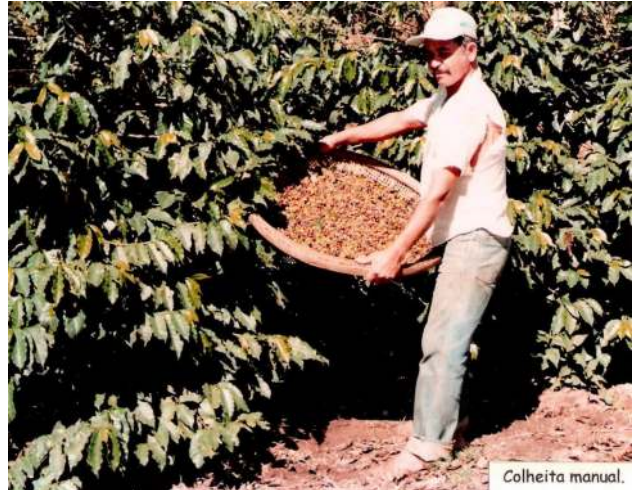
Cafezal em flor.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Covando para o plantio das mudas de café.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Colheita manual.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Colheita mecânica.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Lavador e despulpador.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Secagem de café em coco em terreiro de cimento.

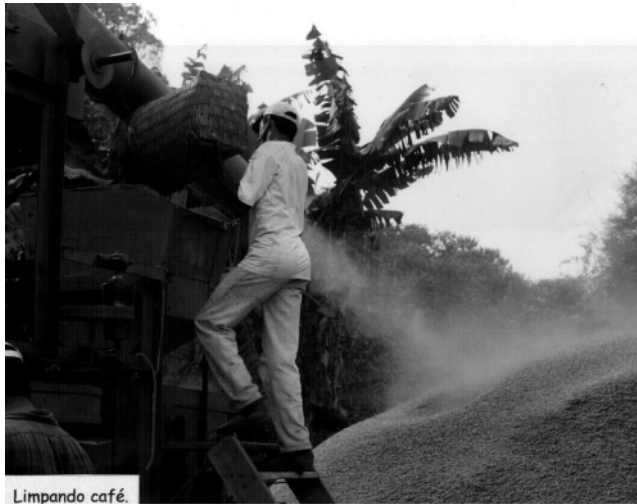
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Levando café em coco para limpar na máquina ambulante.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Histórico



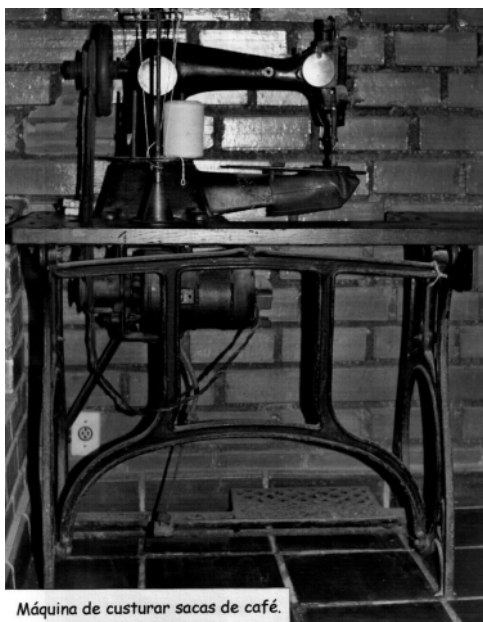
Limando café.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



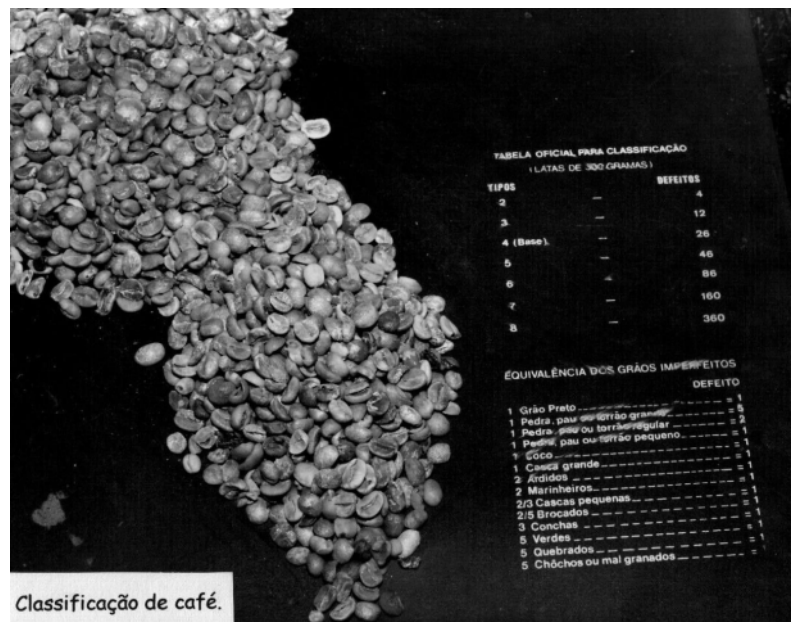
Coleta de café para classificação.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Máquina de costurar sacas de café.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Classificação de café.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Classificação de café.

Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

O século XX

(...) Vi essa cidade desenvolver, vi tudo, conheci as primeiras casas, estrada de chão, vassoura na beirada das ruas (...).

Miguel Paulante.(167).

Além dos portugueses como Felicíssimo de Faria Salgado (que em 1863 teria fundado o povoado de São Sebastião de Varre-Sai), de Manoel de Siqueira, Diogo Guedes da Silva e Antonio José dos Santos Lisboa que se instalaram na região e dos italianos que chegaram a partir de 1898, com suas numerosas famílias para trabalhar nas lavouras de café, outros imigrantes, sobretudo os de origem síria ou libanesa começaram a mascatear na região, atraídos, principalmente, pelo surto progressista que aqui havia se instalado por conta das fazendas de café.

De acordo com o que foi noticiado pela imprensa de Natividade, nessa época houve uma grande perseguição a esses imigrantes, erroneamente denominados de “turcos” pelos brasileiros. É que nesse período, tanto o Líbano quanto a Síria estavam sob domínio da Turquia e os passaportes eram emitidos pelo governo Otomano, ficando por esse motivo, os sírios e libaneses conhecidos como “turcos”. Vejamos a primeira nota publicada no Jornal Natividade, de 29 de janeiro de 1902, por um comerciante que se achando prejudicado por esses imigrantes pacíficos, ordeiros, que tanto contribuíram para a povoação do Brasil, iniciou uma perseguição, fazendo com que os libaneses fossem embora. *Varre-Sahe – Chamo a atenção para quem competir, para a concorrência dos mascates residentes em outros distritos que negociam largamente neste distrito sem estarem munidos da competente licença, prejudicando assim os negociantes que pagam licença. Especuladores há que negociam no interior deste distrito, invadindo o Estado do Espírito Santo e os distritos circunvizinhos a quatro e mais anos comprando café, fumo, milho, feijão e até borracha, e não estão lançados na junta distrital como contribuintes da municipalidade. Vivem iludindo os incautos vendendo uns artigos com prejuízo e ganhando o dobro e triplo em outros. Cumpre, pois, que a Câmara tome enérgicas providências contra a entrada e estabilidade neste distrito e em todo o município de tão incômodos sujeitos. Ass.Um prejudicado. (168).*

De acordo com a cientista social Nazira Abib Oliveira Vargas, essa perseguição aos libaneses foi muito grande. *(...) Os comerciantes brasileiros se sentiram ameaçados com a concorrência. No caminho de Varre-Sai para Natividade existiam, aproximadamente, dez casas comerciais de libaneses. Foram todos embora. O único que permaneceu foi meu avô Said Antônio Abib, também conhecido como Sr. Felício, que era bem relacionado e havia se casado com uma camponesa brasileira. (...) Os sírios-libaneses eram muito trabalhadores e seu comércio agradava aos fregueses das roças e da Vila de Varre-Sai, Natividade, Bom Jesus, Porciúncula, etc. O trabalho dos sírios, sua simpatia com os fregueses despertou inveja e a perseguição de comerciantes e fazendeiros da nossa região. (...) A maioria dos libaneses saiu de nossa terra em consequência dessa perseguição. (...).* (169).

(167) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.170 – Trecho de entrevista.

(168) Jornal *Natividade*, nº 38, Ano 3, de 29/01/1902.

(169) VARGAS, Nazira Abib Oliveira. *Origem Libanesa em Varre-Sai*.



Casamento de Said Antônio Abib com Chiquinha, em 27/09/1915.
Acervo de Nazira Abib Oliveira Vargas.

José Antônio Abreu Oliveira, que desenvolveu uma pesquisa sobre a história de Natividade, confirma essa versão e diz que a perseguição foi tamanha, (...) *que no vizinho distrito de Santa Clara, dizimaram uma família inteira. O marido, a esposa que estava grávida e os filhos. Apenas um filho menor conseguiu se salvar.*

O legado que os imigrantes deixaram para Varre-Sai foi determinante para a formação cultural, econômica e social daquele que, muitos anos depois, se tornaria o maior município produtor de café do Brasil. Dos portugueses, podemos citar como contribuições: a língua portuguesa, a religião católica, as procissões, as tradições como as festas juninas, introduzidas no Brasil ainda no período colonial. Na pecuária, o colonizador lusitano foi pioneiro na iniciativa de introduzir o gado bovino, porcos, galinhas, cavalos, etc. Na agricultura, destacamos a cana de açúcar e o café, dentre outras espécies. Na arquitetura, as técnicas construtivas empregadas no colonial mineiro aqui introduzido pelos desbravadores de terras.

Para o advogado e pesquisador José Luiz Teixeira, Varre-Sai foi estruturada segundo os padrões portugueses de alinhamento e de posicionamento dos lotes. Obedeceu a um padrão construtivo com arruamento orientado. De acordo com suas pesquisas, essa era uma imposição jurídica portuguesa para construir cidades, com as casas de frente para o lote, as calçadas feitas com pedras lavradas, demarcando a calçada da via pública, além da construção de casas coladas umas às outras, sistema utilizado na época para garantir a defesa das vilas e cidades.

Os italianos contribuíram de maneira inquestionável com o crescimento de Varre-Sai. Foi essa gente de pele clara e de olhos azuis, que povoou esta terra de São Sebastião, derrubando matas e cobrindo os morros com seus intermináveis cafezais, modificando a paisagem e os costumes locais.

Varre-Sai passa as duas primeiras décadas do século XX organizando o povoado, dotando-o de melhoramentos como a construção da capela de Santa Filomena, próxima ao cemitério e a reconstrução da Igreja de São Sebastião, em terreno situado ao lado da primitiva capela de madeira erguida por Felicíssimo de Faria Salgado. A vila estava

crescendo, progredindo e como a população nessa época era praticamente composta por católicos, nada mais justo do que ter um templo maior, que comportasse mais fiéis. Eram os tempos em que as festas de São Sebastião e de Santa Filomena eram concorridíssimas e atraíam gente de toda parte. Varre-Sai vivia um movimento intenso de tropas e carros de bois carregados de café, escoando a produção local. Surgem novos estabelecimentos comerciais para suprir as necessidades da elite e dos trabalhadores do campo. No início do século é fundado o Club Dramático de Varre-Sai, o Teatro, como se referiam. Tempos depois nasce a Banda Santa Cecília para animar com suas retretas e tocatas aquele pequenino povoado instalado no alto da Serra da Sapucaia.

Enquanto isso, na Europa eclode a Primeira Guerra Mundial, também conhecida como Grande Guerra ou como Guerra de 1914, para os brasileiros que, durou quatro anos. Teve início em 28 de julho de 1914 e só terminou em 11 de novembro de 1918. Essa guerra aconteceu entre a Tríplice Entente, formada pela França, Inglaterra e Rússia e a Tríplice Aliança, formada pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália. Os motivos que levaram à guerra vão de países descontentes da Europa com a partilha da África e da Ásia, ocorrida, ainda, no final do século XIX e a forte concorrência comercial entre os países da Europa, sobretudo pela disputa de países consumidores e que teve como consequência, a geração de conflitos entre nações. Desse modo, os países empenharam-se numa rápida corrida armamentista para atacarem ou se protegerem. Esse fato gerou grande apreensão. Somando-se a isso, Francisco Ferdinando, príncipe do império austro húngaro é assassinado durante visita a Sarajevo.

Em 3 de abril de 1917 os alemães afundam o navio brasileiro Paraná. Em 25 de outubro novo ataque alemão ao navio brasileiro Macau. Nesse mesmo ano o Brasil rompe as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha. Em 1918 a esquadra brasileira partiu de Fernando de Noronha em direção a costa africana. Nesse mesmo ano, termina a Primeira Guerra Mundial, com armistício assinado entre Alemanha e a Tríplice Entente.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial fez crescer a solidariedade entre os imigrantes italianos radicados no Brasil que começaram a organizar festas beneficentes em todo o Brasil a fim de enviarem ajuda às vítimas da guerra.

Em Varre-Sai, os italianos mandaram celebrar no dia 24 de junho, na Matriz local, um funeral pelos soldados mortos na guerra, sendo as duas missas rezadas pelos padres de Varre-Sai e de Porciúncula. (...) *As 10 horas começaram os cantos do ofício fúnebre tocando ao harmônio o Pe. Libório, tomando parte nele o Vigário de Varre-Sai, que logo após cantou a missa. No centro da igreja estava ornada uma eça com lindas coroas mortuárias, destacando-se entre elas, a que foi oferecida pela família do farmacêutico Santoro. A porta estava ornada de cortinas pretas. Por ocasião do “Libra-me”, o Pe. Viola pronunciou sentidas palavras referentes ao ato. As 7 horas da noite houve espetáculo em benefício a Cruz Vermelha Italiana, tudo para isso cedido gentilmente o cinema o Major Theóphilo Paulo de Oliveira. A casa estava repleta. Os atos religiosos foram concorridos.* (170).

Em Natividade, uma onda de boatos chegou até a direção do Jornal A Vedeta, de que pessoas poucos sensatas se organizavam para apedrejarem e dinamitarem a casa dos estrangeiros alemães residentes naquele distrito. Dr. Tancredo Lopes, Diretor do Jornal logo comunicou o fato às autoridades policiais locais, tranquilizando os alemães naturalizados ou não que haviam escolhido o Brasil como sua segunda pátria garantindo-lhes que, se respeitassem os interesses do país, também seriam respeitados. (171).

(170) Jornal A Vedeta, nº 3, Ano 16, de 03/06/1917.

(171) Jornal A Vedeta, nº 25, Ano 16, de 11/11/1917.



Fábrica de coroas fúnebres de D. Ana Angélica de Faria da Silva, esposa do Cap. Chico Lopes da Silva.

Em 1918 uma epidemia de gripe assolou Varre-Sai. Era a Gripe de 1918 ou Gripe Espanhola, como ficou mais conhecida essa pandemia do vírus influenza, surgida na Europa em consequência da guerra, fazendo milhares de vítimas no Brasil e no mundo. O Jornal A Vedeta noticiou (...) *que o comércio local tem auxiliado muito os encarregados das medidas de salvação. Os farmacêuticos Major Theóphilo de Oliveira e Joseph Santoro tem sido incansáveis para atender aos serviços profissionais. A proporção de óbitos em Varre-Sai é diminuta em vista de outros lugares menos populosos.* (172).

Em 1927, visita o município de Itaperuna o Presidente do Estado, Dr. Feliciano Sodré, acompanhado de sua comitiva, deputados e grande número de autoridades e políticos da região. No dia 8 de julho após cumprir sua agenda em Natividade, o Presidente partiu para Varre-Sai, passando pela Serra do Coimbra e dali para a Fazenda do Cel. Eloy Vieira, onde tomaram lanche e descansaram. (...) *As 3 horas da tarde dava entrada no pitoresco arraial o cortejo do Presidente do Estado. Feitas as apresentações teve o lugar o almoço oferecido pelo coronel Pinto de Figueiredo, durante o qual falaram os senhores deputados Joaquim de Mello em nome do povo de Varre-Sai e Thiers Cardoso* (...) (173).

Duas grandes safras de café seguidas e a Depressão de 1929 provocaram a queda dos preços do café, produto responsável pelo crescimento da região noroeste fluminense como um todo. A safra de 1929 foi de 28 milhões de sacas para uma exportação de 15 milhões. Segundo consta, naquela época, havia nos armazéns reguladores do governo 22 milhões de sacas, isso sem levarmos em conta o café estocado nas fazendas, abarrotando tulhas e, em alguns casos, as próprias dependências da casa-sede, como relata alguns descendentes de fazendeiros da região que vivenciaram esse momento difícil para a nação brasileira. A lavoura impôs a política de queima. Em 1930, o governo ordenou a destruição de parte dos estoques, para reduzir a oferta e melhorar os preços.

(172) Jornal A Vedeta, nº 25, Ano 17, de 1/12/1918.

(173) Jornal A Vedeta, nº 6, Ano 26, de 17/07/1927.

Getúlio Vargas toma posse do Catete, como chefe da Revolução de 30 e só o deixa em 1945. Seu governo pode ser dividido em três fases: governo provisório, que vai de 1930 a 1934; governo constitucional, que durou de 1934 a 1937 e governo ditatorial do Estado Novo que foi de 1937 a 1945. Os principais acontecimentos de seu período foram: a Revolução Constitucionalista de 1932, a promulgação da Constituição de 1934, a criação da Força Aérea Brasileira e a II Guerra Mundial. Após o Brasil ter um navio atacado por submarino alemão, declara guerra ao eixo.

Em 1942, o correspondente do Jornal Brasil Novo, José Vargas de Figueiredo, informou que a Colônia Italiana de Varre-Sai, com muitos descendentes alistados como reservistas do exército brasileiro, se reuniu para redigir (...) *um expressivo telegrama hipotecando a sua solidariedade ao exmo. e eminente chefe da Nação, dr. Getúlio Vargas, ante o inominável e covarde atentado praticado pelo Eixo contra a nossa soberania.* (...). De acordo com o correspondente, a colônia italiana com essa atitude reafirmou o elevado conceito de que gozava por parte do povo varressaense. (174).

No dia primeiro de setembro de 1942, o Prefeito Dr. Raul Travassos, solicitou ao Chefe distrital, Sr. João Vieira de Menezes, que mandasse celebrar uma missa em Varre-sai, em ação de graças pelo restabelecimento do Presidente Getúlio Vargas. A missa que foi celebrada pelo Pe. Dr. José Pardo Villar, que a título de contribuição não recebeu espórtula. No final da celebração o pároco falou eloquentemente, deu vivas ao Presidente e pediu que os alunos entoassem o Hino Nacional Brasileiro. (...) *A igreja se achava ornamentada com as bandeiras das Associações religiosas, destacando-se sobre o altar a Bandeira Brasileira e numa das colunas do mesmo o retrato de s. excia., o dr. Getúlio Vargas, rodeado de flores naturais. Duzentos e quarenta colegiais entoaram hinos sacros e patrióticos, durante a missa e depois numa passeata cívica pelas ruas desta vila, tendo à frente a Bandeira Brasileira e o retrato de s. excia. o dr. Getúlio Vargas.* (...). (175).

Em setembro de 1942, foi realizada a Semana da Pátria em Varre-Sai, iniciativa das professoras D. Helena de Magalhães Queiroz e Elcy Alves Figueira. Na oportunidade, falou o dr. Cícero Brugger de Oliveira Machado, que exaltou o patriotismo brasileiro. (...) *Verberou a inominável atitude dos covardes países que atacaram a nossa Marinha, quiçá todo o Brasil, esquecendo-se de que seus súditos aqui são tratados como se fossem brasileiros. Na principal praça desta vila foi erigida uma pirâmide metálica, com o fim de contribuir para a construção de armas que vingarão o hediondo crime praticado pelos piratas do eixo contra as inocentes crianças que perderam a vida, por ocasião do torpedeamento de nossos navios. Contribuíram com o seu pedacinho de metal ou ferro velho todos os bons varressaenses (...).* Na mesma matéria, noticia a visita do Interventor Federal, Ernani do Amaral Peixoto, pedindo a população de Varre-Sai, a contribuição de todos no plantio geral, que produzissem cada vez mais, sem receio de superprodução, garantindo que os mesmos não teriam problemas para escoar a produção. (176).

Ainda nesse mesmo ano, o Jornal Brasil Novo, de 06/09/1942, anunciava que a campanha de auxílio do município de Itaperuna para a compra de um avião, já havia conseguido levantar em Varre-Sai a importância de um conto de réis. (...) *A arrecadação está a cargo de diversas damas da nossa sociedade, tendo à frente s exma. Sra. D. Creusa Terra Machado, esposa do nosso prezado médico dr. Cícero Brugger de Oliveira Machado.* No Jornal Brasil Novo de 25/10/1942, o correspondente noticiou que foi entregue ao Prefeito Dr. Raul

(174) Jornal Brasil Novo, de 30/08/1942.

(175) Jornal Brasil Novo, de 06/09/1942.

(176) Jornal Brasil Novo de 04/10/1942.

Travassos pela Sr. D. Creusa Terra Machado a importância de 1:423\$600, arrecadada em Varre-Sai para auxiliar na compra de um avião.

Outra pirâmide metálica foi erguida pelo Sr. Lindolpho Nunes Vieira, ao lado de sua farmácia, conforme noticiou o Jornal Brasil Novo de 1/11/1942, que contou com valiosa contribuição de ferro e metal usados.

Em 1943, nova campanha foi iniciada. Desta vez era da borracha usada, empregada para contornar problemas de matéria prima na produção bélica. Era tamanha a sua importância naquele momento de guerra que o próprio Prefeito de Itaperuna, Dr. Raul Travassos foi pessoalmente divulgar a campanha entre os colegas, (...) *concitando-os a coletar toda a borracha que possa servir para colaborar na sua vitória das Nações Unidas, formando com os demais colegas de todo o Brasil, a vanguarda do movimento de que participará todo o bom cidadão. (...).* (177).

Nesse período de guerra era comum nas cidades brasileiras a realização de atividades que projetassem o Brasil e difundissem o civismo, exaltassem a Pátria. Nesse sentido eram celebradas datas do calendário cívico como o Dia da Raça, Semana da Pátria, Semana da Criança, Festa da Árvore, dentre outras datas do calendário cívico e escolar daquela época.

Em 1945, a guerra teve como consequência, o racionamento de gêneros como o açúcar e a farinha de trigo. Por longo período, a farinha de trigo foi substituída pela mandioca, pela fécula de batata e pelo creme de arroz. No Jornal Brasil Novo, de 11 de março de 1945, o correspondente de Varre-Sai, deu a seguinte notícia: (...) *Depois de custosa normalidade para fornecimento do açúcar, voltou o comércio a ressentir desse produto por falta da quota anteriormente destinada ao distrito pela Prefeitura. Confiamos que as enérgicas providências adotadas pelo prefeito venham a normalizar a situação, antes que o cambio negro volte a reinar. (...).*



Lavagem da escadaria da Matriz de São Sebastião. Promessa feita pelas senhoras varressaenses pelo fim da II Guerra Mundial. 1945. Acervo de Nilce Augusta Machado Vieira Tupini.

Muitos cidadãos varressaenses foram enviados para as lutas nos campos da Itália, como Pracinhas da Força Expedicionária Brasileira – FEB, dentre os quais podemos citar: Vicente Martelini.

Em Varre-Sai, a década de 40 é marcada com fundação da Sociedade Amigos de Varre-Sai – SAVS (1948), tendo por lema a frase: Unidos Pró Emancipação e Progresso de Varre-Sai

Vida social

Verificamos em nossas pesquisas que a vida social do então distrito de Varre-Sai entre o final do século XIX e o início do século XX acompanhava o que ditava a região, sobretudo Natividade, distrito mais adiantado, que contava com a edição de jornais, com a Estrada de Ferro da Leopoldina Railway e com o Club Dramático Literário Recreativo, fundado ainda no século XIX, que exercia grande influência na população, sobretudo por disseminar idéias abolicionistas e republicanas.

Era comum nessa época a realização de festas nas residências mais abastadas. Eram concorridos os saraus e soirées dançantes organizadas pela pequena elite varresaense, que entremeavam peças executadas ao piano com declamações de poesias. (...) *Os principais e mais disputados eram os da casa do Juca Pinto, casado com D. Nhazinha que tocava piano muito bem e ensinou as filhas também, principalmente a Hercília que era a mais velha e casada com um farmacêutico. Elas eram da alta sociedade. Depois perderam tudo, se mudaram para a roça e tempos depois foram para os lados de Bom Jesus. A casa era muito movimentada. Faziam ótimos bailes. Eu era menina, mas me lembro que enquanto estávamos na igreja elas tocavam piano lá em baixo.* (178).

As bandas de música também movimentaram Varre-Sai desde a época em que ainda era um pequeno arraial: com suas vistosas fardas transformavam um simples acontecimento num fato notável. Estavam presentes de casamentos a enterros da aristocracia e das pessoas abastadas do lugar. Era comum, também, cumprimentar os familiares dos membros da corporação por ocasião de seus aniversários natalícios e o de pessoas de destaque da comunidade. Participava de procissões, atividades cívicas, atos públicos, inaugurações e até de uma simples corrida de garotos como veremos a seguir.

(...) As quatro horas da tarde reuniram grande número de cavalheiros, distintas senhoras e senhoritas e a banda de música local e dirigiram para a rua Affonso Penna, lugar determinado para as corridas (...) (179) ou então (...) Regressou de Campos onde foi representar o povo deste distrito em uma reunião que houve naquela cidade, o nosso amigo Cap. Francisco Lopes da Silva. (...) O povo deste lugar, que ansiosamente aguardava sua chegada, dirigiu-se imediatamente a casa de sua residência e, acompanhado pela banda de música local, fez ao distinto cavalheiro uma magnífica recepção. O ilustre farmacêutico Theophilo Paulo de Oliveira, usando da palavra, cumprimentou em nome do povo deste lugar ao Cap. Francisco Lopes da Silva, pelo bom desempenho da missão que lhe tinha sido confiada. O Cap. Francisco Lopes da Silva, bastante comovido, agradeceu as pessoas presentes e terminou dizendo que apenas tinha ido cumprir um dever. Depois a banda de música executou algumas peças de seu repertório, tendo sido pelo distinto cavalheiro oferecido aos manifestantes vinho do Porto, café e biscoitos. (...). Esta reunião que o Cap. Francisco Lopes da Silva participou em Campos, nada mais era que uma reunião para tratar das modificações das tarifas da Estrada de Ferro Leopoldina Railway. (180).

Ou ainda nessas duas outras notas, também publicadas no Jornal A Vedeta nº 29, Ano 4, de 03/12/1905: *Maria Lopes de Faria, Maria Teixeira de Faria, João Leandro Teixeira,*

(178) Entrevista concedida por D. Philomena de Sá Vieira. Varre-Sai. 2011.

(179) Jornal A Vedeta nº 7, Ano 7, de 28/06/1908.

(180) Jornal A Vedeta nº 10, Ano 7, de 19/07/1908.

Francisco Lopes da Silva, agradecem a todos que compareceram no dia 25 do corrente à missa que pela alma de seu saudoso esposo, pai e sogro – José Antunes de Faria Salgado, mandaram rezar na igreja deste lugar e bem assim à corporação musical que tão gentilmente prestou não só a missa como por ocasião da benção da catacumba do falecido, em nosso cemitério. A todos manifestam o eterno agradecimento. Varre-Sahe, 26 de novembro de 1905. E no nº 68, Ano 28, de 19/03/1930: Faleceu com avançada idade de 78 anos, o Cel. Jerônimo Vicente Vieira de Meneses, um dos fundadores de Varre-Sai. Chefe de numerosa família, o extinto que era aqui muitíssimo estimado com um vasto círculo de relações adquiridas durante mais de 50 anos, teve um enterro concorridíssimo. A sua família é constituída de 5 filhos, 78 netos e bisnetos. O sepultamento realizou-se no dia seguinte ao de seu falecimento, tendo comparecido ao mesmo executando sentidas marchas fúnebres a Lyra Tupini, que tem como regente o Sr. Ernestino Faria. O revdmo. Pe. Montano, ao chegar o corpo à Matriz, fez longa prática alusiva ao morto. O comércio em geral, em sinal de pesar fechou suas portas.

Percebemos através de registros fotográficos e de notícias publicadas em jornais que não só a banda de música se fazia presente nos sepultamentos de pessoas influentes e importantes da Vila, como também irmandades religiosas como o Apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus. (...) *Faleceu no dia 13 de junho, a senhora Adélia de Sá Viana, agente do correio nesta localidade, há 18 anos. Sendo a extinta uma das fundadoras do apostolado da Oração do Sagrado Coração de Jesus, nesta localidade, foi o seu enterro acompanhado pela referida Associação, que lhe prestou toda assistência espiritual, durante os longos dias de seus sofrimentos. (...).* (181).



Fotografia de enterro de membro do Apostolado da Oração. 1927.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

No dia 18 de março de 1909, compareceu a Banda musical de Varre-Sai, comandada pelo maestro Vicente Thomaz de Aquino, a Fazenda do Norte, propriedade de José Custódio do Carmo, onde apresentou seletas peças na oportunidade em que foi inaugurado mais um mecanismo de beneficiar café, trabalho dos irmãos Oliveira de Varre-Sai. Houve missa, benção do novo edifício, jantar, (...) *deliciosos doces foram oferecidos aos inúmeros convivas, seguindo-se animada soirée dançante, que se prolongou por toda noite. (...).* (182).

(181) *Jornal Brasil Novo*, de 19/12/1943.

(182) *Jornal A Vedeta*, nº 46, Ano 7, de 21 de março de 1909.

(...) Veio passar mais uma primavera a galante Ilda, filha do nosso amigo Manoel Marques Pereira. Diversos amigos, distintas senhoras e senhoritas, precedidos da corporação musical do Club Dramático, dirigiram-se à vivenda daquele amigo, a fim de apresentar á pequena aniversariante suas felicitações. Depois de servidos com delicioso café, biscoitos e vinhos do Porto, seguiram os manifestantes, música e manifestados para a residência do maestro Thomaz de Aquino, digníssimo regente da referida corporação musical, para cumprimentar sua virtuosa esposa, exma. sra. D. Nicolina de Aquino que também viu passar, na mesma data, mais um ano de preciosa existência. (183).

Concorridas e muito animadas eram as festas do Padroeiro São Sebastião, em 20 de janeiro, de Santa Filomena, em 10 de agosto e do mês de maio dedicado à Nossa Senhora. Interessantes nesse sentido são as lembranças do Sr. José Leão Teixeira de Faria, descendente do fundador da cidade. (...) *Lembro-me das ladainhas, principalmente no mês de maio e os rezadores que se revezavam, ora o Sô José Guimbra, ora o sô João Damasceno, que eram sempre acompanhados nos cânticos pelas senhoritas da localidade que desempenhavam cabalmente o papel de cantoras. (...).* (184). Além dos festeiros previamente designados ou escolhidos existia, ainda, o mordomo do mastro, que era uma espécie de padrinho, responsável pela ornamentação, pintura e fixação do mastro naquele ano. O mastro era um adereço votivo e estava presente tanto nas festas de São Sebastião quanto nas de Santa Filomena. No ápice, era depositada a bandeira do santo que estavam festejando naquele momento. Conforme descreveu D. Philomena de Sá Vieira, *no primeiro dia da festa eles levantavam um mastro alto, que era todo enfeitado com a estampa ou de Santa Filomena ou de São Sebastião. Variava de acordo com o santo comemorado. Esse mastro ficava lá exposto, durante nove dias. O mastro saía em procissão da casa de um membro da igreja, chamado de mordomo, ajudado por outros homens porque era pesado. Esses quadros com a imagem do santo era todo enfeitado com flores. Eu mesma já enfeitei muito esses quadros. Agora esse tipo de coisa não existe mais. Das últimas vezes ninguém aguentava mais carregar o mastro. Ele ficava lá pro lado da igreja e o mordomo carregava, apenas o quadro com a estampa. No primeiro dia da novena levantava-se o mastro, solene, com muitos foguetes, a banda tocava na hora de levantar, etc. Isso não faltava nas festas. No primeiro dia da novena a gente ia na casa do mordomo buscar o mastro. O padre benzia, uns antes de começar a novena, outros depois que acabava. Mas isso não tem muito tempo que acabou não. Calculo que até uns quarenta anos atrás ainda existia o mordomo do mastro.*(185).

A moda também seguia as tendências ditadas por Paris e encontradas nas lojas mais afamadas da Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, primeiro, como sede do império, e depois, já no sistema republicano, como capital federal. Da França vinham os figurinos, mostrando o que fazer e o que vestir. Em nossa região esses produtos, apesar de chegarem com certo atraso, eram encontrados nas casas comerciais que vendiam de tudo um pouco: armarinho, tecidos, calçados, chapéus, ferragens, secos e molhados, combustível e uma sorte de mercadorias que desembarcavam em Natividade, primeiro através da Estrada de Ferro Campos – Santo Antonio do Carangola, cuja estação foi inaugurada em 26/06/1877 que tempos depois, foi incorporada com a Estrada de Ferro Leopoldina, por um sindicato inglês, transformando-se na *The Leopoldina Railway Company Ltda.* Alexandre Bréthel, em carta enviada a sua sobrinha descreve como sua esposa D. Guilhermina estava vestida: (...) *Tua tia foi à festa com um vestido novo que ostentava por trás, na altura dos*

(183) Jornal *A Vedeta*, nº 49, Ano 7, de 11 de abril de 1909.

(184) Jornal *O Norte Fluminense*, nº 244, de 23/03/1952.

(185) Entrevista concedida por D. Philomena de Sá Vieira. Varre-Sai. 2011.

rins, uma coisa incrível, impossível de até fantástica... que se chama “Pouf”! Além disso, enfiou na cabeça um chapéu de bandido napolitano, formato pão-de-açúcar, gênero “Fra-diavolo”, arvorando uma enorme pluma branca! Não pude crer nos meus olhos! (...) (186).



Senhoritas da sociedade local. Início do Século XX. Acervo de Sebastião Odithes Lopes.



A elegância masculina na figura de Jarbas Moret. Século XX. Acervo de Sebastião Odithes Lopes.

(186) TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenrz, França (1834-1901)*, Tradução de Dario de Campos Barros. Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1972, p. 210/211.

Em 1883, já existia, em Varre-Sai, *O Bazar dos Lavradores*, propriedade de J. Vasques dos Santos, com sortimento de fazenda, gêneros alimentícios, armarinhos, chapéus, calçados e ferragens. (Dulce Diniz).



Comerciantes estabelecidos em Varre-Sai. 1898. Acervo de Sebastião Odithes Lopes.

Nos locais mais afastados e de difícil acesso como Varre-Sai, as mercadorias eram levadas pelos tropeiros quando retornavam dos carregamentos de café que faziam até as estações de Natividade ou de Faria Lemos, e por mascates, sobretudo dos sírios e libaneses, com seus grandes baús com mercadorias, que iam de cortes de tecidos a uma variedade de quinquilharias.

D. Philomena de Sá Vieira nos disse que aqui havia ótimas costureiras. Ela mesma era bordadeira profissional. *Eu bordava a máquina, cheio e vazado, mais conhecido como Richileau. Houve época de não dar conta de tantas encomendas. Havia vestido todo aberto em bordado.*

Uma das mais antigas foi a D. Nicolina, esposa do Sr. Vicente Thomaz de Aquino, primeiro maestro da Lira Santa Cecília, de tradicional família, tendo prestado relevantes serviços a Varre-Sai. D. Nicolina era exímia modista que auxiliada pelas filhas, confeccionava os vestidos de casamento de quase todas as noivas da época, ternos e até mortalhas, também conhecidas como sudários, que era uma espécie de lençol usado antigamente para enrolar os mortos. Esses lençóis variavam de cor, ornamento e bordados, de acordo com a idade e a classe social do defunto.

Isola Fabbri, casada com Romeu Poli, também foi excelente costureira. Trabalhava muito bem. Fazia até vestidos de noiva.

(...) Mamãe costurava muito bem, fazia até terno. Ela ensinou tudo para nós. As roupas compridas, manga três quartos, saia branca, combinação, as calças (calcinha) era no joelho. (...). (187).

(187) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.147.

Do Jornal *A Vedeta*, nº 9, Ano 7, de 12 de julho de 1908, extraímos a seguinte nota: *Alfaiataria do Povo*, de Raphael Senise. *Esta bem montada alfaiataria, tendo por divisa capricho e prontidão, espera a concorrência de todas as pessoas que gostarem de um terno ou um costume de qualquer fazenda sob medida o que há de elegante. Varre-Sahe – Estado do Rio.*

De *A Vedeta* de 4 de julho de 1911, encontramos o seguinte anúncio: *Casa da Esperança de Manoel Máximo Moreira – o mais barateiro. Acaba de receber do Rio de Janeiro um lindo e variado sortimento de fazendas, roupas feitas, armarinho, ferragens, louça, calçados, chapéus de sol e de cabeça e muitos outros artigos de apurado gosto que estão vendendo, a dinheiro, por preços de admirar-se. Varre-Sahe – Estado do Rio (...).* (188). Ou ainda, o anúncio de *Ao Novo Bazar da Barateza*, de Chicry Haddad, instalado no vizinho distrito de Natividade, publicado no mesmo jornal, que tendo em vista a crise que atravessava no momento, resolveu o proprietário vender todos os artigos de seu estoque, a saber: (...) *Laize de filó e de algodão, galões de seda e de algodão, brancos e de cores, sutache de seda em cores diversas, fitas lusine cores da moda, bordados e rendas em grande sortimento, cintos elásticos, fivelas e fita gorgorão para cintos, alfinetes para chapéus, grampos de tartaruga “Viúva Alegre”, Echarpe de gaze cores diversas, Luisine superior, ponget de seda e de algodão, Foulardim, tecidos finos diversos, Casemira preta e de cor, corte de fustão superior para colete, brim de linho La Fileuse e outras marcas. Fustão superior, Toil Vichy francês, chita levantine, cobertores de lã superior, morim, algodões e muitos outros artigos. Perfumaria dos mais reputados fabricantes estrangeiros e nacionais, copos e chécaras dourados, próprios para presentes, etc, etc. Vendas a dinheiro – ver para crer. Rua 19 de Outubro, 8, em frente a Agência do Correio – Natividade do Carangola.*

A *Sapataria Nativense*, anunciava que (...) *dispondo atualmente de um dos melhores oficiais campistas, continua aparelhada para bem servir aos seus amigos e fregueses.* (189).



Anúncios publicados no Jornal *A Vedeta*, de 04/07/1911. Acervo do Museu de Natividade.

Também de *A Vedeta*, nº 3, Ano 7, encontramos uma curiosa nota intitulada de *As brasileiras e o pó de arroz*, transcrita do jornal *O Dever*, editado em Bagé, no Rio Grande do Sul, sobre um artigo de um médico, Chefe do Laboratório de Higiene de Nova York, indicando a maneira de fazer mais duradoura a beleza da mulher brasileira, sugerindo que as brasileiras abolissem, como as americanas o uso do pó de arroz. (...) *As brasileiras são belas, mas sua beleza é pouco duradoura, fato que provém do abuso do pó de arroz, que é*

(188) Jornal *A Vedeta* nº 3, Ano 10, de 5 de junho de 1910.

(189) Jornal *A Vedeta*, nº 13, Ano 7, de 9 de agosto de 1908.

nocivo a cútis, não só por se fermentar com o suor, como também por penetrar nos poros e dilatá-los, relaxando os músculos circulares por seu aumento de volume, embebendo-se de suor, o que causa as rugas que se observam em jovens brasileiras de 25 anos. (...). (190).

Em 1914 estoura a I Guerra Mundial que termina somente em 1918. Na moda esta década é marcada pela mudança nos trajes, a modelagem não fica tão rígida ao corpo, ainda há o uso do espartilho, porém sem torturar a anatomia feminina. Uma onda de orientalismo invade o ocidente. As saias afunilam nos pés para a mulher dar passos pequenos, como as mulheres orientais.

Entra a década de 20 que é uma grande festa. Na moda, surge o look andrógono com achatadores de seios. As saias ficam mais curtas e as melindrosas fazem sucesso. É a época dos cabelos *La garçone* com chapéus cloche. Essa moda apesar de ter sido muito repreendida, ganhou o mundo. Em Varre-Sai, o correspondente de *A Vedeta* parecia não aprovar muito a nova tendência. (...) *Antigamente a moda era esplêndida. As saias eram compridas, iam oscular os pés. Hoje, porém, está tudo mudado. Com um metro de fazenda qualquer moça faz um rico vestido “da pontinha”. Se uma dessas mocinhas que andam vestidas “da pontinha”, como dizem, aparecesse, antigamente, num salão ou na rua, chamavam-na de louca e metiam-na no hospício. (...).* E prossegue: (...) *Sei que muita gente vai comer gambá errado comigo; vai me chamar de velho, porém, não me importo. Mas o que não vai comigo é a moda atual. Não acho direito que uma jovem use um vestido acima dos joelhos e um decote demasiado como, infelizmente, tenho visto. (...). (191).*

A mocidade e a pequena elite varressaense além dos saraus, das festas particulares, das comemorações cívicas e religiosas que eram considerados grandes acontecimentos, faziam passeios e posavam para fotografias ora no jardim da residência do Sr. João Damasceno de Figueiredo, ora numa formação rochosa existente no morro, na entrada da cidade, no início da RJ 214.



Mocidade de Varre-Sai na década de 20 do século XX, num dos pontos turísticos da época. Acervo de Nilce Augusta Machado Vieira Tupini.

(190) *Jornal A Vedeta*, nº 3, Ano 7, de 31 de maio de 1908.

(191) *Jornal A Vedeta*, nº 33, Ano 26, de 19 de fevereiro de 1928.

Os bailes

Podemos observar que ainda na década de 40, eram comuns nas comemorações de aniversários natalícios, sobretudo de famílias mais abastadas, a realização de bailes. Do Jornal Brasil Novo de maio de 1943, extraímos as seguintes notas: (...) *A gentil senhorita Filomena Siqueira festejou o seu aniversário natalício no dia 17, com um baile, sendo servido aos convidados finos vinhos e saborosos doces. (...).*

Em junho de 1943, foi realizado o Baile da Chita, sendo muito concorrido e animado. Esse baile era organizado pelas moças da sociedade local, cujos vestidos eram confeccionados com esse tecido popular denominado chita, que é um tecido de algodão, denominado murim, com estampas florais de cores fortes. O nome chita vem de chintz, tecido originariamente da Índia, que chegou ao Brasil trazido pelos europeus, a partir de 1800, ganhando grande popularidade a partir da época em que começou a ser produzido no Brasil.

(...) *Nos anos dourados, relembramos, também com saudades o Clube dos 13. Possuía este nome por ter sido criado por 13 sócios. Era o tempo da elegância e do romantismo. Tempo dos penteados bolo de noiva, dos vestidos bordados em pedrarias, tempo da luva e carteiras, dos cabelos engomados dos rapazes. Todos embalados ao som de boleros, valsas, tangos e sambas-canções executados por Chiquito e seu conjunto, Ritz e Samuel Xavier e seu conjunto. Época do rostinho colado, mas só no escurinho. Rapazes sem paletó e gravata não entravam. (...).* (192).



Edith Vieira Santos – Baile da Chita.
1937. Acervo de Edite V. Santos.



Aspecto de Baile no Clube dos Treze. Década de 60.
Acervo de Maria Elmira Rosa Correa.

(192) Extraído do texto de apresentação do Desfile Cívico da Escola Estadual Dr.Miguel Couto Filho e Instituto Educacional João XXIII – abril de 1990.



Micica durante um desfile junino no Clube dos Treze.
Década de 60. Acervo de Nilce Augusta Machado
Vieira Tupini.



Aspecto de um dos bailes realizados no Clube dos 13.
Década de 60. Acervo do Dr. Jácomo José Fabbri.

Carnaval

*Ô Abre Alas,
Que eu quero passar
Ô Abre Alas,
Que eu quero passar
Eu sou da Lira
Não posso negar
Rosas de Ouro é quem vai ganhar.*

Chiquinha Gonzaga

O Carnaval está presente no Brasil desde o século XVII. Foi introduzido pelos europeus. Os primeiros blocos carnavalescos, cordões e corsos, (desfiles de automóveis) ficaram mais populares no início do século XX. Tempos depois, o carnaval brasileiro, sobretudo o carnaval carioca, ficou famoso por causa das marchinhas. Em 1928 surge a primeira escola de samba do Rio de Janeiro. A partir dessa época, o carnaval de rua torna-se uma festa popular e até hoje se mantém como a principal festa do calendário brasileiro.

Era no trecho, entre o antigo Largo da Matriz (atual Praça Padre Abaeté Cordeiro) e o atual Largo Santa Filomena, que aconteciam os principais acontecimentos sociais do distrito de Varre-Sai, que iam das corridas procissões de São Sebastião e de Santa Filomena, desfiles escolares nos aniversários da Lira Santa Cecília aos animados carnavais, como o do ano de 1923, que foi organizado pelos srs. Orlindo Machado Vieira, Antônio Caieiro, Antônio José, Manoel Lucas de Azevedo e Pierre Correa Braga, auxiliados pela população do distrito. Os folguedos carnavalescos, contando, inclusive, com a participação do *Cordão dos Aventureiros*, iniciado pelo Sr. Américo Leão. A orquestra foi organizada pela senhorita Ercilia Campos Silveira e pelos senhores Sebastião Victorino, Oswaldo Vargas e Ernestino de Faria. (193).



Cordão dos Aventureiros. Carnaval de 1923. Acervo de José Antônio.



Cordão Lírio do Amor. Década de 20. Acervo de Nilce Augusta Vieira Machado Tupini.

Em 1943, o Jornal Brasil Novo de vinte e oito de março comunicou que o carnaval foi festejado com grande pompa, que o bloco das meninas denominado Rosa Branca fez muito sucesso, graças aos esforços de seu diretor Romeu Poli, auxiliados por membros da Jazz Futurista. O Cavadeira Clube, sob a direção do Sr. José Ambrósio, também contribuiu para o brilhantismo dos festejos.

Havia também, os conjuntos carnavalescos: Os Serranos, regido pelo maestro Norival Tupini, Ritz Orquestra, do também maestro Sebastião Ferreira de Assis e Os Falcões da Serra, do maestro Geraldo Soares de Mendonça. Segundo consta, ambas faziam grande sucesso nas cidades em que se apresentavam durante as festas de momo.

O Bloco da Esteirinha possuía esse nome devido ao salão onde eram realizados seus bailes carnavalescos ser forrado de esteira de bambu. Como recordação, transcrevemos algumas letras da época.

Bloco do Esteirinha – letra reconstituída por Maria Abib Capita

*Eu sou do Bloco da Esteirinha,
Dos rapazes animados
Vamos deixar das pulguinhas
Que é dos homens casados*

Sossega coração que já está na hora

*Rei Momo já chegou,
Está na hora de brincar
Nestes três dias vamos ter muita alegria
A turma é mesmo da folia*

*Este Bloco abafa
Abafa sim sinhô, ou vai ser abafado
Sossega, Leão!
Nossa turma o que é?
É abafa cordão! (194).*

O Bloco dos Cavadeiras era uma agremiação formada por moradores da rua de cima (José Vargas de Figueiredo).

Bloco dos Cavadeiras – letra reconstituída por Paulo Abel

*Nós queremos a vida gozar
E na folia queremos entrar
O sorriso daquela morena
Faz o meu coração parar
Oh! Vem moreninha, meu amor
Azul e branco está te chamando.
Não há tristeza que nos faça dominar
Neste mundo queremos brincar (195).*

O Bloco Capacetes de Aço surgiu da rivalidade existente entre os moradores das ruas de baixo (Rua Felicíssimo de Faria Salgado) e de cima (Rua José Vargas de Figueiredo). Segundo consta, essa concorrência, estimulava essas agremiações carnavalescas a darem o que tinham de melhor, gerando também, muitas brigas e grandes confusões.

Letra do Hino do Bloco Capacete de Aço, reconstituída por Maria Abib Capita, a partir da composição do Sr. Eutímio.

*Varre-Sai lhes tem veneração
Saltitantes, alegres vencestes
A grandeza de teu coração
Diz então este povo da Serra
Capacete de Aço na terra! (196).*

(194) Extraído do roteiro do Desfile Escolar do Centenário de Varre-Sai. 1979.

(195) Ibidem.

(196) Ibidem.

Grêmio Dramático de Varre-Sai

Em 1879, foi fundado, em Natividade do Carangola, o Clube Dramático Literário Recreativo. Essa organização cultural reunia os jovens da elite de Natividade. *A agremiação promoveu representações teatrais, declamações poéticas, exibições musicais, reuniões comunitárias e foi mantenedora de uma valiosa biblioteca para a época.* (...) (197). Seus membros estiveram ligados aos principais acontecimentos políticos e sociais da região como a criação do município de Itaperuna, cuja sede ficava no antigo povoado de Natividade com o nome de Vila de Itaperuna, além de manifestações abolicionistas e republicanas, influenciadas por homens como o Dr. Francisco Portela e como o campista Nilo Peçanha.

Supõe-se que o Grêmio Dramático de Varre-Sai tenha surgido influenciado pelo da vizinha Vila de Natividade. O Jornal *A Vedeta*, nº 2, Ano 7, de 24 de maio de 1908, noticiou que estava na localidade o Sr. João da Costa Machado, hábil artista e agrimensor para preparar os planos para instalação de um teatro. Tratava-se da criação do Club Dramático fundado por Malvino Pereira Jesus, José de Oliveira Santos, Theóphilo Paulo de Oliveira, Francisco Lopes da Silva e José Pereira Sobrinho. O Jornal *O Independente*, nº 11, Ano 1, de 9/04/1908, também editado em Natividade do Carangola noticiou que o farmacêutico Theophilo Paulo de Oliveira, pretendendo organizar um Club Dramático em Varre-Sai, convocou uma reunião para esse fim.



Sócios fundadores do Grêmio Dramático de Varre-Sai. 1908. Malvino Pereira de Jesus, José de Oliveira, Alferes Francisco Lopes da Silva, José Pereira de Jesus Sobrinho e o farmacêutico Theóphilo Paulo de Oliveira. Acervo de Maria Margarida Ramos Barboza.

(197) OLIVEIRA, José Antônio Abreu de. *O Teatro tem sua história*. Artigo publicado no Informe N'Atividade, de 15 a 30/04/1992, página 5.

No dia 8 de abril de 1908, na residência do farmacêutico Theophilo Paulo de Oliveira, realizou-se uma reunião para eleição da primeira diretoria do Club Dramático de Varre-Sai, que ficou assim constituída: João da C. C. Guimarães – Presidente, João Carlos Machado – Vice-Presidente, Norberto Valladão – 1º Secretário, Manoel Máximo Moreira – 2º Secretário, Bernardino de Oliveira Santos – Tesoureiro, José Pereira de Jesus Sobrinho – Procurador, Manoel José Moreira – Orador, Theophilo Paulo de Oliveira – Arquivista e Diretor Cênico. (...) *Pelo ilustre Diretor Cênico foram já distribuídos aos amadores os papéis das comédias que serão levadas à cena por ocasião do encerramento da festa do mês de Maria.* (198).

A inauguração do Teatro foi amplamente noticiada pela imprensa da região. No dia 30 de maio foi inaugurado o Teatro com dois espetáculos, sendo um no sábado e outro no domingo. (...) *Os amadores desempenharam brilhantemente os papéis que lhes foram confiados, dando esperanças que irá avante o futuroso Club Dramático. Ao terminar os espetáculos, o Sr. Manoel José Moreira, orador do Club, usou da palavra explicando as vantagens que podem advir de uma associação dramática e terminou pedindo ao povo deste lugar que não poupasse esforço para levar avante o Club Dramático.* (199).

O Teatro de Varre-Sai foi inaugurado com dois esplêndidos espetáculos nos dias 30 e 31 de maio, (...) *subindo a cena três importantes comédias, caprichosamente ensaiadas pelo digno Diretor-Cênico, Theophilo Paulo de Oliveira e habilmente representadas por distintos cavalheiros e gentis senhoritas de nossa sociedade.* (...). (200). No artigo, o correspondente comenta o sucesso obtido com a estréia do Club Dramático e lamenta o pequeno espaço do prédio, razão pela qual foi necessário suspender a venda de entradas.

(...) *Tomaram parte nesses espetáculos os seguintes amadores: - senhoritas Carolina Gonçalves, Guiomar Brügger de Oliveira, Maria Brügger de Oliveira e Maria Preciosa de Oliveira e os srs. Antero Vieira, Antonio de Oliveira Santos, Manoel Marques Pereira, Malvino Pereira, José de Oliveira Santos e o diretor cênico.* (...). (201).

No final dos espetáculos, usou da palavra o Sr. Manoel José Moreira, orador do Club, que salientou as vantagens da criação do mesmo, animando o povo e solicitando seu auxílio.

No dia 24 de junho de 1908, novo espetáculo aconteceu no Teatro da localidade, com apresentação de três comédias e no dia 29, um drama e uma comédia.

Motivados pelo sucesso das apresentações, o Club Dramático deliberou pelo aumento da casa onde funcionava o teatro e, imediatamente, iniciaram os trabalhos que continuaram bastante adiantados. O Jornal *O Independente*, editado em Natividade do Carangola também noticiou o aumento da casa onde funcionou o Teatro.

Do mesmo jornal de 2, de agosto de 1908, encontramos o registro da chegada do Sr. Thomaz de Aquino, exímio professor de música, vindo de Castelo no Espírito Santo, para reger a banda de música do Club Dramático.

Prontas as obras de ampliação, foram apresentados no dia 9 e 10 de agosto os seguintes espetáculos: reapresentação do drama *Os Vampiros Sociais* e as seguintes comédias: *Um namoro engraçado*, por Mário Sylla, *Choro ou Rio*, por Santos Junior, *Os Tipos da Atualidade*, por França Junior, *A Professora*, representada por crianças e o *Tio Mendes*. (202).

(198) Jornal *O Independente*, nº 12, Ano 1, de 16/04/1908.

(199) Jornal *O Independente*, nº 19, Ano 1, de 04/06/1908.

(200) Jornal *A Vedeta*, nº 8, ano 7, de 05/07/1908.

(201) *Ibidem*.

(202) Jornal *A Vedeta*, nº 12, Ano 7, de 05/08/1908.



Amadores do Grêmio Dramático de Varre-Sai. 1908.
Acervo de Maria Margarida Ramos Barboza.

Nos dias 14 e 15 de novembro de 1908, foram realizados dois grandes espetáculos. No dia 14, à noite, foi encenado a cena o drama em um ato *Sombra e Luz*, no qual tomaram parte os seguintes amadores: Maria Preciosa de Oliveira, Carolina Gonçalves, Theóphilo Paulo de Oliveira, Antero Vieira e Bernardino de Oliveira Santos. Em seguida, foi apresentada a comédia em um ato, *O diabo atrás da porta*, representada pelos amadores: Guiomar de Oliveira, Maria Silveira, Malvino Pereira, Oscar de Oliveira, Alcino de Abreu Rangel e Manuel Marques Pereira. Foi também representada nessa mesma noite a comédia em um ato, *Por causa de um algarismo*, pelos amadores: Maria Preciosa de Oliveira, Eulina Pontes, José de Oliveira Santos, Antonio de Oliveira Santos, Alcebíades de Oliveira e José Itaborahy.

No dia 15, foi representado um emocionante drama em quatro atos, *Vampiro Social*, cujos papéis foram desempenhados pelos amadores: Maria de Oliveira, Theóphilo Paulo de Oliveira, Antonio de Oliveira Santos, Malvino Pereira, Alcebíades de Oliveira, José de Oliveira Santos e Manoel Marques Pereira. Todos os amadores foram muito aplaudidos, tendo sido bem concorridos ambos os espetáculos. (204).

Um erro judicial é o título de mais uma apresentação prevista pelo Clube Dramático para o dia 27 de março de 1909.

Em reunião realizada no dia 21 de março de 1909, foram eleitos para vice-presidente do Club o Sr. José Pereira de Jesus Sobrinho, para 2º Secretário, o Sr. Júlio Silva e para Procurador: Manoel Máximo Moreira. A eleição foi realizada em virtude da renúncia de seus ocupantes anteriores. Logo após, foi improvisado um animadíssimo baile no salão do Club, que se prolongou até a madrugada seguinte.

(203) Jornal *A Vedeta*, nº 29, Ano 7, de 22/11/1908.

Em 1917, um grupo de teatro amador, formado por habitantes da própria Vila, foi organizado pelos srs. Antonio de Oliveira e Vicente Thomaz de Aquino. A rua onde se encontrava o prédio que abrigava o teatro ficou conhecida como Rua do Teatro, atual Rua Padre Monerat. (204).

Como não conseguimos localizar o acervo documental do Grêmio ou Club Dramático, ficamos sem saber até quando o mesmo esteve em atividade.

Na década de 20 é fundado o *Cine Ideal*, por Giuseppe Tupini. A partir dessa época, tanto as apresentações de companhias teatrais que vinha de outras cidades, sobretudo do Rio de Janeiro, quanto as montagens locais passaram a ser realizadas em suas instalações, o que nos leva a crer que o Grêmio Dramático não mais existisse.

Cinema

“... tinham inventado um retrato que se mexia. Era como se o retrato da gente, balançando na rede, ficasse balançando sempre. Não era como a lanterna mágica, que só mexia quando a gente empurrava um cabinho ao lado. Comprava-se o quadro, pendurava-se na parede e as figurinhas ficavam mexendo sempre, como na hora em que se tirou o retrato”..

Jorge Americano

A primeira exibição cinematográfica no Brasil aconteceu no Rio de Janeiro, em 1896. As apresentações eram realizadas de forma itinerante. Em 1897 já existia uma sala fixa denominada de *Salão de Novidades de Paris*, propriedade do italiano Paschoal Segreto. Mas foi na primeira década do século XX, quando passa a ter uma regularidade no fornecimento de energia, que são montadas no Rio de Janeiro mais salas de cinema. Em 1908, a população carioca já contava com vinte salas.

Ao que tudo indica, em Varre-Sai, um ano depois da instalação das salas fixas na Capital Federal, contou com apresentações itinerantes, conforme noticiou o *Jornal A Vedeta* de 21 de março de 1909: *Acham-se entre nós os srs. Cel. Ribas e José Monteiro, os quais pretendem nos deliciar com algumas funções do seu cinematógrafo.* (205).

Segundo informações do Sr. José Luiz Tupini prestadas à Revista *Unicidades*, os proprietários do primeiro projetor 35mm, marca *Gaumont* foram o srs. José Tupini e José Antônio (Careca). Há registros de que Aristides Daleole teria sido sócio do Sr. Tupini, tanto no cinema quanto na ferraria. Nesta época, o funcionamento dependia de um motor a diesel, instalado no porão do prédio onde funcionava o *Cine Ideal*, isso se deu na década de 20.

Os filmes eram mudos, depois vieram as legendas. Só muitos anos depois é que passou a contar com som. Em alguns lugares as sessões eram animadas por pianistas e pequenas orquestras. Em Varre-Sai, apesar do Sr. Tupini ser músico e possuir uma orquestra, o filme era projetado sem acompanhamento musical. O *Cine Ideal*, para muitas pessoas que viviam naquela época em Varre-Sai, era a única oportunidade de conhecer outros lugares, outras paisagens e artistas de uma época tão glamorosa e feliz.

A partir de 1927, passou a ser propriedade somente de Norival Tupini, que era operador do *Cine Ideal*. Waldir Antônio Fabbri assim se referiu a Norival Tupini: (...) *Falar de Norival Tupini é voltar ao tempo, é lembrar de coisas muito boas, e de grande expressão humana. É como se entrássemos em um grande túnel e deparássemos com um emaranhado de coisas com diversos significados: simplicidade, humildade, musicalidade, perseverança, vontade, alegria, afeto, sensibilidade, bairrismo e amor.* (...). E prossegue: (...) *Levava a vida com um entusiasmo comparado aos personagens dos mais fanáticos filmes, que em seu simples cinema conseguia transmitir ao fundo da alma dos expectadores, o sabor de ser bandido e mocinho ao mesmo tempo.* (...). (206).

(205) *Jornal A Vedeta*, nº 46, Ano 7, de 21/03/1908.

(206) Depoimento de Waldir Antônio Fabri arquivado no Centro Cultural.



Carteira de identidade do Sr. Norival Tupini.
Acervo de Nilce Augusta Machado Vieira Tupini.

D. Philomena de Sá Vieira nos informou que o Cinema Ideal funcionava numa casa baixa, encostada na casa da Dilina, atual sede da Prefeitura. Na frente havia três portas. (...) *Uma para entrada, outra, que ficava fechada e tinha uma portinhola onde eram vendidos os ingressos e a do meio, que ficava sempre fechada porque ali, naquele local, estava instalado o projetor. A tela ficava lá no fundo. Era um salão grande, com uns bancos compridos, cobertos com capim e tecido. Somente mais tarde é que compraram umas cadeiras de fechar. O palco de lá também era utilizado para apresentações teatrais. Lá se apresentaram grandes companhias do Rio de Janeiro. Lembro-me muito da Companhia Miramar que aqui esteve por muitas vezes e traziam peças muito boas. Fora o teatro apresentado pelas Companhias do Rio, daqui de Varre-Sai teve o Vandick, que era um homem culto e gostava de atuar. Tinha também o Otacílio Barroso dos Santos, que atuava e pintava os cenários. Aqui havia uma turma grande de moças e rapazes que gostavam de trabalhar. Eu também era artista (risos), gostava de trabalhar nas peças. Isso durou muitíssimos anos. Pena que não tem fotos. Foto aqui era coisa rara. Só teve mesmo quando a Denancy Machado comprou uma Kodak e tirava umas fotos para a gente ter como lembrança. (...).* Complementou a informação prestada por D. Philomena, sobre fotografias sua filha Lourdinha: *Essa gente mais antiga, dessas fazendas, que tinham mais posses é que possuíam uns retratos grandes, preto e branco, bonitos, feitos por uns fotógrafos que passavam por aqui de vez em quando oferecendo esse tipo de serviço.*

Em 1945, noticiou o Jornal O Norte Fluminense: (...) *O Sr. José Tupini por motivo de mudança, colocou à venda sete casas na Vila de Varre-Sai, sendo: Uma para cinema, inclusive um ótimo aparelho de cinema falado e cem cadeiras; quatro casas de residência, com água encanada e duas outras casas menores.*

O *Cine Ideal* também era utilizado para apresentações teatrais e bailes, conforme anunciou o Jornal *O Norte Fluminense*, nº 126, de 31/07/1949. No palco do *Cinema Ideal* foram representados um drama, ato variado e um show pelas alunas da Escola Estadual, sob a direção das professoras D. Helena de Magalhães Giovanini, Elci Figueira e Zuleica Vieira, com a participação do cenógrafo e maestro Norival Tupini e da Jazz Futurista.

De acordo com Nilce Augusta Machado Tupini Vieira, as primitivas cadeiras do cinema eram de madeira com estrutura de metal. Tempos depois foram feitas outras, de modelo diferente, pelo Sr. Nelson marceneiro. O Sr. Norival as teria copiado do Cinema de Itaperuna. (...) *Essas foram usadas até fechar. Quando o cinema caiu, mamãe as doou para a Igreja do Padre Antônio, porque havia acontecido o cisma naquela época e os tradicionalistas estavam construindo outra igreja. Mesmo com as cadeiras novas os primitivos bancos continuaram por lá. Ficavam em volta, circundando todo o salão e nas fileiras da frente. O palco era todo de madeira. A parte de trás era usada como camarim. As tábuas da divisória eram todas autografadas pelos artistas. Pena que ninguém teve o cuidado de guardar! Eu mesmo tenho arrependimento de não ter guardado. O forro estava muito ruim, então papai pediu que ajudássemos a pensar em alguma coisa para melhorar o visual. Foi quando recorremos as bandeirinhas de papel que era barato e dava o efeito desejado. Isso foi feito para inaugurar o Cinema Scope. Quando surgiu o Cinema Scope papai fez a tela mas ainda não tínhamos a lente, de modo que as pessoas ficavam compridas e as vezes não cabiam na tela. Logo depois a lente foi adquirida com dinheiro emprestado ao papai pelo Dr. Silvestre Gorini, que era seu compadre. Lá também eram realizados os bailes de carnaval, balançava tanto que parecia que ia cair. Naquele palco passaram muitas companhias de teatro de fora. Lembro-me muito da Miramar e da Miramarque com artistas, mágicos e hipnotizadores. Havia um mágico chamado Changue (deve ser nome artístico) que usava perfume francês. A Micica (Maria Emilce Tupini) ficou doida no perfume e ele, no final da temporada, acabou dando o vidro para ela. Dizia que era o pai da cantora Marlene que, naquela época, fazia sucesso nas rádios e que iria trazê-la a Varre-Sai, mas nunca apareceu e achávamos que era mentira dele. O Cinema funcionava com duas sessões. D. Helena Giovanini apresentava as peças do colégio lá no palco do cinema. Papai fazia os cenários, pintava, instalava os focos de luz, era uma produção só! Lembro-me de que numa das peças em que atuei tinha que usar um sapato de salto alto, e o sapato era um único par para todas as atrizes. Então tínhamos que fazer tudo apressadamente. Na hora de fazer a troca, a Ceci passou um pé só, de modo que fui obrigada a entrar mancando em plena cena. Houve uma época que havia uma rivalidade enorme, coisa de meninada. Havia o teatro da Rua de Cima e o da Rua de Baixo. (...). (207).*

José Antônio Abreu de Oliveira nos contou que, em sua época de menino, a bilheteira do cinema era a Micica. *Ela imitava as divas do cinema como Sophia Loren. Ela era tida como uma estrela! Era o máximo! Sr. Norival cortava as cenas de nudez dos filmes com Brigitte Bardot. Ele era maestro, tinha conjunto, teatro, fazia os cenários e ensaiava. O cinema era pulgueiro, chovia, mas não perdíamos! Era mesmo apaixonante. Todos nós amávamos aquele cinema. A estréia do Cinema Scope pegou fogo! (208).*



Micica durante uma das festas de Santa Cecília, realizada no mês de abril. Década de 60. Acervo de Nilce Augusta Machado Tupini Vieira.

(207) Entrevista concedida por Nilce Augusta Machado Tupini Vieira. Varre-Sai. 2011.

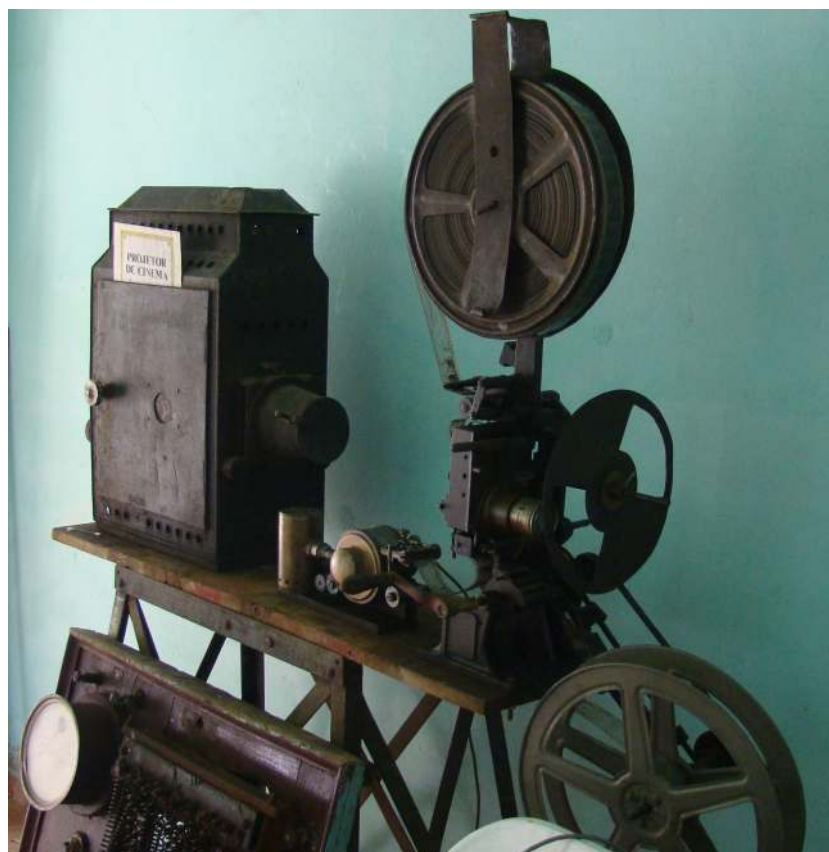
(208) Cinema Scope é a tecnologia usada em filmagens e projeções, utilizando lentes anamórficas, marcando o formato moderno das exibições de filmes.

Em 1950, quando surgiu o Circuito de Cinemas em Porciúncula, seu nome mudou para *Cine Brasil*. Os filmes eram alugados mensalmente.

(...) No Cine Brasil passavam filmes como Marcelino Pão e Vinho. Uma obra espanhola de 1955, dirigida por Ladislau Vadja, com os atores Pablito Calvo e Rafael Rivelles. Conta a história de um guri abandonado num monastério. Em sua imaginação o menino conversava com Manoel, seu amigo. Esse filme fez muito sucesso na época e emocionou muita gente. (...). (209).



Projektor de Cinema. Acervo do Sr. José Luiz Tupini.



Projektor de Cinema. Acervo do Sr. José Luiz Tupini.



Projeto 16mm. Acervo do Sr. José Luiz Tupini.

Com apenas dez anos de idade, o Sr. José Luiz Tupini, mais conhecido como Pulunda, começa a prestar serviços como auxiliar de operador. Em 1974, Sr. Norival, com problemas de saúde viu-se obrigado a se afastar de seu empreendimento. Como em todo negócio tradicional familiar, que passa de pai para filho, a partir de 1975, Sr. José Luiz assume, definitivamente a direção do Cinema, com a responsabilidade de não deixar acabar o Cine Brasil. Antes de falecer, em 1977, Sr. Norival fez dois pedidos: o primeiro era de entregar ao Sr. Ediel Vieira o sino que fazia a propaganda dos filmes pelas ruas da cidade. (...) *O segundo desejo de meu pai era não deixar acabar com o cinema, dizia ele, como ficarão os fregueses do Cine Brasil? Mas, infelizmente este desejo não pode ser atendido, pelo fato de os filmes alugados serem um pouco caros e também por causa da presença da televisão. (...).* (210).

O Cine Brasil encerrou suas atividades quando a televisão exibiu o mesmo filme em cartaz naquela ocasião que se chamava Meu Nome é Ninguém, de Terence Hill e Bud Spencer. (...) *Tive uma decepção indescritível. Ia ao Rio de Janeiro alugar os filmes que projetava aqui e os aluguéis eram caros. Assim o Cine Brasil morreu junto com o papai. Queria muito que as gerações futuras pudessem conhecer esta relíquia e entender a magia do cinema. Esse projetor tem aproximadamente 80 anos e é movido por carvão. Segundo colecionadores que já me visitaram para conhecer o equipamento, ainda não haviam visto nenhum outro parecido.(...).* (211).

O Sr. José Luiz Tupini mantém outro projetor, mais novo, em funcionamento. Toda vez que é solicitado por escolas e estudantes, atende com prazer. (Revista Unidades, Ano 2, julho de 2009).

A administração municipal tem mantido constante negociação com o sr. José Luiz Tupini, no sentido de viabilizar a aquisição do acervo do extinto Cine Brasil a fim de incorporá-lo ao patrimônio cultural da cidade.

(210) Depoimento do Sr. José Luiz Tupini, arquivado no Centro Cultural.

(211) ABIB, Cristiane. *Cine Ideal – Inesquecível Cinema de Varre-Sai*. Revista Unidades – Revista do Noroeste Fluminense, Ano 2, Julho de 2009.

Música

Bandas de Música Civil

(...) E a história de nossa música? Das nossas bandas? Nossos conjuntos musicais? Dos “Os Futuristas Jazz” do Norival, do Tique, pai do Baden Powell, do Saladino, Orlando Tupini, João Bento, Ernestino, General? Sabe o que era um conjunto onde havia violinos, banjo, clarinete, trombone, banjola, trompete?... Você sabe a história do conjunto musical da Família do Ladislau? Sabe da Banda do Thomaz de Aquino, avô do Baden Powell? E da Banda do Ernestino fundada em 1933, cuja sede foi cedida pelo pai da Ninica, o Capitão Joaquim Ladislau de Oliveira? E a história da Banda dos Tupini com Norival ainda menino? Sabe o que representou o Cafunchinho e os Tupini na manutenção da semente viva da música entre nós? E a Banda Infantil do Cabecinha, sua história está sendo registrada? E a nossa velha Banda o que tem ela guardado na memória de seus músicos? O que podem eles nos contar? Quais seus projetos? (...).

Nazira Abib Oliveira Vargas (212).



Banda de Música numa festa junina na Fazenda do Tesouro. Década de 20. Século XX. Acervo de Nilce Augusta Machado Tupini Vieira.

Segundo consta, as bandas de música surgiram no Brasil a partir do século XVIII, através das irmandades religiosas dedicadas ao culto de Santa Cecília, padroeira dos músicos, por esse motivo a existência de centenas de corporações musicais com o nome de Lira ou Banda Santa Cecília. No Império, a Banda da Brigada Real serviu de modelo para as bandas de música civil. Com o tempo, essas bandas foram conseguindo se dissociarem da igreja e do estado e organizaram-se em sociedades e instituições civis. Nas cidades do

interior, vilas e até em propriedades rurais maiores era comum a presença dessas bandas desde a época da escravidão. Exemplo disso é a Furiosa, corporação musical fundada na Fazenda Bela Vista em 1914.

Em 1908, o correspondente de *A Vedeta*, informou que estava sendo criada uma nova banda de música, sob a direção do comerciante José Miguel. (213).

Nesse mesmo ano parece ter surgido mais uma corporação musical na povoação. (...) O Sr. Manoel Máximo Moreira, estimado comerciante desta praça, completou a 29 do mês próximo passado mais um ano de próxima existência, motivo porque diversas pessoas e a banda de música Lyra-Oliveira foram em sua residência cumprimentá-lo. (...) E ainda: Conforme foi anunciado, realizou-se a 31 do mês p. passado o encerramento dos festejos do mês Mariano. (...) A banda de música Lyra-Oliveira solenizou todos os atos, executando diversas peças do seu repertório. (...). (214).

Essa banda, Lyra-Oliveira, era regida pelo maestro Honório Hausmann, que, em julho de 1908, transferiu sua residência para Santa Clara. (215).

Em 1910, Bernardino de Oliveira Santos convidou Thomaz de Aquino, avô de Baden Powell para formar uma Banda de Música.

Lira Santa Cecília

(...) Quem de nós não teve seus sonhos de menino embalados por esta Banda? Quem de nós não desejou ver seu irmão, filho, neto ou sobrinho correndo como ele, no passado, atrás da Banda? Quem de nós não sente o coração bater mais forte ao som dos dobrados que lembram as retretas de antigamente e fazem o presente, explodir em festa? A Lira é nossa alegria somada. É nossa infância em forma de dobrados (...).

(216).



Detalhe da Lira Santa Cecília.
Acervo de Nilce Augusta Machado Tupini Vieira.

(213) Jornal *A Vedeta*, nº 9, Ano 7, de 12/07/1908.

(214) Jornal *O Independente*, nº 19, Ano 1, de 04/06/1908.

(215) Jornal *O Independente*, nº 26, Ano 1, de 23/07/1908.

(216) Roteiro do Desfile Cívico da Escola Estadual Dr. Miguel Couto Filho e do Instituto Educacional João XXIII – abril de 1990.

A Lira Santa Cecília foi fundada em 22 de novembro de 1917, pelos italianos Giuseppe Tuppini e Aristides Dalleole. (...) *é uma Organização Musical de duração indeterminada com exclusiva finalidade de aceitar convites para tocar mediante condições monetárias previamente convencionadas em festas cívicas e religiosas, bem como retretas públicas em qualquer localidade.* (...). (217). A primeira diretoria ficou assim composta: Presidente: Norival Tupini, Vice-Presidente: Antônio Pimenta, 1º Secretário: Getúlio Vargas de Figueiredo, 2º Secretário: Augusto Antônio de Faria, 1º Tesoureiro: Aracy Giovanini, 2º Tesoureiro: João Damasceno de Figueiredo, Regente: Orlando Tupini, Fiscal: Paulo Poli.

Em 1957 foi iniciado um movimento pelos varressaenses para aquisição de um terreno para construção de uma sede para a Lira Santa Cecília. Foram sete anos de participação da comunidade, sobretudo pelas senhoras da sociedade local que realizavam leilões de prendas e eleições de rainhas para angariar fundos para o custeio das obras.

Seu histórico completo pode ser lido na ficha de inventário referente a sua sede.

Banda Furiosa

Não sabemos ao certo quando a Furiosa, Banda de música da Fazenda Bela Vista, foi fundada. A notícia que temos é que a banda de música do Major Francelino Rodrigues França, em 1914 já estava em atividade, comandada pelo maestro Baeta. (...) *Ato contínuo determina ao maestro Baeta para formar a banda a fim de descerem o morro tocando o dobrado "Doce criança", inspirada, original, festiva composição musical para o momento da chegada, homenageando o filho do patrão.* (...).

Banda Tupini

Em 1923, o sr. José Tupini, proprietário da Banda Tupini, colocou a venda 14 instrumentos para uma banda de música, conforme anúncio publicado no Jornal A Vedeta, nº 22, Ano 10, de 12 de agosto de 1923.

Em 1943, encontramos referência a Jazz Futurista, regida pelo maestro José Tupini e, posteriormente, por seu filho Norival Tupini.



Jazz Futurista, de José Tupini. Acervo de Nilce Augusta Machado Tupini Vieira.

De acordo com o correspondente do Jornal Brasil Novo, José Vargas de Figueiredo, há mais de vinte anos, que o Sr. José Tupini mantém uma banda de música que, na sua maior parte, é constituída por seus filhos e netos. Em 1947, o Sr. José Tupini completou setenta e nove anos e acompanhado de seus músicos que constituem a Lira Santa Cecília, foi passar o seu aniversário na Vila de Comendador Venâncio, na companhia de seu netinho que também aniversariava na mesma data. A Lira Santa Cecília antes de alcançar Comendador Venâncio desfilou na rua principal de Natividade e fez uma parada na Vila de Retiro. Em Comendador Venâncio, dirigiram-se para a residência do Sr. Orlando Tupini e depois para o coreto onde fizeram uma retreta. Retornando à casa do anfitrião Orlando Tupini, foi servido um lauto banquete regado a vinho Tupini. A festa durou até a madrugada. A surpresa mais comovente ficou por conta da radiação de uma valsa, composição do maestro Orlando Tupini, no Programa da Saudade, dirigido pelo Dr. Décio Pacheco da Silveira, da P.R.A5 Rádio São Paulo, exatamente no momento em que todos festejavam os aniversariantes. (218).

Com o tempo outros grupos musicais foram se formando em Varre-Sai. Destacamos a Orquestra Ritz, Os Falcões da Serra, Os Serranos e Tropa Alpha.



Os Serranos. Balie de Carnaval na Década de 70 do século XX. Acervo de Nilce Augusta Machado Tupini Vieira.



Os Serranos. Carnaval de 1976. Acervo de Luci Mere Tupini.

Baden Powell

*Minha Terra tem laranjeira
Onde Canta o sabiá
Minha Terra tem um homem,
Que ninguém, ainda, sabe que será*

Baden:

*Sabiá na laranjeira
Canta para a natureza alegrar.
Baden toca e canta.
Para o homem encantar.*

Marchinha de Norival Tupini. (219).

Baden Powell de Aquino nasceu em Varre-Sai, no dia 6 de agosto de 1937. Era filho de Lilo de Aquino, mais conhecido por Tic e de Adelina Gonçalves de Aquino. Era neto de Vicente Thomáz de Aquino e Nicolina Lima de Aquino (paternos) e de Joaquim Lourenço da Silveira e de Ana Rita Gonçalves (maternos). Teve dois irmãos: Jackson, falecido ainda bebê e Vera que reside no Rio de Janeiro. Segundo consta, Vicente Thomáz de Aquino se mudou com a família para Varre-Sai a convite do Sr. Bernardino de Oliveira Santos, tendo sido o primeiro maestro da Lira Santa Cecília.

Seu pai Tic era sapateiro e chefe de escoteiro. Por esse motivo deu o nome de Baden Powell ao seu filho, numa homenagem ao Lord Robert Tompsom Stephenson Smyth Baden Powell, fundador do escotismo, em 1907, na Inglaterra.

Baden era ainda muito pequeno, com apenas três meses, quando se mudou com os pais para o Rio de Janeiro. Tic logo fez amizades com músicos como Donga, Pixinguinha e João da Bahiana que, a essa altura, já frequentavam as reuniões musicais e as rodas de choro que o violonista realizava em sua casa e Baden ficava no quarto escutando e acompanhando batucando no armário.

Baden se encantou com violão de sua tia Vivina, de onde tirou os primeiros sons. O pai, ao tomar conhecimento do acontecido encaminhou o filho para aulas com o mestre Meira. Tempos depois, o filho já fazia suas primeiras apresentações no programa Papel Carbono, da afamada e concorrida Rádio Nacional. (...) *Baden, naquele domingo de 1947, transformou-se em Dilermando Reis, interpretando “Magoado”, e tirou o primeiro lugar como solista de violão. (...).* (220). Depois dessa apresentação vieram outras nos programas Calouros do Ary e no Programa do Guri.

Concluído o curso com o mestre Meira, começou a atuar profissionalmente como músico e se matriculou na Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro onde recebeu aulas de teoria musical.

O negócio da família ia bem e agora, no lugar da sapataria, Tic possuía uma fábrica de sapatos. Baden, agora, já integra a orquestra da Rádio Nacional que começa a excursionar pelo país. Na década de 50 participou do Trio do pianista Ed Lincon, que se apresentava na Boite Plaza em Copacabana, frequentada por músicos da estirpe de Tom Jobim. (...) *Sua fama de excelente músico se espalhou rápido e em pouco tempo ele já era um dos músicos mais requisitados entre cantoras, como Alaíde Costa e Elizeth Cardoso, e estúdios de*

(219) Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

(220) DREYFUS, Dominique. *O Violão Vadio de Baden Powell*. Editora 34. Coleção Todos Os Cantos. 1ª Edição 1999, p.23.

gravação. Nessa mesma época Baden começou a compor com seus primeiros parceiros: Nilo Queiroz, Aloysio de Oliveira, Geraldo Vandré e Ruy Guerra. Nessa primeira leva nasceram "Deve ser amor", "Não é bem assim", "Rosa flor", "Conversa de poeta", "Vou por aí", "Canção à minha amada", mas seu primeiro grande sucesso veio em 1956: "Samba Triste" em parceria com Billy Blanco. No final da década de 50 ele gravou seu primeiro disco, "Apresentando Baden Powell e seu Violão", lançado pela gravadora Philips, que hoje é Universal. (...). (221).

Na década de 60 conheceu Vinícius de Moraes. Passou três meses em seu apartamento composito. Copacabana fervilhava. Eram os tempos dos bares famosos no *Beco das Garrafas*, onde se apresentava o que havia de melhor na época. São desse período as seguintes canções: Canção de ninar meu bem, Samba em Prelúdio, Só por Amor, Bom dia amigo e o Astronauta.

Em 1969, com a música Lapinha, composta em parceria com Paulo César Pinheiro, vence a I Bienal do Samba.

A partir daí, vieram as viagens e o reconhecimento internacional. Dos bares do Quartier Latin em Paris onde residiu por vinte anos para os palcos mais cobiçados e famosos do mundo. (...) *Aquele foi o início de sua carreira internacional, a partir dali foram uma sucessão de propostas que resultaram em vários discos, tournées pelo mundo e parcerias inesquecíveis com diversos artistas com Stéphane Grappelli, Michel Legrand, Liza Minelli e Claude Nougaro, entre outros.* (...). (222). Depois vieram Alemanha e Estados Unidos.

Em 1978, nasceu Philippe, seu primeiro filho com Silvia. Marcel, o segundo filho, nasceu em 1982.

Em 1979 participou das comemorações do Centenário de Varre-Sai. A cidade vestiu-se de roupa de festa para receber seu mais importante filho.

Em 1984 retorna da Alemanha onde estava morando ultimamente e se instala no Rio de Janeiro.

Em 1994 apresenta-se ao lado dos filhos Philippe Baden Powell (pianista e tecladista) e Louis Marcel Powell (violonista), na Sala Cecília Meireles, no Rio de Janeiro, no Concerto Baden Powell e Filhos.

Baden, um dos maiores violonistas do mundo, faleceu aos 63 anos, no dia 26 de setembro de 2000. Imortalizado através de sua obra, é sempre lembrado em sua terra natal que mantém uma sala no Centro Cultural da cidade, contando sua história, preservando sua memória e perpetuando sua obra.

Discografia

LPs:

- 1959 *Apresentando Baden Powell e seu Violão*
- 1961 *Um Violão na Madrugada*
- 1962 *Baden Powell Swings with Jimmy Pratt*
- 1963 *Baden Powell à vontade*
- 1964 *Le Monde Musical de Baden Powell*
- 1965 *Billy Nencioli et Baden Powell*

(221) Site: www.badenpowell.com.br – *O violão é a minha metade*. Baden Powell de Aquino, por Philippe Baden Powell.

(222) *Ibidem*.

- 1965 *Billy Nencioli et Baden Powell*
- 1966 *Ao Vivo no Teatro Santa Rosa*
- 1966 *Tempo Feliz*
- 1966 *Os Afro-Sambas de Baden e Vinícius*
- 1966 *Tristeza on Guitar*
- 1967 *Berlin Jazz Festival*
- 1968 *Poema on Guitar*
- 1968 *27 Horas de Estúdio*
- 1968 *Baden, Márcia e Originais do Samba*
- 1969 *Le Monde Musical de Baden Powell, Vol. 2*
- 1970 *Canto on Guitar*
- 1970 *Imagem on Guitar*
- 1970 *Lotus*
- 1970 *Baden Powell Quartet, Vol. 1*
- 1970 *Baden Powell Quartet, Vol. 2*
- 1970 *Baden Powell Quartet, Vol. 3*
- 1970 *As Músicas de Baden Powell e Paulo*
- 1971 *Baden Powell: Carinhoso*
- 1971 *Estudos*
- 1971 *L'Âme de Baden Powell*
- 1971 *L'Art de Baden Powell*
- 1971 *Le Génie de Baden Powell*
- 1971 *Le Coeur de Baden Powell*
- 1971 *Solitude on Guitar*
- 1972 *Grandeza on Guitar*
- 1972 *Samba Triste*
- 1972 *Face au Public: Olympia 1972*
- 1973 *Apaixonado*
- 1973 *Gravado ao Vivo em Paris*
- 1974 *La Grande Réunion avec Stephane Grappelli, Vol. 1*
- 1974 *La Grande Réunion avec Stephane Grappelli, Vol. 2*
- 1976 *Mélancolie: Baden Powell et Cordes*
- 1976 *Tristeza on Guitar*
- 1977 *Canta Vinicius de Moraes e Paulo César Pinheiro*
- 1977 *Maria d'Apparecida et Baden Powell*
- 1979 *Nosso Baden*

Histórico

- 1979 *O Grande Show: Ao Vivo no Procópio Ferreira*
- 1980 *De Baden para Vinicius*
- 1983 *Felicidades*

Cds:

- 1990 *Live at the Rio Jazz Club*
- 1991 *Seresta Brasileira*
- 1990 *Os Afro-Sambas*
- 1992 *Live in Switzerland*
- 1992 *The Frankfurt Opera Concert*
- 1994 *Baden Powell de Rio a Paris*
- 1994 *Baden Powell e Filhos Ao Vivo*
- 1995 *Live et Montreaux Jazz Festival*
- 1998 *Suíte Afro-Consolação (223).*

Jornais

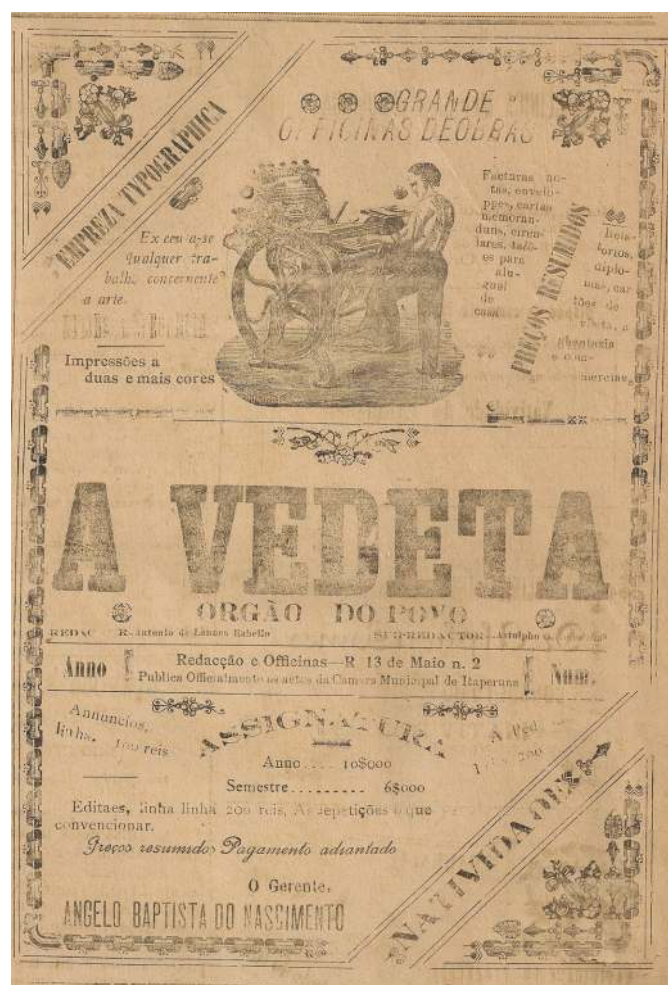
Dr. Leopoldo Muylaert Junior, em seu *Álbum do Município de Itaperuna*, divulga que Varre-Sai editava, ainda, no século XIX o jornal *COLOMBO*, que era uma revista quinzenal publicada por uma associação de alunos do Colégio Rio-Mineiro. Seu primeiro número foi publicado em 1/11/1892. Em julho de 1903 estreava *O BALÃO*, tendo como redator J. Barbosa Junior e gerente, J. Batista Rangel. Segundo consta, a princípio foi impresso nas oficinas de *A Vedeta*.

FULMEN publicava-se aos domingos. Era um jornal noticioso, crítico e literário. Seu primeiro número circulou em 1924. Tinha como diretor M. Azevedo, gerente; Arindo Sobreira e redator, Hildebrando Cerveira.

Os Jornais *Natividade*, publicado em Natividade do Carangola a partir do dia 3 de maio de 1900, Propriedade de Oliveira & Rocha e *A Vedeta*, fundado em 1902, também em Natividade pelo Dr. Pedro Americano e Álvaro Gomes, que mais tarde passou a redação a Antonio de Lannes Rabello e Astolpho Oliveira Dias, foram importantes meios de divulgação das notícias de Varre-Sai, através de correspondentes locais. Esse último, tempos depois, passou a ser propriedade do Dr. Tancredo Lopes, tendo circulado até a década de 40, contando para isso, com a colaboração de diversos redatores, gerentes e editores.

No período do Centenário de Varre-Sai, em 1979, circulou *O Varressaense*, formato A4, mimeografado, editado por um grupo comunitário de varressaenses, que tinha o objetivo de divulgar a história local.

Em 2009 foi fundado o jornal *A Tribuna – Edição Varre-Sai*, tendo como editor Manoel Reis Júnior.



Anúncio do Jornal *A Vedeta*.
Acervo do Museu de Natividade.

Correios

Não conseguimos determinar quando a Agência dos Correios foi instalada em Varre-Sai, sabemos, portanto, que a mesma foi iniciativa do Major Alexandre Ignácio da Silveira, chefe político local. A primeira notícia que temos, foi publicada em A Vedeta de 24 de maio de 1908, elogiando os serviços de D. Anna Gonçalves que (...) *tem com grande escrupulo e capricho desempenhado o cargo que ocupa (...). A distribuição da correspondência tem sido feita a contento de todos e geralmente tem sido elogiada.* (224).

Através do Jornal A Vedeta, nº 22, Ano 22, de 9 de dezembro de 1922, tomamos conhecimento de que a Agência corria o risco de fechar, conforme informou uma comissão composta de lavradores, comerciantes e industriais ao Jornal O Estado. O motivo do fechamento era que ninguém mais queria ser agente e nem estafeta, devido ao baixo salário pago. O agente, além do trabalho, tinha que dar sua casa para funcionamento da agência e o estafeta, o animal, elemento essencial porque a agência ficava distante quatro léguas da Estação de Natividade.

D. Philomena de Sá Vieira recorda que sua tia Amélia Vargas Vieira, foi Agente do Correio. Era filha do Sr. Juca Pinto, casada com seu tio Antonio Machado Vieira. *Como ganhava muito pouco ela não quis mais e disse que ia acabar com aquilo, porque era uma amolação só, porque tinha que mandar levar a correspondência em Natividade a cavalo e trazer de lá pra cá. O que ganhava não dava nem para pagar a despesa do animal. De fato era demais pra ela que era estafeta e agente do correio ao mesmo tempo e por esse motivo não queria mais. A Agência funcionava numa casa do Chico Lopes lá na esquina da Rua José Tupini. O papai que estava perto falou: ter uma agência do Correio num lugar é uma coisa muito boa, pois nos trás os jornais. Se precisasse fazer uma encomenda era só pelo Correio porque naquele tempo não tinha outro jeito. Agora terminar, fechar, acabar isso é até um pecado. Então ele combinou que sua esposa, Adélia de Sá Vieira, minha mãe iria ajudar. Veio, então, uma pessoa da direção dos Correios e nomeou mamãe, só mesmo para manter a agência porque o papai teve pena de vê-la fechar. Mamãe trabalhou dezoito anos. Quando ela morreu, nomearam minha irmã, Zuleica Conceição Vieira Vargas, que vive até hoje dessa aposentadoria.*

No Jornal Brasil Novo de 11/04/1943, noticiou o correspondente, José Vargas de Figueiredo que a Agência local do Correio estava bem servida com o atual estafeta postal, Sr. José Muniz, que transportava a pé as malas postais de Natividade para Varre-Sai e vice versa, num trajeto de quarenta e oito quilômetros diários, colocando em risco sua saúde. Na oportunidade, o correspondente comunicou que nenhum de seus antecessores resistiu a essa marcha e chamava atenção para o baixo salário do referido estafeta. Porém, em maio do já citado ano, o mesmo correspondente, comunicava que, o fato de estarem aproveitando o estafeta que faz o correio Natividade - Varre-Sai nos serviços internos da agência de Natividade provocava atraso na entrega da correspondência na Vila de Varre-Sai, pois ficava até dias, com o material retido na referida agência. Comunica, também, que as malas postais, por serem enviadas de favor nos caminhões que transitam por entre o distrito e a vila, sem o acompanhamento do estafeta, estavam sempre sujeitas a terem seus conteúdos inutilizados.

Em 1946, o Diretor Regional dos Correios, atendendo aos apelos do povo da Vila, determinou que o estafeta de Natividade – Varre-Sai acompanhasse as malas postais. (...) Sabemos que uma lei federal existe obrigando aos chauferes a conduzir as malas postais até o destino, mas, o nosso caso é todo especial porque não temos um meio de transporte normal, misturando-se as malas com as cargas transportadas por caminhões, por não vir junto o estafeta responsável. (225).

Para um atendimento melhor, o Diretor Regional transferiu a residência do estafeta para Varre-Sai.

No dia 21 de novembro de 1970, a Agência de Varre-Sai foi reaberta.



Reabertura da Agência dos Correios. 1970.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Reabertura da Agência dos Correios. 1970.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

O vinho de jabuticabas

(...) Quanta saudade tenho do vinho caseiro que vinha aquecer o meu peito e me dava novo ânimo para sentir junto ao rosto a amenidade de seu forte e acariciante clima, que fazia ainda os meus sentidos viverem uma eterna festa em contato com a NATUREZA. (...).

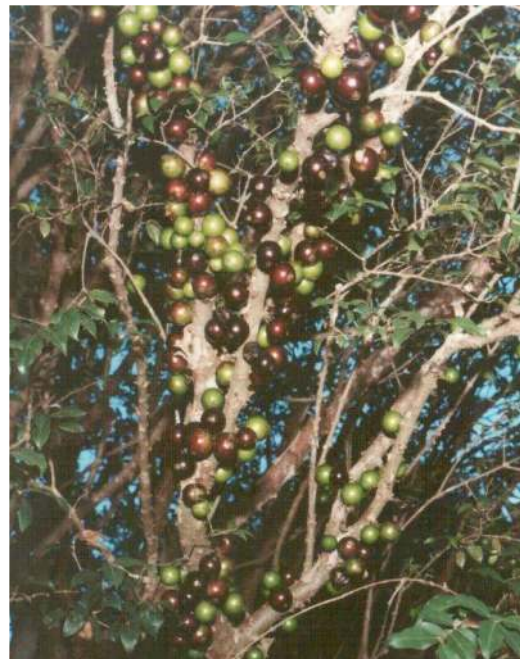
Constantino Gonçalves, da Academia Campista de Literatura.

Em 1897, chegou a Varre-Sai uma leva de imigrantes italianos para trabalhar nas lavouras de café, em substituição à mão de obra escrava. Em sua bagagem, trouxeram a alegria, a música, a dança, suas celebrações, seus costumes e suas técnicas ancestrais. Dentre essas, a de fabricação do vinho. Como em Varre-Sai não havia plantação de uva, experimentaram a jabuticaba, fruta brasileira, da família das mirtáceas, nativa da Mata Atlântica.

De acordo com texto mimeografado, de autor desconhecido, os italianos sentiram muita falta do vinho, sobretudo pela manhã. Estranharam muito o hábito e o sabor do café.

A família do Sr. Luigi Constantini, foi residir na fazenda Malacacheta do Sr. João Carlos Machado, onde havia grande quantidade de pés de jabuticaba. Dona Santa Constantini, ao provar a fruta, achou seu sabor muito semelhante ao da uva e experimentou fazer o vinho, obtendo aprovação dos parentes.

O vinho de jabuticabas de Varre-Sai surgiu em 1911 e a partir daí incorporou-se definitivamente nos costumes da sociedade local. Passou por três safras anuais e três anos de experimento purificando o açúcar. Só foi comercializado por alguns fabricantes a partir de 1928. (226).



Jabuticaba. Acervo do Centro Cultural Sebastião Vargas de Oliveira.

(...) Aqui (Varre-Sai) não tinha uva. Dona Santa Constantino era casada com Luis Constantino e morava na Fazenda Bela Vista. Eles compraram um sítio aqui chamado Malacacheta e tinha jabuticaba e ela mudou-se para cá justamente em setembro, porque antigamente só mudava em setembro quando colhia o café, aí ela achou a jabuticabeira carregada, mas ... a Itália não tem jabuticaba. Ela chupou e achou semelhante ao sabor da uva. Aí ela fez o vinho, mas ela fez com açúcar preto e ficou intragável. Ela foi aperfeiçoando a receita e conseguiu fazer o vinho em 1914. Essa receita foi levada para o Espírito Santo, em Domingos Martins, por Jacinto Constantino, em 1919. Mas o vinho de jabuticaba é genuinamente varressaense. (...). (227).

(226) VARGAS, Nazira Abib Oliveira. *A doçura do vinho, a alegria da música e força do café*. Artigo publicado no Jornal Dois Estados, de a 15/09/1989, p.8.

(227) Elza Gorini, apud de CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.155.

Depois disso muitas famílias de descendência italiana fabricavam o vinho para seu próprio consumo. Depoimento interessante nos forneceu o Sr. Francisco Bernardino de Oliveira Poli. (...) *Certa ocasião, um primo queria fazer vinho de jabuticabas. Como as frutas dos pés de nossa casa já haviam acabado, meu primo comprou de um produtor. Só que nós não sabíamos que as frutas haviam sido colhidas de véspera, o que não pode, porque é preciso colocá-la para fermentar no mesmo dia, porque senão a jabuticaba inicia uma fermentação natural, alterando o sabor e a cor. O nosso vinho acabou dando um ótimo vinagre, que foi distribuído entre parentes e amigos.* (228).

Pelo que pudemos perceber através do Jornal Brasil Novo, de maio de 1943, o Sr. José Tupini também fabricava vinho de uvas. Os anais da história varressaense registram que as primeiras mudas de uva foram trazidas de Portugal, no porão do navio, pelo Major Alexandre Ignácio da Silveira.

Muitas adegas foram instaladas nas residências desses imigrantes, destacando-se as das famílias Tupini, Rodolphi, Pellegrine, Fabbri, Ridolphi, Purificati e Bendia.



Aspecto de uma das adegas da cidade.

(...) *Meus pais faziam o vinho... amassava a jabuticaba com a mão colocava no barril, colocava açúcar e água e deixava oito dias para fermentar. Todo mundo tomava vinho. Hoje meu sobrinho faz para vender na Adega dos Ridolphi. Meu pai também vendia muito vinho.* (Entrevista concedida por Filomena Ridolphi. (229).

Na Adega Ridolphi que funciona há 75 anos, (...) *Dona Geralda relatou a história de sua família, na qual os avós italianos de seu esposo começaram a fabricar o vinho de jabuticaba, cujo costume foi passado de geração em geração.* (230). Na Adega Dario Bendia, a mais antiga da região, (...) *Segundo relato de sua proprietária, a senhora Conceição, a adega funciona há 100 anos e todo o conhecimento com a fabricação foi passado de geração em geração. Dona Conceição informou que não se pode deixar o vinho no calor, pois não possuindo conservante, há necessidade de ser armazenado em galões de vidro antigo, que substituíram os tradicionais barris de madeira. Além do vinho de jabuticaba, fabrica vinho de uva (fruto colhido no quintal de casa) e, devido a grande produção do vinho de jabuticaba, também acaba buscando o fruto em outras regiões.*

(228) Entrevista concedida por Francisco Bernardino de Oliveira Poli. Natividade. 2011.

(229) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.155.

(230) Entrevista concedida por D. Geralda Ridolphi. Varre-Sai. 2011.

A adega possui mão de obra familiar, desde a colheita até o processamento, produzindo cerca de 3 a 4 mil litros de vinho de jabuticaba por ano, além de licores e outros tipos de vinho como o de uva e o de carambola. Dentre as diferenças entre os vinhos, algo curioso é que os vinhos de uva melhoram suas propriedades quando armazenados por longos períodos, enquanto os de jabuticaba, se guardados por muito tempo, perdem suas características principais, tornando-se impróprias para o consumo (...). (231).

Na Adega Pellegrine, a forma de fabricação também foi repassada através das gerações. (...) *Começou com a bisavó. Era interessante como ela preparava o vinho, não deixando ninguém entrar na adega antes que o vinho completasse um ano de fabricação. (...). Essa Adega utiliza técnica de fermentação diferenciada das demais. Normalmente utiliza-se nesse processo água fria. Os Pellegrine utilizam água fervente e o dobro de frutos utilizados para fabricar um litro de vinho. (232).*

Em quase todas as comemorações o vinho estava presente. De aniversários, passando por casamentos e até melhoramentos realizados na estrada eram motivos de celebração. Vejamos alguns exemplos encontrados em jornais da região:

(...) O sr. Elson Campos Faria, inteligente e operoso administrador da fazenda Onça, completou mais um aniversário, oferecendo aos seus amigos, suculento ajantarado, regado pelo finíssimo e genuíno vinho varrissaense, fabricado pelo Sr. Tupini. (...). (233).

O Sr. José Tupini presenteou com alguns litros de vinho ao Sr. Elson Campos Faria, no dia de seu aniversário, mas tornou público por intermédio do correspondente do Jornal Brasil Novo, José Vargas de Figueiredo que não fabricava vinho para comércio. (234).

(...) No almoço, - regado pelo afamado vinho Tupini, - oferecido aos operários condutores da plainadeira que veio retocando a estrada Rosal – Varre-Sai (...). (235).

Realizou-se no dia 31 de dezembro, o enlace matrimonial de Elcy Figueira com o senhor João Lessa Lopes. (...) *Um grande banquete foi oferecido aos convidados na Fazenda Santa Fé, servido com vinho genuinamente varrissaaense fabricado por Salvador Bendia e José Tupini. A noite houve um luxuoso baile ao som da nossa orquestra Jazz Futurista. (...). (236).*

Até os dias de hoje, a fabricação é totalmente artesanal. (...) *como no procedimento clássico de fabricação de vinhos, o álcool do vinho de jabuticaba é proveniente da própria fruta, adquirido pelo processo de fermentação. O período de fermentação depende da variação do clima, sendo que, sob temperaturas mais baixas, a fermentação dura em torno de 10 dias e, sob temperaturas elevadas, cerca de 07 dias. Contudo, observou-se que o sistema de fabricação pode variar de uma adega para outra, salientando que a produção é totalmente artesanal.*

A demanda pelo vinho de jabuticaba é alta, e a quantidade de jabuticabeiras locais não é suficiente para atender ao mercado. Deste modo, as adegas necessitam adquirir frutos de regiões vizinhas. (237).

(231) REIS, Laudirléa Silva dos Reis, Marlúcia Degli Esposti Tiradentes e Davis de Oliveira Bellan. *XXXI Festival do Vinho de Varre-Sai: uma festa popular*. Vértices, v.10, n1/3, jan./dez.2008, p. 28.

(232) *Ibidem*, p.28.

(233) *Jornal Brasil Novo*, de 15/11/1942.

(234) *Jornal Brasil Novo*, de 29/11/1942.

(235) *Jornal O Norte Fluminense*, nº 144, de 25/12/1949.

(236) *Jornal O Norte Fluminense*, nº 146, de 08/01/1950.

(237) REIS, Laudirléa Silva dos Reis, Marlúcia Degli Esposti Tiradentes e Davis de Oliveira Bellan. *XXXI Festival do Vinho de Varre-Sai: uma festa popular*. Vértices, v.10, n1/3, jan./dez.2008, p. 26/27.

O Festival do Vinho

O Festival do vinho, que já está na sua trigésima sexta edição, surgiu em 1976, durante uma reunião realizada com membros da diretoria do Serrano Esporte Clube, na Farmácia São Domingos, dentre os quais os senhores: Luiz Carlos de Siqueira Machado, Daniel Oliveira Glória, Jairo Antônio Vieira e o jogador Renato Ferreira Pinto. Nessa época, necessitava o Serrano de recursos financeiros para disputar um campeonato promovido pela Liga Itaperunense de Desportos. Pensaram, então, na realização de alguma festa que pudesse angariar fundos para custear as despesas do Clube no campeonato. Nesse sentido, Renato Ferreira Pinto, jogador do Serrano que havia residido no sul do país se lembrou do vinho de jabuticabas produzido em Varre-Sai quando decidiram fazer a Festa do Vinho, uma versão da Festa da Uva realizada na região sul do Brasil.

Foram a São Fidélis, ver como funcionava o tradicional Festival da Lagosta, se organizaram e deliberaram que o evento seria denominado de Festival do Vinho.

O primeiro Festival oferecia um caneco, vinho à vontade, sem limites, três churrasquinhos (espetos de carne), uma porção de queijo, do tipo mussarela e um refrigerante, que eram saboreados ao som da Orquestra Ritz de Sebastião de Assis (Tatão), então Presidente da Lira Santa Cecília. O Festival foi realizado no campo do Serrano Esporte Clube, localizado na parte central de Varre-Sai, que foi totalmente ornamentado para esse fim. Os vinhos (1.500 litros) servidos nessa época foram adquiridos das adegas Tupini e Bendia.

Os canecos foram patrocinados pelas firmas: *Meimar Veículos* de Guaçuí e *Cereais Baião* de Natividade. Dr. Francelino Bastos França doou um boi para o churrasco e a prefeitura de Natividade cedeu um caminhão para o transporte do material necessário para a montagem das barracas.



Primeiro Festival do Vinho. 1976. Acervo de Nilce Augusta Machado Vieira Tupini.

Dois anos depois, introduziram um bailado italiano a fim de caracterizar ainda mais a festa. Esta tarefa esteve a cargo da professora Antônia Siléia Fabri Pinto, que coreografou a *Tarantela*, dança popular e composição musical italiana.



Primeiro Bailado Italiano. 1978. Acervo de Maria Célia Ramos de Oliveira.

Os dois primeiros festivais foram realizados num sábado e como a data não foi muito bem aceita na ocasião, decidiram fixar e transferir para o último domingo do mês de julho. (238).

Após a emancipação do município, em 1991, o *Serrano Esporte Clube* transferiu a realização do Festival do Vinho para a Prefeitura Municipal de Varre-Sai, incorporada definitivamente ao calendário de eventos.

Atualmente, o Festival do Vinho foi transformado na principal festa do município, é realizado em três dias. No primeiro dia é eleita a Garota Festival do Vinho, escolhida por uma comissão dentre as candidatas locais pré inscritas. No segundo dia é realizado o Dia do Colono com apresentação do bailado e danças típicas italianas. E, finalmente no terceiro e último dia, acontece o Festival do Vinho, após desfile pelas principais ruas da cidade das famílias italianas, o Prefeito da cidade e a Garota Festival do Vinho, abrem simbolicamente o primeiro barril de vinho do Festival. O vinho utilizado no evento é fornecido pelas Adegas Tupini, Ridolphi e Bendia.

Nos primeiros festivais as barracas possuíam técnicas artesanais, muito comuns nas festas religiosas e juninas de toda a região, confeccionadas de bambu, cobertas com folhas de pindoba, uma espécie de palmeira nativa regional. Com o tempo, a cobertura original foi substituída por lona e atualmente utilizam tendas com estrutura metálica cobertas com plástico. Além do vinho estão à venda outros tipos de bebidas, comidas e salgados diversos. No lugar da música tocada pela Lira Santa Cecília, passaram a ser contratados shows destacados pela mídia. Entretanto, a festa ainda é uma oportunidade para a Colônia Italiana se reunir, os habitantes receberem seus parentes, turistas movimentarem o comércio local e um eficiente veículo para divulgar o município que possui todos os requisitos para o desenvolvimento do turismo cultural e rural. (239).

A partir de 2011, devido às mudanças implementadas pela administração municipal, o evento foi transferido para o novo campo de futebol. No local do Estádio Torino Fabri, antigo campo do Serrano Esporte Clube estão sendo construídos um complexo administrativo para sede da Prefeitura, da Câmara Municipal, do Forum e uma área para lazer.

(238) Cabral 2000. TurisRio, Varre-Sai - 1998.

(239) Dados do arquivo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas, fornecidos por Jamilton José Vieira, trechos da entrevista concedida por Renato Ferreira Pinto e pela publicação Cabral 2000, Varre-Sai, 1998, TurisRio.

Estradas e transportes

“E, subitamente, é a era do automóvel. O monstro transformador irrompeu, bufando, por entre os escombros da cidade velha e, como nas mágicas e na natureza, aspérrima educadora, tudo transformou com aparências novas e novas aspirações”.

João do Rio (240).

A comunicação sempre foi um problema para Varre-Sai desde os primórdios. Por muitos anos, o único meio de transporte utilizado pela população foi o lombo dos animais.

Na sessão de 15/01/1891, foi proposto, em nome da Intendência, dirigir-se ao Governador do Estado, (...) *sobre a conveniência de mandar ele fazer a estrada de rodagem entre o povoado de Varre-Sai, esta Vila e estação de Natividade, representando-se a urgência dessa estrada reconhecida pela Assembléia Provincial que em tempo consignou verba para esse serviço, oferecendo-se esta Intendência para fazê-la por concorrência pública, e em último caso por administração nas forças da verba que o Governador do Estado a ela determinar, ficando a Intendência autorizada a obter qualquer auxílio dos particulares interessados nessa Estrada e a prolongá-la se for preciso até o arraial de Sant’Anna do Varre-Sai (...).*

Na sessão Ordinária da Intendência de Natividade do Carangola do dia 1/06/1891, foi lida uma Portaria do Governo do Estado, de 16 de maio, autorizando a mesma a executar por concorrência ou administração as obras de melhoramentos mais urgentes na Estrada de Varre-Sai, servindo de base, os estudos feitos pelo engenheiro João Manhães Barreto, mediante a importância de dez contos de réis, por conta da verba Obras públicas. (241).

Na sessão de 15/09/1891, foi aprovada através da Portaria do Governador do Estado, de 3 do corrente, o orçamento organizado pela Diretoria de Obras Públicas, na importância de 15:568\$871 e as cláusulas para execução das obras de melhoramentos da estrada de Natividade para o arraial de Varre-Sai. (242). Finalmente, na sessão de 5/11/1891, o Engenheiro Dr. João Manhães Barreto, comunica através de ofício que o Governador autorizou a Intendência a despender até a quantia orçada, a construção da estrada de rodagem de Natividade a Varre-Sai.

Mais uma vez, a construção da tão almejada e necessária estrada de rodagem foi adiada em consequência de não terem sido apresentadas até 5/11/1891, propostas para a realização da obra. Na sessão de 18/11/1891, o Governador autoriza a Intendência a fazer outro contrato e sob sua responsabilidade, as obras da Estrada Natividade – Varre-Sai, uma vez que não foram apresentadas propostas para arrematação desse serviço. Em 25 de dezembro de 1891, através de Portaria, o Governador do Estado autoriza a Intendência a contratar com pessoa idônea a construção da estrada para Varre-Sai.

(240) Nosso Século, vol I, p.84.

(241) Livro de Atas da Intendência.

(242) Ibidem.

Leopoldo Muylaert Júnior, em seu *Álbum do Município de Itaperuna*, transcreve parte da justificativa apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro por meio de uma petição dos moradores das freguesias de Nossa Senhora da Natividade do Carangola, de Varre-Sai e de Santo Antonio do Carangola (atual Porciúncula), do município de Campos, pedindo que fosse erigida em vila a freguesia de Natividade e criado um novo município formado com essas três freguesias. (...) *A sua prosperidade disso depende, por que se achará servido o novo município pela estrada de ferro do Carangola e um pouco mais acima pela estrada Leopoldina, de sorte que lhe será reservado um rápido desenvolvimento, não só pelos meios de transporte como pela sua produção.*

Não se trata aqui de uma criação política, mas de uma medida necessária para a prosperidade daqueles povos; os moradores de Natividade e de Varre-Sai principalmente percorrem 30 léguas para ir à cidade de Campos a serviço do júri e para tratar de negócios no foro. (...) Mais adiante, o Sr. Portela faz a seguinte colocação: (...) Eu refiro-me principalmente à população do Varre-Sai. Este lugar pertence à bacia do Itabapoana e não ao vale do Carangola. Mas ainda assim a estrada de ferro do Carangola tem a sua estação no Porto-Alegre (atual Itaperuna), distante da freguesia três léguas e da extrema seis. Já vê o nobre deputado que eles têm, uns de andar a cavalo três léguas de caminhos montanhosos, e os do Varre-Sai, tendo que andar talvez dez léguas para tomarem a estrada de ferro, torna-se-lhes a viagem muito dispendiosa para irem ter à cidade de Campos. E prossegue: (...) Em todo o caso eles tem de percorrer grande distância a cavalo, o que é difícil no tempo das águas. Quanto aos moradores de Varre-Sai, se quiserem aproveitar a estrada de ferro do Carangola, como já disse, têm de tomá-la no Porto-Alegre (Itaperuna) ou Santo Eduardo; tomando-a no primeiro destes pontos terão de andar cerca de 10 léguas, e embarcando em Santo Eduardo terão de andar muito mais.

Grande importância possuía a estrada que liga Varre-Sai a Natividade, em primeiro lugar porque era através dessa estrada que era escoada parte da produção agrícola de Varre-Sai embarcada na estação ferroviária de Natividade; em segundo, porque Natividade era um distrito com uma praça comercial maior.

Verificamos, contudo, que essa estrada era um problema constante enfrentado pela população de Natividade e de Varre-Sai. Percebemos também, em nossas pesquisas, que a solução sempre era dada pela iniciativa privada. Geralmente proprietários agrícolas e comerciantes dessas localidades custeavam os serviços de reparo e de manutenção das estradas, conforme publicaram os jornais da época, sobretudo *A Vedeta*, publicada em Natividade do Carangola entre 1902 e 1940.

Em 1894, o Presidente da Junta Distrital de Varre-Sai propôs que fosse suspenso o serviço da estrada em construção que parte de Varre-Sai a ponte do Rio Preto, em frente a fazenda da Prata, na divisa com o Estado do Espírito Santo, uma vez que o empreiteiro Antônio Elias Ribeiro entendeu não continuar o serviço. Uma comissão foi nomeada para avaliar os serviços já realizados e enviar uma proposta à Câmara de Itaperuna a fim de que se concluísse a referida estrada.

A luta pela construção de novas estradas e pela manutenção das existentes é antiga. Em comentário publicado no *Jornal Natividade*, de 2 de abril de 1902, não sabemos se de fato a causa eram os problemas financeiros para execução e posterior manutenção ou se algum outro, que desconhecemos, se opunha à construção de uma estrada ligando Varre-Sai a Santo Antonio do Carangola (Porciúncula). (...) *Somos de parecer que os autores da idéia melhor procederiam reunindo esses elementos que dizem poder obter para com eles*

concertarem a estrada da Natividade, fazendo-lhe pontilhões, melhorando-a nos lugares em que for preciso e mudando-a em outros. (...). (243).

No nº 1, Ano 7, de 18 de maio de 1908, um artigo já mencionava que eram antigas as reclamações sobre o péssimo estado de conservação das estradas de rodagem do distrito, que, agora, apresentavam sinais de melhora, graças à boa vontade dos proprietários de terrenos e auxiliares. (...) *A pouco tempo, o Sr. José de Almeida Rosa, um dos proprietários que muito se esforça pelo melhoramento das estradas, fez sob a sua boa administração e expensas à mudança em um pedaço de três quilômetros mais ou menos que tornou-se mais perto e um serviço digno de elogio. O Sr. Antonio Augusto da Silva, adiantado fazendeiro neste distrito, acaba de fazer a mudança de uma estrada que segue desta localidade para sua fazenda que se tornando mais perto ficou um bom serviço e evita aos viajantes os pântanos que encontravam na antiga estrada por ocasião das grandes chuvas. A seguir, o artigo enumera uma lista de proprietários e comerciantes interessados em melhorar outros trechos de outras estradas que ligavam Varre-Sai a outras localidades como a da Onça.*

No nº 6 do já citado jornal, o correspondente de Varre-Sai comunica que foi feita a mudança da estrada em terrenos do Sr. Claro Joaquim Fernandes, sob administração dos srs. Cap. João da Costa Campos Guimarães, Bernardino de Oliveira Santos e José de Almeida Rosa. A nota informa, ainda, que diversos negociantes e proprietários do lugar ajudaram nessa mudança.

(...) Sobre a boa administração do srs. Cap. João da Costa C. Guimarães, Antônio de Oliveira Santos, Bernardino de Oliveira Santos e José de Almeida Rosa, foi aberta a estrada desta localidade para o lugar denominado “Onça” deste distrito (...). (244).

Em 1922, *A Vedeta* de oito de outubro anunciava que finalmente o velho problema do povo de Varre-Sai e de Natividade seria resolvido: a construção de uma estrada de automóvel entre essas duas localidades. A nota informava que haviam seguido para Varre-Sai o engenheiro civil Dr. Joaquim Reginaldo A. Werneck e o Dr. Tancredo Lopes, Redator do já citado jornal para fazer um estudo inicial, que recebeu de todos, promessas de solidariedade, sobretudo dos comerciantes e lavradores. Na oportunidade, realizaram uma reunião onde elegeram uma comissão composta dos srs. José Pinto de Campos Figueiredo, Bernardino Oliveira Santos, João Silvestre, Eloy Vieira, Dr. Joaquim Reginaldo Azevedo Werneck, Antonio Ferreira Rabello, major Francelino Rodrigues França e Dr. Tancredo Lopes, ambos moradores de Natividade e de Varre-Sai, a fim de dirigirem uma circular aos habitantes convidando-os para duas grandes assembléias a serem realizadas nas já citadas localidades, onde seriam apresentados os planos para a concretização da necessária obra. (245).

Em *A Vedeta* de 5 de novembro de 1922, o grupo de capitalistas que incorporou a ideia de levar a efeito a obra da estrada, comunicou que já contavam com a volumosa soma de 60:000\$000, arrecadada entre agricultores e comerciantes de Natividade e de Varre-Sai. (246).

Porém, pelo que parece, somente em 1924, conforme divulgou o jornal *A Vedeta*, os proprietários rurais, atendendo à convocação do Major Eloy Vieira, se reuniram para tratar e discutir um plano para a reconstrução inadiável da estrada de rodagem que liga Varre-Sai

(243) *Jornal Natividade*, nº 47, Ano 3, de 02/04/1902.

(244) *Jornal O Independente*, nº 21, Ano 1, de 18/06/1908.

(245) *Jornal A Vedeta*, nº 10, Ano 21, de 08/10/1922.

(246) *Jornal A Vedeta*, nº 13, Ano 21, de 05/11/1922.

a Natividade. Nessa reunião ficou acordado que os trabalhos ficariam às expensas desses proprietários. O artigo informa que cinco quilômetros já haviam sido reparados estando, portanto, transitáveis. Concorreram financeiramente os srs. Eloy Vieira, Francelino Rodrigues França, Antonio Esteves Ribeiro, Raul Garcia Bastos, José Pinto de Campos Figueiredo e Manoel Ladeira Sobrinho.

O trecho que liga Varre-Sai à região conhecida como Matizada ficará às expensas dos agricultores daquela região e do comércio de Varre-Sai, enquanto que o trecho compreendido entre o córrego Mundo Novo e a raiz da Serra esperava a comissão conseguir com o comércio de Natividade e dos agricultores servidos pela referida estrada. Mais adiante informa que o trecho da baixada, que vai da Fazenda Sapucaia até Varre-Sai é deplorável e que esse trecho só poderá ser reconstruído se contar com uma ação conjunta entre Prefeitura e governo do Estado. (...) *Pontes, estivas, aterros, bueiros de pedra, esgotos, sarjetas, etc. são indispensáveis em toda a baixada, sem o que dentro em pouco não teremos mais caminhos para Varre-Sai, uma das grandes artérias, senão a maior artéria vital do nosso centro de comércio, lavoura e indústria. (...).* (247).

De acordo com Teresa Cristina Coutinho, seu avô Major Eloy Vieira faliu por causa das obras da estrada. *Meu avô era proprietário da Fazenda Boa Sorte. Como era o presidente da comissão encarregada das obras e como os outros fazendeiros não quiseram concluir as obras, ele para terminar a estrada acabou se endividando e falindo. Foi obrigado a vender a sua fazenda e acabou morrendo logo depois.* Dulce Diniz em sua obra *O Desenvolver de um Município – Itaperuna – Do Germinar à Frutificação*, confirma que o Major Eloy Vieira foi o construtor e financiador dessa estrada.

Em 1924, com a presença do Governador do Estado Feliciano Pires de Abreu Sodré foi finalmente inaugurada a Estrada Varre-Sai a Natividade.



Inauguração da Estrada Varre-Sai – Natividade. 1924. Acervo de Amélia Vargas de Oliveira.

Em 27 de abril de 1927 foi inaugurada a Estrada Tombos – Varre-Sai. Nesse mesmo ano, Sr. Lindolpho adquire o primeiro automóvel de Varre-Sai. (248).



Inauguração da Estrada Tombos - Varre-Sai. 1927. Acervo de Amélia Vargas de Oliveira.

Em 1928 houve a inauguração da primeira linha de ônibus Varre-Sai à Natividade, que era do Sr. Miguel José, Sr. Flor, como era carinhosamente conhecido. O ônibus foi apelidado de Perua e mais tarde de Jardineira. Em 1929 foi criada outra linha de ônibus pelo Sr. João Baçu, que ligava Varre-Sai a Tombos. Esse ônibus tinha apelido de Pente-fino.

Em 1943, o correspondente do Jornal Brasil Novo, José Vargas de Figueiredo informou que eram grandes as dificuldades de comunicação com a sede do município devido (...) *ao lamentável e perigosíssimo estado em que se encontra a estrada Varre-Sai – Natividade, única que nos liga à Itaperuna. Os gêneros de primeira necessidade que não produzimos e que importamos por essa via de comunicação, já são escassos e os pobres são os que mais sofrem com essa situação. Também os proprietários e lavradores não podem levar a estação mais próxima, que é Natividade, o café que é o seu produto principal. (...) E prossegue: (...) O distrito é um dos primeiros no município no produto do melhor tipo de café. Possui perto de quinhentas propriedades rurais e uma sub coletoria estadual que arrecada com o vizinho distrito de Santa Clara, para mais de duzentos mil cruzeiros, anuais, de diversos impostos. Da significativa renda de mais de cinquenta mil cruzeiros aos cofres da Prefeitura e aproximadamente a mesma importância à União. (...).* (249).

Em 1943, o Prefeito de Itaperuna, atendendo ao apelo da população, determinou o conserto da estrada Varre-Sai – Natividade.

(248) Jornal O Varressaense, de 18/11/1979.

(249) Jornal Brasil Novo, de 28/03/1943.

Em 1948, a *Empresa Auto Viação Itaperuna Ltda*, desistiu de fazer a linha Siqueira Campos a Itaperuna, passando por Varre-Sai, por motivos ignorados. Na oportunidade, outra empresa particular que pretendia explorar a linha Varre-Sai – Natividade, não pode fazê-lo porque foi impedida pela empresa anterior que desistira de fazer o trajeto, mas não permitia que outra empresa o fizesse. (250).

Em 1950, depois de cumprirem com as exigências da Inspetoria Geral de Trânsito Público, e terem adquirido um ônibus para explorarem a linha Varre-Sai/Natividade, os sócios da empresa *Auto Viária São João*, de João Francisco da Silva e João Carlos da Silva, encontraram dificuldade com a empresa por causa da concorrência desleal dos caminhões que transportavam passageiros. (251). Em 1951, essa mesma empresa iniciou uma nova linha de Natividade a Guaçuí.

Após ser inaugurada a estrada Varre-Sai à Natividade, o Sr. Antonio José, mais conhecido por Careca, comprou o primeiro caminhão e foi o primeiro varressaense a portar carteira de habilitação de motorista. (252).

Em 1976, foi inaugurada com a presença do Governador Faria Lima, o asfaltamento da estrada que liga Varre-Sai a Natividade, obra atribuída ao Deputado Estadual Luiz Fernando Monteiro Linhares. (253).

(250) *Jornal A Voz do Povo*, nº 720, de 6/9/1948.

(251) *Jornal O Norte Fluminense*, nº 152, de 19/02/1950.

(252) *Jornal O Varressaense*, de 18/11/1979.

(253) *Ibidem*.

Iluminação pública

“A noite, que diferença dos tempos de hoje! A escuridão impunha seu domínio. Uma resistência ridícula se formava em cada linguinha de fogo de querosene, onde um halo anêmico de luz arriscava seu protesto contra a falta de claridade”.

Raul Duarte, cronista e jornalista.

Na sessão da Junta Distrital de Varre-Sai, realizada no dia 12 de agosto de 1894, o cidadão José Joaquim Luiz da Silva, ofereceu a Junta em nome do povo do distrito, para que em nome deles, oferecessem a Câmara de Itaperuna 12 lâmpioes belgas com postes, para serem instalados em Varre-Sai. (...) a Junta aceitou e nomeou uma comissão de três membros para agradecer ao povo e ao mesmo tempo lhe propor que para o benefício ser completo, proponha ao mesmo povo para sustentar entre si esta luz por espaço de um mês para assim dar tempo de ser proposto a Câmara uma verba para sustentar a iluminação (...). (254).

Na sessão de 5 de dezembro do já citado ano, a comissão encarregada pela Junta, composta pelos senhores José Soares de Rezende, João da Fonseca Lamego e Gabriel Rodrigues de Aguiar, comunicou que a iluminação pública estava sendo mantida até a presente data pelos particulares, inclusive o pagamento do encarregado, Sr. Carlos José Luiz da Silva. E comunicou ainda que devido a Junta não ter providenciado o custeio dessa despesa, a população manteria o serviço, apenas, até o dia 12 de dezembro. Nessa oportunidade, foi encaminhado novo expediente à Câmara de Itaperuna solicitando a manutenção do serviço de iluminação.

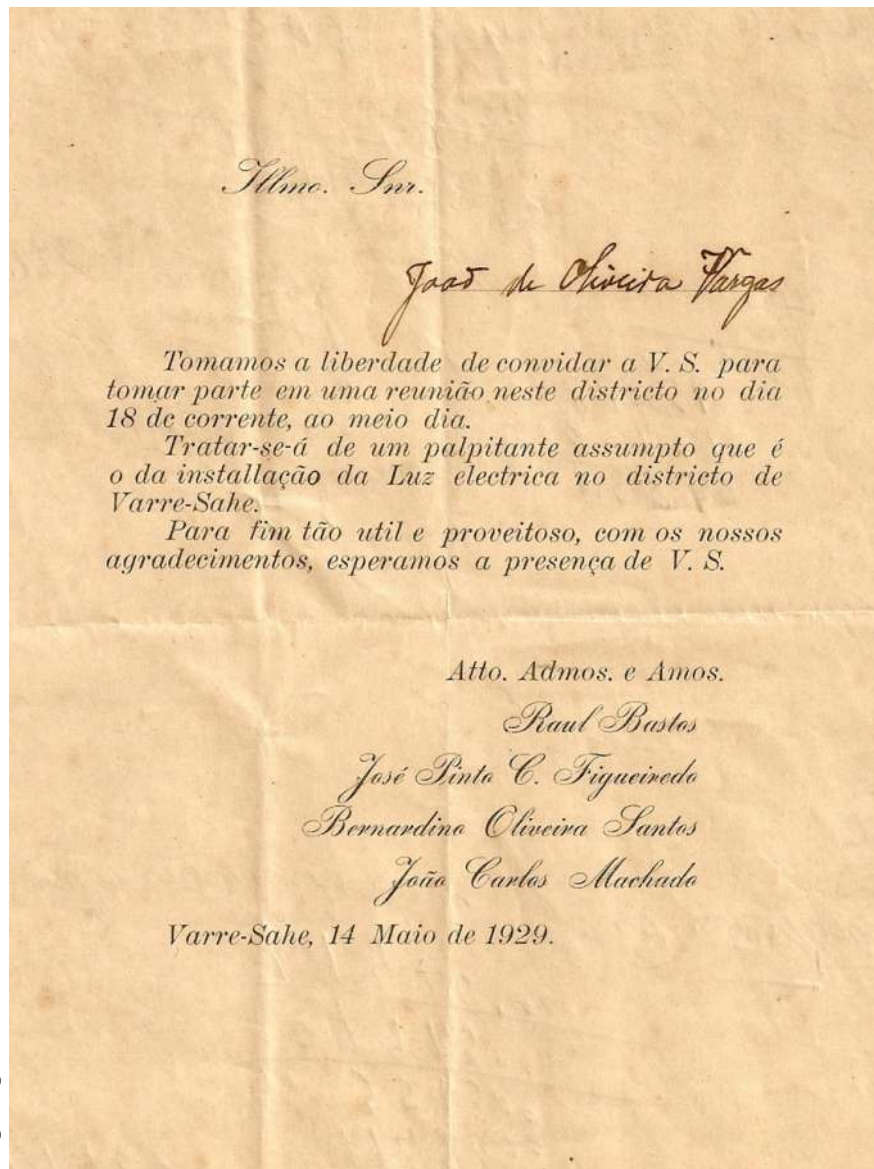
Em 1894, Varre-Sai já contava com iluminação pública feita com lâmpioes a querosene, conforme foi noticiado pelo Jornal *O Itaperunense*, de 1895, em que o vereador Horácio Antônio Monteiro, propunha-se a arrematar pela quantia de dois contos de réis, o serviço de iluminação pública do distrito de Varre-Sai, correndo todas as despesas por sua conta. (255).

A primeira notícia que encontramos sobre iluminação elétrica em Varre-Sai, foi publicada no Jornal *A Vedeta*, nº 8, Ano 17, de 14 de julho de 1918, sobre um projeto de lei apresentado pelo vereador Theophilo Paulo de Oliveira, autorizando ao executivo para que dotasse a sede do distrito com iluminação elétrica que, pelo que parece, não passou mesmo de uma proposta.

Em 1929, uma reunião foi convocada pelos senhores Raul Bastos, José Pinto C. Figueiredo, Bernardino Oliveira Santos e João Carlos Machado para tratarem da instalação da luz elétrica no distrito.

(254) Livro nº 1 Atas da Junta Distrital de Varre-Sai.

(255) HENRIQUES, Major Porphirio. *A Terra da Promissão – História de Itaperuna*. Editora Aurora. Rio de Janeiro. 1956, p. 186.



Convite para uma reunião para instalação da luz elétrica. 14/05/1929. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Segundo o livro de memórias de Edmêe Siqueira Machado – *Seu Carlinhos - O homem alegre que não sabia sorrir*, a luz elétrica só chegou em 1938. Antes as casas eram iluminadas com candeias de ferro e lamparinas de folha de flandres. As mais abastadas utilizavam candeeiros, candelabros e lampiões de pés de vidro ou de metal com mangas de cristal ou de opalina como era o caso do exemplar existente na casa comercial do Sr. Said Antônio.

De acordo com Edmêe, a luz elétrica foi instalada pelo cearense Francisco Figueira Cordeiro, engenheiro do Departamento Nacional do Café – DNC, que, designado para a região, acabou se casando com uma moça de Guaçuí de nome Nadir com quem constituiu sua família. Quando viu a Cachoeira do Pedro Dutra, percebeu que havia volume d'água suficiente para gerar eletricidade. Com muito idealismo e esforço adquiriu a propriedade e com ajuda dos eletricitas Eliazar Gomes Primo, Norival e outros montou uma usina geradora. O escritório funcionava na residência do Sr. Carlos Ferreira Machado e de sua esposa D. Maria Antunes de Siqueira que ajudava nas contas.

O Dr. Figueira faleceu em Itaperuna, onde exercia o cargo de Diretor de Obras da Prefeitura, no dia 7 março de 1948, vítima de um trágico desastre provocado pela colisão do caminhão da Prefeitura conduzido por seu motorista com o trem da Leopoldina.



Cachoeira do
Tatão Randolpho.
2011.



Cachoeira do
Tatão Randolpho.
Detalhe da casa de força.
2011.



Cachoeira do
Tatão Randolpho.
Detalhe da mureta de
represamento.
2011.

A Usina de Força de Varre-Sai foi instalada na Cachoeira do Tatão Randolpho/Pedro Dutra, onde está localizada uma queda d'água de 20 m de altura no Ribeirão Varre-Sai, atualmente desativada, localizada na Estrada Varre-Sai/Guaçui, e que possui ainda, parte das duas muretas de represamento. São 150 metros de corredeiras através do referido ribeirão com duas quedas d'água. Atualmente, o local é considerado uma das principais atrações turísticas da cidade.

D. Philomena de Sá Vieira, 94 anos, confirma esta versão de Edmêe sobre a iniciativa do Dr. Figueira. Os serviços eram ainda muito precários, pois tinha hora determinada para apagar, mas segundo ela, era melhor que os lampiões. *Eu era bordadeira, bordava a máquina, de modo que nesse tempo ninguém podia trabalhar de noite, porque era impossível trabalhar com o lampião. Eu ainda fiz alguma coisa, mas eu falo que era muito difícil. E aqui vinha tanta gente de fora, acho que trazidos pelo clima e eles falavam: gente, que pena! Um lugar tão bom e não ter luz elétrica, mas a gente já estava acostumada, achava até ruim quando eles falavam. Agora se faltar luz cinco minutos nós já estamos gritando. Porque primeiro ninguém tinha geladeira, quer dizer, se faltasse luz também não tinha problema; a luz que tínhamos era do cinema. Antes de começar a sessão, acendia, assim, uma hora antes, então tinha umas lampadzinhas por aqui (referiu-se a Rua Felicíssimo de Faria Salgado) mas lá para as outras ruas não, vinha do cinema que era lá embaixo, perto daquela casa da Prefeitura. Ali que era o cinema, Cinema Ideal, do Sr. José Tupini, que funcionava com motor a diesel. Quando tinha festa eles o contratavam para poder ficar claro na rua, até lá pelas dez, onze horas tinha luz, mas era do gerador. Nós achávamos que era uma beleza, que estava muito claro, mas não estava nada. Mas em vista de ficar no escuro, estava ótimo!*

Nos arquivos do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas está registrado o dia 12 de junho de 1937, como sendo a data da instalação da luz elétrica em Varre-Sai.

Em 1941, com o falecimento do Diretor-Gerente da Empresa Força e Luz de Varre-Sai S/A, Sr. Carlos Ferreira Machado, foi convocada a primeira Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 3 de novembro, para eleição do novo Diretor-Gerente. (256).

Em 1943, a Comissão da Central de Macabú, através dos seus engenheiros de Itaperuna, retificaram os serviços provisórios de canaleta condutora de água para a Usina geradora de luz e força desta Vila, atendendo desta maneira, aos interesses dos consumidores e da própria companhia. (...) *Acreditamos que este último serviço, apesar do caráter provisório, possa resistir por meses suficientes a construção definitiva. Não negamos portanto, o esforço da comissão, especialmente aos engenheiros Drs. João Alt Filho e Rocha, que não se limitaram a dirigirem as obras mas também auxiliaram os operários no trabalho pesado, afim de tudo se fazer com o menor tempo possível o que de fato aconteceu. Assim estamos satisfeitos e aguardamos as substituições dos postes podres que resistem as linhas transmissoras de 6.00 volts no perímetro urbano, aliás, o ilustre chefe dr. Edmundo Cruz, verificou pessoalmente o estado da posteação (...).* (257).

Em 1943, o correspondente do Jornal *Brasil Novo*, comunicou que os consumidores de luz, prejudicados com a constante falta de energia, solicitaram da Empresa Força e Luz Varre-Sai S/A, através de seu intermédio, providências urgentes. (258).

(256) Jornal *Brasil Novo*, nº 561, Ano XI, de 19/10/1941.

(257) Jornal *Brasil Novo*, de 21/02/1943.

(258) Jornal *Brasil Novo*, de 09/05/1943.

Em 1949, foi noticiado que, graças ao governo do Cel. Edmundo de Macedo Soares e Silva, a empresa de Força e Luz de Varre-Sai S/A foi adquirida pela Comissão Central de Macabu. (259).

Em 1951, a população reclamava da indução nos rádios produzidas pelo funcionamento de bombas hidráulicas e motores. É que administração da Macabu não exigiu dos consumidores de força a necessária adaptação de condensadores nos seus respectivos motores. (260).

Em 1951, foi inaugurada a luz na Rua do Oriente, bairro dos operários de Varre-Sai, iniciativa do vereador Sebastião Oliveira Vargas.

Nesse mesmo ano, o Prefeito de Natividade, acompanhado do vereador Sebastião Oliveira Vargas inaugurou a luz elétrica no povoado de Cruz da Ana. (261).

Em 1954, continuavam as reclamações contra a empresa Macabu. O correspondente do Jornal O Norte Fluminense, José Vargas de Figueiredo dizia que (...) *uma notícia que não fica velha é a de que estamos sem luz, por desleixo da Macabú, que tem sua posteação podre e suas maquinarias em constantes inguiços (...)*.

Em 1963, o governo fluminense cria as *Centrais Elétricas Fluminense S.A.*, um *holding* que reunia diversas empresas deficitárias fornecedoras de energia para o Estado, inclusive a *Companhia Norte Fluminense de Eletricidade*. Em 1967, a *CELF* incorpora todas as subsidiárias e passa a responder pelos serviços prestados por ela. (262).

Em 1975 se deu a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara. Parte da *CELF* foi vendida a *Companhia Brasileira de Energia Elétrica – CBEE*. A partir de 1980, quando o estado teve o completo controle operacional da empresa, recebeu a denominação de *Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro*.

A *CERJ* foi privatizada em 1996, passando a denominar-se *AMPLA*.

(259) Jornal *A Voz do Povo*, nº 763, de 06/08/1949.

(260) Jornal *O Norte Fluminense*, nº 190, de 21/01/1951.

(261) Jornal *O Norte Fluminense*, nº 206, de 27/05/1951.

(262) Site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Eletricidade_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro

Água e esgotos

(...) A grotta, coberta por mata primitiva, guarda até hoje, em seu ventre, a água que, nascida um pouco acima, ia desembocar numa bica que alimentava a sede dos tropeiros, carreiros e candeeiros. (...).

Nazira Abib Oliveira Vargas. (263).

Conforme informações prestadas por Amélia Vargas de Oliveira, parte da Vila era abastecida com água que vinha de uma área remanescente de mata nativa que é farta em água, localizada na parte urbana, no morro que fica por trás da Rua Felicíssimo de Faria Salgado e da Praça Antônio Camilo, propriedade do Sr. Luiz Sobreira e de Sebastião Oliveira Vargas e que ainda hoje abastece algumas casas da cidade, sendo sua sobra desviada para o bueiro de águas pluviais.

Segundo recordações que D. Philomena de Sá Vieira possui dos tempos idos, a casa do Sr. Bernardino de Oliveira Santos não possuía banheiro. *No Beco da Pendência, atual Rua Bernardino de Oliveira Santos, naquela época não existia casas. Havia uma máquina de arroz localizada mais ou menos na parte central da rua, a nossa casa lá na esquina e a máquina de café do outro lado. Lá na parte de baixo existiam duas privadas. Uma pública, que ficava aberta e, outra fechada a chave, que pertencia ao Capitão Bernardino de Oliveira Santos e a sua família. De modo que para usá-la, eles tinham que andar bastante e não podiam se esquecer de trazer a chave. (risos). Os dejetos eram despejados numa valeta que desembocava no Ribeirão Varre-Sai.*

Apenas na virada do século XIX para o XX, através de estudos higienistas, é que foram estabelecidas condições de salubridade e de higiene necessárias ao desenvolvimento humano.

Em 1896 a água potável de Varre-Sai foi canalizada. A obra foi orçada em 1895 em 4.450,00 (quatro contos e quatrocentos e cinquenta mil réis), custeada graças a um empréstimo de cem contos de réis feito pela Câmara de Itaperuna. (264).

Nas cidades do interior, até as primeiras décadas do século XX não havia banheiro no interior das residências. Antes de serem introduzidos os quartos de banho, as atividades ligadas à limpeza do corpo eram realizadas nas áreas de serviço, externas, ou a beira de rios. Os banheiros como conhecemos hoje em dia, surgiram na Europa no final do século XIX. Usava-se para a higiene e toailete, um conjunto de objetos composto de bacia, gomil, bacia para barbear, porta escovas, saboneteira e urinol. Os jogos das famílias mais abastadas eram de prata. De igual beleza eram os de louça, em sua maioria de faiança inglesa. Não podemos deixar de citar o conjunto de objetos de toucador, composto de espelho, duas escovas de roupa, uma escova de cabelo, potes para cosméticos, perfumeiros e, em alguns casos, escova para o rosto e polidor de unhas. Datam dessa época os toucadores, em nossa região também conhecidos como toaletes, que era parte da mobília do quarto de dormir. É uma espécie de cômoda, com tampo de mármore, adequada para abrigar o jogo de toailete. Os urinóis, geralmente com tampa, eram depositados dentro de pequenos móveis dispostos ao lado das camas, curiosamente denominados de criado-mudo, ou embaixo destas.

(263) Jornal Tribuna do Noroeste, p.3, de 08/03/2000.

(264) CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Imigrantes Italianos Em Uma Nova Fronteira – Noroeste Fluminense (1896-1930)*. Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2001, p.82.

Os excrementos eram recolhidos no dia seguinte, jogados em água corrente, nos fundos dos quintais ou até mesmo, em tempos mais antigos, pelas janelas dos próprios quartos.

Em 1903, a Junta Distrital autorizou ao Sr. Manoel Francisco Alves de Freitas a realizar pela importância de 91.250 réis o conserto do chafariz e o encanamento d'água do distrito. (265).

Em 1908, sob a administração do escrivão de Paz, João Damasceno de Figueiredo, foi realizada a limpeza das caixas e encanamentos da água que abastecia a povoação. Concorreram para esse melhoramento, além do escrivão de Paz, os srs: Ângelo Fabbri, Antônio de Oliveira Santos, José Antônio Abbib, José Miguel & Irmão, João Ignácio da Silveira, Jacomo Fabbri, José Itaborahy, major Lúcio Moreira Pontes, Manoel Máximo Moreira, Manoel Joaquim Henriques e Raphael Senise. (266).

Em 1929, *A Vedeta*, através de seu correspondente comunicava que as ruas continuavam esburacadas e a população sem água. (...) *Quando o povo insiste nas reclamações sobre esse precioso líquido, começa-se a fazer orçamento; já foi feito o terceiro e a água não aparece.* (267).

Sobre o esgoto, o mesmo jornal denunciou em 28 de outubro de 1928, o abandono em que andava a higiene do lugar. (...) *No Largo da Matriz, alguns proprietários deixaram os respectivos canos de esgoto com despejo para a rua, empestando o ambiente e constituindo um grave perigo para a saúde pública. É aquele justamente um lugar de frequência obrigatória pela população que vai a Igreja (...).* (268).

Através da Lei nº 1969, de 4 de setembro de 1953, o governo do Estado aprovou o acordo firmado em 10/04/1953, entre o Estado e a Prefeitura Municipal de Natividade do Carangola para construção e exploração dos serviços de abastecimento d'água na Vila.

Atualmente o serviço é prestado pela *Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE*.

(265) Livro de Atas da Junta Distrital de Varre-Sai.

(266) Jornal *O Independente*, nº 14, Ano 1, de 30/04/1908 e nº 15 de 07/05/1908.

(267) Jornal *A Vedeta*, nº 39, Ano 27, de 05/05/1929.

(268) Jornal *A Vedeta*, nº 18, Ano 27, de 28/10/1928).

Telefone

Em 1876, Graham Bell, registra a patente de seu invento. Em 1877, D. Pedro II, que havia conhecido o transmissor de indução na Exposição do Centenário da Independência dos Estados Unidos, determina a instalação de aparelhos ligando o Palácio da Quinta da Boa Vista às residências de seus ministros, cujos serviços foram executados pela *Western and Brazilian Telegraph*, inaugurando, dessa forma, a telefonia no Brasil. A partir de 1881 foi concedido à *Telephone Company do Brasil* construir e instalar linhas no Rio de Janeiro, em seus subúrbios e em Niterói. Em 1890, foi outorgada concessão para implantação da primeira linha telefônica interurbana do Brasil. O concessionário era a empresa alemã *Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft*. Essa empresa, em 1912, foi incorporada à *Brasilian Traction Ligth & Power*. Em 1923, a subsidiária brasileira da *Brasilian Traction* passou a denominar-se *Companhia Brasileira Telefônica – CTB*. (269).

Em 1975 foi criada a *TELERJ – Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro*, criada após a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara. Tempos depois incorporou os serviços telefônicos prestados na maioria dos municípios fluminenses pela *CTB* e pelas empresas locais de telefonia. É que, nessa época, alguns municípios dispunham desse tipo de serviço. Em 1998, a *TELERJ* foi absorvida pela *TELEMAR*. (270). Com a privatização em 2007, a *TELEMAR Norte Leste S.A.*, passou a usar a marca *OI*.

Noticiou *A Vedeta* de 20 de novembro de 1927 a ligação de Varre-Sai a Pinheiro de São Manoel, pela linha telefônica Porciunculense. Era objetivo da empresa ligar todo o município de Itaperuna, sendo que os distritos de Varre-Sai, Natividade, São Sebastião da Vista Alegre e Porciúncula já estavam ligados e até o mês de março os serviços se estenderiam à sede do município. Esses melhoramentos foram proporcionados pelos proprietários da empresa, Dr. Sadi Sobral Pinto e Attila Sobral Pinto. (271).

Não conseguimos descobrir até quando esse serviço funcionou. Somente em 1948, mais precisamente no dia 10 de agosto, é que foi instalado na residência da D. Hilma de Oliveira Rosa um posto da *Companhia Telefônica Brasileira – CTB* que, tempos depois, também foi desativado.

Até essa época os telefones eram particulares. As linhas eram feitas pelos proprietários e às suas expensas e ligadas à linha central em Natividade. Os aparelhos eram poucos: Arindo Sobreira em sua casa comercial; José Tupini em sua residência; Antonio Bexiga e Firmino Francisco de Paula, em suas respectivas fazendas. (272).

Em 1949, porém, o *Jornal A Voz do Povo* de 6 de agosto de 1949 anunciava a extensão da rede telefônica da *Ligth*, de Natividade a Varre-Sai, (...) *cuja posteação aqui já chegou, aguardando-se assim a inauguração de tão importante serviço para dentro de breves dias*.

Dias depois noticiou o *Jornal O Norte Fluminense* de 21 de agosto de 1949: (...) *Juntamente com a Festa de Santa Filomena, ocorreu no dia 10 deste, a inauguração da rede telefônica*

(269) Site: www.mc.gov.br > O Ministério

(270) Site: <http://pt.wikipedia.org/wiki/TELERJ>

(271) *Jornal A Vedeta*, nº 23, Ano 26, de 20/11/1927.

(272) Site: www.itaperunaonline.com.br

nesta Vila, aqui comparecendo altas personalidades de projeção nacional (...). E prossegue: (...) A inauguração teve início as 14 horas, com a bênção da cabine pelo revmo. Pe. Oton Deodato de Souza e em seguida o corte simbólico da fita pelo prefeito Sr. José Moreira de Carvalho (...). Na inauguração, falou em nome da Sociedade de Amigos de Varre-Sai – SAVS, o Sr. Walter Vieira, o qual assim expressou a certa altura de seu discurso: (...) Senhores! A Sociedade de Amigos de Varre-Sai não pode ocultar de modo algum, o seu grande entusiasmo, em face de tão empolgante acontecimento, aliás já esperado com ansiedade pelos membros dessa organização social, ou seja, pelo nosso povo. (...). E prossegue: (...) Eis, senhores, a promessa cumprida e nossos esforços coroado de louros. A cooperação e o apoio do incansável deputado Dr. Raymundo da Fonseca Dória, do ilustre presidente do PSD, dr. Francelino Bastos França, do insigne administrador José Moreira de Carvalho e do digno representante do distrito, Sr. Sebastião Oliveira Vargas, muito apressaram a realização desse inolvidável acontecimento. A estes e muito especialmente ao honrado Governador do Estado Cel Edmundo de Macedo Soares e Silva e ao egrégio Secretário de Viação e Obras Públicas, dr. Bento dos Santos Almeida, os sinceros agradecimentos da Sociedade de Amigos de Varre-Sai. (273).

Bancos

Banco Fluminense da Produção S/A.

Em 1943, foi instalada pelo Inspetor Sr. Mário F. Queiroz, numa das salas da residência do Sr. Luiz Pulitini, onde funcionava a Escola Estadual de Varre-Sai, uma agência do *Banco Fluminense da Produção S/A*. Conforme noticiou o *Jornal Brasil Novo*, o inspetor na época ficou bem impressionado com as possibilidades da zona que compreende Varre-Sai, Santa Clara e Vista Alegre. (...) *Como é do conhecimento público, essa instituição bancária tem como um de seus princípios facilitar aos lavradores o financiamento da produção em geral. Fomos ainda informados de que os italianos poderão transigir sem os descontos anteriormente exigidos, o que muito virá beneficiar a colônia italiana nesta zona. Assim sendo, poderemos contar com poderoso auxílio para a exploração da sericultura e vinicultura, apropriadas ao nosso clima e que já deram ótimos resultados nas experiências efetuadas.* (274).

Banco do Estado do Rio de Janeiro – BANERJ

A agência do *BANERJ* foi instalada em 20 de julho de 1977.

O *Banco do Estado do Rio de Janeiro* tem suas origens ligadas ao antigo *Banco do Distrito Federal*. Com a transferência da capital para Brasília, transformou-se em *Banco do Estado da Guanabara*. Em 1975, em decorrência da fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara, fundiu-se com o *BERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro*. Em 1997 muda para *Banco BANERJ S/A*. Em 2004 foi incorporado ao *Grupo Itaú*. (275).



Inauguração Agência BANERJ. 1977. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Banco do Brasil

O *Banco do Brasil* é a mais antiga instituição financeira do país. Sua criação foi um dos primeiros atos D. João VI, quando da transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808.

A agência do *Banco do Brasil* de Varre-Sai foi instalada no dia 13 de novembro de 2006.

(274) *Jornal Brasil Novo*, de 03/10/1943.

(275) Site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro

Cartórios

(...) 105 anos presente em nossa história. Encontram-se neste cartório documentos importantes como: chegada dos imigrantes, registro de compra e venda de escravos, fatos marcantes do nosso ontem e do nosso hoje. (...). (276).

A sede do Cartório de Paz e do Registro Civil de Varre-Sai foi, por muitos anos, a residência do sr. João Damasceno de Figueiredo, na Av. Felicíssimo de Faria Salgado. Além do Cartório, sediou a Junta Distrital e Administrativa de Varre-Sai instalada em 1894. Foi, também, por muitos anos a sede da Subdelegacia de Polícia do distrito.

Sob o ponto de vista administrativo, o Cartório era o local mais importante da vila. Por esse motivo, desde o século XIX foi palco para resoluções importantes, onde eram delineados os destinos do então povoado e já no século XX, do distrito de Varre-Sai, como a fundação da *Associação Hospitalar São Sebastião*, o *Clube dos 13* e a *Associação de Amigos de Varre-Sai-SAVS*.

O Cartório de Paz, Registro Civil e Tabelionato foram criados em 1889, tendo como Escrivão nomeado o Sr. João Damasceno de Figueiredo.

Em 1926, foi nomeado Escrivão José Vargas de Figueiredo.

Em 1954, foi nomeado Escrivão Getúlio Vargas de Figueiredo.

Em 1968 foi a vez de Amélia Vargas de Oliveira, suceder o irmão Getúlio, onde permaneceu até sua aposentadoria em 1998.

O primeiro registro de nascimento foi lançado no dia 30 de outubro de 1889, em nome de Maria Roza de Figueiredo. (277).

O primeiro casamento, de Elias José Fernandes e Roza Maria da Conceição aconteceu no dia 15 de novembro de 1889, no dia em que foi proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil. (278).

No dia 22 de abril de 1890, deu-se o primeiro alistamento eleitoral. Era o Juiz Municipal do Termo, o Sr. Antônio Pedro Ferreira Lima. (279).

Por 109 anos, o Cartório de Varre-Sai esteve sob os cuidados de uma mesma família. Segundo consta, Memélia dedicou sua vida inteira, até aposentar-se a cuidar dos livros. Talvez porque soubesse que, em suas páginas, está registrada uma parte expressiva da história de Varre-Sai.

(276) Roteiro do Desfile Cívico da Escola Estadual Dr. Miguel Couto Filho e Instituto Educacional João XXIII – abril de 1990.

(277) Informações disponíveis no Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

(278) Informações disponíveis no Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

(279) Informações disponíveis no Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Sociedade Amigos de Varre-Sai - SAVS

A *Sociedade Amigos de Varre-Sai* – SAVS foi fundada no dia 23 de maio de 1948, por um grupo de pessoas decididas a lutar em prol da coletividade e por melhores condições de vida. (...) *Dois sonhos maiores embalaram a SAVS em seu nascedouro: lutar por criar condições para que, um dia, Varre-Sai pudesse gerir seu próprio destino através da Emancipação Político-Administrativa, e colocar-se, imediatamente, ao desafio por construir um hospital local.* (...). (280).

Assim noticiou o Jornal *A voz do Povo*, nº 711, de 26/06/1948: *Organizou-se nesta Vila uma sociedade denominada “Amigos de Varre-Sai”, que sem caráter político nem mercantil, tem por finalidade propugnar pró melhoramento do distrito quanto a sua lavoura, comércio, indústria, serviços sanitários, rodovia, telefone e etc.* (...). A primeira diretoria ficou assim constituída: Presidentes: de honra, João de Oliveira Vargas, João Ramos Pereira, Bernardino de Oliveira Santos e José Tupini. Conselho Diretor com dezoito membros, tendo como presidente o doutor Francelino Bastos França, colaborado pelas senhoras: Francisca de Sales Figueira, Alcedina Fratejani Fabri, Zuleica e Lélis Vieira. Diretoria: Presidente, Dr. José Soares, Vice Presidente, Sebastião Alves Figueira, Secretários, José Vargas de Figueiredo e Domingos Janoti Neto. Tesoureiros, José Rosa de Souza e Erothides Pires dos Santos.

(...) Desde que surgiu, a dimensão ampla de sua visão, enquanto organização civil, estava presente no próprio lema escolhido: “Unidos Pró-Emancipação e Progresso de Varre-Sai”. É que a Emancipação era entendida como algo que seria conquistado, através de um longo processo de lutas ao qual se chegaria um dia; e “Progresso” concebido enquanto busca permanente de melhores condições de vida (...). (281).

A SAVS foi responsável por uma série de conquistas: construção do Hospital São Sebastião, implantação da linha de ônibus, linha telefônica, instalação do primeiro posto repetidor de TV, construção do Estádio dos Eucaliptos, além de constituir comissões para reivindicar junto à Prefeitura de Natividade e ao Governo do Estado, a complementação de obras públicas que resultaram no aumento de voltagem de nossa energia elétrica e serviços de água.

A SAVS manteve-se atuante até 1970, a partir entrou em longo período de hibernação. Em 1988, foi reativada por um grupo de pessoas interessadas em lutar por projetos que oferecessem melhores condições de vida aos varressaenses. Organizaram-se e a SAVS foi reativada nesse clima de entusiasmo e de união. Elegeu-se uma nova diretoria que foi para as ruas. Em 1990, a SAVS, atualizou seus Estatutos Sociais.

Em setembro de 1989, porém, um ano após sua reativação a SAVS já havia realizado muitas atividades e lançados diversos projetos: documentário histórico em vídeo sobre Varre-Sai, jornal da SAVS, campanha para o retorno do cartório, campanhas pela implantação do Sistema Telefônico DDD, pela reconstrução da RJ 214, no trecho da Fazenda Bela Vista, pela arborização do trecho do Ribeirão Varre-Sai, onde hoje se encontra a Praça Paulo Duque, pela modernização e ampliação dos Serviços de

(280) Texto publicado em Cabral 2000 – Varre-Sai, 1998, TurisRio, possivelmente de autoria de Nazira Abib Oliveira Vargas.

(281) Ibidem.

Abastecimento de Água, pela construção do CIEP, campanha pela emancipação política e administrativa, participação no projeto Saúde do Trabalhador – Hospital São Sebastião de Varre-Sai, dentre outras realizações. Havia, porém, um projeto especial que mereceu destacada atenção: a criação de um centro cultural no Casarão do Felicíssimo. Essa campanha foi interrompida devido às dificuldades criadas pelo então Vigário da Paróquia de São Sebastião de Varre-Sai, Padre Alberto Luiz Halben, que não aderiu ao intento dos varressaenses em transformar o imóvel num espaço cultural dinâmico e participativo.

É que, em 1982, foi escolhido um novo Bispo Diocesano para Campos, acontece um cisma na igreja católica provocado pelo Bispo de Campos D. Antônio de Castro Mayer e por uma parcela do clero que não aceitavam as mudanças estabelecidas pelo Concílio Vaticano II. A mitra só conseguiu reaver seus bens através de ação judicial. Nessa época, a SAVS, presidida por Nazira Abib Oliveira Vargas empreende a campanha que visava salvar o Casarão que ameaçava ruir. (...) *Nós, os filhos da terra, não temos culpa da divisão religiosa que se instalou entre nós. E um Centro Cultural e Comunitário que conte com o apoio dos seguidores da Mitra Diocesana e dos seguidores do Padre Antônio, poderá se constituir como um novo ponto de referência para superação, no plano das relações de vizinhança, da dolorosa cisão que nos pesa e angustia.*

Fundamental é que se tenha bem clara esta verdade: nossa gente está dividida sob o ponto de vista da religiosidade católica, divisão que atinge nossas casas, nossas relações de parentesco e vizinhança, e esta divisão não foi escolha nossa. Há trinta e cinco anos implantou-se aqui um catolicismo de orientação tradicionalista. Este catolicismo tradicionalista, ao longo desses trinta e cinco anos, com ou sem apoio da orientação pastoral da Igreja Católica Romana, fincou raízes entre nós. Foi-se tolerante, permitindo-se a sua implantação. São centenas de famílias, milhares de pessoas que estão mergulhadas nesta prática religiosa. Por longos trinta anos, não conheceram outra orientação dentro do catolicismo. Só há poucos anos, com um novo bispo, começou a sementeira de outra linha pastoral. É preciso portanto que a Igreja Católica Apostólica Romana, dentro de uma ampla análise, assuma a dolorosa responsabilidade histórica - pastoral desta divisão que atinge o núcleo do sentimento religioso. Não somos os responsáveis pela divisões que nos entristecem, magoam, confrontando pais e filhos, vizinhos e conhecidos. Precisamos ter, de novo, projetos e objetivos que nos unam e nos façam lutar juntos, por uma causa que nos é comum, ou seja, a construção de um Varre-Sai mais humano, de uma coletividade onde cada um de seus filhos, na diversidade de suas crenças ou posições religiosas, possam se unir em função do bem coletivo.

Uma Casa de Cultura, um Centro Comunitário, nascido pela compreensão histórica - pastoral da Mitra-Diocesana e do Padre Antonio, devolvendo o Casarão do Centenário a todos os varressaenses, poderá representar um ponto de união onde reconstruiremos nosso passado, pensaremos nosso presente e nosso futuro. Que as autoridades religiosas e os cristãos, enquanto tal, reflitam, com a grandeza de sentimento, a dimensão pastoral profunda do que está sendo proposto; superemos nossos muros.

Por tudo isto, voltamos a insistir com o Padre Antônio e a Mitra Diocesana: entreguem, a todos os varressaenses a sua Casa-Mãe. Juntos, faremos deste Velho Casarão, a casa de todos nós. Aceitem conversar sobre formas de superação desse impasse que, para o Casarão, significa a sua destruição. (...) E prossegue: (...) Só um acordo poderá salvar a nossa Casa-Mãe. E a história quer registrar não a sua destruição, mas a realização do sonho que tanto nos acalenta: reconstruir o nosso “Pombal”, nome popular do Velho

Casarão por ter sido sempre ele o lugar onde os varressaenses se encontravam, como um bando de pombos, no fraternal comemorar das alegrias do lugar. Sim, as janelas do Pombal acessas, eram um chamamento para a alegria. Casarão do Pombal... Casarão da Alegria Coletiva, esta a sua mensagem, este o desafio que ele nos faz. Vamos salvar o Casarão?

Que o sentido deste sonho-projeto seja entendido por todos nós, varressaenses, e por aqueles que, mesmo não sendo filhos do lugar, têm poder para influir em seu destino. 18 de outubro de 1988, Nazira Abib Oliveira Vargas – Presidente da Sociedade Amigos de Varre-Sai. (282).

Em 1998, por ocasião de seu cinqüentenário, a SAVS inicia aquela que talvez tenha sido uma de suas maiores conquistas: liderar uma grande campanha para salvar o *Casarão do Felicíssimo* ou *Casarão da Matriz* que ameaçava ruir. Essa com toda certeza foi uma das maiores mobilizações que já se teve notícia na história da preservação cultural no Estado do Rio de Janeiro, quiçá do Brasil, levada a efeito a fim de salvaguardar a *Casa Mãe* ou *Pombal*, um imóvel que é portador de referências e de identidade para o povo de Varre-Sai. Contou o movimento com ampla participação popular, chegando a reunir cerca de duas mil e quinhentas assinaturas favoráveis a sua preservação.

Entre 1986 e 1990, a SAVS foi presidida por Nazira Abib Oliveira Vargas, que havia atuado por longo período em trabalhos voltados para ações democráticas em comunidades de base na região nordeste do Brasil. Em 1991 Nazira teve que se ausentar de Varre-Sai em função da defesa de sua tese, só retornando em 1998 para liderar a campanha para salvar o Casarão.

Em 1998, a SAVS, representada pelo Dr. José Antonio Abreu de Oliveira inaugura a Tribuna Livre da Câmara Municipal de Varre-Sai, para expor aos vereadores e comunidade em geral, a retomada da *Campanha Vamos Salvar o Casarão do Centenário*, que conclamou a população nos meses de fevereiro e março de 98, para lutar pela preservação de um dos mais importantes exemplares arquitetônicos de Varre-Sai. Espalharam murais pela cidade divulgando a pretensão, encaminharam um memorial com uma exposição de motivos aos vereadores do município e, finalmente, divulgaram em jornais para que todos tivessem acesso ao teor do documento que previa a aquisição do Casarão da Mitra Diocesana pela Prefeitura Municipal.

No dia 5 de março, o sonho da SAVS foi concretizado. Tocados pelo significado histórico e cultural do imóvel, os vereadores aprovaram, por unanimidade, a mensagem encaminhada pelo Executivo propondo a compra do prédio.

Finalmente, em 13 de março de 1998, a Câmara Municipal de Varre-Sai, através da Lei nº 207/98, autoriza aquisição do imóvel, medindo 200 m², edificado em uma gleba de aproximadamente 1400 m², tendo 35 m de frente e confrontando do lado direito, com extensão de 40m com Paulo Fabbri e no lado esquerdo, com a mesma extensão de 40m com a Mitra Diocesana de Campos, proprietária do imóvel.

Após sua aquisição em 26 de novembro de 1998, na gestão do Prefeito Dr. Silvestre José Gorini foram iniciadas uma série de obras de restauração e de reforço estrutural comandadas pelo arquiteto Francisco de Assis Leal. Em 9 de junho de 2000, através da Lei nº 284/00, o imóvel situado a Rua Túlio Righetti, nº5, passou a denominar-se oficialmente *Casarão do Felicíssimo*. Em sete de dezembro de 2000 foi finalmente transformado em Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas, carinhosamente conhecido por Bituta, dedicado à valorização da história e à preservação da memória de Varre-Sai.

(282) VARGAS, Nazira Abib Oliveira. *Jornal O Fluminense*, de 27/08/1988.

De acordo com Nazira Abib Oliveira Vargas, que foi Coordenadora da SAVS de 88 a 93, depois de sua gestão várias ações aconteceram. Entrou uma equipe boa coordenada pelo Luiz Gonzaga Abib de Menezes. Mas com a emancipação, as pessoas foram tomadas por um sentimento de que tudo, daquela data em diante, era problema da Prefeitura. Ao invés da cidadania exigir da Prefeitura e exigir coletivamente, transferiu-se para o governo a decisão dos problemas coletivos e a esperar que todas as soluções partissem da Prefeitura. O envolvimento da população com as questões da cidade deixaram de acontecer. (...) *E isso é que me assusta. Porque tudo isso aconteceu depois da SAVS ter passado por esse processo enorme de participação popular que foram as duas grandes campanhas: Vamos Salvar o Casarão? E a Campanha da Emancipação. E aí a SAVS hibernou de novo.* (283).

Saúde

O primeiro registro oficial encontrado sobre doenças em Varre-Sai, consta da Ata da Intendência da cidade de Natividade do Carangola, de 1/09/1891, onde o Fiscal do distrito de Varre-Sai solicita tubos de vacina (...) *visto grassar a varíola em diversos lugares vizinhos daquele distrito.* (284).

Em 1918, houve um surto de gripe, como já noticiamos anteriormente, no período da Primeira Grande Guerra.

Posto de Higiene

Em 1945, foi instalado o Posto de Higiene de Varre-Sai dirigido pelo Dr. Cícero Brugger Oliveira Machado. Em seu discurso de inauguração, o Dr. Cícero descreveu, inicialmente, o panorama nacional, que era clima de guerra. Atribuiu a conquista do Posto de Higiene pela população de Varre-Sai ao Interventor Amaral Peixoto.

Antes da inauguração do Posto, os médicos de Natividade, Dr. Joaquim Antônio de Oliveira Botelho, Dr. Vidigal Agenor de Barros e Dr. José de Oliveira Cunha é que davam assistência particular aos doentes. (285). Grande parte da população se tratava com remédios feitos à base de plantas extraídas das matas, das hortas e de efusões caseiras. Nazira Abib Oliveira Vargas nos disse que sua Vó Chiquinha mantinha uma horta no quintal de sua casa onde cultivava para seu uso, de toda sua família e de quem a procurasse plantas medicinais. (...) *em cada doente que precisa de uma presença amiga, um remédio caseiro, uma benção, aí está Vó Chiquinha.*

Em 1948, era médico do Posto, o Dr. João Ferreira que solicitou sua demissão do cargo, por ter sido nomeado para exercer o mesmo no Estado do Espírito Santo. (286).

Em dezembro de 1948, foi nomeado para Chefe do Posto de Higiene o Dr. Paulo Rezende Ferraz.

Em 1949, foi nomeado, por ato do Governador do Estado, para médico do Posto de Higiene, o Dr. João Heleno de Araújo.

Associação Hospitalar São Sebastião de Varre-Sai

Domingos Jannotti Neto, farmacêutico residente em Varre-Sai desde 1947, registrou em 1982 como surgiu a idéia da construção do Hospital. Segundo ele, em 1949, transferiu-se para Varre-Sai o médico João Heleno de Araújo. Nessa mesma época, o Sr. Barzani, residente na zona rural, num local bastante distante do centro urbano, trouxe um garoto com infecção intestinal para ser consultado. O médico, dentre outras medicações, recomendou a aplicação de soro. Como não possuíam um local apropriado, o Sr. Domingos ofereceu sua própria residência a fim de que o paciente recebesse a medicação prescrita.

(284) Livro de Atas da Junta Distrital de Varre-Sai.

(285) Site: www.itaperunaonline.com.br.

(286) Jornal *A Voz do Povo* nº 731, de 27/11/1948.

Outros casos vieram e o médico lamentou profundamente essa situação. Certa ocasião, durante uma conversa sobre as dificuldades enfrentadas pelo médico, o Sr. Domingos Jannotti, o Dr. João Heleno e o Sr. José Vargas de Figueiredo, tiveram a ideia de alugar uma casa que pudesse ficar à disposição do doente e de sua família nos dias necessários ao tratamento. Porém, noutra reunião, José Vargas de Figueiredo, sensibilizado com as dificuldades do médico propôs a criação de um hospital. (...) *Embora prevíssemos sérios obstáculos para isso, principalmente financeiros, concordamos. Essa idéia não foi abandonada e apesar de todas as dificuldades, o Juquinha, assumia a liderança da campanha, e esta, só parou com a inauguração do Hospital. (...).* (287).

José Vargas de Figueiredo foi nomeado presidente da comissão. Nessa época aparece Ernani do Amaral Peixoto em campanha política em Varre-Sai, de onde sai com a promessa de que concorreria com uma importância vultosa para a construção do hospital. Eleito, Amaral Peixoto cumpriu o que havia prometido e destina à Associação Hospitalar São Sebastião os recursos necessários para a construção do hospital, através da destinação de auxílios e de subvenções anuais.

O Jornal *A Voz do Povo* de 10/09/1949, noticiou que um grupo de pessoas lideradas pelo Sr. Bernardino de Oliveira Santos, incentivados pelos Srs. João Heleno de Araújo e Francisco Mendes de Andrade, estavam se organizando a fim de tomarem a iniciativa para a construção de um hospital na Vila.

No dia 23 de agosto, reuniram-se no Cartório de Paz de Varre-Sai, os senhores: Bernardino de Oliveira Santos, José Tupini, Domingos Janotti Neto, Orlando Tupini, Primo José Sobreira, Acir Sales de Abreu, José Rosa de Souza, Sebastião Oliveira Vargas, Dr. João Heleno de Araújo, Francisco Mendes de Andrade, Itamar Rodrigues Vinhosa e José Vargas de Figueiredo, a fim de promoverem a fundação de um hospital em Varre-Sai. Na oportunidade, foi aclamado presidente da mesa o Sr. Bernardino de Oliveira Santos. Em seguida, usou da palavra o Sr. Sebastião Oliveira Vargas, (...) *que como político militante, deixava de tomar parte ativa na propaganda para evitar interpretação de interesse partidário, no entanto dava o seu pleno apoio e cooperação na iniciativa.* (288). Em seguida, o Dr. João Heleno de Araújo, Chefe do Posto de Higiene discorreu sobre a urgência do projeto ao mesmo tempo em que (...) *emprestava a sua experiência profissional, adquirida no Abrigo Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro, para a realização e organização do Hospital.* (289). Ficou deliberado, a realização de uma outra reunião onde deveriam ser convocados os proprietários do distrito para procederem com a eleição da diretoria definitiva. (290).

No dia 2 de outubro de 1949, nas dependências do *Cinema Ideal* foi, finalmente, realizada uma reunião que tinha por finalidade a fundação da *Associação Hospitalar São Sebastião de Varre-Sai* e a eleição de sua primeira diretoria que assim ficou constituída:

Presidente: Bernardino de Oliveira Santos, Vice-Presidente: Francisco Mendes de Andrade, 1º Secretário: João Vargas de Figueiredo, 2º Secretário: Aracy Giovanini, Conselho Diretor: Sebastião Alves Figueira, Dr. Heleno de Araújo, Sebastião Oliveira Vargas e Dr. Francelino Bastos França. Conselho Fiscal: Sebastião Machado de Moraes, João de Oliveira Vargas, Godofredo Fabri, Américo Henriques, dentre outros.

No dia 30/01/1950 foi registrado seu estatuto.

(287) Depoimento do Sr. Domingos Jannotti Neto.

(288) VARGAS, Sebastião Oliveira. *Hospital São Sebastião de Varre-Sai: como preservar esta herança?!* Encarte comercial. 19/02/2000, p. 4.

(289) Ata de 23/08/1949.

(290) Jornal *O Norte Fluminense*, nº 132, de 11/09/1949.

O terreno para construção do Hospital São Sebastião foi doado pelo Sr. Américo Henriques e sua esposa D. Adalbertina de Figueiredo Rabbbe, mais conhecida como D. Maria Mindó.

Em 1952, a *Associação Hospitalar São Sebastião de Varre-Sai*, terminou a terraplanagem do terreno, iniciando em seguida, a captação da água potável para o Hospital. Na mesma ocasião anunciavam que pretendiam, dentro em breve, lançar a pedra fundamental com a presença do Governador do Estado, Ernany do Amaral Peixoto. (291).

Em 08/09/1952 foi lançada a pedra fundamental com a presença do Governador Ernani do Amaral Peixoto e esposa.

Nesse mesmo ano, o Bispo Diocesano de Campos, D. Antônio de Castro Mayer, em visita pastoral a Varre-Sai, a convite da Associação Hospitalar, responsável pela construção do hospital, benzeu o terreno, os trabalhadores e suas famílias. (292).

Em 9 de janeiro de 1955 foi finalmente inaugurado o Hospital São Sebastião.



Hospital São Sebastião. Década de 50.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Inauguração pelo Governador Ernani do Amaral Peixoto.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

(291) *Jornal O Norte Fluminense*, nº 249, de 04/05/1952.
(292) *Jornal O Norte Fluminense*, nº 261, de 03/08/1952.

Em 10 de maio de 1957, com a presença do Governador Dr. Miguel Couto Filho, a *Associação Hospitalar São Sebastião* foi reinaugurada.

Em 1970 foram realizadas obras de ampliação para instalação da enfermaria masculina, Raio X, isolamento e laboratório de análises.



Obras de ampliação. 1970. Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.



Vistas da Associação Hospitalar São Sebastião de Varre-Sai. 1993 e 2011.
Acervo de Edilma Fontes Vargas Martins.

Em 2002, a Câmara Municipal de Varre-Sai, através da Lei 378/2002, autorizou a Prefeitura, através de convênio, assumir a direção do Hospital São Sebastião, mediante administração, controle de seus serviços e gestão financeira. (293).

Após sessenta e dois anos de fundação, a *Associação Hospital São Sebastião de Varre-Sai* continua ativa, prestando serviços na área de saúde hospitalar e odontológica.

(293) Trabalho de pesquisa realizado pela Escola Estadual Dr. Miguel Couto Filho, sob orientação da professora Edilma Fontes Vargas Martins.

Seminário Maria Imaculada

O Seminário Maria Imaculada foi instituído pelo Bispo de Campos D. Antônio Castro Mayer e está localizado a cerca de um quilômetro do centro da cidade no bairro Santa Teresinha. Sua criação e instalação esteve sob os cuidados do Padre Abaeté Cordeiro. Foi inaugurado em 1956. Primeiro funcionou como Seminário Menor atuando no sistema de internato para aqueles que pretendiam se tornar padres e de semi-internato para os demais alunos da comunidade. A partir de 1967 tornou-se Seminário Maior. Depois de algum tempo foi transferido para Campos, sede da diocese.

O grande prédio, construído por Romeu Poli, transformou-se numa espécie de casa de férias para os seminaristas e referência na orientação vocacional para candidatos a seminaristas.

Atualmente, abriga um Centro de Estudos Pastorais com capacidade para duzentas pessoas. Nesse centro são realizados encontros de jovens, retiros espirituais e Cursos da Cristandade



Fachada principal do antigo Seminário Maria Imaculada. 2011.



Fachada dos fundos do Seminário Maria Imaculada. 2011.



Fachada lateral esquerda do Seminário Maria Imaculada. 2011.

Educação

A primeira escola pública de que temos notícia instalada na Vila de Varre-Sai, data ainda, do século XIX, mais precisamente de 1884. Trata-se de uma escola mista, cuja professora era a D. Etelvina Hermínia Nunes Madruga. (294).

Em 1890, por determinação da Deliberação de 1º de agosto de 1890, a freguesia de Varre-Sai passou a pertencer ao município de Natividade do Carangola, oportunidade em que foram criados dois distritos policiais, tendo o 1º como sede a povoação de Varre-Sai e o segundo, a povoação de Sant'Ana. Nesse sentido, o Conselho de Intendência, (...) *atendendo ao grande número de meninos de ambos os sexos que existem nas povoações de Sant'Anna e Santa Clara, pertencentes a Freguesia do Varre-Sahe; Atendendo que a povoação de Sant'Anna dista da sede da Freguesia, onde há escolas públicas cerca de 15 quilômetros, e que a de Santa Clara, do lado oposto, cerca de 18 ou 20 quilômetros, notando-se ainda, que tanto a população do arraial como a de seus arrabaldes é muito pobre, e por isso os pais de família não podem contratar professores particulares para o ensinamento de seus filhos; Atendendo que toda a Intendência Municipal, tem restrita obrigação de zelar o bem estar de seus munícipes, e procurar os meios de espalhar a luz e a instrução entre eles; Indico, repito, que se represente ao Exmo. cidadão Governador do Estado, expondo-lhes a razões acima exaradas, e outras que julgar necessárias, para que se digne criar uma escola de cada sexo em cada uma das povoações acima mencionadas de Sant'Anna e Santa Clara. Sala das Sessões, 15/08/1890 – Assinada Domingos Caramelli – Aprovada. (...).* (295).

Há notícias também, da instalação de duas escolas públicas, uma para cada sexo, instaladas por iniciativa do Major Alexandre Ignácio da Silveira, destacado chefe político, sobretudo no período do Brasil Império.

Em 1892, havia a Escola Rio Mineiro, em sistema de internato do professor José Antonio da Silva. Nessa escola era editada por uma associação de alunos, uma revista quinzenal chamada *Colombo*.

Em 1897 surge outra escola particular do professor Tancredo Caramelle. (site: www.itaperunaonline.com.br).

Em 1900, o *Jornal Natividade*, comunicava que havia recebido os Estatutos do Colégio São Sebastião, estabelecido em Varre-Sai e dirigido pela sra. D. Quitéria Martins. (...) *Trata-se de um estabelecimento de instrução primária e secundária, fazendo parte do último curso diversas matérias, como: português, francês, italiano, geografia e música. Tem também um curso de piano, canto e trabalhos de agulha. É internato e externato.* (296).

Em 14/02/1903 foi proposto pela Junta Distrital de Varre-Sai que se levasse ao conhecimento da Assembléia Municipal a necessidade de se criar uma escola masculina, (...) *ainda que se sacrifique a verba das obras públicas deste Distrito. (...).* A Câmara Municipal, atendendo a solicitação, criou, no dia 17 de março, uma escola municipal em Varre-Sai e nomeou interinamente o sr. Noberto Valladão para reger a referido estabelecimento. (297).

(294) Relatório do Presidente da Província de 1884.

(295) Livro de Atas do Conselho da Intendência de Natividade do Carngola.

(296) *Jornal Natividade*, nº 18, Ano 1, de 08/09/1900.

(297) Livro de Atas da Junta Distrital de Varre-Sai.

Em 1910, o Dr. Leopoldo Muylaert Junior, lamentava em seu *Álbum do Município de Itaperuna, (...) que o ensino esteja tão pouco difundido. O Estado mantém apenas nove escolas, umas do sexo masculino, outras do sexo feminino e outras mistas. A de Varre-Sai, o sétimo distrito, era regida pela professora D. Maria Galvêas dos Santos.*

Em 1913, no livro de Atas da Junta Distrital de Varre-Sai fala sobre a criação de uma escola pública em Varre-Sai, regida pelo professor Norberto Valadão.

No princípio, as famílias abastadas e interessadas no crescimento cultural de seus filhos se mudavam para cidades maiores, o que podemos comprovar com uma nota enviada pelo correspondente de Varre-Sai para *A Vedeta* de 28 de março de 1909: *Transferiram sua residência para Tombos do Carangola, dentro de poucos dias, o nosso bom e distinto amigo José de Almeida Rosa e sua exma. Família. A deficiência de escolas para instrução de seus filhinhos, motivou essa sua resolução. Realmente é lastimoso que em um distrito como esse, que conta para mais de 400 crianças, de ambos os sexos, aptas para serem matriculadas, só exista uma única escola mista estadual, muito embora regida por habilíssima normalista, possuída de inteira boa vontade, o que somos os primeiros a reconhecer. (...).* (298).

Do correspondente de *A Vedeta* de 14 de janeiro de 1912, veio a notícia de que graças dos esforços do Sr. Pedro Germano Henriques, foi inaugurada na Fazenda Vargem Alegre mais uma escola de ensino primário sob a direção do professor Francisco Antonio Roque, que a longos anos já lecionava em Varre-Sai gramática portuguesa, geografia, aritmética e música. (299).

Tempos depois foi instalada uma escola no prédio do Santoro. D. Philomena de Sá Vieira confirma o funcionamento da escola pública no segundo pavimento do prédio, que só ia até a terceira série primária. Nessa Escola as professoras eram as senhoras Salvadora Águeda de Assis, Gabriela Ribeiro Brandão (Bilé), Leonor Viana e Elizabeth Gatto.

Houve um período, quando Varre-Sai já era um pouco maior e tinha escola particular e pública os alunos usavam uniforme que eram iguais: azul marinho e branco. A única diferença era que o da escola particular tinha um coletinho azul marinho. Essa escola era da D. Vivina de Aquino, tia do músico Baden Powell. (300).



Turma de alunos de uma das Escolas de Varre-Sai. Século XX.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

(298) Jornal *A Vedeta*, nº 47, Ano 7.

(299) Jornal *A Vedeta* nº 32, Ano 10.

(300) Entrevista concedida por D. Philomena de Sá Vieira. Varre-Sai. 2011.



Turma de Alunos do Grupo Escolar Varre-Sai. Acervo de D. Helena Ramos Vieira de Oliveira.

José Leão Teixeira de Faria, em artigo publicado no *Jornal O Norte Fluminense*, nº 244, de 23 de março de 1952, onde narra sua história e de sua família, os colonizadores de Varre-Sai, lembra com carinho da primeira escola que frequentou e recorda com saudades de seus primeiros mestres: *Sô Valadão, D. Zizinha, Isolina e Sô Lalau*.

Em 6 de março de 1938 foi criada a Escola São Sebastião, pelo Professor Salvador Vieira de Menezes. Em artigo publicado no *Jornal Brasil Novo*, o professor Salvador, se refere ao seu estabelecimento da seguinte maneira: (...) *onde, embebido com o mais puro dos ideais, em a mais santa das esperanças, fundara eu uma escola. Uma escola que havia de lutar para glória, para louvor de Varre-Sai. Havia de lutar e trabalhar, enfrentando o maior dos sacrifícios para o engrandecimento de minha terra, para felicidade de meus alunos, em que eu já antevia os defensores de minha terra. Saudosamente me lembro: Escola São Sebastião! A escola que havia de nascer pobre, para viver ricamente, crescer sublimemente, cultuando a Deus, servindo nobremente a Pátria, a Varre-Sai, aos meus queridos conterrâneos e prestando serviços e benefícios inolvidáveis aos meus queridos alunos. (...)*. E prossegue: (...) *Escola São Sebastião, grande nos ideais, nobre nas suas realizações, forte na sua disciplina, garbosa nas suas festas, opulenta e entusiasta na disciplina de seus alunos, em que a Pátria tem um fiel servidor, um heróico soldado. (...)*. (301).

Em 9 de setembro de 1943, Helena de Magalhães Giovanini é designada professora da Escola de Varre-Sai, sétimo distrito de Itaperuna. Essa Escola era mantida pelo governo estadual. Em 1946, a população enviou ao Prefeito Municipal, através de Sebastião Oliveira Vargas, um memorial externando o desejo da construção de um grupo escolar.

Em 1952, através do Decreto nº 302, de 10 de novembro de 1952, foi desapropriada a favor do Estado, uma área de 8.480 m² de terreno para a construção do Grupo Escolar. (302).

(301) *Jornal Brasil Novo*, nº 532, Ano XI, de 23/03/1941

(302) *Jornal O Norte Fluminense*, de 28/12/1952.

Tempos depois, foi designada a professora Lelis Vargas para essa mesma Escola. Em 1955, a Escola de Varre-Sai passa a denominar-se Grupo Escolar de Varre-Sai, sendo a professora Helena Magalhães Giovanini designada como sua primeira diretora. Em 1956, foi publicado no Diário Oficial de 8 de novembro, a denominação de Dr. Miguel Couto Filho para o novo grupo escolar construído na Rua José Vargas de Figueiredo. (303).

Em seguida, foram dirigentes: Margarida Nilza Ramos, Jacinaide de Bretas e Vargas (Ensino Supletivo), Amália Dutra Sobreira, Marlene Abib de Oliveira Fabri, Ana Rita de Oliveira Vargas, Filomena Silvia Nunes Figueira, Josimar Luiz Vieira, Fabíola Oliveira Fabri e Marlene Abib de Oliveira Fabri.

No dia 16 de março de 1960, deu-se a aula inaugural do Instituto Educacional João XXIII, criado pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, fundado graças aos esforços do senhores: Domingos Janotti Neto, Professor Antonio Carneiro, Altacir de Oliveira Rosa, Walter Vieira, Dr. Jácomo José Fabbri, Dr. Silvestre José Gorini e de muitos outros, que auxiliados pelo Deputado Luiz Braz, nessa época Secretário da CENEG, do Presidente Felipe Thiago Gomes, puderam inaugurar sua sede no dia 16/08/1966 (*O Varressaense – 18/11/1979*). Foram Presidentes: Domingos Janotti Netto, Antonio Carneiro Ribeiro, José de Souza Vieira, Getúlio Vargas de Figueiredo, Aderbal Teixeira Dinis, Dr. Jácomo José Fabri, João Said Abib Vargas, José Antonio e Francisco Edalmo de Assis. Diretores: João Said Abib Vargas, Luiz Ramos Vargas, José Geraldo Fabri. Até 1972, o Diretor do Instituto Educacional era também o Presidente.

Em 17 de junho de 1950, foi lançada a pedra fundamental da Escola Rural de Santa Rita da Prata, em terrenos doados pelo Sr. Vitorino Lopes de Faria e João Ostiano Neri. Compareceram autoridades, políticos e comunidade. (304).

Não podemos nos esquecer de Erothides Pires dos Santos, filho de Joaquim Pires da Motta e de Adelina Emilia da Motta, nascido em 07/10/1888 e falecido em 05/04/1969. Erothides foi pioneiro na educação de adultos. (...) *Durante muitos anos, ensinou sob a luz tênue de velas e lamparinas, centenas de adultos em turmas regulares que com ele tiveram a oportunidade mágica de dominar a escrita para o encontro de si mesmo (...)*. (305). Tempos depois, seus filhos doaram ao governo um terreno para a construção de uma escola que recebeu o seu nome. (...) *Seu respeito pelas pessoas era imenso, o que foi provado durante sua fecunda existência comercial e todos que morriam devendo, em sua escrita contábil, fechava o saldo com os dizeres – “liquidada a dívida pela morte”, jamais interpondo qualquer recurso contra órfãos e viúvas. (...)*. (306).

(303) Jornal *O Varressaense – 18/11/1979*.

(304) Jornal *O Norte Fluminense*, nº 107, de 25/06/1950.

(305) Erothides Pires dos Santos. Texto de autor desconhecido.

(306) *Ibidem*.

Brasão de Armas, Bandeira e Hino do Município de Varre-Sai

Brasão de Armas

Instituído pela Lei Municipal nº 008/93, foi idealizado pelo poeta e artista plástico Flávio Amaury Neves de Oliveira.

Lei nº 008/93

A Câmara Municipal de Varre-Sai aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º- Fica criado o BRASÃO do Município de Varre-Sai com as seguintes características: Escudo dividido em quatro campos, tendo em sua ponta uma campanha servindo de base aos outros símbolos.

No primeiro campo percebemos a figura do centenário casarão (em prata) encimado por uma estrela (em ouro) sobre um fundo de goles (vermelho) este, por sua vez, em ordem representam o rancho Varre-Sai, onde supõe-se a origem do nome, e os tropeiros que aqui passavam pedindo pousada em nosso casarão. A estrela dourada representa o primeiro distrito e o primeiro povoador (Felicíssimo de Faria Salgado). No segundo campo em sinopla (verde) como fundo, temos uma árvore de sapucaia atravessada por duas flechas em aspa que representam o início da vida em Varre-Sai, através de seus primeiros habitantes, os índios Puris; A árvore da Sapucaia remonta a lenda do surgimento da tribo sobre a terra. Pelo intermédio da Sapucaia seus ancestrais desciam do paraíso para colher as flores da própria árvore, e um dia o galho quebrou e eles nunca mais encontraram o caminho de volta. No terceiro campo, partindo da sinestra do chefe (a direita de quem vê) aparecem cinco peças reunidas (em prata) sobre um fundo em blau (azul), as cinco peças são: a lira, a palheta, a pena e os pincéis, todos envoltos por uma coroa de louro. Estas peças em disposição simbolizam a força e a beleza das artes em geral, que não só pela música, mas também pela pintura, poesia, artesanato e etc. E, no último campo (abaixo) no contra-chefe do escudo com fundo em ouro, encontramos montanhas em sinopla (verde), e sobre elas um rio (em prata), aguado de azul e acima “a mão gigante” (em cor de pele) derramando terra e sementes sobre o chão fértil, que simboliza a mão de Deus abençoando a terra, do imigrante italiano e sua cultura, do homem do campo e sua força alimentando o mundo, e da vida despejada sobre Varre-Sai. E ainda no coração do campo, despretensiosamente, nota-se o aparecimento de uma faixa divisória (em ouro) no formato de um “V” (V de Varre-Sai). Já o café e a jabuticabeira aparecem como suportes de escudo e representam, pela ordem, a riqueza agrícola da época e o delicioso vinho da região, peculiar por sua imensa variedade, como por exemplo: o vinho de carambola, jabuticaba, abacaxi, etc. O listel de prata aparece carregado com os dizeres (em verde): 1879 – Varre-Sai – 1991. Em dezanove de novembro de 1879 – criação do distrito, e em doze de janeiro de 1991, a emancipação. Por fim temos sobre o conjunto, uma coroa mural (em prata) com cinco torres que simbolizam a cidade. Ostentando uma elipse em blau (azul) contendo uma flor de lis (em ouro) que simboliza o orago e sentimento de religiosidade do povo varressaense.

ARTIGO 2º- O Brasão será um símbolo oficial do Município de Varre-Sai.

ARTIGO 3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Varre-Sai, 03 de junho de 1993.

Antônio Said de Oliveira – Prefeito Municipal (307).



Brasão de Armas do Município de Varre-Sai.
Acervo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas.

Bandeira

Criada por Francisco de Salles Bendia e instituída pela Lei municipal nº 140/95, de 21 de novembro de 1995.

Lei nº 140/95

Cria a bandeira do município

A Câmara Municipal de Varre-Sai aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica criada a BANDEIRA do Município de Varre-Sai, com as seguintes características:

Introduzindo o verde – cor da beleza das nossas matas e nossa agricultura – como fundo. Uma faixa diagonal azul, simbolizando a grandeza do céu entre as montanhas do alto das árvores de Sapucaias.

Ao centro, um círculo projetado sobre a faixa diagonal, onde podemos visualizar:

- o relevo de montanhas, típico da cidade;*
- a pomba que expressa a paz por princípio, a segurança por base e a hospitalidade por fim;*
- sob a pomba da Carta Magna do Município, onde o “deve ser”, constitui-se na esperança de um Varre-Sai próspero, organizado, justo e independente.*

O círculo encontra-se abraçado por dois ramos de plantas: do café – nosso principal produto agrícola – à direita: de jabuticabas – fruto responsável pela produção de nosso vinho típico – à esquerda.

Inserida no fundo verde e parte da faixa diagonal azul, na região inferior do círculo, encontra-se uma faixa branca onde se lê o nome do município: Varre-Sai, a data de criação da freguesia de São Sebastião de Varre-Sai: 1879; a data de sua emancipação Político-Administrativa: 1991.

A estrela projetada ao fundo verde, na parte superior do círculo, ilumina o povo varressaense, seus ideais e objetivos em uma vida próspera futura.

Art. 2º- A Bandeira será um símbolo oficial do município de Varre-Sai.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 21 de novembro de 1995.

Antônio Said de Oliveira

Prefeito Municipal (308).



Bandeira. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bandeira-varresai.jpg>

Hino

Letra e música do professor e maestro Eutímio Costa

Varre-Sai

Quem te conhece

Não esquece o teu povo nunca mais

Gente humilde, dedicada e hospitaleira,

Que orgulha nossa Pátria brasileira.

Varre-Sai, esta canção

Te dedico com amor e devoção

Rogando a Deus,

Pedindo a São Sebastião

Que à terra altaneira

Deem sua proteção.

Varre-Sai, Varre-sai

Terra adorada!

Onde a luz e a beleza são iguais

Feliz de quem

Pode ser por ti amada

Tem a vida que é mais vida

E a morte renegada. (309).

Bibliografia e fontes

Bibliografia

- ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e Topônimos Fluminenses – Histórico e Memória*. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói. 1994.
- ABRIL S.A. CULTURAL. *Nosso Século*. Edição Exclusiva para o Círculo do Livro. São Paulo. 1985.
- ALBERNAZ, Maria Paula e Cecília Modesto Lima. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. Pro editores.
- ALBUQUERQUE, Pedro Wilson Carraro. *Família Faria Salgado*. Site Usina de Letras. 2003.
- BUSTAMANTE, Heitor. *Sertões dos Puris*. Casa do Homem do Amanhã. Niterói-RJ, 1971.
- CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *IMIGRANTES ITALIANOS EM UMA NOVA FRONTEIRA*. Noroeste Fluminense (1896-1930). Vassouras, 2001.
- CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *OS ITALIANOS NO NOROESTE FLUMINENSE: ESTRATÉGIAS FAMILIARES E MOBILIDADE SOCIAL – 1897- 1950*. UFF. Niterói, 2009.
- DINIZ, Dulce. *O Desenvolver de Um Município – Itaperuna – Do Germinar à Frutificação*. Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda, 1985.
- DREYFUS, Dominique. *O Violão Vadio de BADEN POWELL*. Coleção Todos os Cantos. Editora 34. 1ª edição, 1999.
- FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE – Volume XXII*. 1959.
- FIGUEIREDO, Carlos Augusto de Oliveira. *Limites entre os Estados de do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Relatório apresentado ao Presidente da Província do Rio de Janeiro*. Typografia e Papelaria Gazeta de Petrópolis . 1900.
- FRANÇA, Balbino Bastos. *A Última Colheita*. 1ª Edição. 2003.
- FERREIRA, Olavo Leonel. *História do Brasil*. Editora Ática.
- GONÇALVES, Maria Inês Tederiche Micichelli. Trabalho de Conclusão de Curso. *Coleções Didáticas de Plantas no Ensino Fundamental e Médio no contexto do ambiente não formal de ensino*, 2006/2007.
- GOOGLE EARTH. Imagens de satélite.
- GOULART, José Alípio. *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*. Coleção Temas Brasileiros. Conquista, 1961.
- HENRIQUES, Major Porphírio. *A Terra da Promissão – História de Itaperuna*. Editora Aurora. RJ. 1956.
- JOSÉ, OILIAM. *Indígenas de Minas Gerais*. Aspectos Sociais, Políticos e Etnológicos. Belo Horizonte. 1965.
- JUNIOR, Dr. Leopoldo Muylaert. *Álbum do Município de Itaperuna*. 1910.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, volume 4. IBGE. Edição Fac-similar. 2007.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *A Planície do Solar e da Senzala*. Coleção Fluminense. 2ª edição, APERJ, 1996.
- LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra & Abolicionismo*. Achiamé. Rio de Janeiro. 1981.
- LYRA, Cyro Corrêa. *Documenta Histórica dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. Documenta Histórica Editora. Rio de Janeiro. 2006.
- MACHADO, Edmêe Siqueira Machado. *Seu Carlinhos – O homem alegre que não sabia sorrir*. Sá Artes Computação Gráfica. Varre-Sai. RJ.
- MASSARDINI, Emanuel Von Lauenstein (org.). *Rugendas*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 1982.
- MAURO, Frédéric. *O Brasil no Tempo de D. Pedro II: 1831-1889*. São Paulo. Cia. das Letras: Círculo do Livro, 1991, p. 83/106.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma religião: A Mata Mineira*. Zahar Editores. 1973.

MONTEIRO, Eugenia Del Carmen Quilodrán Briones Monteiro. *Experiências Instituintes no Sistema Público de Ensino: O Caso de Natividade*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense-UFF. Niterói, 2005.

OLIVEIRA, Clara Solange Abreu de Oliveira. *Nossa Varre-Sai*. 1ª Edição. Prefeitura Municipal de Varre-Sai, 2006.

OSCAR, João. *Escravidão & Engenhos. Campos; São João da Barra; Macaé; São Fidélis*. Achiamé. Rio de Janeiro, 1985.

PEIXOTO, Dídima de Castro. *História Fluminense*. 1ª edição. 1964.

REIS, Laudirléa Silva dos, Marlúcia Degli Esposti Tiradentes e Davi de Oliveira Bellan, *XXXI Festival do Vinho de Varre-Sai: uma festa popular*. IF-Fluminense. Campos dos Goytacazes – RJ, VÉRTICES V. 10, n. 1/3, jan./dez. 2008.

SANCHIS, Pierre (org.) *Catolicismo: Modernidade e tradição*. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. Edições Loyola.

SILVA, Edésio Barbosa da, *Subsídios para a História de Porciúncula*. Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda. 2000.

TANNEAU, Yves. *Alexandre Bréthel – De Douarnenrz, França (1834-1901)*, Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico, 1971.

TurisRio, Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. *CABRAL 2000. Varre-Sai. 1998*. Diretoria de Operações, 1998.

VARGAS, Maria Conceição. *João e Amélia – Antes, durante, depois*. Pesquisa sobre a as famílias Figueiredo e Vargas. Rio de Janeiro. 1991.

VARRE-SAI. Trabalho de pesquisa realizado pelas turmas 1301/1302 do Curso de Formação de Professores do Colégio Estadual Dr. Miguel Couto Filho, sob orientação da Professora de Metodologia dos Estudos Sociais – Edilma Fontes Vargas Martins. 1992.

VAUGHAN, Raymundo Bandeira. *Livro da Família Monnerat*. Vila de Monnerat, Estado do Rio de Janeiro. 1945.

Fontes

Acervo pessoal de:

Amélia Vargas de Oliveira

Carlos Henrique Monnerat

Edilma Fontes Vargas Martins

Edite Vieira Santos

Edimée Siqueira Machado

Francisco Bernardino de Oliveira Santos Poli

Família Bendia

Família Pelegrini

José Antônio Abreu de Oliveira

José Jerônimo Amim Sacre

Luci Mere Tupini

Maria Amélia Vargas Medeiros

Maria Bernadete Ridolphi

Maria Célia Ramos de Oliveira

Maria Elmira Rosa Corrêa

Maria Helena Ramos Belford

Maria Margarida Ramos Barboza

Maria Poly Moreira

Bibliografia e fontes - continuação

Maria Silvina Rosa Ramos
Margarida Abib Ramos
Margarida Nilza Ramos
Marlene Ramos
Nair Amite Baptista
Nazira Abib Vargas de Oliveira
Nilce Augusta Machado Tupini Vieira
Olneida Maria de Magalhães Giovanini Ferreira
Kléber Velozo Campos
Philomena de Sá Vieira
Sebastião Odithes Lopes
Valdir Tupini
Arquivo do Centro Cultural Sebastião Oliveira Vargas – Varre-Sai.
Igreja Matriz de São Sebastião de Varre-Sai
Lira Santa Cecília
Museu de Natividade.
Biblioteca Municipal de Natividade.



FICHA TÉCNICA

MARCELO SALIM DE MARTINO

Coordenação

VITOR CAVEARI LAGE

Arte e Diagramação

HERYCK HENRIQUES DA COSTA - AutoCAD

VÉRA LUCIA MOTA GONÇALVES - Revisão Ortográfica

PARCERIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARRE-SAI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CULTURA - 2011

PATROCÍNIO



SOMANDO FORÇAS

**SECRETARIA
DE CULTURA**



Projeto MEMÓRIA FLUMINENSE
Produção de Projetos de Pesquisa, Estudos e
Documentos de Inventariação - Edição 2010